

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 4 Número 2 Julho - Dezembro 2012



DÔSSIE

HISTORIOGRAFIA MEXICANA - DOS CRONISTAS DA CONQUISTA AOS HISTORIADORES ATUAIS

RESENHA

GABRIEL PASSETTI. INDÍGENAS E CRIOLLOS: POLÍTICA, GUERRA E TRAIÇÃO NAS LUTAS NO SUL DA ARGENTINA (1852-1885). SÃO PAULO: ALAMEDA, 2012

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 4 • Número 2 • Julho-Dezembro 2012



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Léo da Rocha Ferreira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

Faculdade de Direito

Diretor

Carlos Eduardo Guerra de Moraes

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Julho-Dezembro (2012) - . - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .
v. : il.
250p.
Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Linha Editorial

A Revista *Latinidade* se norteia para os estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa política e cultura, política e sociedade e economia e relações internacionais. Entende que os estudos sobre cultura política atendem aos Gts do Núcleo de Estudos das Américas/ Nucleas e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por parecerista, professores da UERJ e colaboradores de outras universidades do estado do Rio de Janeiro e do país, como professores da USS, UFRJ, UNIRIO, UFSM entre outras instituições de ensino superior. Destacam-se entre os parecerista os professores Helenice Sardenberg (Univ. Maria Thereza/Niterói), Eduardo Parga(UGF), Nilson Moraes (UNIRIO), Luiz Carlos Borges (MAST), Sulbrasil Pinto Rodrigues (UFRJ), entre outros professores. Também devem constar nos artigos entregues para publicação as datas de recebimento e aprovação dos textos.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha, comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T.Dantas –UERJ

Carlos Juárez Centeno-Universidad Nacional de Córdoba/AR

Dejan Mihailovic –TEC/Monterrey/México

Katarzyna Dembicz – CESLA/Universidad de Varsóvia/Polonia

Lená Medeiros de Menezes-UERJ

Maria Luzia Landim-UESB/Jequié

Mauricio Mota-UERJ

Nilson Alves de Moraes-UNIRIO

Tatyana de A. Maia-USS

Zdzislaw Malczewskis-Scr. – Paraná

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Eduardo Antonio Parga – UGF

Fernando Rodrigues - USS

Alexandre Dumans – UCAM

Maria Medianeira Padoin – UFSM

Marianna Abramova – **Academia Financeira /Governo de Moscou/UR**

Sergey V. Ryazantsev, Institute Socio-Politic Research RAS, Moscou

Adalberto Santana – UNAM/ME

Irina Vershinina – Academia

Financeira /Governo de Moscou/UR

Henrique Shaw – Universidad Nacional de Córdoba/AR

Programação Visual:

Ramon Moraes

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB/Jequié

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil. Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC)



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

DÔSSIE

Historiografia mexicana - dos cronistas da conquista aos historiadores atuais	9
<i>Maria Teresa Toribio Brittes Lemos</i>	

RESENHA

Gabriel Passetti. Indígenas e Criollos: Política, Guerra e Traição nas Lutas no Sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012	27
<i>Alessandra González de Carvalho Seixlack, Ana Carolina Gutierrez Pompeu</i>	

ARTIGOS

Narcotráfico, Violencia y Paz en América Latina	33
<i>Adalberto Santana</i>	

Governo Pereira Passos e a Modernização da Estrada de Ferro Central do Brasil (Séculos XIX/XX)	47
<i>Elizabeth T. A. Nazareth</i>	

Estanislao Zeballos: Su Relación con EEUU y el Principio de Identidad Nacional	61
<i>Enrique Eduardo Shaw, Susana Borgarello</i>	

Análisis de Política Sectorial y Estrategias de Desarrollo Orientadas a la Integración de las Empresas Costarricenses en su Proceso de Globalización	73
<i>Gabriela Ortiz Valverde</i>	

O Ordenamento Estatal e a Organização Religiosa em uma Favela Carioca	85
<i>João Marcus Figueiredo Assis</i>	

Novas Tecnologias em Patologia Clínica	103
<i>José Firmino Nogueira Neto, Ricardo Brito de Oliveira Junior</i>	
Las Reformas Institucionales: El Gran Desafío del Nuevo Perfil del Estado Latinoamericano	131
<i>José G. Vargas-Hernández</i>	
O Catolicismo Colonial e o Seu Impacto na Religiosidade Brasileira Contemporânea	147
<i>Renata Siuda-Ambroziak</i>	
Russian Diaspora: Formation, Identity and Assimilation	165
<i>Sergey V. Ryzantsev, Elena E. Pismennaya</i>	
Al Margen del Orden: Anotaciones sobre Bandoleros y Cine	177
<i>Silvia Oroz</i>	
Ventajas y Desventajas de los Instrumentos de Evaluación de Impacto Ambiental en Costa Rica	187
<i>Tania Alfaro Ledesma</i>	
O Pensamento Mestiço em Serge Gruzinski – Notas para Reflexão	203
<i>thiago Bastos Souza</i>	
México en Busqueda de su Modelo Socioeconómico	211
<i>Vershinina irina</i>	
Transiciones Postautoritarias: Logros y Desafíos	227
<i>Zbigniew ivanowski</i>	
Normas Editorias	249

Apresentação

Este número da Revista *Latinidad* (v.IV-nº2) reúne artigos de professores latinoamericanistas que participaram do III Congresso do Núcleo de Estudos das Américas em agosto p.p.

Eles refletem a preocupação dos autores em divulgar estudos sobre as pesquisas relativas à sociedade americana. Os textos expressam o caráter pluricultural e interdisciplinar da Revista *Latinidad*, procurando atender às Linhas de Pesquisas adotadas e perpassam pela cultura, sociedade, economia, política, educação e saúde.

Os artigos expressam opiniões de autores brasileiros, argentinos, mexicanos, costa-ricenses, poloneses e russos. A Revista *Latinidad* expõe, assim, diversas visões de mundo que permitem conhecer melhor a América Latina do ponto de vista latino e estrangeiro. Dessa forma, as alteridades se cruzam, se integram e interagem numa perspectiva pluricultural que caracteriza o pensamento mestiço latinoamericano.

A Revista apresenta o Dossiê *Historiografia mexicana - dos cronistas da conquista aos historiadores atuais*. Nesse dossiê analisa o conceito de latinidade e a ideia de América Latina vinculados à consciência cultural do continente e à produção dos principais historiadores.

A Revista contém também a resenha do livro de Gabriel Passetti *Indígenas e Criollos: Política, Guerra e Traição nas Lutas no Sul da Argentina (1852-1885)*. A publicação é uma contribuição da historiografia argentina, que até o final do século XIX produzia especialmente obras exaltando as ações militares contra os indígenas, interpretando-as como um ato heróico responsável pela construção de um Estado moderno e civilizado. Na contramão dessa tendência podemos situar a análise empreendida por Gabriel Passetti em *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos



Dôssie

Historiografia mexicana - dos cronistas da conquista aos historiadores atuais

Profª Dra. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos. Coordenadora do Núcleo de Estudos das Américas/NUCLEAS. Laboratório de Estudos Políticos das Américas - LEPAS/PPGH/UERJ

O termo América Latina é uma construção histórica recente, com maior destaque após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Hector Bruit (2000).

[...] a latinidade e a idéia de América Latina têm a ver com a consciência cultural do continente. O nome e a idéia não existiam na consciência dos intelectuais americanos do século XIX...em períodos distintos, produziu significados diversos, desde a exaltação da latinidade à discriminação pelo subdesenvolvimento[...]

Dentre aqueles pensadores, dois autores sul-americanos merecem destaque em sua análise: Carlos Calvo e José Maria Torres Caicedo. Segundo Bruit, foram esses autores, argentino e colombiano respectivamente, os precursores do termo “América Latina”, cujo objetivo era dar nome ao continente que perdera o seu original para o único país que ainda não tinha nome: os Estados Unidos. Para Bruit, Calvo queria fazer com que a América fosse conhecida na França e na Europa em geral, enquanto Caicedo queria organizar um movimento contrário à política pan-americana dos Estados Unidos (Idem, 2000)

Assim, a historiografia latinoamericana apresenta uma complexidade de obras e interpretações.

Em relação ao México, os estudos históricos no século XIX produziram obras de valor expressivo sobre a cultura asteca. Os trabalhos de Prescott¹ e de Orozco y Berra² descreveram a cultura do México antigo em sua totalidade, incluindo a organização social, costumes e práticas culturais.

A primeira tentativa de situar a sociedade mexicana antiga dentro de um esquema antropológico foi a de Adolph Bandelier³. Tomando a obra

de Lewis Morgan como base teórica, Bandelier classificou a sociedade do México antigo em nível superior à barbárie, considerando-a organizada em base gentílica e com um sistema político de democracia militar. O grupo social foi identificado como clã, com propriedade comunal da terra. Assim, a sociedade mexicana antiga se coloca em nível de sociedade organizada com base no parentesco e não pelo nível da civilização, no qual existem propriedade privada, classes sociais e o Estado.

Essas colocações foram criticadas por historiadores como Paul Radin⁴ e Alfred Kroeber⁵. A interpretação de Bandelier teve uma força de sobrevivência extraordinária, considerando-se as posições antievolucionistas que tomaram conta dos antropólogos norte-americanos em sua etapa *boasiana* (Franz Boas).

Leslie White, defensor de Morgan e do evolucionismo, em 1940, criticou a interpretação que tanto Morgan quanto Bandelier fizeram da antiga sociedade mexicana. No ano seguinte George Vaillant repetiu a interpretação de Bandelier.

Um dos motivos do êxito da tese de Bandelier foi a ausência de estudos profundos sobre a sociedade pré-hispânica. A historiografia mexicana se concentrou no estudo da religião e da arte, não enfatizando as instituições sociais. Outro motivo foi a incorporação do esquema de Morgan no livro de Engels, *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, que favoreceu a continuidade dessa interpretação entre alguns pensadores marxistas.

No México, a principal crítica à tese de Bandelier partiu da obra de Manuel M. Moreno⁶, “La organización política y social de los aztecas”, em 1931, reeditada em 1962. Nesse livro, Moreno expôs a existência de classes sociais entre os astecas e caracterizou o sistema político como oligarquia teocrática militar, com tendência para a monarquia.

A partir dos anos quarenta, antropólogos da Escuela Nacional de Antropología e História desenvolveram estudos sobre a organização social, com a colaboração dos professores da UNAM como Alfonso Caso, Wigberto Jiménez Moreno e Paul Kirchhoff.

A influência de Kirchhoff⁷ se fez sentir sobretudo em relação à organização social, com enfoque marxista. Ele definiu a necessidade de repensar as idéias de Morgan e Engels, com enfoque antropológico, vinculando o problema da relação de parentesco com as origens da organização social e do Estado. Também introduziu as idéias de Karl August Wittfogel desenvolvidas em 1938.

Os trabalhos de Caso, em relação à organização social, seguiram a interpretação de Manuel M. Moreno. Em 1954, Caso publicou trabalhos em relação às instituições indígenas pré-hispânicas e em 1959 sobre a propriedade da terra, costumes e rituais aos mortos.

Em 1959, sob a direção de Angel Maria Garibay e Miguel León-Portilla, foi publicada a revista *Estudios de Cultura Náhuatl*, apresentando trabalhos de pesquisa de diversos especialistas. Um dos principais estudos é o de Eduardo Moctezuma sobre a cultura “Morte a filo de Obsidiana”, “Muerte em el Templo Mayor”, e de Alfredo Lopes Austin, a coleção sobre *Hombre Dios*.⁸

As obras do Pós-Guerra foram ampliadas, sobretudo em relação à organização social, práticas culturais e representações. Durante muito tempo os arqueólogos se prenderam à tecnologia, arquitetura, arte e inscrições. A compreensão total da religião e do calendário, e as conexões históricas foram alguns dos objetivos principais. A partir da década de 40, os historiadores recorreram aos vestígios arqueológicos. O impulso teórico mais importante foi a obra de Gordon Childe.

Os estudos de Pedro Armillas⁹ enfocaram interesses tradicionais na religião e o estabelecimento de sequências históricas, como o conceito de formação sócio-econômica, base para a interpretação das fases de desenvolvimento da mesoamérica. O autor iniciou em 1949 o estudo sobre o regadio e sistemas de cultivo na Mesoamérica e foi seguido por Ángel Palerm com sua tese de 1953, “El regadio en Mesoamerica y la revolución urbana”. Palerm desenvolveu a interpretação sobre as sociedades hidráulicas, baseado nos dados relevantes de Wittfogel.

Em 1977, Teresa Rojas publicou temas relativos à agricultura pré-hispânica e a organização do trabalho. O interesse na agricultura pré-hispânica foi ao encontro das obras mais influentes da arqueologia norte-americana dos autores William Sanders, Barbara Price e Jeffrey Parsons¹⁰, enfoque que se relacionou com a chamada arqueologia da paisagem e com os estudos dos padrões de assentamento divulgados na arqueologia do pós-guerra. Nessas obras, os rituais durante as festas agrícolas também se referiam aos antepassados e homenagens eram prestadas aos mortos.

Uma característica fundamental das novas tendências nos estudos etno-históricos da organização social foi a busca e análise detalhada de novas fontes outrora pouco usadas, como os documentos administrativos que datavam das primeiras décadas da colônia. Essas fontes não registram perseguições ao culto dos Mortos.

Predominavam o uso das histórias publicadas dos cronistas e pouco material de arquivo. Novas obras, como as de Luiz Reyes sobre Cuauhtinchan (1977), Mercedes Oliveira sobre Tecali (1978) e Hildeberto Martinez sobre Tepeaca, têm demonstrado como o uso da nova documentação, especialmente dos arquivos locais, abre amplas perspectivas ao estudo da organização social e das práticas culturais.

Também se deve notar o recurso mais crítico às fontes tradicionais. Conjugam-se os estudos historiográficos contemporâneos com os tradicionais como Joaquín García Icazbalceta¹¹. Por outra parte há um maior rigor, na análise sociológica, de documentos administrativos como nos dados das fontes tradicionais, em lugar de se aceitar afirmações gerais dos cronistas.

Outro traço importante do uso das fontes nos estudos modernos foi a análise cuidadosa da terminologia náhuatl, que trata de elucidar as categorias semânticas indígenas como chave para se compreender a visão dos próprios participantes nessa cultura. A concentração no uso das fontes náhuas tornou-se típico do grupo que surgiu do Seminário da Cultura Náhuatl, exemplificados com os trabalhos de Alfredo López Austin e Victor Castillo Farras.

Em 1949, Arturo Monzón publicou sua tese sobre o Calpulli, mantendo a idéia de que o Calpulli como clã era a organização que integrava a sociedade mexica em sua totalidade, seguindo as idéias de Paul Kirchhoff.

As obras de Román Piña Chan¹² traçaram modelos de evolução social e cultural do México precolombiano. Julio Cesar Olivé Negret publicou em 1958 uma tese sobre Estructura y Dinamica de Mesoamerica, com análise marxista, popularizando a partir de 1960 o conceito de “Modo de Produção Asiático”.

Esse conceito foi bastante aplicado às teses mexicanas, em direções mais amplas do que se havia feito quando predominavam as idéias de Wittfogel sobre o tema. Algumas discussões se limitaram à reinterpretação de produções já conhecidas. Mauro Olmeda retomou em 1966 a interpretação de Bandelier. Roger Bartra foi o primeiro a usar o conceito de “Modo de Produção Tributário” em lugar de Asiático.

As contribuições de Brigitte Lameiras sobre o mercado e a origem do Estado foram significativas. Johanna Broda¹³ analisou a relação da Igreja e o ritual com a organização social. Discutiu os problemas relativos aos sacrifícios do Templo Mayor, onde escavações recentes trouxe-

ram novas contribuições para elucidar a complexa sociedade mexicana. Em 1977 Carmen Aguilera concentrou seus estudos na arte *tenochca*.

As crônicas selecionadas nos forneceram informações significativas sobre as concepções mentais dos primeiros espanhóis que chegaram ao México-Tenochtitlán, bem como sobre as sociedades nativas encontradas.

Essas crônicas tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento das questões relacionadas ao etnocentrismo, à alteridade, aos procedimentos espanhol e indígena, ao conhecimento das cidades e dos costumes, mas foram em grande parte destruídas logo após a entrada dos invasores em México-Tenochtitlán.

Tentamos extrair das crônicas os elementos essenciais para o melhor conhecimento da sociedade mexicana, embora consciente de que esses relatos constituíram versões etnocêntricas sobre a dominação de uma sociedade considerada exótica.

No entanto, consideramos a participação dos cronistas no processo da conquista do México de fundamental importância para a reconstrução histórica desse período. Eles documentaram, com cuidado excessivo, tudo o que se passou à sua volta, a fim de evitar que qualquer detalhe pudesse lhes escapar. Também procuraram obter informações sobre os astecas através de outros povos indígenas.

Esses religiosos tentaram descrever e registrar a cultura indígena antes de seu desaparecimento definitivo. Foram, porém, autores com pouca sorte, pois tiveram as publicações confiscadas em 1577 e seus trabalhos proibidos de circular. Foram destinados ao esquecimento, porque retratavam situações que a política colonial espanhola não desejava que se divulgassem.

O esforço daqueles primeiros religiosos, principalmente franciscanos, para informar sobre as civilizações indígenas, não foi um trabalho isolado, desvinculado das relações políticas em atender ao aparato colonial espanhol e à própria Igreja. Pelo contrário, constituiu o primeiro marco da política desencadeada pela Coroa durante a primeira metade do século XVI, visando a um levantamento cuidadoso dos recursos que poderiam ser encontrados nas Índias.

As primeiras crônicas etnográficas desses missionários traçaram um perfil idólatra das sociedades nativas através das descrições de suas manifestações culturais, que envolviam mitologia, lendas, estruturas sociais e administrativas. Não podemos, contudo, dissociar o interesse desses religiosos das tentativas feitas, em todos os sentidos, para captar a realidade indígena.

As diferenças culturais, além de surpreendê-los, exacerbaram seus valores religiosos e morais. Os sacrifícios feitos aos deuses aumentaram sua aversão e acirraram as práticas violentas contra essas manifestações religiosas. Para eles, os deuses indígenas eram diabólicos, e por isso a violência empregada para dominá-los foi justificada oficialmente.

Bernal Díaz Del Castillo¹⁴ foi um dos mais importantes cronistas da conquista espanhola. Orgulhoso por figurar entre os descobridores da Nova Espanha, resolveu escrever sobre o que testemunhara como integrante da expedição de Hernan Cortés¹⁵. Sua obra intitula-se “Historia verdadera da conquista da Nova Espanha”.

Díaz Del Castillo criticou o trabalho Lopes de Gómara¹⁶, que, segundo ele, escreveu a história da conquista apenas para agradar a Hernan Cortés. Ele resolveu escrever suas memórias na convicção de que ela seria a verdadeira história da conquista, não omitindo dados, detalhes ou qualquer outra fonte de informação, porém como participante de todos os momentos da invasão das terras dominadas pelos astecas.

A obra de Bernal Díaz é uma das fontes documentais mais importantes para o conhecimento da sociedade mexicana do início do século XVI. Através de seus relatos podemos compreender o imaginário da sociedade mexicana.

A Crônica Mexica de Hernando Tezozomoc¹⁷ é um dos principais trabalhos de autor indígena sobre a sociedade mexicana. Tezozomoc é considerado o historiador da maior crônica indígena encontrada, pela autenticidade e originalidade de seu relato.

Sobre ele escreveu Manuel Orozco y Berra, ressaltando suas qualidades de perito na língua náhuatl, dos costumes e localidades do México. Garcia Icazbalceta, em artigo dedicado a Tezozomoc, no Dicionário Universal de Historia y Geografía, afirmou que:

D.Hernando Alvarado Tezozomoc era índio nobre mexicano e que escreveu uma Crônica mexicana que abordou a vida dos mexicanos até a conquista.”Assim, dissipou dúvidas lançadas por Lucas Alamán, que erradamente, por informações de Carlos de Sigüenza y Gongora, afirmou que Tezozomoc era filho do imperador Cuitlahuitzin¹⁹.

Mariano de Echeverría y Veytia Linage assinalou a importância da obra de Tezozomoc sobre interpretação dos mapas, para maior conhecimento da localização espacial das sociedades mexicanas.

Com seus relatos sobre a sociedade mexicana, Frei Bernardino de Sahágun¹⁸, constitui estudo obrigatório para se conhecer o México- Tenochtitlán e a hispanização da sociedade mexicana. Inúmeras foram suas contribuições, salientando-se entre elas a “História General de Las Cosas de Nueva España”, com numerosas edições, no mundo inteiro. Angel Maria Garibay, um de seus maiores conhecedores, editou seus trabalhos e suas edições comentadas tornaram-se valiosas para o entendimento dessa época.

Os trabalhos de Frei Bernardino de Sahágun, em castelhano e náhuatl, reproduziram a sociedade mexicana e sua mentalidade. Através de sua obra podemos compreender as formas de pensar do homem espanhol da época da conquista sobre as sociedades indígenas da Nova Espanha. A produção de Sahágun se apresenta em duas obras paralelas. A castelhana, com depoimentos de índios mais velhos que conheciam o povo e contavam a sua história. Os indígenas, já com influência do Ocidente, redigiram em sua língua original as informações recebidas pelos mais velhos das comunidades e cada um deles registrou, de acordo com suas concepções mentais, as versões que lhes eram repassadas. Sahágun, preocupado com os dados, fez os índios copiarem e recopiarem todo o material, revisando tudo. Os originais foram conservados em náhuatl.

Na historiografia franciscana, destacou-se também Frei Andrés de Olmos, entre outros religiosos. Chegou ao México em 1528, e sua atuação entre os mexicanos foi fundamental para ampliar os conhecimentos sobre as sociedades indígenas da primeira metade do século XVI, especialmente sobre o assunto que mais conhecia - a idolatria.

Na Espanha, Andrés de Olmos publicou um estudo profundo sobre as heresias e a prática da feitiçaria em Bizcaya, intitulado *Tratados sobre a Feitiçaria*. Os fundamentos político-religiosos dessa obra foram aplicados literalmente no Vice-Reino de Nova Espanha para reprimir os cultos e rituais mexicanos. Assim, os mexicanos foram perseguidos como as bruxas de Biscaya.

As referências sobre as obras de Frei Andrés de Olmos são destacadas na *História Eclesiástica* de Frei Gerónimo de Mendieta. Os textos de Olmos, em grande parte, foram perdidos, mesmo porque o autor não possuía cópia. Em 1585 Frei Mendieta, seu primeiro biógrafo, conseguiu inventariá-los, quando identificou catorze de suas obras. Mendieta assinalou a importância da sua gramática em língua náhuatl, permitindo que, posteriormente, outros missionários e estudiosos pudessem ter acesso à cultura e organização dos mexicanos.

A Historia de la Conquista de México, de autoria de Francisco López de Gómara¹⁹, foi publicada em Zaragoza em 1552, por Augustin Millán, ressaltando a dedicatória ao rei Carlos V e exaltando o êxito da conquista. Essa obra contribuiu para ampliar o conhecimento sobre o Novo Mundo, descoberto e conquistado pelos espanhóis em menos de sessenta anos.

Refletiu também o deslumbramento de Lopez de Gómara pelo Novo Mundo, destacado enfaticamente em sua correspondência ao Rei da Espanha. Gómara informava [...] Muy Soberano Senõr: La mayor cosa después de la creación del mundo, sacando la encarnación y muerte del que lo crió, es el descubrimiento de Indias[...].

Naquela obra, López de Gómara desenvolveu o gênero histórico. Sem conhecer as *Indias*, apenas consultando mapas e cartografia, descreveu com maestria o Novo Mundo. Era um homem de cultura humanista, curioso, que registrou tudo que observou e leu. Seus biógrafos consideram-no dotado de [...]singular genialidade para hacer en trazos breves descriptiones certeras; siempre procura dejar de lado el detalle, de allí que su obra sea alquitarada, modelo de síntesis[...] 26.

As fontes utilizadas por Gómara foram os Memoriales e a Historia de los Indios de Nueva España de Frei Toribio Motolinia; as crônicas e os manuscritos de Oviedo que lhe serviram de elementos para sua História; a Relación enviada por Pedro de Alvarado a Hernán Cortés em 28 de julho de 1524, que lhe permitiu escrever os capítulos “Conquista de Utlatan que hizo Pedro de Alvarado e a “Guerra de Cuauhtemallan”; Andrés de Tapia, autor de uma história da conquista que esteve inédita até 1866, ano em que foi publicada por Icazbalceta. O manuscrito termina com a derrota de Pânfilo de Nárvaez e esses episódios foram usados por Gómara.

“A Historia de los Indios de La Nueva España”, por Frei Toribio de Benavente ou Motolinia²⁰, descreveu os rituais, idolatrias e sacrifícios dos índios da Nova Espanha. Tratou-se de uma obra imprescindível para o estudo das sociedades mexicanas da época da conquista. Um testemunho das estruturas indígenas e de maior relevância para a compreensão do tema que estamos desenvolvendo.

Frei Motolinia, como era conhecido, também autor dos *Memoriales*, escreveu suas obras por volta de 1540. Frei Jerónimo de Mendieta, que conviveu com Motolinia e o assistiu na sua morte, reproduziu seus trabalhos. Os originais das suas obras não foram encontrados. Há con-

trovérias sobre a originalidade da *Historia de Motolinia*, que pode ter sido escrita na Espanha por outra pessoa.

O’Gorman acredita que haja fundamento nessa crítica. Há dados suficientes para se afirmar que a relação histórica conhecida com o nome de “*Historia de los indios de Nueva España*” “não tenha sido escrita por *Motolinia*”. Para ele, parece provável que a obra foi composta na Espanha por volta de 1565. O’Gorman acha que se trata de um livro que deriva em sua totalidade da obra histórica de *Motolinia*, atualmente desaparecida, mas que foi indiretamente atribuída a ele.

A contribuição de Frei Bartolomeu de Las Casas foi extraordinária para elucidar as questões ligadas à alteridade, ao etnocentrismo e à violência da conquista. Na sua obra monumental, conhecida como “*Apologética Historia*”, encontram-se reunidas e sistematizadas as informações sobre as sociedades indígenas mexicanas.

Las Casas começou a trabalhar em sua “*Historia de las Índias*” em 1527, quando vivia no Monastério de sua Ordem Dominicana, em Espanhola, atualmente São Domingos. Durante vinte dedicou-se à defesa dos índios e às discussões intermináveis com a Coroa.

Em 1552, em Sevilha, empreendeu a publicação de seus textos mais polêmicos e a revisão do manuscrito da “*Historia de las Índias*”. Em 1555 escreveu os primeiros capítulos da obra que será publicada como *Apologética*. Em 1559 terminou a *Apologética* e ofereceu os manuscritos ao Colégio de São Gregório de Valladolid. Em 1561 terminou a redação do *Libro III* da *Historia*. Morreu em 1566, em Madrid, no Convento de Nuestra Señora de Atocha.

A melhor obra sobre Las Casas é a de Lewis Hanke e Manuel Giménez Fernández, publicada pelo Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, em Santiago do Chile, em 1954. Várias foram as edições da *Apologética*, destacando-se a Edição de Manuel Serrano Sanz, vol.13, 1909, pela Nueva Biblioteca de Autores Españoles. A segunda edição consistiu num estudo crítico de Juan Pérez de Tudela, pela biblioteca de Autores Españoles, vols. 105/106 em 1958. A terceira edição contém um Estudo Preliminar de Edmundo O’Gorman do Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional Autónoma de México.

“*A História de las Indias*”, editada por Augustín Millares Carlo, pela Fondo de Cultura Económica, em 1951 foi reeditada em 1966. As edições, em Madrid, de Juan Pérez de Tudela e Emílio López Oto,

datam de 1957/1961.” Os Opúsculos “, cartas e memoriais, foram editados em 1958 por Juan Pérez de Tudela em 1958, em Madrid, pelo Editorial Atlas. O Editorial Porrúa publicou “Los Indios de Mexico y de Nueva España “ em 1966 e a sexta edição em 1987, com notas de Edmundo O’Gorman e colaboração de Jorge Alberto Manrique.

No final do século XVI, em 1554, Frei Gerónimo de Mendieta chegou ao México e foi para o convento de Xoximilco. Aprendeu a língua mexicana para melhor evangelizar os índios. Tomou contato com os franciscanos e tratou de recopilar seus trabalhos. Influenciado pelas obras de Frei Toribio Motolinia escreveu a “Historia Eclesiástica Indiana” . A primeira edição data de 1870 por Joaquín García Icazbalceta. Outras edições foram apresentadas, especialmente, pela Editora Porrúa, com gravuras que adornaram o manuscrito original e que não constaram da obra de Icazbalceta García, além de algumas gravações de Frei Diego Valadés, escritor e pintor franciscano do século XVI.

Diego Valadés nasceu em Tlaxcala em 1533, de origem mestiça, filho do conquistador Diego de Valadés e de uma índia tlaxcalteca. Frequentou a escola do Frei Pedro de Gante (primeiro franciscano que chegou com Cortez ao palácio de Montezuma) e em 1548 ingressou na Ordem Franciscana.

Assim como os demais franciscanos legou grandes relatos sobre a sociedade mexicana. Entre seus trabalhos destacou-se a “Assertiones Catholicæ “, obra inédita , com 17 capítulos e uma dedicatória a Gregório XIII 30. Preocupou-se com a divulgação da cultura eclesiástica européia, clássica e humanística, além de se dedicar ao conhecimento da cultura mexicana, caminho mais adequado para a evangelização.

“A Historia de la Conquista de México” de Antonio de Solís é um dos trabalhos fundamentais para a melhor compreensão da sociedade asteca. Apesar de uma obra literária, foi muito criticada pelos historiadores eruditos no século XVIII. Segundo O ‘Gorman, essas críticas fizeram parte da “ceguera peculiar ao eruditismo”³¹.

Os “Documentos Inéditos del Siglo XVI para la Historia de México”, da Coleção Mariano Cuevas, do Archivo de Índias, é uma das fontes imprescindíveis para se estudar as atividades das autoridades espanholas no México, principalmente a participação das Ordens religiosas na perseguição às crenças indígenas.

Essa Coleção é formada por documentos raros coligidos e anotados pelo jesuíta Mariano Cuevas, que os recebeu do Padre Pablo Pastells,

responsável pelos fundos relativos à História da Igreja na América e Filipinas, em Sevilha. Genaro García recebeu essa documentação de Mariano Cuevas e a publicou no México em 1914, pelo Editorial Porrúa, a segunda do mesmo Editorial data de 1975. A Introdução é de Genaro García e o Prólogo de Mariano Cuevas.

Fazem parte dos estudos historiográficos mexicanos os códices indígenas. Destacando-se, o “Códice Azoyú - El reino de Tlacinollan”, editado pela Fondo de Cultura Económica, no México, de autoria da etnohistoriadora Constanza Vega Sosa. É considerado fundamental para o conhecimento dos povos Tlapanecas, entre os séculos XIV e XV.

Trata-se de um manuscrito do século XVI, embora a maior parte de seu conteúdo se refira ao século XIV indígena, retratando uma região pouco documentada. É um Tlacuilo que recupera a memória dos antigos mexicanos. O trabalho de Vega Sosa veio suprir a falta de conhecimento desses povos dominados pelos mexicanos e que em menos de dez anos incluíram em seus rituais os sacramentos do cristianismo.

Comparando esses textos, tivemos condições de tecer análises mais próximas da realidade das concepções mentais desses povos pré-hispânicos e avaliar o trabalho dos primeiros espanhóis que estiveram no México.

Aquele Códice foi descoberto no Convento de San Francisco em 16 de setembro de 1856. Encontrava-se encadernado em pergaminho, aproximando-se mais de uma coleção de fragmentos. Tratou da situação indígena, origem divina dos mexicanos e, sobretudo, da matança da nobreza nativa em Cholula, por Pedro de Alvarado, por motivo de cobiça. A quarta edição, de 1987, do Editorial Porrúa, precede a Crônica Mexicana escrita por D. Hernando Alvarado Tezozomoc, em 1598, com anotações de D. Manuel Orozco y Berra.

O “Códice Florentino” constitui um dos trabalhos mais importantes de Sahágun para o entendimento da cultura náhuatl. Os estudos indicaram ter sido publicado no final do século XVI ou início do século XVII, pois Sahágun não chegou a vê-los. Esses Manuscritos, conservados em Madrid, apresentaram notas, esclarecimentos e correções à mão, embora estivessem incompletos.

O Manuscrito do Códice Florentino encontra-se na Coleção Palatina de la Biblioteca Medicea Laurenziana, 218-20 em 3 volumes datados de 1799, no Archivo General de la Nación, no México.

Textos em náhuatl dos informantes indígenas de Sahágun encontram-se no Códice Matritenses de la Real Academia de História. Foi

editado e fac-similado por Francisco del Paso y Troncoso, vol. VII de 1906 e vol. VIII de 1907, em Madrid, pela Fototipia de Hauser y Menet. Esse Códice encontra-se no Archivo General de la Nación, no México.

A Historia da nação mexicana desde a saída de Aztlan até a chegada dos espanhóis encontra-se no Códice Aubin ou Códice de 1576. O texto náhuatl do manuscrito 35-36 encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris. Foi reproduzido em 1893, em fac-símile em J.M.A. Aubin, *História de la Nación Mexicana*, em Paris pelos editores E. Lecroix.

Os Anales de Cuauhtitlán ou Códice Chimalpopoca localiza-se - se no Archivo General de la Nación, no México. Foi editado pela Imprensa Universitaria em 1945. Esse manuscrito serviu de referência para vários autores, entre eles Tezozomoc, que utilizou suas lâminas na *Crônica Mexica*, editado pela Porrúa, no México, 1987.

Jorge Arguello Sánchez (2001) discute questões referentes à concepção dual desenvolvida pelas culturas mexicanas antigas e a necessidade que os antigos mexicanos tinham de conhecer ou dar explicações aos fenômenos naturais, mesmo aqueles que causassem benefícios ou destruições. Ele também recorre aos cronistas para analisar as práticas e representações nativas. O seu livro, sem dúvida, consiste numa grande contribuição para os estudos mexicanos.

A contribuição de Lilian Scheffler (1993)²¹ em *Magia y Brujería en Mexico* introduz o leitor ao mundo dos antepassados mexicas. Os dados oferecidos pela autora acrescentam informações sobre as práticas e representações mexicas. A autora recorre às pesquisas de fontes primárias do século XVI, como Sahágun, Durán e outros cronistas, além de historiadores especialistas em religião para descrever a vida cotidiana e formas de pensar dos antigos mexicanos. Suas descrições são importantes e esclarecem as informações deixadas pelos religiosos sobre a visão indígena. É um texto que cristaliza as práticas sincréticas no México.

André Vauchez²², em *a Espiritualidade na Idade Média*, vem preencher as informações sobre a influência ocidental na cultura mexicana, com a conquista e colonização.

Jean Starobinski (1994)²³ em *Dom, Interesse e Desinteresse* analisa o fausto das festas. Descreve como as sociedades reproduziram através do tempo as práticas de desperdício, dissipação ou prodigalidade, especialmente a romana, para construir as relações sociais de clientelismo, entre outras. Sua leitura é importante, pois remonta às práticas pagãs e

à influência no cristianismo. E poderá ser utilizada para exemplificar as festas e rituais quando são realizados, com excesso de comida, bebida, dança e muita alegria, levando à desordem com brigas e namoros entre os participantes.

Os versos escritos pelo Rei Netzahualcōyotl²⁴, compilados por Jose Luiz Martinez, são fundamentais para se compreender a relação entre a vida e a morte. Os náhuatl concebiam que morrer era o destino do homem.

José Guadalupe Posada²⁵ tornou-se célebre por seus desenhos e gravações sobre a morte. Escritor e publicitário, imprimiu e ilustrou livros e imagens religiosas. Ajudou a consolidar a festa do Dia dos Mortos, tornando a caveira o símbolo da vida cotidiana. As caveiras eram representadas vestidas com roupas a rigor, montadas a cavalo, bicicleta e em festas macabras, além de reproduzir caricaturas de políticos. Posada foi considerado o melhor artista que interpretou a vida e atitudes do povo mexicano durante a Revolução Mexicana

Octávio Paz, em *O Labirinto da Solidão*, desenvolve um excelente texto sobre a morte entre os mexicanos. O Dia dos Mortos não se festeja com a solenidade acostuada no mundo europeu. No México, em cada ano os defuntos são adulados pelas famílias e acariciados. Os mexicanos passeiam com a morte, brincam com ela, acariciam, fazem festa para ela, é um de seus brinquedos favoritos e amor permanente²⁶.

Rosa M. Zamora, autora do Dia dos Mortos, trata essa festa como uma tradição. Para ela é uma combinação da espiritualidade pré-colombiana com a cristandade. Zamora escreve que os antepassados mexicanos acreditavam no retorno das almas ao mundo dos vivos para ficar com seus entes queridos e também desfrutar dos prazeres mundanos uma vez por ano. As festas eram para comemorar a felicidade. A autora tece uma série de considerações sobre essas práticas culturais. Seus estudos consubstanciarão nossas análises.

Para Gabriela Bernal Mejía²⁷, a festa dos mortos é uma tradição muito representativa da cultura mexicana, que é a atração pela morte. A autora descreve as festas, as comidas e bebidas e enfatiza que se trata de uma tradição que se conserva. Destacam-se ainda os trabalhos de Alejandro Ángeles Ortiz, Jessica Domingos Ortega e Raúl Rubio Morales, além de *O Altar para o Defunto*, de Laura de la Vega.

Em sua obra, Vega descreve alguns lugares onde se colocam os altares para os defuntos: dentro de casa, à vista dos visitantes, nas áreas

mais íntimas da casa. A fotografia do defunto ocupa o lugar principal do altar e é rodeada de objetos que a pessoa gostava de desfrutar em vida, como pratos de comida, frutas, bebidas, livros, cigarros, e até garrafa com licor, Flores de “Tzempaxuchitl”, caveiras de açúcar e Pão dos Mortos fazem parte das antigas tradições, além de incenso e velas.

Arturo García Hernández escreve sobre mitos, tradições, crenças, em resumo, o imaginário coletivo no México. Tanto García Hernandez como Enrique Florescano²⁸ asseguram que “em quase todos os países da América Latina agora há um interesse muito forte por reconstruir a memória coletiva, não as histórias oficiais ou as interpretações profissionais feitas por historiadores. Interessa o que poderíamos chamar de imaginário coletivo que abarca os mitos, a festa cívica, a festa popular, as devoções tradicionais, os heróis, ainda que sejam fictícios”.

Para eles os mitos têm uma característica: são crenças coletivas compartilhadas. Portanto, são quase como fatos reais porque as pessoas os tomam assim. Alguém pode dizer que são falsos, mas as pessoas crêem neles.

Enrico Florescano afirma que a História das Mentalidades tem que levar em consideração essas crenças. Esses autores são relevantes para os estudos historiográficos mexicanos.

Estudos recentes de Fernando Báez sobre a destruição cultural da América Latina destacam a construção de novos conceitos para explicar a trajetória dessa destruição. O autor historiciza o saque da cultura americana, apontando as causas do etnocídio, desde o assassinato da memória, exemplificando com a estátua da deusa Coatlicue, detentora da vida e da morte dos homens.

Essa estátua foi encontrada em 1790 e levada para o pátio da Universidade do México. Naquela ocasião, após uma rápida análise, sugeriu-se que a estátua deveria ser novamente enterrada para que sua presença não despertasse a recordação da religião antiga entre os indígenas insensíveis à bondade do cristianismo.

Em 1804, o barão alemão Alexander von Humboldt, após examinar aquela arte indígena, mandou que a enterrassem. Apenas em 1982 o governo mexicano permitiu que fosse exposta ao público. O mesmo ocorreu com a descoberta da Pedra do Sol, um gigantesco monólito com um calendário asteca, encontrada na Plaza Mayor, e guardada na Catedral Metropolitana. Só a pressão popular conseguiu que a Pedra do Sol fosse levada para o Museu.

Assim como a estátua de Coatlicue e a Pedra do Sol, a memória coletiva e os imaginários astecas foram arrancados da história dos antigos mexicanos.

A História da destruição cultural das sociedades americanas estava apenas no início. A Igreja prosseguiu com o processo de dessacralização da religião nativa, através evangelização e da força da Inquisição.

A destruição continua com a violência, exemplificada com os butins ao longo dos séculos e culminando com o saque nazista no século XX. O autor aponta o horror do Holocausto, a aniquilação sistêmica de milhares de judeus e, sobretudo, o memoricídio, quando milhões de bens culturais tangíveis e intangíveis foram destruídos em expurgos inimagináveis. Também pode ser entendida como um etnocídio e memoricídio premeditados para mutilar a memória histórica e atacar a base fundamental da identidade das populações. Com essa estratégia perderam-se 60% do patrimônio tangível e intangível da região, além da transculturação que produziu uma operação bem sucedida de alienação.

A identidade cultural latinoamericana não é uma unicidade, mas um conjunto das diversas identidades culturais existentes e produzidas numa dada região, em que o sentimento de pertencimento do mesmo espaço geográfico, socioeconômico, linguístico e cultura denominadas de América Latina é um elemento integrador. Um sentimento de riqueza e afeto diante da consciência de que cada país deste vasto continente é a um só tempo multiétnica e pluricultural. A identidade cultural latino-americana produz uma unidade na diversidade, uma integração tanto das identidades como das sociedades, mas não permite a existência de uma cultura única.

A identidade social deve ser compreendida pela capacidade de compreensão, de atuação, e pela percepção que as pessoas de um determinado grupo social têm a respeito de si mesmas, de seus grupos de referência e pelas orientações que imprimem à sua vida. A identidade social envolve também as experiências e a consciência que as pessoas têm do pertencimento a um determinado coletivo humano. Desta forma, compartilham e manipulam um referencial social e humano comum. A identidade social ou individual está profundamente imbricada.

A historiografia, incluindo os estudos sobre identidade, ganha sentido estratégico numa conjuntura de intensas e tensas mudanças sociais. O debate sobre identidade só será compreendido em sua complexidade quando considerado como parte de mudanças nos conceitos e modos de produzir e sentir a nação e o território.

O processo de exclusão produzido pelo modelo social e produtivo de colonização permitiu que a questão da identidade cultural ressurgisse, na segunda metade do século XX, como estratégia discursiva e social de resistência à globalização, revelando possibilidades e a capacidade de organização e mobilização dos grupos locais. Essa identidade constitui instrumento de coesão e mobilização dos diferentes grupos sociais. Em uma conjuntura orientada pelos valores e interesses dos projetos identificados com a lógica da globalização, a identidade cultural aponta um novo contexto, que se expressa na idéia de um mundo sem fronteiras.

A identidade cultural na América Latina tem sido determinada pelos movimentos e contexto internacional que modificam as forças internas. Os processos sociais e culturais regionais enfatizam a resistência à dominação externa e a imposição dos seus valores, hábitos e modos de ser. Mas a diferença e o pluralismo e, principalmente os processos sociais, como a mestiçagem e o hibridismo, são condição essencial dessa identidade que se recusa a ser subordinada.

A historiografia latinoamericana destaca a América Latina como um lugar social, que produz espaços identitários preenchidos por símbolos e significados diferentes entre os povos locais. São esses povos que demonstram a “domesticação” simbólica, relacional e produtiva de um continente que desconsiderava a lógica histórica e cultural européia, permitindo que fossem produzidas marcas para constituir e reconstituir o novo continente para os locais, para aqueles que estavam em outros continentes ou falavam de um lugar diferente do latino-americano.

NOTAS

- ¹ Prescott, William Hickling *The History of Conquest of Mexico*. N.York.,1970
- ² D. Manuel Orozco y Berra. México, Editorial Porrúa, 1987, 4a. Edición
- ³ Bandelier, - *A desordem*.RJ, Bertrand do Brasil.1997; *O Confronto*, Bertrand do Brasil, 2002
- ⁴ Radin, Paul – *Anthropology Indian American African*.N.York, s/d
- ⁵ Kroeber, A. Alfred Kroeber (1876-1960), um dos precursores da Escola Cultural Americana, desenvolvida por Franz Boas (1858-. 1942)
- ⁶ Moreno, Manuel, “La organización política y social de los aztecas”, México, FCE, 1931 e, reedic.1962
- ⁷ Paul Kirchhoff (Horste, 1900 - Cidade do México, 1972), filósofo e antropólogo alemão. Estudou na Universidade de Berlim, especializando-se em etnologia mexicana. Co-fundador da *Escuela Nacional de Antropología e Historia* (México), em 1938. Foi investigador da UNAM. Definiu o conceito de Mesoamérica para o estudo e classificação etnográfica da região mexicana e centro-americana realizando também importantes investigações sobre as culturas do México.

- ⁸ Matos Moctezuma, “ Morte a filo de Obsidiana”, “Muerte em el Templo Mayor”, e Lopes Austin,A, a coleção sobre Hombre Dios.Mexico, Museu Antropologia e UNAM
- ⁹ Armillas, Pedro - Tecnología, Formaciones Socioeconómicas y Religión en Mesoamérica. México, INAH, 1985 p.25/41
- ¹⁰ William Sanders, Barbara Price e Jeffrey Parson- SANDERS, William T. - Pré-História do Novo Mundo.RJ, Zahar, Editores, 1971
- ¹¹ García Icazbalceta,Joaquín. - Nueva Colección de Documentos para la Historia de México,Díaz de León, 1886-1892, 5 v. Reimpreso, México, Chavez Hayloe, 1941/1944
- ¹² PIÑA CHAN, Román -Un Modelo de Evolución Social y Cultural del México
- ¹³ BRODA, Johanna - La Expansión Imperial Mexica y Los Sacrificios del Templo Mayor. México, INAH, 1985, p. 433/477
- ¹⁴ Díaz del Castillo, Bernal - Historia verdadera de la Conquista de la Nueva España,Madrid, Espasa-Calpe, 1989, 8a. edición
- ¹⁵ Cortés, Hernán - Cartas de Relación. Edición anotada por Julio de Riverend. México, Editorial Concepto, 1989
- ¹⁶ LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco - Historia de la Conquista de México- Estudio Preliminar de Juan Miralles Ostos. México, Editorial Porrúa, 1988
- ¹⁷ TEZOZOMOC, Hernando Alvarado - Cronica Mexicana. Anotada por Manuel Orozco y Berra y precedida del Códice Ramirez - manuscrito del siglo XVI. México, Editorial Porrúa, 1987, 4a. ed.
- ¹⁸ SAHAGÚN, Fray Bernardino de - Historia General de las Cosas de Nueva España. Escrita por Fr. Bernardino de Sahagún, Franciscano. Nueva Edición, con Numeración, Anotación y Apéndices de Ángel María Garibay K. México, Editorial Porrúa, 1992
- ¹⁹ Gomara, Francisco Lopez- A Historia de la Conquista de Mexico “, Zaragoza. por Augustin Millá, 1552.Porrúa, 1970
- ²⁰ MOTOLINIA, Frei Toribio - Historia de los Indios de la Nueva España. Edición comentada por Edmundo O’Gorman. México, Editorial Porrúa,1984
- ²¹ Scheffler, Lilian- Magia y Brujería en México. México Panorama Editorial,1993, p.158:172
- ²² Vauchez, André _ A espiritualidade na Idade Média Ocidental.RJ, Ed.Jorge Zahar, 1995. Em 1009, os papas Silvestre II e João XVII obrigaram a comunidade a dedicar um dia aos mortos. Essa data foi ratificada, posteriormente e em 1015 pelo Papa Leão IX, As origens católicas para as festividades em homenagem aos mortos remontam ao ano 741quando a Festa de Todos os Santos foi transferida, pelo Papa Gregório III, de 13 de maio para 1º de novembro, dia da consagração da Capela de Todos os Santos, em São Pedro, Roma; e tornada obrigatória nos anos 840, pelo Papa Gregório IV.
- ²³ Starobinski, Jean – Dom, Interesse e Desinteresse – 1994. _____”A literatura o texto e seu intérprete.” In LE GOFF, Jacques & Nora, Pierre (Orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- ²⁴ Martinez, José Luiz - Nezahualcoyotl – Vida e Obra. Mexico, Biblioteca de America 1986
- ²⁵ José Guadalupe Posada (1852-1913),ilustrador de la muerte
- ²⁶ Paz, Octavio – El Labirinto de la Soledad., lançado em 1950. Labirinto da Solidão.SP, Paz e Terra, 4ª. Ed. 2007.
- ²⁷ Gabriela Bernal Mejía, Alejandro Ángeles Ortiz, Jessica Domingos Ortega e Raúl Rubio Morales, El Altar para el Difunto.- Laura de la Vega.Mexico. Universidad de Texas, 1991.
- ²⁸ Florescano, E. -Memória Mexicana. Mexico, FCE 2007.



Resenha

Gabriel Passetti

Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack

Ana Carolina Gutierrez Pompeu

Nas duas últimas décadas, a História vem assistindo ao surgimento de novas perspectivas teórico-metodológicas, que proporcionaram o desenvolvimento de um olhar inédito sobre a relação entre as populações nativas e os Estados nacionais em vias de consolidação. Se as tradicionais interpretações relegavam aos indígenas a condição de vítimas passivas dos processos de conquista e de colonização, os novos estudos contemplam a qualificação desses grupos sociais enquanto agentes que foram capazes de desenvolver estratégias políticas e de moldar o próprio futuro diante dos desafios do contato e da dominação.

Até bem recentemente, a produção historiográfica argentina sobre o processo de expansão da linha de fronteira nacional em direção aos territórios austrais, ocorrido ao longo do século XIX, assumiu uma postura etnocêntrica. Produziam-se obras que exaltavam as ações militares contra os indígenas, interpretando-as como um ato heroico responsável pela construção de um Estado moderno e civilizado. Na contramão dessa tendência podemos situar a análise empreendida por Gabriel Passetti em *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*. A publicação, escrita originalmente em 2005 para a obtenção do grau de Mestre em História Social pela FFLCH/USP, é sem dúvida de grande valia àqueles que têm interesse não apenas pela temática indígena, como também por uma análise crítica em relação às políticas oficiais dos Estados nacionais.

Dialogando com as mudanças conceituais e com os avanços obtidos pelas pesquisas de acadêmicos como David Viñas, Carlos Martínez

Sarasola, Enrique Mases e Walter Mario Delrio, o livro enfrenta uma temática ainda hoje polêmica e controversa na Argentina, contemplando a necessidade de incorporar a sociedade indígena como parte integrante da História. Em linhas gerais, apresenta uma análise das relações entre indígenas e *criollos*, no sul da Argentina, na temporalidade que se estende desde 1852 até 1885. Naquele ano, os índios Ranquel aderem às tropas de Justo José de Urquiza na luta contra Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires; neste, o único cacique soberano ainda remanescente, Saygüequé, se rende às tropas nacionais.

A riqueza desse trabalho revela-se no destaque conferido à participação política dos grupos indígenas na formação do Estado Nacional argentino. A partir das fontes abordadas – documentos oficiais; memórias e relatos de políticos e militares; cartas manuscritas de caciques – Gabriel Passetti é capaz de identificar que as comunidades nativas dos Pampas e da Patagônia eram politicamente estruturadas e militarizadas. Assim sendo, longe de serem vítimas passivas das experiências vividas, os índios consistiam em sujeitos históricos, que negociavam a paz ou provocavam a guerra com os *criollos* defendendo conscientemente seus interesses conjunturais.

Em seu primeiro capítulo, Gabriel Passetti expõe uma breve genealogia do conflito com as populações nativas argentinas desde o período colonial até o acirramento da situação de conflito, terminado na Campanha do Deserto de Juan Manuel Rosas. Por meio da categoria “zona de contato”¹, cunhada pela crítica literária canadense Mary Louise Pratt, Passetti procura mostrar a diversidade de relações com as sociedades indígenas do Pampa. Muito além do conflito, tradicionalmente enfatizado pela historiografia, são apresentadas relações diplomáticas, comerciais e culturais como parte da dinâmica de interação nas zonas de contato entre índios e *criollos*. No período posterior à independência, a situação de conflito aumenta devido à competição de *criollos* e índios pela utilização comercial do gado *cimarrón*, que habitava as planícies *pampeanas*.

De acordo com o autor, as sociedades indígenas existentes no Pampa consistiam na miscigenação de diferentes grupos indígenas, tais como Tehuelches e Mapuches, além das populações hispânicas que agregaram seus elementos culturais às populações originárias, após longo período

¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

de convivência. Das disputas pelo gado que pastava livremente pelo Pampa, a sociedade *criolla* foi pautando-se em fortes para promover a expansão de sua fronteira ao sul, garantindo o monopólio dos animais e a posse das zonas férteis do Pampa em meio aos desertos. Por outro lado, distintos grupos indígenas promoviam *malones*² contra as populações próximas às zonas de fronteira, que por sua vez, pressionavam as autoridades portenhas a aumentarem a segurança na região.

Gabriel insere as mudanças nas relações com os indígenas nas disputas em torno da configuração política da Argentina independente. A análise da historiografia e de um amplo acervo de documentos extraídos de diversos arquivos argentinos permitiu inferir que as aproximações e os conflitos com as confederações indígenas e os principais caciques compunham a trama de relações políticas em torno da definição do grupo político que atuaria no novo país. Unitários e Federalistas desenhavam alianças com os habitantes do Pampa, visando ao enfraquecimento do grupo adversário. Com a entrada do estancieiro Juan Manuel Rosas no governo de Buenos Aires, as ações na fronteira foram intensificadas, culminando com a Campanha do Deserto, em 1833. Ações de extermínio aos grupos nativos foram empreendidas, resultando no enfraquecimento do poder dos caciques *pampeanos*.

A utilização política das relações com as sociedades indígenas prossegue no segundo capítulo, abrangendo o período de 1852 a 1861, momento em que se buscou a definição de um projeto político a ser adotado pelo país, após a queda de Rosas. As disputas entre Buenos Aires e as demais províncias, principalmente a respeito da destinação dos recursos oriundos do porto de Buenos Aires, movimentaram o jogo político do período. No plano ideológico, os discursos sobre “civilização e barbárie” oriundos da “Geração de 37”, pressionavam uma solução “civilizadora” em relação às sociedades originárias, que destituísse os desertos *pampeanos* da barbárie associada à presença indígena. A pesquisa documental presente na obra de Passetti mostrou como tanto os *malones* quanto as alianças foram utilizados pelos grupos políticos em atuação para promover a defesa de seus interesses.

Tal viés de análise é pouco trabalhado pela historiografia disponível sobre o assunto, inserindo a pesquisa de Passetti nas novas tendências de

² Ataques promovidos pelos índios nas zonas de criação de gado, com o objetivo de apropriação desses animais, principalmente para finalidades comerciais.

análise da temática indígena, que ampliam a visão sobre o contato com os povos nativos, percebendo as conexões com os interesses políticos, econômicos envolvidos, além das tendências “civilizacionais” contidas nos discursos da época. As denúncias dos *malones* se alternavam com as denúncias de extermínios, mostrando a participação dos caciques no processo político argentino.

O capítulo seguinte apresenta o período de preponderância militar indígena sobre os exércitos argentinos na fronteira sul. Grandes confederações indígenas como Salinas Grandes e Leuvucó se aproveitaram da limitação do exército argentino em atuar nos fortes da fronteira. A eclosão da Guerra do Paraguai esvaziou a fronteira sul de exércitos, aumentando a incidência dos *malones* indígenas. O conhecimento do desequilíbrio internacional pelos índios era utilizado como forma de pressionar o governo a aumentar o pagamento de tributos em forma de animais e vícios para as Confederações indígenas, devido à impossibilidade de reação militar. No entanto, ao mesmo tempo em que a Guerra do Paraguai possibilitou o fortalecimento indígena, o exército argentino obteve um ganho militar ao longo do conflito, fornecendo subsídios para o estabelecimento definitivo da supremacia militar perante os índios, a partir da década de 1870. O desenvolvimento de novas tecnologias adaptadas ao campo de batalha possibilitou ações mais ofensivas contra os indígenas do Pampa. O uso das linhas telegráficas, por exemplo, gerou informações mais rápidas e precisas sobre o deslocamento e formação dos *malones*. De acordo com Passetti, o período que coincidiu com a supremacia indígena na fronteira e com o conflito internacional resultou na formação de uma geração de militares genocidas, movidos pelo binômio “civilização ou barbárie”. Julio Argentino Roca e Álvaro Barros estiveram entre os nomes dessa geração de militares que fizeram uso da estratégia militar utilizada nas guerras modernas para enfrentar os indígenas, angariando territórios para o Estado.

No último capítulo, “submissão, etnocídio ou resistência”, são expostos os embates diretos contra os indígenas durante o período de 1872 e 1885. A vitória do exército argentino sobre o grande cacique Calfucurá deu início ao período em que a utilização do telégrafo, da cartografia e da estratégia militar colocou fim à supremacia indígena no Pampa. As ações na fronteira promovidas por Adolfo Alsina e Julio A. Roca, ambos à frente do Ministério de Guerra e Marinha, foram analisadas pelo autor, que denominou as estratégias contra as populações

originárias de “ações genocidas”. Com auxílio de documentos produzidos pelos próprios militares, chegaram-se-se a números aproximados de vítimas efetuadas pelos exércitos argentinos, encaminhando a conclusão do livro para o entendimento da Campanha do Deserto de 1879 como um genocídio perpetrado contra as populações indígenas, possível devido aos discursos civilizacionais e evolucionistas que excluía essas sociedades do conjunto de referenciais considerado apto ao ideal da civilização.

Mediante reflexões aprofundadas, *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)* possibilita o entendimento das relações estabelecidas entre indígenas e *criollos* ao longo do século XIX na Argentina, recuperando a centralidade da resistência orquestrada pelas comunidades indígenas ao projeto nacional de expansão territorial e de usurpação de suas terras. Em um cenário latino-americano contemporâneo, em que se fortalece a participação dos nativos na vida política das nações, faz-se essencial reforçar não apenas seu papel enquanto sujeitos históricos, como também a memória dos verdadeiros massacres perpetrados em nome da civilização e do progresso.



NARCOTRÁFICO, VIOLENCIA Y PAZ EN AMÉRICA LATINA¹

Adalberto Santana² - Universidad Nacional Autónoma de México

RESUMEN

El pensamiento político latinoamericano en los inicios de la segunda década del siglo XXI, tiene un gran reto como es el estudiar y analizar e interpretar adecuadamente los nuevos fenómenos que se presentan en la compleja realidad regional. Así, uno de los retos actuales es identificar una diversidad de temas medulares en diversos países latinoamericanos que conforman la agenda de las preocupaciones de nuestro momento actual. En ese sentido a nuestro juicio identificamos que uno de los problemas más acuciantes es el del crecimiento del crimen organizado y específicamente del narcotráfico. Tarea prioritaria en el desarrollo del pensamiento político latinoamericano y del trabajo que presentamos aquí. Ya lo decía el maestro Leopoldo Zea cuando se refería al identificar este tipo de problemas: “Se debe enfrentar el narcotráfico como un mal que está dañando a la Humanidad, pero solidariamente, sin subordinación alguna”.

Palabras-Claves: Narcotráfico - Violencia - América Latina

1. EL CRIMEN ORGANIZADO

La fuerte ola de violencia que él ha ejercido en lo que va del siglo xxi, parece ser uno de los asuntos prioritarios de la agenda política de la seguridad latinoamericana.³

Según datos de la ONU, actualmente la región centroamericana posee uno de los peores índices de violencia en el mundo, principalmente como consecuencia de actividades ligadas al narcotráfico. (...) Honduras registra una tasa de 85 homicidios por cada 100 mil habitantes, luego se ubica El Salvador con 65 por cada cien mil habitantes y seguidamente Guatemala, cuyo índice es de 41 asesinatos por cada cien mil habitantes.⁴

De esa ola de violencia el tema del tráfico ilícito de drogas ha sido condenado por una diversidad de voces provenientes de innumerables sectores sociales. Sin embargo, pocas veces esas mismas expresiones logran

brindar una explicación objetiva y racional del creciente fenómeno y la violencia que hoy con gran saña le acompaña.

Particularmente lo que más se escucha en las posturas oficiales, es encontrar expresiones de condena y de brindarle al problema del poder del narcotráfico una “guerra frontal”. Declaraciones de buen fe y voluntarismo que lleva el reconocimiento explícito de que en varios países de la región como en el caso de Brasil, Colombia, México o Guatemala, se vive una situación de guerra contra esa expresión del crimen organizado.

Por ejemplo en México de 2006 a nuestros días (agosto de 2012) suman más de 60,000 víctimas en todo el territorio nacional. En el caso de Colombia, al ex presidente Álvaro Uribe se le calificó como uno de los tres “narcopresidentes colombianos” que facilitaron el auge de los carteles de la droga en su país”. El grupo de los llamados “narcopresidentes” colombianos han sido a decir de Virginia Vallejo: Alfonso López Michelsen, Ernesto Samper Pizano y el ex mandatario Álvaro Uribe.⁵ Acusación que basada en el testimonio de Pablo Escobar Gaviria, según Vallejo, mucho ayudó Uribe como director de la Aeronáutica Civil. En el caso colombiano de igual manera se ha acusado a las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) de estar vinculadas con el narcotráfico. Se pone así a las FARC, según el análisis de Juan Diego García:

En la condición de fuerza combatiente diluyendo –y mucho– la imagen creada por el Gobierno que pinta a esta organización guerrillera con los trazos más oscuros: terroristas, narcotraficantes, asesinos u un largo etcétera de adjetivos que buscan negar su condición de insurgentes, ignorando a propósito que esta guerrilla tiene estructuras militares reconocibles, un programa social y político y unas bases sociales que podrán no ser multitudinarias pero resultan suficientes para no ser ignoradas. De otra parte, la legitimidad del Gobierno tampoco parece tan diáfana a juzgar por la raquítica participación de la ciudadanía en las elecciones y por la intervención probada y criminal de los paramilitares en las mismas.⁶

Otro hecho resaltante en la región latinoamericana es la reciente incautación por efectivos de la Guardia Nacional venezolana del más grande contrabando de drogas en los muelles del Instituí Puerto Autónomo de Puerto Caballo (IPAPC), Venezuela. El viernes 12 de

octubre de 2007, la Oficina Nacional Antidrogas (ONA) reportó que en dicho puerto se encontraron dos mil 614 kilos de cocaína que iban dirigidas a puerto mexicano de Veracruz. Este decomiso puso a Venezuela en el tercer puesto de incautaciones en el mundo.⁷

Con estos hechos estamos diciendo, que para el caso mexicano es el reconocimiento de un conflicto armado donde figuran dos actores centrales. El gobierno mexicano y sus correspondientes instituciones armadas que libran los combates. Por la otra parte, figura en esa lectura, un enemigo, que no es una potencia externa, si no por el contrario, son ciudadanos que han optado por ejercer organizadamente a través de sus propias estructuras (sicarios) la violencia armada para defender sus lucrativas empresas tanto de los activos policiales y militares del Estado como de sus rivales en el lucrativo negocio.

Otro ejemplo fue el descubrimiento del empresario nacionalizado mexicano por el gobierno del ex presidente Vicente Fox, Zhenil Ye Gon que con más de 210 millones de dólares en su casa que pusieron en serios aprietos el origen de esa cantidad. A ello se sumaron todos los activos de sus productivas y rentables empresas cuyo decomiso más reciente ocurrió el 13 de octubre de 2007 en la Aduana de Manzanillo donde se descubren 15 toneladas de pseudoefedrina embarcada desde lo Emiratos Árabes Unidos.⁸ Actividad narcoempresarial ligada a un enorme lavado de dinero. De igual forma otro acontecimiento dado a conocer a través de los medios de comunicación, fue cuando la impactante figura de Sandra Ávila Beltrán, la llamada Reina del Pacífico, es apresada en la ciudad de México, a fines de agosto de 2012 fue extraditada a EU. Hecho que de nueva cuenta se muestran el amplio escenario en que el narcotráfico opera en todo el territorio mexicano y los activos que esa lucrativa actividad narcoempresarial. Nexos empresariales que también ligan a la industria de las drogas de nueva cuenta con los activos de la policía en el estado de Tamaulipas, en México. Sobre todo cuando paradójicamente el presidente mexicano ha sido cuestionado por su guerra asimétrica contra el narcotráfico. Felipe Calderón, inició desde diciembre de 2006 un operativo militar contra el crimen organizado en el que han participado aproximadamente unos 50 mil militares. Esa política militarista generó que diversos grupos sociales organizaran protestas contra la guerra y por la paz, tal como se evidenció durante una caravana de ocho días encabezada por familiares de víctimas de la guerra, encabezados por el poeta mexicano Javier Sicilia. Esa caravana

hizo un recorrido de tres mil kilómetros desde el sur de México (la ciudad de Cuernavaca hasta la frontera con Estados Unidos). Su último punto fue Ciudad Juárez, “considerada la urbe más afectada por la violencia en México con tres mil 100 homicidios el año pasado, atribuidos en su mayoría a las bandas del narcotráfico. La caravana concluyó el 10 de junio de 2011 con la exigencia al Gobierno de México de pedirle el cese de la violencia, y de que Washington suspenda el Plan Mérida y admita que su política antidroga tiene un “efecto devastador” en Latinoamérica. Ahí en la jornada final se firmó un Pacto Ciudadano, suscrito por unas 200 organizaciones y personalidades en Ciudad Juárez, para exigir que se replantee la estrategia antidroga. El pacto, propuesto desde el 8 de mayo pasado, también plantea: la exigencia de poner fin a la estrategia de guerra y asumir un enfoque de seguridad ciudadana; combatir la corrupción y la impunidad; combatir la raíz económica y las ganancias del crimen; atención de emergencia a la juventud y acciones efectivas de recuperación del tejido social; democracia participativa, mejor democracia representativa y democratización de los medios de comunicación.⁹

Pero también en otros escenarios latinoamericanos se ven situaciones semejantes. El viernes 27 de agosto de 2012, durante la realización del XV foro anual de diálogo y cooperación del Sistema de la Integración Centroamericana (SICA) y Japón, realizado en Managua, declaraba el presidente sandinista de Nicaragua, comandante Daniel Ortega que aunque el narcotráfico es el principal problema que enfrenta Centroamérica, la región “va por buen camino” en su lucha contra dicho flagelo. De la misma manera, agregaba que la inversión privada es “un componente muy importante” para combatir el problema, augurando buenos resultados a largo plazo. A su vez apuntaba que los países de la región deberían integrarse para luchar juntos contra las bandas delictivas, a fin de que este tipo de delitos no se sigan extendiendo. Enfáticamente, el mandatario nicaragüense había afirmado: “El mayor problema que tenemos que vencer en la región centroamericana y mesoamericana es la lucha contra el narcotráfico y el crimen organizado (...) y es a largo plazo, debido a que la droga paga muy bien”.¹⁰ En este contexto conviene identificar que los países centroamericanos se ubican como una de las áreas con mayor vulnerabilidad en relación con la seguridad regional frente al crimen organizado.

2. INTERPRETANDO AL NARCOTRÁFICO Y A LA VIOLENCIA CRIMINAL

Un primer elemento a considerar, en un sentido más crítico, es considerar que al narcotráfico se le puede considerar como un fenómeno social y económico de nuestro tiempo que tiene las características de ser altamente dinámico, cambiante, denso y controversial y que no puede reducirse a un esquema rígido y dogmático. Conceptualmente no se puede identificar al narcotráfico con el planteamiento de que es una “mafia”, ya que este último concepto reviste otras características, si bien se le ha utilizado de una manera indiscriminada relacionándolo con el desarrollo de la producción y el comercio de las drogas ilegales.

Al respecto la socióloga venezolana Rosa del Olmo, ha afirmado que el narcotráfico adquiere otras características distintas. Dicha analista sostiene que es más adecuado “dadas sus características, hablar de empresas o industrias ilegales”. Incluso, es frecuente que en ciertas visiones que abordan determinadas especificidades del comercio de drogas se hable de cártel, lavado de dinero, etcétera.

Para el politólogo cubano Luis Suárez, nos señala que el negocio del narcotráfico no es sólo un comercio de “mafias”, sino que es algo más. Se le puede reconocer como una actividad “agro-industrial-comercial y financiera que, por su integración vertical y alcance planetario, se asemeja cada vez más a una empresa transnacional que a una simple familia del crimen organizado”.

Algo semejante nos apunta Ciro Krauthausen cuando establece que a las organizaciones de la mafia las denomina la “lógica del poder”, en tanto que el narcotráfico aparece inmerso por una “lógica del mercado”. En esa distinción se da una clara diferenciación al apuntar que más que “gemelos, mafia y narcotráfico son primos lejanos”.

Un hecho que si podemos identificar claramente es que la producción y el comercio de las llamadas sustancias ilícitas han estado reguladas y controladas por grupos monopólicos que abastecen al mercado. Lo que representa un punto central en que se sustenta el consumo mundial de drogas. Esto es, “el mercado ilegal está constituido por una gran variedad de empresas de diversos tipos que se van articulando para permitir irrigar un servicio o una mercancía ilegal a las plazas de consumo”.

En este breve esquema, podemos afirmar que el narcotráfico es un fenómeno económico, social y político que tiene una realidad y lógica propias. Conceptualmente podemos comprender al narcotráfico como

expresión y sinónimo de un fenómeno que ha irrumpido en el escenario latinoamericano (ya sea en Brasil, Colombia o México) y hace referencia a una actividad esencialmente económica pero que genera una enorme violencia. Fenómeno también social que presenta otras implicaciones, pero lo económico es lo que lo nutre para desarrollarse. Por ello se puede encontrar que hoy en día se ubica como la actividad más rentable en el escenario mundial. Pero también es un fenómeno que irrumpe y se desarrolla usando la violencia organizada, dado que una de las características principales de los empresarios de las drogas es “usar la violencia como forma de lucro”. Sin duda, esta llamada narcoviencia, es una nueva expresión del libre mercado que más que condenar, urge estudiarlo y comprenderlo para poder así tratar de enfrentarlo correcta y eficazmente. De lo contrario con declaraciones de autoridades incapaces o en contubernio con los activos del narcotráfico, seguirá desarrollándose una de las más violentas formas del crimen organizado que ha venido creciendo en nuestros países como una de las más ricas y productivas empresas de la economía sumergida.

Conviene en ese sentido señalar que en América latina ha crecido el narcotráfico y la violencia criminal sobre todo por una serie de problemas tendencialmente idénticos en lo que se refiere a que nuestras sociedades son esencialmente periféricas, de agudo rezago productivo y dramática desigualdad social. Sumándose a todo este escenario, el crecimiento de los problemas de seguridad, o mejor dicho, de inseguridad y crecimiento de la violencia y otras actividades propias de una economía sumergida.

En los inicios de la segunda década del siglo XXI, nos encontramos en el reto de hacer prevalecer las mejores condiciones para el desarrollo humano en un marco estructural y socialmente muy vulnerable. Sin duda, el tema de la seguridad es una preocupación regional. Es decir, es un problema político y muy dinámico compartido por los diversos países de la región. Particularmente si partimos del concepto de seguridad en su sentido más amplio y multidimensional. Aceptando que podemos esquematizar el concepto de seguridad al definirlo:

como el acto de protección que articula un sistema para con su entorno, una condición natural que busca todo ser viviente, organización o colectividad para poder existir, desarrollarse y cumplir sus propósitos en sus múltiples actividades. En un

sentido objetivo, mide la ausencia de amenazas para obtener valores, y, en un sentido objetivo, mide la ausencia de temor de que tales valores sean atacados.¹¹

En ese sentido, la función de la seguridad para un gobierno “es proteger a su nación de la disolución del Estado tanto por amenazas externas como internas, se comprende que cualquier tema que atente contra la gobernabilidad del Estado se traslada hacia la agenda de la seguridad”.¹² Sin embargo, conviene también apuntar que en sentido estricto y en el marco de los Estados democráticos, como los que hoy, en gran medida, prevalecen en América latina y el Caribe, un dilema es brindar una adecuada seguridad sin menoscabar los derechos de los individuos.

En el momento actual que vive nuestra América, donde se hace más evidente la cotidianidad del desarrollo de la violencia ejercida por grupos criminales, precisamente los que actúan permanentemente a la sombra de la economía subterránea, el escenario latinoamericano no es ajeno a la complejidad del fenómeno. Por el contrario, ahí cobra una especificidad muy concreta, la cual en nuestra concepción, se desarrolla en la lógica de una serie de actividades ilegales que principalmente figuran como:

- Tráfico ilegal de indocumentados
- Narcotráfico
- Corrupción de menores de edad
- Lenocinio
- Trata de personas
- Acopio y tráfico de armas
- Tráfico ilícitos de obras de arte y piezas arqueológicas¹³
- Tráfico ilegal de flora y fauna
- Saqueo de depósitos y tubería de petróleo.

En esencia, estas actividades pueden verse y analizarse desde un modelo ético-jurídico pero, también pueden ser consideradas a la luz de otras variantes económicas, sociales y culturales que la determinan, tales como la marginación, la discriminación de diverso tipo, la falta de empleo, la industrialización, así como los factores políticos, religiosos, etcétera. Es decir, esas diversas actividades ilícitas que se desarrollan en la actividad criminal latinoamericana, ponen en evidencia la inseguridad de diversos actores sociales nacionales y regionales.

Por ejemplo, el tráfico de indocumentados y narcotráfico, es un binomio interconectado en el escenario nacional, regional e internacional.¹⁴ Pero, también es cierto que no es nueva su emergencia. Ese binomio migración indocumentada y drogas es un viejo modelo de acumulación de capital ya desarrollado en otros escenarios.¹⁵ Por ejemplo, en nuestros tiempos del México narcoviolento, se ha incrementado en virtud de desarrollarse la alta tasa de ganancia que esas actividades de la economía sumergida generan. “Cada año ingresan a México entre 19,000 y 29,000 millones de dólares”.¹⁶ Flujo de capitales que proviene del narcotráfico pero también de robos, extorsiones y secuestros. Asimismo encontramos que en la frontera sur o norte de México y Centroamérica, se visualiza un tráfico hormiga, como un mecanismo de transferencia de dinero o de drogas cuando una persona puede cruzar una frontera transportando pequeñas cantidades. Pero también a través de otros medios, ya sea por helicópteros, aviones, embarcaciones marítimas, contenedores y en caminos pavimentados o rurales. En la transferencia de mercancías irregulares bien caben drogas, armas, dinero pero también personas. Todas ellas expresiones de un capital que circula en la economía sumergida.

Incluso, se sostiene que los aeropuertos como los de Honduras (350) y Guatemala (411) o los ultramodernos como el de Cancún en el sureste mexicano, son señalados como los más utilizados para el paso drogas o de dinero proveniente de actividades ilícitas.

Estas actividades emergen como nuevas identidades sumergidas que ejercen una gran violencia en el amplio entorno regional mexicano y centroamericano, e incluso latinoamericano. Nos referimos a una serie de actores o sujetos portadores de una inmensa carga de violencia. A nuestro entender, nos referirnos a aquellos nuevos sujetos sociales que han alcanzado una gran visibilidad en amplios sectores de la sociedad. Dicha notoriedad se ha dado en el marco de una ola signada por la violencia que nutre y forma nuevos referentes sumergidos que figuran como productos de una misma economía. Es decir, nos referimos al caso concreto de los activos crimen organizado: narcos, sicarios, secuestradores y coyotes o polleros. Economía sumergida donde también existe una división técnica de sus actividades.

En realidades como las de Brasil, Centroamérica, Colombia y México, son países y subregiones que más fenómenos de violencia presentan en Latinoamérica. Para algunas fuentes ligadas a empresas internacionales

de seguridad, “México es, antes de Colombia, Brasil y Nigeria, el país de la tierra en el que hay la mayor cantidad de secuestros”.¹⁷ Violencia que puede reconocerse cada día más creciente en sociedades vulnerables como las latinoamericanas, donde se daña la incipiente democracia regional. Por ello se puede reconocer que:

Sin seguridad no hay desarrollo humano. Los costos de la seguridad individual y de las sociedades aumentan, con ellos la iniquidad y la fragmentación de las ciudades. La violencia aumenta la ingobernabilidad, debilita la democracia, incrementa la desconfianza y genera las condiciones para violaciones a los derechos humanos (...) En este contexto se hace notar con más fuerza que las ciudadanas y los ciudadanos se sientan cada día más inseguros. La violencia, la inseguridad afectan y deterioran la calidad de vida de las personas. El miedo limita el pleno ejercicio de los derechos e inhibe las capacidades para el emprendimiento y relaciones sociales que propendan el desarrollo de sus comunidades. Un 63% de las personas en América Latina y el Caribe se sienten inseguras, es decir sienten temor. Un 73% de las personas teme ser víctima de un delito violento. Esta percepción se sustenta en el hecho que las víctimas de delitos han aumentado significativamente desde 1995, cuando el 29% fue víctima de algún delito; en el año 2006 subió a un 32% y en el año 2007, esta cifra aumenta al 38%.¹⁸

REFLEXIÓN FINAL

La violencia y la inseguridad adquieren cada día más relevancia en las agendas gubernamentales y políticas de los diferentes países. Ello demanda mejores y renovadas políticas públicas; diseñadas, ejecutadas y evaluadas con carácter de política de Estado.

En la primera década del siglo XXI, la globalización cada día impulsa determinados sectores a funcionar en la dinámica de una economía sumergida. Economía que puede comprenderse como una actividad que se ubica al margen de toda regulación legal, únicamente se encuentra constreñida económicamente a la ley de la oferta y la demanda. Nicolás Hardinghaus señala que se utiliza la categoría de “economía sumergida”, en alusión a los *icebergs*, de los cuales emerge una pequeña porción.

La economía subterránea está constituida por actividades ilegales de la economía. Un agregado conceptual más sobre ese *underground* la brindó Marcos Kaplan, quien escribió que puede considerársele economía criminal, a aquella que: “Se integra con la proliferación y constelación de actividades económicas que transgreden normas legales, de fenómenos y procesos criminales: fraude fiscal; trabajo clandestino; transferencias ilegales; producción y distribución de bienes y servicios ilegales, contrabandos (bienes suntuarios, divisas, armamento, alcohol y tabaco, drogas, juegos ilícitos). Abarca también los delitos de cuello blanco y los actos y tráficos ilícitos que aprovechan las posibilidades abiertas por el intervencionismo estatal en la economía y sus principales mecanismos e instrumentos”.¹⁹

Los ejemplos los encontramos cotidianamente en informaciones sobre el decomiso de drogas ilícitas, armamentos como los narcosubmarinos o tanquetas. Este tipo de hechos nos muestra una expresión de la subcultura del narcotráfico, la cual ha valorizado la narcoviolencia.

Las nuevas guerras del siglo XXI, en América Latina, se vinculan a la erosión del Estado, a la aparición de Estados debilitados que en lo esencial han perdido el monopolio de la fuerza. Con ello emerge lo que llamamos la privatización de la violencia, que se expresa en los grupos paramilitares como los Autodefensas Unidas (AU) en Colombia, el Comando Vermelho en Brasil y los Zetas en México y Guatemala. Es en estos casos los factores transnacionales adquieren una mayor gravitación. Las nuevas guerras son esencialmente guerras internas. Son redes transfronterizas las que sostienen. En segundo lugar, involucran a un amplio abanico de actores internacionales y en tercer lugar, se desarrollan en zonas de estados frágiles. Las principales víctimas son los civiles y las violaciones a los derechos humanos se masifican.²⁰

Es decir, en países como México o Colombia, Honduras o Guatemala, donde políticamente predominan gobiernos ideológicamente ubicados en la llamada derecha neoliberal. Son a su vez países que se encuentran ubicados en aquello que se ha calificado como la narcocultura. Esto quiere decir en palabras del maestro Marcos Kaplan que:

La narcocultura difunde en productores, vendedores y consumidores de drogas una mentalidad y unos patrones de comportamiento que se centran en la posesión, el lucro, el

consumismo, el hedonismo desenfrenado, el parasitismo y la destructividad. Se contribuye al menosprecio general por lo esfuerzos y empresas para la creación de alternativas sociales e históricas que presupongan y busquen la solidaridad, la cooperación, el logro de grandes objetivos nacionales. La narcocultura expresa y refuerza la propagación de la delincuencia, la violencia, el crimen y el terror.²¹

Aquí estamos haciendo referencia a las fibras de un segmento social que se encuentra integrado por aquellos excluidos de la economía formal. De aquellos que carecen de seguridad social y se encuentran marginados de la educación y hablamos también de un amplio sector social urbano y semirrural pauperizado. Ese mercado se constituye, además, por vendedores informales y los activos del llamado narcomenudeo, como de las redes de prostitución y otros segmentos del llamado crimen organizado, o si se prefiere de los ámbitos en los que circula la economía sumergida.

Pero, todos estos problemas y experiencias identitarias, también suma a grupos de contrabandistas. Ya sean en México, Centroamérica o Sudamérica que conforman redes de un contrabando fronterizo. Traficantes de sustancias psicoactivas pero también de seres humanos. Por la frontera norte de México rumbo a los EU cruzan más de 500 mil indocumentados anualmente. Estas redes funcionan como “autopistas” clandestinas para las migraciones indocumentadas. Pero, desde las visiones hegemónicas en las distintas esferas de poder en Washington se asocia drogas y migrantes para justificar el creciente racismo anglosajón frente a la competencia económica de los hispanos.

Finalmente en este breve esquema, podemos afirmar que la identidad del narco, del sicario, del secuestrador o del pollero o coyote, es un nuevo fenómeno económico, social y político que ha cobrado un gran arraigo en la sociedad brasileña, mexicana, colombiana y en otros países centroamericanos. Esa identidad tiene una realidad y lógica propias. Conceptualmente podemos comprender a estos empresarios de la economía sumergida como expresiones de un fenómeno social que presenta otras implicaciones, pero lo económico es lo que lo nutre para desarrollarse así como sus referentes simbólicos. Estamos refiriéndonos a un fenómeno que irrumpe y se desarrolla usando la violencia organizada, dado que una de las características principales de los

empresarios del crimen organizado es usar la violencia como forma de lucro. No es casual que las estadísticas mundiales señalan que 520 mil personas padecieron un homicidio en el año 2000, en la región latinoamericana se habla de una pandemia.

De las trece ciudades con mayores tasas de homicidio de este tipo en el mundo, diez de ellas corresponden a América Latina y el Caribe, situación que evidencia la existencia de una alta circulación de armas y una carencia de instrumentos efectivos de control de éstas.

Finalmente, encontramos en el momento actual, que cada día emerge una privatización de la violencia que parece ir en ascenso y una economía sumergida que se comporta como un gran *iceberg* que nos muestra el gran tamaño del fenómeno oculto bajo las aguas. En es escenario, también urge el diseño nacional y regional de una política de integración regional de los pueblos y países en búsqueda de la paz, pero con seguridad, justicia y democracia.

NOTAS

- ¹ Ponencia presentada en el III Congreso Internacional del Núcleo de Estudios de las Américas. Mesa de Pensamiento Político Latinoamericano, 28 de agosto 2012, UERJ.
- ² Director e investigador titular del Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), UNAM.
- ^{3,4} Un ejemplo en estos días nos lo muestran los hechos sucedidos en México cuando el sábado 25 de septiembre se dio un gran operativo de narcotraficantes en el estado de Jalisco y Colima, generando lo se le llama narcobloqueos de las carreteras, cf.: http://www.excelsior.com.mx/index.php?m=nota&seccion=seccion-nacional&cat=1&cid_nota=855501&utm_source=Suscriptores+Impreso&utm_campaign=f6b2024971-Excelsior8_14_2012&utm_medium=email
- ⁵ <http://www.telesurtv.net/articulos/2012/05/04/centroamerica-impulsa-nuevos-proyectos-de-seguridad-regional>
- ⁶ La ex diva de televisión y novia de Pablo Escobar Gaviria, Virginia Vallejo, hizo esas declaraciones publicadas en *El País* (Madrid), cf. *Diario Vea*, Caracas, 17 de octubre de 2007, p. 10.
- ⁷ Juan Diego García, “Marulanda”, en *Diario Vea*, Caracas, 13 de octubre de 2007, p. 20.
- ⁸ *Notitarde*, Caracas, 14 de octubre de 2007. p. 60.
- ⁹ Cf.: *Impacto*, *El Diario*, México, 16 de octubre de 2007, p. 4.
- ¹⁰ Cf.: <http://www.telesurtv.net/secciones/noticias/93989-NN/caravana-del-consuelo-en-mexico-exige-fin-de-plan-merida/>
- ¹¹ <http://www.telesurtv.net/articulos/2012/07/27/ortega-asegura-que-centroamerica-201cva-por-buen-camino201d-en-su-lucha-contra-las-drogas-6558.html>
- ¹² Miguel Angel Barrios, *Diccionario latinoamericano de seguridad y geopolítica*, Buenos Aires, Editorial Biblos, 2009, p. 325.
- ¹³ *Ibid.*

- ¹⁴ En una declaración de Enrique Vargas, subdirector de la División de Asuntos Culturales del Segib, durante el V Encuentro Iberoamericano de Museos, realizado entre el miércoles 8 y viernes 10 de junio de 2011 en la ciudad de México, afirmó: "Países como Perú y Guatemala son los más afectados por el tema del tráfico de obras de arte y piezas arqueológicas", *Crónica*, México, 9 de junio de 2011, p. 21.
- ¹⁵ Cf. Adalberto Santana, *Proyección global de la migración latinoamericana*, México, CIALC/UNAM, 2009.
- ¹⁶ Cf. Adalberto Santana, *El narcotráfico en América Latina*, México, CCyDEL/UNAM, 2004.
- ¹⁷ *Estudio Binacional de Bienes Ilícitos*, en: <http://www.cnnexpansion.com/economia/2010/06/07/lavado-de-dinero-narco-mexico-eu>,
- ¹⁸ <http://www.cnnexpansion.com/actualidad/2008/02/08/mexico-el-pais-con-mas-secuestros>
- ¹⁹ Francisco Rojas Aravena, "Globalización y violencia en América Latina. Debilidad estatal, inequidad y crimen organizado inhiben el desarrollo humano", *Pensamiento Iberoamericano*, en: <http://www.pensamientoiberoamericano.org/articulos/2/51/2/globalizacion-y-violencia-en-america-latina-debilidad-estatal-inequidad-y-crimen-organizado-inhiben-el-desarrollo-humano.html> y *Latinobarómetro*, 2007.
- ²⁰ Marcos Kaplan, *El Estado latinoamericano y el narcotráfico*, México, Editorial Porrúa-Instituto Nacional de Ciencias Penales, 1991, p. 77.
- ²¹ Kaldor, 2003.
- ²² Marcos Kaplan, "La crisis del Estado y el narcotráfico latinoamericano", en *Cuadernos Americanos*, núm. 40, México, julio-agosto, 1993, p. 24.

RESUMO

O Pensamento político latino-americana no início da segunda década do século XXI, é um grande desafio, como é o estudo e analisar e interpretar corretamente a novos fenômenos que ocorrem nas complexas realidades regionais. Assim, um dos desafios atuais é identificar uma gama de disciplinas de núcleo em vários países latino-americanos que compõem a agenda das preocupações do nosso tempo. Neste sentido acreditamos que identificamos que um dos mais prementes problemas é o crescimento do crime organizado e tráfico de drogas especificamente. Prioridade no desenvolvimento do pensamento político Latino-americano e do trabalho aqui apresentado. Já disse o maestro Leopoldo Zea, quando identificou tais problemas: “Você deve enfrentar o tráfico de droga como um mal que é prejudicial para a humanidade, mas solidariamente responsável, sem qualquer subordinação”.

Palavras-Chaves: Narcotráfico - Violência - América Latina

ABSTRACT

Latin American political thought at the beginning of the second decade of the 21st century, has a great challenge as it is the study and analyze and properly interpret new phenomena that occur in the complex regional realities. So one of the current challenges is identifying a range of core subjects in various Latin American countries that make up the agenda of the concerns of our time. In this regard we believe we identified that one of the most pressing problems is the growth of organized crime and specifically drug trafficking. Priority in the development of the Latin American political thought and of the work presented here. Already said the maestro Leopoldo Zea when referring to identify such problems: “You must face drug trafficking as an evil that is damaging to humanity, but jointly and severally liable, without any subordination”.

Key-Words: Narco-Violence-Latin America

Governo Pereira Passos e a Modernização da Estrada de Ferro Central do Brasil (Séculos XIX/XX)

Elizabeth T. A. Nazareth - Mestre em História /UNIRIO - Bolsista PROATEC/NUCLEAS/UERJ

RESUMO

A Estrada de Ferro Central do Brasil se tornou uma verdadeira praça de guerra, com a revolta da Marinha. A posição estratégica da ferrovia que integrava o interior do país tornou-se o centro do conflito. O edifício da estrada de ferro foi atingido por vários projéteis dos revoltosos. Várias mudanças conjunturais dinamizaram o país até a Proclamação da República em 1899, quando de uma nova estrutura política foi introduzida no país. Essa nova ordem política exigiu mudanças significativas, destacando-se na conjuntura econômica do país como orientação de governo para o mercado internacional.

Palavras-chaves: Modernização, Rede Ferroviária, Pereira Passos.

INTRODUÇÃO

O Brasil no século XIX apresentou uma trajetória histórica expressiva. Várias mudanças conjunturais dinamizaram o país até a Proclamação da República em 1899, quando de uma nova estrutura política foi introduzida no país. Essa nova ordem política exigiu mudanças significativas, destacando-se na conjuntura econômica, uma orientação voltada para o mercado internacional.

Na primeira década do século XX, a cidade do Rio de Janeiro apresentava inúmeras problemas sociais. Por esse motivo, o programa de reformas apresentado pelo prefeito Francisco Pereira Passos, visando eliminar, sobretudo, as contradições do espaço urbano carioca. Era preciso a cidade entrar na era da modernização de acordo com as determinações econômicas e ideológicas do momento. E devia aproveitar o momento de crescimento da economia do país. Era vital agilizar as exportações e inserir o Brasil no modelo capitalista internacional.

[...] O Rio de Janeiro tinha que se tornar uma nova capital, espaço do moderno, da civilização, que simbolizasse realmente a importância do Brasil, e fosse expressão dos valores e modos de vida cosmopolita e moderna da elite do país. Dentro desse

quadro havia uma tensão entre a civilização e o atraso. *Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas; transformá-lo num verdadeiro símbolo do 'novo Brasil' (Abreu, 1997[...]).*

A cidade precisava se aproximar dos modelos das grandes capitais européias. Apoiado por Rodrigo Alves e os setores dominantes da sociedade, estabeleceu seu plano e dando início ao “bota-abaixo”, começou a realizar as obras de embelezamento e saneamento da cidade.

Com as obras de demolição, vários prédios que serviram de moradia às populações pobres, foram destruídas. De fato com o alargamento das ruas centrais e a inauguração de novas vias de comunicação, ocorreu a destruição de inúmeros cortiços, que eram entendidos como sínteses da insalubridade e da violência, espaço da barbárie. A reorganização do espaço urbano carioca, sob novas orientações econômicas e ideológicas, não abrangia a população à margem da sociedade. Assim, os pobres foram excluídos daquele processo de desenvolvimento (área central da cidade).

A nova ordem também implicou na alteração das redes de transporte. Dessa forma, a integração ferroviária foi modernizada para ligar os principais centros econômicos regionais ao porto do Rio de Janeiro.

Desde as primeiras décadas do século XIX, durante a regência do Padre Diogo Antônio Feijó¹, o Marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes) foi encarregado de estudar a organização de uma companhia para a construção de um caminho de ferro, que ligasse a capital do Império às províncias de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

Após a invenção da locomotiva por Roberto Stephenson², Feijó promulgou a Lei n.º 101, em 31 de outubro de 1835, iniciando a construção da primeira ferrovia comercial brasileira.

Durante o governo do imperador D. Pedro II, apesar das questões junto à Inglaterra, os ingleses não mostravam interesse em investir no Brasil devido ao envolvimento na Questão do Oriente³. Naquela ocasião, o Brasil consistia num mercado incipiente formado por monoprodutores de café. Além disso, o Imperador brasileiro sofria crises de instabilidade política, com ameaças internas de conflitos sociais e rivalidades com países vizinhos da América Latina⁴.

A partir de 1852⁵, o governo autorizou a concessão de mais companhias para a construção total ou parcial de uma estrada de ferro que partia da

Corte, no Rio de Janeiro, até as províncias de Minas Gerais e São Paulo. Por essa concessão, o prazo não podia ultrapassar 90 anos e também dava à companhia o direito de desapropriar, na forma da lei, os terrenos que fossem necessários junto à estrada, estações, para a construção de armazéns e demais obras adjacente.

O apoio do governo se estendeu ainda mais, pois, empreendedor, o Imperador concedeu gratuitamente, para o mesmo fim, os terrenos devolutos e nacionais, após serem feitas as indenizações que os proprietário tivessem direito, incluindo o uso das madeiras e outros materiais aí existentes. A concessão era explícita e visava à preservar os interesses da companhia que se organizasse, estabelecendo que durante a vigência do contrato, não se poderia fazer concessão à outras estradas de ferro que ficassem numa distância de cinco léguas, uma da outra e também na mesma direção, ressalvando que em caso de acordo com a companhia, exceções poderiam ser feitas.

No entanto, apesar da construção dessas estradas, havia necessidade de se ampliar à rede. Nesse sentido o empenho de Thomas Cochrane⁶, foi fundamental.. O Ministro brasileiro em Londres, Sérgio Teixeira Macedo, assinou contrato com o engenheiro Eduardo Price, para a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II⁷.

Por esse contrato o engenheiro Eduardo Price, deveria construir :

[...] um bom e sólido caminho de ferro, de um ponto do lado norte da entrada de São Cristóvão, nos arrabaldes da Cidade do Rio de Janeiro, a outro ponto próprio para uma estação numa planície junto ao rio Guandu, que corre entre as fazendas denominadas do Bom Jardim e Belém[...]⁸.

Dessa forma, em 1858 foi inaugurado o primeiro Prédio da Estação do Campo⁹.

PRIMEIRO PRÉDIO DA ESTAÇÃO – ESTAÇÃO DO CAMPO

O local escolhido para a construção do primeiro Prédio da Estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, conhecida como Estação do Campo, ou Estação da Corte, na Praça da Aclamação, entre as Ruas General Pedra e do Príncipe¹⁰, posteriormente foi denominada Senador Pompeu, foi indicado por Christiano Ottoni¹¹, diretor da Estrada de Ferro, naquele período.

Para a construção tornou-se necessário demolir a Igreja de Santana¹² que foi construída em 1735, no Campo da Aclamação. A demolição da igreja acarretou grandes problemas, pois os fiéis se revoltaram contra a ordem do governo e entraram em choque com as forças policiais. Alguns autores, entre eles o engenheiro Adalberto Szilard analisou o episódio como “*quase uma revolução popular*”.

Embora o Prédio da Estrada de Ferro não fosse construído exatamente no local da igreja era necessário que a igreja fosse demolida para a duplicação do pátio ao redor da nova estação¹³.

Fontes documentais assinalam que a revolta popular dos fiéis foi incentivada por um padre da Ordem, que nesse mesmo dia amaldiçoou a construção, praguejando contra os dirigentes. O padre também preconizou que aquele ato de dessacralização traria prejuízos, desastres e conflitos entre seus dirigentes ao longo de sua existência.

O Prédio da Estação do Campo foi projetado pelos engenheiros C.E. Austin e C.B. Lane. O projeto apresentado consistiu na construção de um Prédio com um corpo central e dois laterais além de um torreão em cada lado, e no centro um pórtico com cinco arcos. Inaugurado pelo Imperador D. Pedro II, em cerimônia oficial em 23 de março de 1858.

Em 1870 o Prédio foi ampliado para atender ao crescente movimento de passageiros moradores dos novos bairros suburbanos devido à imigração e atração de populações rurais para o Rio de Janeiro, a reforma do Prédio exigiu novo projeto, prevendo acréscimos, sendo executado pelo engenheiro Jorge Rademaker Grunewald, durante a gestão de Mariano Procópio¹⁴, diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II.

A década de 1870 também foi marcante devido ao processo de urbanização e transformação das fazendas e chácaras em loteamentos e logradouros públicos.

Nesse período houve grande aumento populacional nas áreas próximas às estradas de ferro pela facilidade de transporte para o centro da cidade. A Estrada de Ferro D. Pedro II atendia plenamente os novos bairros que iam surgindo.

PRÉDIO DA CENTRAL DO BRASIL

Após a Proclamação da República, durante o “Governo Provisório”¹⁵, o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, seguindo o exemplo dos Estados

Unidos, substituiu o ouro por título de dívida Federal como lastro de emissões bancárias e estendeu o direito de emissão a vários bancos. Essa política econômica adotada causou violenta inflação e concorrência entre inúmeras empresas, além de desenfreada especulação¹⁶.

Nesse período, a Estrada de Ferro Central do Brasil, era administrada pelo Cel. Vespasiano Gonçalves Albuquerque e Silva¹⁷ tornou-se uma verdadeira praça de guerra, com a revolta da Marinha. A posição estratégica da ferrovia que integrava o interior do país tornou-se o centro do conflito. O edifício da estrada de ferro foi atingido por vários projéteis dos revoltosos. David escreve que o diretor da E.F.C.B. precisou mostrar firmeza, tendo mesmo que residir por algum tempo na estação, onde era sempre visto, dormindo em um compartimento de madeira que servia outrora de botequim na plataforma de embarque¹⁸.

A atitude de responsabilidade civil do Cel. Vespasiano representou de forma expressiva a importância política do cargo e a fidelidade de um funcionário que confiava em seu governo, bem como expressava a importância da E.F.C.B.

Deve-se ressaltar que durante a direção do Cel. Vespasiano, foram preparados materiais bélicos nas oficinas da E.F.C.B localizadas em Engenho de Dentro. Os dados sobre essa produção são encontrados nos documentos relatados pelo engenheiro Martins Costa. Algumas dessas informações assinalam a importância desse órgão federal, como a produção de:

[...]32.928 balas de diversos calibres; 17 reparos de madeira, sendo 6 novos; 19 reparos de ferro, sendo 3 novos; 8 canhões montados reparados. A Estrada de Ferro Central do Brasil deve ser considerada como tendo sido uma praça de guerra, forte, enérgica e eficaz contra a invasão do elemento revoltoso, cabendo-lhe por isso grande parte na vitória alcançada na causa da legalidade¹⁹[...] .

Na última década do século XIX, a situação financeira da República entrou numa fase crítica pelas transformações conjunturais, que levaram à queda do preço do café e a desvalorização da moeda, além das revoltas internas no país. Na gestão seguinte, com Paulo de Frontin na direção da E.F.C.B, Joaquim Murtinho²⁰, em 1896, pelo Decreto nº 2413, estabeleceu as bases para o arrendamento das ferrovias da União.

Essa proposta causou pânico entre os ferroviários que se revoltaram com o medo de perder o emprego. O fracasso da proposta de

arrendamento acalmou os ânimos, mas foi prejudicial para Paulo de Frontin, que foi exonerado por Joaquim Murtinho. Para substituí-lo foi nomeado Francisco Pereira Passos.

PEREIRA PASSOS – A MODERNIZAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

O problema de transporte das mercadorias que chegavam à cidade, através da ferrovia, não tinha ainda sido resolvido. O Rio de Janeiro era o centro distribuidor e exportador de mercadorias e vivia com seu terminal ferroviário saturado de mercadorias, principalmente o café para exportação. Em 1876, Pereira Passos, diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, nomeou comissão para estudar o melhor local para a construção de um terminal. Foi escolhido o Saco da Gamboa, partindo da estação central, o ramal cortaria a rua do Príncipe dos Cajueiros (hoje Senador Pompeu), atravessando o morro da Providência. Em 1879, foi inaugurado o ramal marítimo.

A gestão política de Pereira Passos na Estrada de Ferro D. Pedro II caracterizou-se pela modernização da ferrovia e também da cidade. Nesse projeto foram introduzidas na ferrovia novas bitolas, possibilitando a ampliação das linhas e aumento do transporte.

Os estudos feitos por Noronha Santos sobre a E.F.C.B, são essenciais para se compreender a importância da ferrovia. Segundo o autor: “ à medida que a zona rural era ocupada, a abertura de novas estações se fazia necessária²¹”. No entanto, apesar da construção de novas estações, os preços das passagens tanto do bonde quanto do trem ainda eram caros para a população²².

A partir da Proclamação da República, a Estrada de Ferro D. Pedro II passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil. No início do século XX, em novembro de 1906 um incêndio destruiu uma das alas daquele Prédio, lembrando as pragas do padre da Igreja de Santana durante a demolição. Em 1908 o Prédio foi reinaugurado.

O aumento da produção cafeeira, nas primeiras décadas do século XX, exigiu a ampliação da ferrovia para atender à demanda da produção, bem como o aumento dos usuários. As cifras abaixo representam o intenso movimento em toda extensão da ferrovia, dos usuários em suas idas e vindas, atingindo a proporção de 84 milhões em 1930.

A partir da década de 1920²³, o poder executivo abriu crédito até 60 mil contos de réis para eletrificação da EFCB. e também autorizou a

desapropriação das terras de proprietários que possuísem quedas d'água para eletrificação do ramal de São Paulo e da linha do Centro²⁴.

No governo de Artur Bernardes²⁵ a estação inicial da EFCB, conhecida como Estação Central passou a se denominar Estação D. Pedro II.

Os investimentos permitiam que a nova diretoria da EFCB, através do ato assinado em 26 de junho de 1922, solicitasse aos arquitetos Samuel e Cristiano das Neves a elaboração de um novo projeto para a construção de uma nova estação que atendesse a demanda de atendimento da população. Nessa época, o Rio de Janeiro, passou a condição de pólo centralizador do Estado e da Nação. O projeto não foi executado devido à burocracia governamental.

Assim a estação continuava apresentando estado de carência de atendimento. Essa situação se acentuou com a Revolução de 1930, que praticamente paralisou a ferrovia. A ameaça nazista em 1939, no início da II Guerra Mundial modificou o quadro, pois houve o aumento do tráfego interno, devido a intensificação dos trabalhos da lavoura e da indústria interna do país. Nesta ocasião verificou-se a necessidade urgente da eletrificação do subúrbio como fator de economia de combustível.

CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA ESTAÇÃO D. PEDRO II – CENTRAL DO BRASIL

O Prédio foi construído e se constitui como uma obra arquitetônica e de engenharia ao longo de sua execução. Isto é, ele foi objeto de lutas técnicas e simbólicas ao longo de sua construção, modificando a sua funcionalidade e forma considerando os grupos que estavam presentes no Estado e na direção da Estrada de Ferro Central do Brasil. Entretanto, quando do início da construção, em 1936, o projeto já apontava essa preocupação e característica de reforço “à imagem simbólica do poder”²⁶. Sua construção não se faz ao acaso, mas havia uma intencionalidade de se expressar no debate sobre sua construção.

A obra do Prédio e da nova estação foi oficialmente iniciada em 28 de março de 1936. O projeto do engenheiro – arquiteto Roberto Magno de Carvalho²⁷, possuía dimensões bem modestas e foi profundamente alterado.

Foi contratada a firma Cumplido e Santiago²⁸ para a execução. Formou-se uma comissão para opinar sobre a construção do edifício, contratando-se o escritório de Robert Prentice.

A comissão que contava com a participação dos arquitetos Adalberto Szilard e Geza Heller²⁹, decidiu ampliar o projeto em vigor para que

pudesse abrigar todos os setores da administração da ferrovia, pois se achavam em vários imóveis alugados da cidade. A principal solicitação feita pelo engenheiro José Maurício da Justa à comissão foi em função das linhas de chegada que estavam perpendiculares ao edifício, sendo assim foi formado um hall interior retangular e não mais em forma de trapézio, facilitando a construção da cobertura.

O relógio do Prédio da Central do Brasil tornou-se um dos pontos polêmicos entre a comissão e o arquiteto Roberto Carvalho, segundo Furquim, a torre inicialmente tinha sido projetada com “uma seção retangular de 5 x 5 metros e que não era ocupada por espaços de serviços”³⁰.

Desde 1870, o relógio já marcava a fachada da Estação Central, e de grande parte das gares em todo o mundo. Sendo interessante transcrever o que disse Escragnolle Dória sobre o relógio em 1929, na Revista da Semana: “Se causa há indispensável numa estação de estrada de ferro é de certo um relógio; se alguém existe que precise saber a quantas anda é o passageiro”. E sobre os diferentes olhares que o mostrador do relógio da D. Pedro II recebia e recebe, assim contou Dória:

“...o olhar do passageiro que apenas não quer perder o trem, o da passageira que se entrega e dirige a uma entrevista de amor!”

Para o arquiteto Heller³¹, a torre possuía um “relógio de bolso”. Ele achava que “as dimensões tanto da torre quanto do relógio eram pequenas demais, impróprias à grandiosidade que o governo pretendia imprimir à edificação”, sendo ele o autor do projeto definitivo. A torre sempre representou um signo de poder mítico, desde as épocas antigas, a verticalidade fazia crer que a matéria atingia os espíritos superiores, tocando o firmamento, por isso uma torre não muito alta e de pequena seção quadrada conotaria muito pouca imponência para uma obra estatal.

A torre é inegavelmente o principal elemento arquitetural do Prédio, acentuando a verticalidade pela aresta viva, não encoberta pelas fachadas, alongando-se do topo até o piso térreo.

A idealização da torre no encontro das fachadas voltadas para a Avenida Presidente Vargas e para a Praça Cristiano Ottoni, ao invés de centrada em relação à maior fachada, induz o fruídor ao movimento, a um deslocamento da visão no sentido da verticalidade, denotando o dinamismo da obra³².

A afirmação de Robert Goodman³³ de que : “A essência da arquitetura é reforçar visualmente as estruturas políticas, também hierárquicas. Quanto mais majestosos e monumentais forem os locais públicos oficiais, mais trivial parece ser o ambiente de vivência pessoal do cidadão”³⁴, insere-se perfeitamente aos objetivos da alta cúpula dos administradores da Estrada de Ferro Central do Brasil, quando rejeitou o primeiro projeto feito pelo arquiteto Roberto Carvalho.

A “pedra fundamental” de construção do Prédio constitui um ritual de fundação. O Jornal de 29 de março de 1936, data da colocação da pedra fundamental se expressou assim em relação ao Prédio: “ surgirá no lugar do casarão enorme e antiestético um Prédio elegante, obediente às regras da arquitetura moderna”. Nessa ocasião estiveram presentes autoridades governamentais, que permitiu inferir esse evento grande significado as relações entre arquitetura e Estado.

A planta definitiva do Prédio é de 29 de novembro de 1937, com todas as mudanças propostas pela comissão, sendo a contribuição maior de Geza Heller, cujo projeto também não foi cumprido na íntegra após a sua saída do escritório de Robert Prentice.

Foi uma obra complexa acompanhada de debates entre arquitetos, engenheiros e governantes. O Estado, sempre presente, exigia algumas características para serem cumpridas, como por exemplo, que o tamanho da torre deveria possuir a marca do poder governamental. A torre não foi construída ao acaso. Ela consistia numa representação de um símbolo mítico - que o Estado oferecia ao povo- em que a verticalidade, numa área livre, permitia-se o encontro ou a sensação com o céu, tocando suavemente o firmamento³⁵. Enquanto a torre lhe oferecia um sentido mágico e poderoso, o saguão do Prédio era capaz de reunir e abraçar multidões encaminhando- as ‘as gares, onde em segurança reconheciam os diversos caminhos. A importância desse Prédio revela o encontro entre o novo da sociedade - as classes trabalhadoras - e o Estado. A obra simbolizada na torre seria um discurso de poder.

Ao longo da etapa da execução das fundações e do extenso subsolo, processo bastante demorado, devido à frágil consistência do terreno, o projeto assumiu monumentais proporções, para adequar-se às intenções governamentais.

A inauguração oficial do Prédio foi em 29 de março de 1943, sendo um grande acontecimento cívico que contou com a presença de um representante do Presidente da República, do Ministério da Viação e

Obras Públicas, Gal. João Mendonça Lima e do diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, Major Napoleão de Alencastro Guimarães que , instalados num palanque especialmente erguido para festejar a ocasião acionaram uma chave que colocou em funcionamento o relógio. A solenidade constou também de uma viagem inaugural do trecho eletrificado entre Nova Iguaçu e Morro Agudo, conduzindo autoridades e convidados. Mais tarde as personalidades participaram de um grande baile no próprio edifício recém-construído, com toda a pompa de um acontecimento que visava promover a imagem progressista do governo.

NOTAS

- ¹ Regência do Padre Diogo Antônio Feijó – período de 1835 a 1837
- ² Roberto Stephenson, construtor das locomotivas da primeira ferrovia comercial.
- ³ Questão do Oriente – expansão inglesa na conquista da Índia e a guerra com a Coréia.
- ⁴ Em 1839, Thomas Cochrane conseguiu do governo autorização para construção do trecho da estrada de ferro ligando da Pavuna até Resende. Com essa medida o governo atendia aos interesses escravistas, especialmente a dos fazendeiros de café fluminenses, apreensivos com a interrupção do fornecimento de negros vindos da África.
- ⁵ com o Decreto n.º 641 de 26 de junho
- ⁶ Durante mais de 10 anos Thomas Cochrane ,médico homeopata inglês, filho do Almirante Lord Cochrane e sogro de José de Alencar, lutou para formar uma Companhia de construção de estradas de ferro.
- ⁷ 9 de fevereiro de 1855, com base no Decreto 641.
- ⁸ Contrato feito por Sérgio Teixeira de Macedo e Eduardo Price
- ⁹ O prédio da Estação do Campo foi inaugurado em março de 1858
- ¹⁰ a construção foi iniciada em 1855 e a estação foi inaugurada em 23 de março de 1858.
- ¹¹ Christiano Benedito Ottoni, o primeiro diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, no período de 20/03/1858 a 13/12/1865.
- ¹² A Igreja demolida, ganhou novo projeto em 1939 do arquiteto Angelo Alberto Murgel, sendo totalmente refeita, na Rua de Sant’Ana.
- ¹³ SZILARD, A ., REIS, J. O – Urbanismo no Rio de Janeiro – O Construtor S.A – RJ, 1950, cap. XII p. 145
- ¹⁴ Mariano Procópio Ferreira Lage, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil no período de 1869 a 1872.
- ¹⁵ Marechal Deodoro da Fonseca – 1º Governo Provisório da Nova República – 1889 a 1891
- ¹⁶ Este período ficou conhecido como “encilhamento” gíria turfística à preparação dos cavalos para entrar na raia.
- ¹⁷ Nesse período de 1893 a 1894 Cel. Vespasiano Gonçalves Albuquerque administrou a Estrada de Ferro Central do Brasil e assumiu grande compromisso com o Governo Federal, pois a Central do Brasil, tornou-se uma praça de guerra.
- ¹⁸ DAVID, Eduardo Gonçalves – 127 Anos de Ferrovia . Editora Associação de Engenheiros da E.F. Central do Brasil – 1985. Juiz de Fora p.30
- ¹⁹ MARTINS C. M., In Eduardo Gonçalves – 127 Anos de Ferrovia . Editora Associação de engenheiros da E.F. Central do Brasil – 1985. Juiz de Fora p.31

- ²⁰ Joaquim Murtinho , Ministro da Fazenda , no governo do presidente Campos Sales (1898-1902)
- ²¹ SANTOS, N. - Meios de transportes no Rio de Janeiro. História e Legislação. RJ, Jornal do Commercio, 1934, vol.1,p.496
- ²² de trem se gastava 600 réis até o Engenho Novo e 1\$000 até Cascadura, de segunda classe, ida e volta correspondiam a 2\$000 diários. Se considerarmos que um trabalhador braçal ganhava 2\$000 por jornada de trabalho, compreendemos a impossibilidade desse e de outros trabalhadores com profissão de baixa remuneração fixarem residência longe do centro da cidade.
- ²³ com o Decreto 4199
- ²⁴ Essa autorização constava do artigo 4º do Decreto 4199
- ²⁵ Presidente Artur Bernardes - no período de 1922-1926
- ²⁶ FURQUIM, E. - Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, p. 92
- ²⁷ Roberto Magno de Carvalho, arquiteto formado pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1921, fez carreira na Estrada de Ferro Central do Brasil, onde trabalhou como auxiliar de desenho desde 1919, assumindo a chefia do departamento de construção a partir de 1922 .
- ²⁸ Firma contratada para a execução dos serviços de alvenaria e de acabamentos. Dados obtidos na PRESERFE.
- ²⁹ Adalberto Szilard, arquiteto húngaro, formado pela Escola de Belas Artes de Viena e Geza Heller (Hungria 1902 - Rio de Janeiro RJ 1992) Pintor, arquiteto, gravador ,estudou arquitetura em Budapeste, em 1921
- ³⁰ Idem . op.cit., p. 91
- ³¹ Depoimento do arquiteto Geza Heller em entrevista à equipe da PRESERFE.
- ³² FURQUIM, E. - Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia, RJ, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, p. 97
- ³³ - GOODMAN, R. - After the planners, New York, Simon and Schuster, 1971, p.102
- ³⁴ -Idem, op.cit., p. 92
- ³⁵ - Esse aspecto simbólico aproxima-se do Sagrado, segundo Mircea Eliade, na obra Sagrado e Profano.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVAREZ, M.** - *Este sólido e imponente edifício*, RJ , Niterói , Editora Cromos, 1992.
- ARGAN, G.C** - *L' arte moderna: 1770-1970*. Florença: Sansoni, 1976.
- AZEVEDO, M.D.M.** - *Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. RJ, Brasiliana, 1969.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, A .-** *A verdade sobre a Revolução de outubro*,SP, s/e. 1933.
- BELLUCCO, H.** -*Tratamento conceitual da bibliografia acerca da imaginária urbana no Rio de Janeiro* , UFF, 1995.
- BOURDIEU, P.** - *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

- BRUAND, Y.** – *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. RJ., História da Arte no Brasil, Ed. José Olympio, 1944.
- CARONE, E.** – *O Estado Novo (1937 – 1945)* – DIFEL, RJ, 1976 .
- CARVALHO, J. M. de** – *A Formação das Almas*. SP, Cia. das Letras, 1990.
- CASTRO GOMES, A .** – *A cultura histórica do Estado Novo*, Projetos História – cultura e trabalho, nº16, RJ, 1998.
- CAVALCANTI, L.** – *A Preocupação do Belo*. RJ, Taurus, 1995.
- CHARTIER, R.** – *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1988.
- COSTA, L.** – *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. RJ., História da Arte no Brasil, Editora José Olympio , 1944.
- CUESTA BUSTILLO. J.** – *Memória e Historia*. Madrid , Marcial Pons, 1998.
- DAVID, E. G.,** - *A Ferrovia e sua História – Estrada de Ferro Central do Brasil*, AENFER, Coleção AENFER vol. II, Rio de Janeiro, 1998.
- _____ *127 Anos de Ferrovia*, AENFER, Juiz de Fora, MG, 1985.
- DELEUZE, G.** – *Conversações* , Rio de Janeiro, Editora 34 , 1992.
- FENTRESS, J; WICKHAM, C.** – *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1990.
- FIGUEIRA, M. F.** – *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*, RJ, Imprensa Nacional, 1908.
- FONTAINHA, A .** – *História dos Monumentos do Rio de Janeiro*, s/e , 1963.
- _____ *Monumentos do Rio de Janeiro*, Inventário. RJ., Prefeitura da Cidade, Diretoria de Parques e Jardins., 1963.
- FOUCAULT, M.** – *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- FURQUIM, E.** – *Arquitetura do Espetáculo*, RJ, Editora UFRJ, 2000 .
- _____ *Avenida Presidente Vargas: uma Drástica Cirurgia*, RJ, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro , 1990.
- GOODMAN, R** – *After the planners*, New York, Simon and Schuster , 1971.
- HALBWACHS, M.** – *A Memória Coletiva* – SP, Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.
- HARDT, M.** – *A sociedade mundial de controle*, In: **ALLIEZ, Éric** (Org.) Gilles Deleuze: uma vida filosófica, SP, Editora 34 , 2000.
- KNAUSS, P.** – *Cidade Vaidosa* , RJ., Sette Letras, 1990.
- LE GOFF . J.** – *História e Memória*, SP, Editora da UNICAMP, 1996 .

- LIPPI, L. O** – *O Estado Novo, Ideologia e Poder* – RJ, Zahar, 1982.
- LOPES, N.** – *Guimbastrilho e outros mistérios suburbanos* – RJ, Dantes Editora e Livraria Ltda., 2001.
- LUPANO, M.** – *Marcello Piacentini*, Bari. Laterza, 1991.
- LYNCH, K.** – *A Imagem da Cidade*, Lisboa, Martins Fontes, 1971.
- MACIEL, A** – *Nomadização dos espaços urbanos*, In: **GONDAR e COSTA** (Org.) *Memória e Espaço*, RJ, Editora 7 Letras, 2000.
- MAENZ, P.** – *Art-Déco Style*, Londres, Phaidon Press Ltda, 1977.
- NIETZSCHE, F.** – *O Crepúsculo dos Ídolos*. SP. Ed. Hemus, 1991.
- NORA, P.** – *La aventura de Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 3 vol, 1990..
- PENNA, L de A** – *Uma história da República*, Editora Nova Fronteira, RJ, 1980.
- _____. *República Brasileira*, Editora Nova Fronteira, RJ, 2000.
- PIACENTINI, M.** – *Nuovi orizzonti dell' "Edilizia Cittadina"*. Anais da Regia Scuola Superiore di Architettura di Roma,. Trad. de Marcos Tognon, 1921-2.
- REBELO, M, BULHÕES, A** – *O Rio de Janeiro do Bota-Abaixo*. RJ, Salamandra, 1997.
- RIBEIRO, L. C. Q, PECHMAN, R** – *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*, RJ, Editora Civilização Brasileira S.A. 1996.
- SANTOS, A. C. M** - *Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o Debate* In: **SCHIAVO, C. e ZETTEL J.**(org.) – *Memória, Cidade e Cultura*, RJ, Eduerj, 1997.
- SANTOS, N.** – *Meios de transportes no Rio de Janeiro. História e Legislação*. RJ, Jornal do Commercio, vol. 1, 1934.
- SCHWARTZMAN, S.** – *Bases do Autoritarismo Brasileiro* – Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- SZILARD, A, REIS, J. O** – *Urbanismo no Rio de Janeiro*, O Construtor S.A., RJ, 1950.
- TOGNON, M** – *Arquitetura fascista e o Estado Novo: Marcello Piacentini e a tradição monumental no Rio de Janeiro*, In: **RIBEIRO QUEIROZ e PECHMAN** (org) *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*, RJ, Editora Civilização Brasileira S. A., 1996.
- VARGAS, G.** – *A nova política do Brasil*, Ed. José Olympio. Vol.V e VI, 1938/39.

VERÍSSIMO, F. S., BITTAR, W. S. M., ALVAREZ, J.M.- *Vida Urbana- A evolução do cotidiano da cidade brasileira, RJ, EDIOURO, 2001.*

WEBER, E. – *Art Déco, Madrid, Lisboa , 1993.*

ZALUAR, A, ALVITO . M.- *Um século de favela*, RJ, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

RESUMEN

El Ferrocarril Central de Brasil se convirtió en una verdadera guerra cuadrada, con la sublevación de la Armada. La posición estratégica del ferrocarril que incluía el interior del país se convirtió en el centro del conflicto. La construcción del ferrocarril fue alcanzada por varios proyectiles de los rebeldes. Varios cambios cíclicos dirigió el país hasta la proclamación de la República en 1899, cuando se introdujo una nueva política en el país. Este nuevo orden político exigió cambios significativos, especialmente en la situación económica del país como guía de Gobierno para el mercado internacional.

Palabras clave: Modernización, red ferroviaria, Parsonage.

ABSTRACT

The Central of Brazil became a real war square, with the revolt of the Navy. The strategic position of the railroad which included the interior of the country became the Centre of the conflict. The building of the railroad was hit by several projectiles of the rebels. Several cyclical changes led the country until the proclamation of the Republic in 1899, when a new policy was introduced in the country. This new political order demanded significant changes, especially in the country's economic situation as government guidance for the international market.

Keywords: Modernization, Railway Network, Parsonage.

Estanislao Zeballos: Su Relación con EEUU y el Principio de Identidad Nacional

Enrique Eduardo Shaw - E. Susana Borgarello - UNC- Universidad Nacional de Córdoba

RESUMEN

Con la generación del '80 se plantea la necesidad de constituir un concepto de Estado nacional con carácter cohesivo internamente y diferenciándose al mismo tiempo respecto de los otros estados nacionales. Esta generación fue la gestante del Estado como Nación. Zeballos, como miembro de esa elite participó en la creación e institucionalización de un Yo argentino o dicho de otro modo de un "nosotros". Una construcción de la identidad nacional interna y externa: hacia adentro — a raíz de un proceso de inmigración masiva que se correlacionaba con la inserción del país a nivel internacional como productor de materias primas- se generaron líneas directrices que confluían en la construcción de un "yo colectivo" propiamente argentino a través de todo un sistema educacional; y simultáneamente, hacia afuera (política exterior), para poder ser reconocidos a nivel internacional como una nación y diferenciarnos de los "Otros" (países) que también estaban construyendo su "Yo": Chile, Brasil y ya en el siglo XX Estados Unidos. Zeballos, a comienzos del siglo XX se centrará en la política exterior e internacional de Roosevelt y su impacto por un lado en los intereses "hegemónicos" argentinos en el Cono Sur y por otro con los "aliados naturales" de la Argentina en Europa, observando el cambio de rumbo que se estaba produciendo en la política internacional y como podría afectar los intereses del país.

Palabras claves: Zeballos- Identidad Nacional- Relaciones Internacionales

ESTANISLAO ZEBALLOS: SU RELACIÓN CON EEUU Y EL PRINCIPIO DE IDENTIDAD NACIONAL

Con la generación del '80 se plantea la necesidad de constituir un concepto de Estado nacional que funcionara tanto como un referente de cohesión hacia el interior como de diferenciación respecto de los otros estados nacionales. La Elite -desde el plano ideológico- contribuirá a la elaboración de un conjunto de representaciones respecto a las características y fundamentos de la Nación Argentina.

El principio de civilizar el desierto e integrarnos como Nación era compartido por el grupo ilustrado de la época, que participaba a través de la política argentina, y el pensamiento de los intelectuales.

A partir de 1880 se fue consolidando el proceso de construcción del Estado Nacional al dotárselo, paulatinamente, de todos los elementos que lo irán convirtiendo en un Estado Moderno, en un Estado Nación (Oszlak: 1986).

En el plano económico esta “construcción” permitirá al país a través de su clase dirigente insertarse en la división internacional del trabajo, como proveedores de los productos pecuarios primero y agrícola posteriormente. Así, el proyecto de modernización se fue adecuando tanto a los intereses de los terratenientes pampeanos como a los de la burguesía financiera y comercial y, a la vez, a los del capitalismo mundial en ascenso.

Para alcanzar ese objetivo la oligarquía atrajo al capital extranjero con el firme propósito, entre otros, de conseguir un lugar protagónico en el nuevo juego de relaciones planteado en la economía mundial. (Allub: 1989, 127). A partir de esta visión, la lógica liberal dominante fue imponiendo criterios de una economía abierta al mundo, sin restricciones..., esperando beneficios en la misma dirección.

Podemos establecer que en el caso Argentino fue el Estado quien creó, inventó y diseñó a la Nación, a la vez que la imaginó generando líneas directrices que confluyeron en la construcción de una identidad nacional, en medio de un proceso de inmigración masiva que aportó positivamente en términos de crecimiento económico, pero que limitó en términos políticos, ideológicos y sociales según el juego de relaciones que se pretendía generar. (Shaw, 2003)

Zeballos participó en la creación e institucionalización en la elite dirigente de un Yo argentino; Yo que puede: reconstruirse, reinventarse o inventarse plenamente (Smith, 1997:128), que se construye desde la misma élite, éste deberá llegar a instituirse y realizarse en un Nosotros e instituirse imaginariamente en la sociedad (Castoriadis, 1993:219).

Ese Nosotros que significa el Yo colectivo, canalizado en primera instancia por medio de la familia y luego, más planificadamente, a través de la educación. Constituyéndose ambos en instrumentos importantísimos tanto de socialización, y como de control social. Así, la educación es el mecanismo por el cual se lleva a cabo el proceso de “iniciación” en las creencias comunitarias (Gurrutxaga, 1997:311); se erige en el principal instrumento de la construcción del Yo y del

Nosotros, es dónde se nos enseña qué somos, quiénes somos y quiénes son los Otros. Así la educación es uno de los mecanismos dónde se construye la socialización primaria y dónde se nos hace tomar conciencia del Otro (Berger y Luckmann, 1989:164-174) y, justamente este proceso de “iniciación” es materializado por el Estado Nacional. (Lanús, 2002)

Por eso, la construcción del Nosotros posibilita, la construcción de la identidad nacional: con “Nosotros los argentinos”, **se construye la identidad hacia adentro** y simultáneamente, **se construye así la identidad hacia fuera (política exterior)**, para poder ser reconocidos a nivel internacional como una nación: la Argentina. Con el sentido de diferenciarnos de los “Otros” los chilenos y los brasileiros, por ejemplo, que también estaban construyendo su “Yo” y tomando conciencia del “Otro” y de los “Otros”. Para lograrlo, Zeballos apuntó a construir la identidad desde lo elemental, esto es desde la constitución del Yo (Freud, 1972), un Yo colectivo, el Nosotros, con el fin de lograr una autoidentificación. También, tendió a la construcción e institucionalización, imaginaria de los Otros, a los fines de **diferenciarnos** de las otras identidades nacionales; ser reconocidos como un Estado con una nación propia.

Este marco temporal, también coincide con el cambio del “Otro”, es decir, desde la fundación de *La Revista* (1898), Chile representaba ese “Otro”; a partir de 1904-6 ese “Otro” comienza a estar representado por otro actor: Brasil y, para paralelamente, comienza la presencia de los Estados Unidos de Norteamérica en la región, tanto en el escenario real como en el simbólico. Este cambio queda evidenciado en la edición de *La Revista* y en la producción de Zeballos, estratégicamente hablando, surge un “Otro” diferente y se amplió el “Nosotros” con la incorporación de paraguayos y bolivianos en el juego de equilibrio de poder internacional por medio de un instrumento esencial de la Realpolitik: el “juego” de las Alianzas. (Shaw; 2000, 34-96)

A partir de 1904, *La Revista*, hace un seguimiento muy detallado de la campaña electoral norteamericana de ese año y la evolución de la lucha por la presidencia entre Roosevelt y Cleveland, particularmente se detiene en el primero, que a la postre resultará vencedor. Zeballos y *La Revista* hacen un detallado análisis de la concepción y alcance de la política exterior e internacional de Roosevelt y su impacto con: a) los intereses “hegemónicos” argentinos en el Cono Sur y b) con los “aliados naturales” de la Argentina en Europa. (Shaw, 2003)

El seguimiento de la política Exterior Norteamericana por parte de Zeballos y de *La Revista*, comenzó a ser sistemática, justamente, a partir de la llegada a la presidencia de Roosevelt y hasta 1914 no dejó de hacer un seguimiento profundo de la misma y avistó el cambio de rumbo que se estaba produciendo y por consiguiente de qué forma ese cambio podría afectar los intereses estratégicos de la Argentina.

En este período, (1898-1914), se observa cómo en la construcción de la identidad nacional varía la constitución del Yo, del Nosotros y de los Otros por medio del diseño y realización, tanto de una política interna como y sobre todo de la política exterior del Estado Argentino plasmada en *La Revista*.

Esto significa, sencillamente, la influencia mutua entre la política interna y la política exterior e internacional de la Argentina.

Asimismo y como fundamento del periodo de análisis, en esos dieciséis años de *La Revista*, de la vida del país y del mundo, sucedieron procesos y hechos muy importantes que quedaron reflejados de diversos modos en esta publicación. Ellos son: a) la no participación en el gobierno de Zeballos y su posición crítica hacia la política exterior del gobierno; b) su participación en el mismo a partir de 1906 como Canciller y su visión, posición y diseño de la política exterior e internacional, hecho que llevó a un enfrentamiento dentro de la propia clase dirigente que significó su alejamiento del cargo (Shaw, 2003) y cómo ello se vio reflejada en *La Revista*; c) los cambios ideológicos de los “nuevos” movimientos culturales de principios de siglo (Nacionalismo-Vanguardia-Centenario) que impactan profundamente en el modo de ver el mundo (el Nosotros y los Otros) (Terán, 2000) y por lo tanto en el diseño de la relación de la Argentina con el resto del orbe. (Shaw, 2005)

Sabemos que en el caso Argentino fue el Estado quien creó y diseñó la Nación. Zeballos participó en la creación e institucionalización en la elite dirigente de un Yo argentino o dicho de otro modo de un “nosotros”, que hace a la construcción de la identidad nacional: hacia adentro generándose líneas directrices- en razón de un proceso de inmigración masiva que se correlacionaba con la inserción del país a nivel internacional como productor de materias primas-que confluyeron en la construcción de un “yo colectivo” propiamente argentino a través de todo un sistema educacional desde lo interior: y simultáneamente, hacia afuera (política exterior), para poder ser reconocidos a nivel internacional como una nación y diferenciarnos de los “Otros” (países)

que también estaban construyendo su “Yo”: Chile, Brasil y ya en el siglo XX Estados Unidos. Zeballos, a comienzos del siglo XX se centrará en la política exterior e internacional de Roosevelt y su impacto con: a) los intereses “hegemónicos” argentinos en el Cono Sur y b) con los “aliados naturales” de la Argentina en Europa observando el cambio de rumbo que se estaba produciendo en la política internacional y como podría afectar los intereses del país.

Los hombres de la generación de 1880, los que dirigían y eran responsables del proceso político y social-tenían una estrecha relación con el mundo europeo tanto cultural como económico.

La participación y las inversiones de capitales extranjeros fueron un sustento indispensable para el desarrollo del modelo agrario exportador. Capitales destinados facilitar el transporte, la comercialización de los productos argentinos en el mercado internacional, por ello la inversión de capital en ferrocarriles, modernización del puerto de la ciudad de Buenos Aires, se fundan bancos y se establecen empresas. Buenos Aires centralizó los intercambios con el mercado internacional. Por esto, también en el núcleo portuario porteño se concentraron los grupos de mayor poder económico y los centros de decisión política que trabajaban por el mantenimiento de este modelo económico. Los terratenientes exportadores se constituyen como capitalistas agrarios asociados a capitalistas extranjeros básicamente europeos..

También crece la inmigración extranjera: Hacia 1860, la escasez de mano de obra en la zona pampeana planteaba un obstáculo para iniciar la explotación de las tierras.

Frente a un Sarmiento de una generación anterior, que no vaciló en reconocer la admiración que le despiertan los Estados Unidos, frente a una Europa envejecida, los hombres del 80 admiraban a Europa y sus posicionamientos se observan tanto en las conferencias panamericanas como en la Gran Guerra.

En América Latina, los Estados Unidos habían prácticamente prohibido las invasiones europeas, no por defender la soberanía nacional de los países americanos, sino porque en su plan imperialista, el continente se convertiría en su “patio trasero”.

Zeballos, ministro de Relaciones Exteriores del presidente Juárez Celman en 1889-1890; fue el primer ministro argentino que debe posicionar una política nacional con relación a la nueva organización panamericana que el gobierno norteamericano buscaba establecer; la

posición de Zeballos fue firme: la Argentina iba a cooperar, en lo posible, siempre que el predominio norteamericano sobre la organización no violara la soberanía de las naciones latinoamericanas; se negó a aceptar todo tipo de acuerdo económico que frenara o impidiera las relaciones que unían a Argentina con Europa. Al caer Juárez Celman en octubre de 1891 Zeballos será ministro de Relaciones Exteriores de Carlos Pellegrini colaborando y apoyando las nuevas medidas anticrisis que debió tomar Pellegrini y además, dio instrucciones a los delegados argentinos a la Segunda Conferencia panamericana que tendría lugar en México; de 1893 a 1896, Tanto en la 1º como en la 2º Conferencia Panamericana su posición fue de confrontación para conseguir que los Estados Unidos modificaran las tarifas de la importación de lana que perjudicaban a la Argentina; si bien no tuvo gran éxito, Zeballos fue ministro ante el gobierno norteamericano; allí lo encontró la derrota diplomática frente a Brasil por cuestiones limítrofes en el noreste actuando como árbitro en dicha delimitación el presidente de los Estados Unidos. Zeballos y el ministro -de Relaciones Exteriores de Brasil llegaron a un acuerdo en el área en disputa que sería dividida entre ellos pero Washington otorgó toda el área en disputa a Brasil. Zeballos fue criticado en Buenos Aires pero su diario *La Prensa*, lo defiende. Con la 4º Conferencia Panamericana en 1910 a celebrarse en Buenos Aires –año del centenario de la Revolución de Mayo- es nombrado delegado aquí la posición de Zeballos fue de dialogo evitando la confrontación-

En 1913,-ya sin funciones políticas- criticó la intención del presidente Wilson de hacer de los Estados Unidos el juez de la constitucionalidad de los regímenes políticos en Latinoamérica; ese mismo año, sin embargo, presidió las ceremonias que tuvieron lugar en Buenos Aires en las cuales la Universidad otorgó un cargo honorífico a Theodore Roosevelt que estaba de visita; elogió al ex presidente norteamericano por su corolario a la Doctrina Monroe, limitándola en principio al área del Caribe y consideró a esto un reconocimiento al hecho de que la Argentina había alcanzado un grado de civilización tal que ya no era necesaria la protección de la Doctrina Monroe, pero agradeció a los Estados Unidos por haber ayudado en el pasado.

Al terminar la Gran Guerra –hacia 1921- EEUU reinicia su política panamericana y Zeballos volvió a oponerse, a través de sus escritos al predominio norteamericano,

CONCLUSIÓN

Zeballos, fue el primer ministro argentino que debe posicionar una política nacional con relación a la nueva organización panamericana que el gobierno norteamericano buscaba establecer; la posición de Zeballos fue firme: la Argentina iba a cooperar, en lo posible, siempre que el predominio norteamericano sobre la organización no violara la soberanía de las naciones latinoamericanas; se negó a aceptar todo tipo de acuerdo económico que frenara o impidiera las relaciones que unían a Argentina con Europa. En 1913,- sin funciones políticas- criticó la intención del presidente Wilson de hacer de los Estados Unidos el juez de la constitucionalidad de los regímenes políticos en Latinoamérica. Al terminar la Gran Guerra -hacia 1921- EEUU reinicia su política panamericana y Zeballos volvió a oponerse, a través de sus escritos al predominio norteamericano. Dos años después moría en Liverpool, Gran Bretaña, el 4 de octubre de 1923.

BIBLIOGRAFÍA

ALTAMIRANO, Carlos y SARLO, Beatriz. *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia*. Ed. Ariel. Buenos Aires, 1997.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Ed. Fondo de Cultura Económica. México, 1997.

ANSALDI, Waldo y MORENO, José Luis. *Estado y sociedad en el pensamiento nacional*. Ed. Cántaro. Buenos Aires, 1989.

ARENAL, Celestino del. *Introducción a las relaciones internacionales*. Ed. Rei. México, 1995.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas*. Ed. Nueva visión. Buenos Aires, 1991.

BERGER, Peter y LUCKMANN, Thomas. *La construcción social de la realidad*. Amorrortu Editores. Avellaneda, 1989.

BARBÉ, Esther. *Las relaciones internacionales*. Ed. Tecnos, Madrid, 1998.

BOTTOMORE, Tom. *Elites y sociedad*. Ed. Talasa. Madrid, 1993.

CAMPOS DE ALMEIDA, Tânia Mara. "A invenção do Estado-Nação e o caso brasileiro. En: *Revista Multipla*. v.3(4) n. 71-83. Brasília, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad*. t. 1 y t. 2. Tusquets Editores. Buenos Aires, 1993.

CISNEROS, Andrés y ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de la Relaciones Exteriores de la República Argentina*. Parte I, t. I. Parte II. Ed. Nuevo Hacer. Buenos Aires, 1998.

————— *Historia General...* Op. Cit. Parte II, tt. VII y VIII. Ed. Nuevo Hacer. Buenos Aires, 1999.

CLAUSEWITZ, Karl von. *De la guerra*. Ed. Solar. 1969.

CORNBLITT, Oscar E.; GALLO, Ezequiel y O'CONNELL, Alfredo A. "La Generación del '80 y su proyecto: antecedentes y consecuencias". En: Torcuato Di Tella Comp. *Argentina Sociedad de masas*. Ed. Eudeba. Buenos Aires, 1965.

DEUTSCH, Karl W. *El nacionalismo y sus alternativas*. Ed. Paidós. Buenos Aires, 1971.

————— *Zeballos y la Política Exterior Argentina*. Ed. Pleamar. Buenos Aires, 1982.

ESCUDE, Carlos. *El fracaso del proyecto argentino. Educación e ideología*. Ed. Tesis. Buenos Aires, 1990.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las relaciones internacionales argentinas*. Ed. Pleamar. Buenos Aires, 1978.

FERNÁNDEZ VEGA, José. *Las guerras de la política. Clausewitz, de Maquiavelo a Perón*. Ed. Edhasa. Buenos Aires, 2005.

FERRARI, Gustavo. *Conflicto y paz con Chile*. Ed. Eudeba. Buenos Aires, 1968.

————— y GALLO, Ezequiel. comp. *La Argentina del ochenta al Centenario*. Ed. Sudamericana. Buenos Aires, 1980.

FREUD, Sigmund. *Psicología de las masas*. Ed. Alianza. Madrid, 1972.

GARCIA COTARELO, Ramón. (comp). *Introducción a la teoría del Estado*. Ed. Taide, Barcelona, 1981.

GELLNER, Ernest. *Encuentros con el nacionalismo*. Ed. Alianza Universidad. Madrid, 1995.

————— *Cultura, identidad y política. El nacionalismo y los nuevos cambios sociales*. Ed. Gedisa. Barcelona, 1998..

————— *Nacionalismo*. Ed. Destino. Barcelona, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Los intelectuales y la organización de la cultura*. Ed. Nueva Visión. Buenos Aires, 1997.

GURRUTXAGA, Ander. "Polisemia y paradojas del nacionalismo". En: *Revista de Estudios Políticos*. n. 95, enero-marzo. Madrid, 1997.

- HALL, John A. y IKENBERRY, G. John. *El Estado*. Ed. Alianza. Madrid, 1993.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *Historia Contemporánea de América Latina*. Alianza Editorial. Buenos Aires, 1986.
- HOBSBAWM, Eric J. *Naciones y nacionalismos desde 1780*. Ed. Crítica. Barcelona, 1991.
- *La era del capital, 1848-1875*. Ed. Crítica. Buenos Aires, 1998.
- *La era del imperio, 1875-1914*. Ed. Crítica. Buenos Aires, 1998.
- and RANGER, Terence. *The Invention of Tradition*. Ed. Canto. Cambridge, 1999.
- JELLINEK, Georg. *Teoría General del Estado*. Ed. Albatros. Buenos Aires, 1978.
- LASAGNA, Marcelo. “Cambio institucional y política exterior: un modelo explicativo”. En: *Afers Internationals*. n. 32. Barcelona, s/f.
- LANÚS, Juan Archivaldo. *La causa Argentina*. Ed. Emece. Buenos Aires, 2002.
- MABRAGAÑA, H. *Los mensajes*. Buenos Aires, 1910.
- MORENO QUINTANA, Lucio M. *Política Internacional de la República Argentina*. Ed. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 1948.
- NEIBURG, Federico y PLOTKIN, Mariano (comp). *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en Argentina*. Ed. Paidós. Buenos Aires, 2004.
- OSZLAK, Oscar. *Formación histórica del Estado en América Latina. Elementos teóricos metodológicos para su estudio*. Ed. CEDES. Buenos Aires, 1986.
- *La formación del Estado Argentino*. Ed. Belgrano. Buenos Aires, 1990.
- PARADISO, José. *Debates y trayectoria de la Política Exterior Argentina*. Grupo Editor Latinoamericano. Buenos Aires, 1993.
- PIÑERO, Norberto. *La Política Internacional Argentina*. Ed. Jesús Méndez. Buenos Aires, 1924.
- PORTILLO, Alfredo. “Una aproximación a las visiones geopolíticas globales”. En: *Revista Geográfica Venezolana*. v. 45 (2), 2004. <http://www.saber.ula.ve/regeoven/>
- RECALDE, José Ramón. *La construcción de las naciones*. Ed. Siglo XXI. Madrid, 1982.

RUIZ MORENO, Isidoro. *Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955)*. Ed. Perrot. Buenos Aires, 1961.

SANZ, Santiago. "Historia Argentina contemporánea, 1862-1930: la historia diplomática, desde la presidencia de Mitre, 1862, hasta 1930". En: *Academia Nacional de la Historia*. t. V. Ed. El Ateneo. Buenos Aires, 1964.

SATAS, Hugo R. *Una política exterior argentina*. Ed. Hypamérica. Buenos Aires, 1987.

SHAW, Enrique E. *Zeballos y la imaginación de Argentina*. Ed. Advocatus. Córdoba, 2003.

————— y JUAREZ CENTENO, Carlos. "La relación entre la Argentina y los Estados Unidos en época de la Conferencia Panamericana de Río de Janeiro de 1906. Una lectura desde 'La Revista de Derecho, Historia y Letras'". En: *Escenarios y nuevas construcciones identitarias en América Latina*. UNC. UNVM. Córdoba, 2004.

————— "Inmigración y ciudadanía: un problema del '900: estudio comparado entre *La Revista de Derecho, Historia y Letras* y la tesis doctorales presentadas a la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba. En: *Anuario n, VII, CIJS*. UNC. 2004.

————— "A(r)mándonos: Alta Política en el escenario internacional, 1898-1914" En: *Anuario n, VIII, CIJS*. UNC. 2005. (presentado para su publicación)

SOLVEIRA, Beatríz. *La evolución del Servicio Exterior Argentino entre 1852 y 1930*. Ed. Centro de Estudios Históricos. Córdoba, 1997.

—————"La política internacional: relaciones exteriores y cuestiones limítrofes (1862-1914)". Apartado de la *Nueva Historia de la Nación Argentina*. t. V. Ed. Planeta, Buenos Aires, 2000.

SMITH, Anthony. *La identidad nacional*. Trama editorial. Madrid, 1997.

THEBORN, Göran. "Sobre formación de Estados burgueses". En: Alberto Pla comp. Estado y sociedad ... Op. Cit.

VICENS VIVES, Jaime. *Tratado general de geopolítica*. Ed. Teide. Barcelona, 1956.

ZEBALLOS, Estanislao S. *La nationalite. Au point de vue de la legislation comparee et du droit privé human*. Ed. Librairie de la Societé du Recueil Sirey. París, 1914. t. 1.

————— *La diplomacia desarmada*. Ed. Eudeba. Buenos Aires, 1974.

Fuentes y repositorios:

Revista de Derecho, Historia y Letras. Años 1898 a 1914. (Hemeroteca de la Facultad de Derecho y Cs. Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba y hemeroteca del ex Instituto de Estudios Americanistas, biblioteca de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba).

Memorias del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. años 1898 a 1914. (Archivo General de La Nación. Biblioteca del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de La Nación. Biblioteca del Congreso de La Nación).

Compendio de Legislación Argentina 1898/1914. (Biblioteca de la Legislatura de la Provincia de Córdoba y Hemeroteca de la Facultad de Derecho y Cs. Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba).

RESUMO

Com a geração da '80, há uma necessidade de constituir um Estado nacional com o conceito de personagem coesa internamente e diferenciação ao mesmo tempo respeitar outros Estados nação. Esta geração foi o estatuto da mulher grávida como uma nação. Zeballos como membro da elite que participou da criação e a institucionalização de um argentino ou outras palavras de um "nós", eu. "A construção da identidade nacional interna e externa: para dentro - como resultado de um processo de imigração maciça que se correlacionou com a inclusão do país internacionalmente como produtor de matérias-primas - materiais foram gerados diretrizes que confluíam na construção de um 'yo coletivo' como a Argentina através de todo um sistema educacional; e, ao mesmo tempo, para fora (política externa), para ser capaz de ser reconhecido internacionalmente como uma nação e diferenciamos do 'outros' (países) que também foram construindo seu "eu": Chile, Brasil e já no século XX norte-americano. Zeballos, no início do século XX incidirá sobre política externa e internacional de Roosevelt e seu impacto de um lado os interesses "hegemônico" Argentina no Cone Sul e outro com os aliados "naturais" da Argentina na Europa, observando a mudança que estava ocorrendo na política internacional e poderia afetar os interesses do país.

Palavras chaves: Zeballos- Identidade Nacional- Relações Internacionais

ABSTRACT

With the generation of the '80 there is a need to constitute a national State with cohesive character concept internally and differentiating at the same time respect other nation States. This generation was the pregnant woman's status as a nation. Zeballos as member of that elite participated in the creation and institutionalization of an Argentine or other words of an "us", I. "A construction of internal and external national identity: inward - as a result of a process of massive immigration that it correlated with the inclusion of the country internationally as a producer of raw - materials were generated guidelines that confluenced in the construction of a collective 'yo' as Argentine through an entire educational system; and at the same time, outward (foreign policy), to be able to be recognized internationally as a nation and differentiate ourselves from the 'other' (countries) that were also building his "I": Chile, Brazil and already in the century XX United States. Zeballos, at the beginning of the 20th century will focus on foreign and international policy of Roosevelt and its impact on the one hand on the "hegemonic" interests Argentine in the Southern Cone and another with the "natural allies" of the Argentina in Europe, noting the change of course that was taking place in international politics and could affect the interests of the country.

Key words: Zeballos - national - identity international relations

Análisis de Política Sectorial y Estrategias de Desarrollo Orientadas a la Integración de las Empresas Costarricenses en su Proceso de Globalización

Gabriela Ortiz Valverde - Escuela de Economía - Universidad Nacional

RESUMEN

El sector empresarial costarricense no se escapa de los efectos negativos o positivos que este proceso pueda generar, es por tanto que se han desarrollado toda una serie de políticas sectoriales y estrategias de desarrollo orientadas a fortalecer la participación de las empresas en el mercado, pues dicho proceso trae consigo una serie de beneficios y perjuicios a los distintos actores económicos, por un lado los consumidores logran tener acceso a mayor variedad de productos y servicios, de distinta calidad y precio y los productores pueden colocar sus productos en diversos mercados a nivel local, nacional e internacional.

Palabras-claves: imaginario, desarrollo, globalización

I. INTRODUCCIÓN

Todo sector productivo se encuentra inmerso al proceso de globalización, que se puede definir como la *“integración más estrecha de países y pueblos del mundo, producida por la enorme reducción de costos de transporte y comunicación y el desmantelamiento de las barreras de flujos de bienes, servicios, capitales, conocimientos y personas a través de las fronteras”* de acuerdo a Joseph Stiglitz (2002). Este proceso si bien es cierto permite la disminución de barreras para la participación de los sectores productivos en el mercado, también enmarca una serie de retos o dificultades que deben ser solventadas por los sectores productivos en pro de su mayor integración al mercado.

El caso del sector empresarial costarricense no se escapa de los efectos negativos o positivos que este proceso pueda generar, es por tanto que se han desarrollado toda una serie de políticas sectoriales y estrategias de desarrollo orientadas a fortalecer la participación de las empresas en el mercado.

Dicho proceso trae consigo una serie de beneficios y perjuicios a los distintos actores económicos, por un lado los consumidores logran tener

acceso a mayor variedad de productos y servicios, de distinta calidad y precio y los productores pueden colocar sus productos en diversos mercados a nivel local, nacional e internacional.

Sin embargo, el acceso a estos mercados está limitado por el cumplimiento de normas y leyes que establecen las condiciones mínimas que deben cumplirse para la comercialización y producción de tal forma que se garantice la seguridad del consumidor. Obligando al sector empresarial, la implementación de procesos de producción innovadores que propicien la eficiencia productiva así como el cumplimiento de la normativa nacional o internacional.

Las normas de regulación impuestas por instituciones públicas y privadas, en conjunto con los cambios constantes que presentan los mercados en el proceso de globalización muchas veces se convierten en obstáculos para el crecimiento de algunos sectores empresariales, ya que demandan la implementación de procesos productivos más innovadores, que en el corto plazo se traducen en mayor inversión, uso de herramientas y equipos especializados, reparaciones y acondicionamiento de infraestructura, mejoramiento en la capacidad de negociación de los empresarios, necesidades de financiamiento para desarrollo de productos y proyectos, así como los problemas inherentes a cada sector productivo en particular.

Ante estas condiciones, nace la necesidad de la participación estatal en el desarrollo de programas y políticas sectoriales que impulsen aquellos sectores productivos claves para la economía o que representan un sector emergente con creciente potencial. No obstante, la formulación de estas políticas debe responder a las necesidades reales del sector y además de considerar soluciones integrales.

El presente documento busca analizar los lineamientos de política sectorial que se han definido en el Plan Nacional de Desarrollo para el apoyo y fomento de los principales sectores empresariales costarricenses para el periodo 2011-2014. Para esto, el siguiente documento se ha estructurado de la siguiente forma:

En un primer apartado se explicará brevemente el enfoque de cadenas globales de valor y su utilidad para la formulación de política pública y sectorial esto con el objetivo de proponer dicho enfoque como herramienta a ser utilizada por los hacedores de política en Costa Rica, en un segundo apartado se mostrarán las principales características del sector empresarial costarricense y las condiciones presentadas por el

sector empresarial en el periodo 2007-2009 como diagnóstico referente para la formulación del Plan Nacional de Desarrollo 2011-2014, que está constituido por los lineamientos de política sectorial que el Gobierno en curso deberá implementar en un período de cuatro años. Para este apartado se ha considerado parte de la información incluida en el diagnóstico previo al plan nacional de desarrollo que realiza el Ministerio de Planificación Nacional y Política Economía, especialmente aquellas información que concierne directamente a los sectores empresariales costarricenses.

En un tercer apartado se realizara el análisis de los lineamientos de política pública establecidos en el Plan Nacional de Desarrollo, y finalmente se establecerán una serie de recomendaciones en el marco del Enfoque de Cadenas Globales de Valor.

II. UN ENFOQUE TEÓRICO PARA EL DESARROLLO DE PROPUESTAS DE POLÍTICA PÚBLICA.

Se ha mencionado la importancia del sector público institucional en el desarrollo de estrategias, programas y políticas para el apoyo de sectores empresariales claves para la economía costarricense, así como la integralidad que dichas políticas deben comprender.

Una manera en que las instituciones encargadas de la formulación y aplicación de políticas sectoriales y programas de desarrollo empresarial, pueden generar propuestas integrales para atender las necesidades de los distintos sectores de la economía, es conociendo la dinámica comercial y productiva del sector que se desea atender, para esto se puede desarrollar el estudio de las cadenas globales de valor, dicho enfoque concibe el proceso productivo como una serie de eslabones que constituyen una secuencia de acciones que trasciende las fronteras y cuyo resultado final es un bien o servicio que es consumido por la población. En cada eslabón se puede identificar la participación en diversos grados de distintos actores siendo por tanto distinta la apropiación de valor que surge en cada uno de ellos. O en palabras de Hopkins y Wallerstein (1986:159) citado por Gereffi (1994) la *“Cadena Global de Mercancías está definida a partir de una amplia red de trabajo y proceso de producción cuyo resultado último es la generación de una mercancía”*

La mayor apropiación de valor por parte del sector empresarial nacional se traduce en mejor y mayores oportunidades para el mejoramiento en la calidad de vida de la población, al generarse mayores oportunidades de crecimiento empresarial y empleo.

El análisis del proceso productivo desde la perspectiva de una cadena global de valor permitirá determinar cuáles son los factores críticos que deben ser superados por las empresas e instituciones, facilitando entonces la formulación de propuestas de política pública que busquen incentivar una mayor participación del sector empresarial costarricense en las cadenas globales de valor así como en la apropiación de valor agregado.

Es importante mencionar que este enfoque requiere el estudio de cuatro dimensiones de análisis, la dimensión geográfica que permite observar el despliegue de operaciones, según los intereses estratégicos de los centros de poder “(Chen, 1994, Appelbaum et al, 1994), la dimensión institucional que se encuentra relacionada con las reglas del juego “*políticas estatales y arreglos institucionales*” Díaz, R y Hartwich, F (2005) que influyen en la estructura y dinámica de la cadena, la dimensión insumo producto que de acuerdo a Gereffi y Korzeniewicz (1994) es “*un conjunto de productos y servicios ligados en una secuencia de actividades económicas de valor agregado*” y la dimensión fuerza motriz que es considerada por Pelupessy, (2001) como aquel actor (compañía o grupo de ellas) que coordinadamente dominan la extensión, naturaleza y flujo de los recursos dentro de la cadena.

A partir de este estudio según Fitter y Kaplisky 2001, Pelupessy 2000 y 2001, Barrientos y Dolán 2003, no solo se puede comprender la dinámica de inserción de las empresas y sectores productivos al sistema de producción mundial, sino también la de países y regiones, de ahí la utilidad que los hacedores de política pública pueden encontrar en este enfoque.

III. CARACTERIZACIÓN DEL SECTOR EMPRESARIAL COSTARRICENSE: DIAGNÓSTICO PRELIMINAR AL ESTABLECIMIENTO DE LOS LINEAMIENTOS DE POLÍTICA SECTORIAL PARA PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2011-2014

3.1 COMPOSICIÓN DEL PARQUE EMPRESARIAL:

El parque empresarial costarricense se encuentra constituido según datos del Ministerio de Economía Industria y Comercio, en un 94% por micro, pequeñas y medianas empresas, de este porcentaje predomina la participación de las microempresas con un 72.81% y las pequeñas empresas con un 21.38%. Es importante recalcar que para este grupo de empresas los sectores que más predominan son comercio y servicios. En

lo que respecta a las empresas de mayor tamaño, estas constituyen el 1.78% del parque empresarial a febrero del 2012 y predominan la presencia de empresas dedicadas a la industria y servicios. Dicha composición caracterizan a Costa Rica como una economía orientada al desarrollo de actividades del sector terciario.

En los últimos siete años, sectores como la industria manufacturera, el comercio, restaurantes y hoteles, servicios de transporte, almacenaje y comunicaciones, de acuerdo a datos obtenidos en el Banco Central de Costa Rica, han mantenido una participación importante como aporte al Producto Interno Bruto, por ejemplo; para el año 2011, la industria de transporte, almacenaje y comunicaciones, la industria de comercio, restaurantes y hoteles y otros servicios prestados a empresas presentaron un leve aumento en su participación como aporte al PIB, pasando de un 16.69% a un 16.72%, de 17.06% a un 17.59%, y de un 5.82% a un 6.26% respectivamente.

3.2 SITUACIÓN DEL SECTOR EMPRESARIAL PERÍODO 2007-2009:

Producto de la globalización, nuestro país se vio afectado al igual que la mayor parte de las economías del mundo por la crisis financiera mundial (hipotecas de alto riesgo) que inicio a mediados del 2007 debido al colapso de la burbuja inmobiliaria en los Estados Unidos para el año 2006.

Costa Rica aplico una serie de medidas para amortiguar los efectos de esta crisis, entre estas medidas resaltan el aumento del gasto para mitigar los efectos en el desempleo, la capitalización del sistema bancario nacional para reducir la restricción al crédito, la reducción en las tasas de interés, asignando recursos para las pensiones del régimen no contributivo entre otras. Si bien es cierto, dichas políticas permitieron minimizar los efectos de la crisis, aún así se registraron algunos efectos importantes.

De acuerdo a datos del Banco Central, el Producto Interno Bruto costarricense disminuyó en 1,1% en términos reales para el 2009, debido al menor dinamismo que presentaron los sectores de construcción, agropecuario, industrial manufacturero y el sector de comercio restaurantes y hoteles. La disminución en el dinamismo de estos sectores se puede explicar por la disminución en la inversión extranjera directa que experimento una contracción de 731,7 millones de dólares para el 2009, las exportaciones y la demanda interna, así como la disminución en la actividad turística.

Respecto al mercado laboral la tasa de desempleo abierto fue de un 7,8% en el 2009 (INEC¹) y las ramas de actividad económica que se vieron más afectada por el empleo fueron construcción, agricultura y ganadería, industria y actividades inmobiliarias, dicha pérdida fue compensada por un aumento en la administración pública, comercio, salud y atención social, hoteles y restaurantes y servicios de transporte.

Al igual que los agregados macroeconómicos mencionados con anterioridad, los sectores empresariales con mayor importancia relativa en la composición del PIB y aquellos que se han considerado como prioritarios o de interés para el País han cerrado el 2009 con una serie de deficiencias y obstáculos que han sido la base para la determinación de los lineamientos de política sectorial del Plan Nacional de Desarrollo 2011-2014.

Si se considera la composición porcentual del PIB por sector y la clasificación de áreas estratégicas y de interés, determinadas en el Plan Nacional de Ciencia, Innovación y Tecnología se logra definir como actividades de alto potencial para el país: el desarrollo de software, diseño y servicios compartidos que se encuentran inmersos en el sector de ciencia y tecnología, actividades comerciales, servicios como turismo y transportes y el sector productivo en general haciendo especial énfasis en las actividades agropecuarias.

En lo respecta al sector de ciencia y tecnología, el principal problema que se logro identificar al cierre del 2009 según el análisis de situación sectorial realizado por MIDEPLAN; fue la *“baja incorporación de la ciencia, la tecnología y la innovación como instrumento para el desarrollo sostenible y el bienestar social”* explicado principalmente por:

- a. La fuerte desarticulación del sector académico, público y privado en la creación y desarrollo de la ciencia y tecnología.
- b. Los tiempos en la creación y desarrollo de tecnologías son más lentos en las Universidades que en el sector privado, impidiendo que se satisfaga la demanda de las empresas en un tiempo prudencial.
- c. Procesos burocráticos presentes en las instituciones que se dedican a realizar investigación.
- d. Poca capacitación del recurso humano en uso y aplicación del conocimiento científico.
- e. Concentración del conocimiento y servicios de innovación y tecnocientíficos en el área Metropolitana.

Para el caso del sector comercio, que en el caso costarricense representa un sector bastante importante dado la política de apertura comercial que se ha desarrollado con la firma de distintos acuerdos comerciales se presento como principal problemática “el decrecimiento de la inversión extranjera directa”, explicada principalmente por los efectos de la crisis tal y como se menciono anteriormente y por la insuficiente disponibilidad de recurso humano calificado para la atracción de empresas de mayor tamaño, excesiva tramitología y deficiencias en carreteras, puertos y aeropuertos.

Un sector que ha representado una fuente de ingresos importante para Costa Rica y que se constituye como uno de los sectores de mayor interés, es el turismo², y este no se vio exento a los efectos de la crisis, sin embargo la problemática que presenta dicha actividad al cierre del 2009 se enfoca más en como *“garantizar que el desarrollo de las actividades turísticas en Costa Rica se haga de manera sostenible con el medio ambiente”* esta problemática se encuentra explicada según el MIDEPLAN, por:

- a. Desvinculación existente entre los planes de otras instituciones del Estado y aquellas que se dedican al fomento del turismo.
- b. Falta de recursos financieros para el desarrollo efectivo de modelos de desarrollo turístico
- c. No se ha potencia la actividad turística de forma equitativa en las diferentes regiones geográficas del país, generando la sobrecarga de visitación en ciertas zonas.
- d. Deficiencia en el manejo de los desechos y limitada innovación de productos o servicios asociados a la actividad turística y que estén vinculados a programas de sostenibilidad.

En lo que respecta al sector productivo se logran identificar que *“las agroempresas y pymes presentan bajo nivel de competitividad y limitada articulación a los mercados, hay un bajo nivel de inversión en las zonas rurales y el uso de técnicas de producción y manejo de recursos no sostenibles”*, dicha problemática se encuentra explicada principalmente por:

- a. El rezago tanto tecnológico como en capacidad institucional para atender las necesidades del sector.
- b. Altos costos de producción y necesidad de inversión que se dificultan aún más por la dificultad del acceso al crédito.
- c. La infraestructura productiva y comunal en las zonas rurales es escasa, lo que imposibilita la generación de encadenamiento y el desarrollo adecuado de las empresas.

- d. Este desarrollo inadecuado de las empresas en las zonas rurales también se encuentra asociado con el bajo nivel educativo de la población lo que limita el salto de las actividades productivas de subsistencia a actividades de acumulación.

IV. LINEAMIENTOS DE POLÍTICAS SECTORIALES ESTABLECIDOS EN EL PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2011-2014.

Los lineamientos de política sectorial que se mostraran a continuación están relacionados con los sectores mencionados en el apartado anterior, si bien es cierto en el Plan Nacional de Desarrollo se incluyen sectores como educación y salud estos no se analizan en el presente documento.

El siguiente recuadro muestra los principales lineamientos de política sectorial definidos según el MIDEPLAN en el plan nacional.

TABLA 1. COSTA RICA: LINEAMIENTOS DE POLÍTICA SECTORIAL DEFINIDAS EN EL PLAN NACIONAL DE DESARROLLO 2011- 2014.

Sector	Lineamientos de Política.
Productivo	Mejorar competitividad de las mipymes mediante aplicación de la innovación, ciencia y tecnología, para articular productos al mercado interno y externo. Desarrollo de territorios rurales especialmente en áreas con bajo índice desarrollo social. Fortalecimiento de procesos productivos amigables con el ambiente.
Ciencia, tecnología e innovación.	Fortalecimiento y promoción del desarrollo científico, tecnológico e innovación para su incorporación en los procesos productivos y servicios, con el fin de mejorar la calidad de vida de la población.
Comercio Externo	Promoción de las exportaciones e inversión extranjera directa en las diferentes regiones del país. Desarrollo del potencial productivo y exportador de las PYMES en las diferentes regiones del país.
Turismo	Ordenamiento del espacio turístico con base en la división del país en unidades de planeamiento, con el objetivo del desarrollo sostenible de la actividad. Fomento innovación y desarrollo de nuevos productos acordes con el desarrollo local y programas de sostenibilidad.

Fuente: elaborado con información obtenida del Plan Nacional de Desarrollo 2011-2014 elaborado por MIDEPLAN

Para el alcance de cada uno de estos lineamientos de política sectorial se han establecido acciones estratégicas en mira del cumplimiento de metas sectoriales tal es el caso de la implementación de programas de emprendimiento productivo a 100 pymes costarricenses o el desarrollo de dos programas de identificación y fortalecimiento de recursos humanos con competencias en ciencia, tecnología e innovación.

Al revisar el informe de avance del plan nacional al 2011, se logran determinar que si bien es cierto, se han alcanzado la mayoría de las metas, existe cierta disconformidad por parte de los sectores beneficiados e inclusive de las instituciones que debían implementar dichas acciones estratégicas, de acuerdo a la información publicada en este informe de avance al 2011, las principales disconformidades fueron:

Propone lograr mayor coordinación sectorial con el fin de desarrollar de manera integral la producción agropecuaria empresarial, facilitar el acceso a los recursos institucionales de manera que le permita a las instituciones mayor presencia, proyección e impacto en el desarrollo de agroempresas nacionales y mayor divulgación del accionar institucional.

- a. Personal limitado en algunas instituciones como Instituto de desarrollo agrario que limito la atención adecuada de las empresas, dicha limitación se debe al recorte presupuestario que disminuyo la cantidad de recursos destinados a la construcción de obras de asentamientos, al igual que el IDA otras instituciones como el Ministerio de Agricultura y Ganadería MAG también se vio afectado por dicha reducción.
- b. Se requiere atención integral, es decir mayor coordinación entre las distintas instituciones que apoyan al sector de tal forma que no se dupliquen esfuerzos o el apoyo este orientado de forma adecuada y responda a las necesidades del sector.
- c. En el sector de ciencia, tecnología e innovación también predomino la falta de financiamiento para desarrollar ciertas actividades.
- d. Se ha presentado una negación de créditos para el crecimiento de las mipymes, ya que los requisitos que se solicitan en la banca comercial no se ajustan a la realidad de estas empresas, por lo que se requiere aumentar los esfuerzos de banca de desarrollo.
- e. Se recalca la fuerte burocracia en el trámite de proyectos de inversión pública para el sector turismo.

V. CONSIDERACIONES FINALES.

De acuerdo al informe de avance 2011 en las metas propuestas por el Gobierno para el periodo 2011-2014, existe un avance satisfactorio en el cumplimiento de las metas que se han propuesto a cada una de las instituciones de Gobierno, sin embargo al analizar las consideraciones finales expuestas por cada sector y algunas de estas instituciones se logra determinar que la capacidad institucional en términos de infraestructura física, recursos financieros, activos y recurso humano es limitada ya que en aquellos casos en los que no se logró cumplir las metas en su totalidad se explican principalmente por dicha deficiencia.

De igual manera se resalta la falta de vinculación entre las distintas instituciones gubernamentales, cuyos programas en muchas ocasiones están orientados a un mismo sector empresarial pero que se convierte en duplicación de esfuerzos, ya que no existe esa coordinación interinstitucional que haga llegar a las empresas un apoyo integral debidamente orientado.

Para evitar estas dificultades se recomienda no solamente la consulta al sector empresarial del apoyo que requiere sino la priorización en la atención de dichas necesidades, con el objetivo de utilizar de forma eficiente los recursos financieros con que se cuenta y los cuales posiblemente vayan a disminuir debido al déficit fiscal y fuerte endeudamiento de la economía costarricense.

Para la priorización de necesidades, las instituciones gubernamentales pueden hacer uso del enfoque de cadenas globales de valor, como herramienta de análisis de los distintos sectores productivos a los que se desea beneficiar.

Tal y como se menciona en el segundo apartado de este documento, el enfoque de cadenas globales, permite identificar con el análisis de cada una de las dimensiones de estudio propuestas, identificar los factores críticos que imposibilitan o dificultan la generación de mayor valor agregado por parte del sector empresarial costarricense en cada uno de los eslabones de la cadena.

Al identificar estas limitantes por eslabón, la participación del sector empresarial en cada uno de los eslabones y la generación de valor agregado en cada etapa del proceso productivo, se puede definir aquellos factores críticos que dificultan en mayor medida la inserción exitosa de nuestras empresas en el sistema de comercio mundial, así como en los eslabones

de mayor generación de valor agregado, y desarrollar propuestas de política pública que integren el trabajo de todas las instituciones vinculadas a la cadena en estudio, con el propósito de definir propuestas y acciones estratégicas integrales y coordinadas entre el sector institucional.

NOTAS

- ¹ Datos de la encuesta de hogares de propósitos múltiples del Instituto Nacional de Estadística y Censo.
- ² Costa Rica se caracteriza por desarrollar una oferta turística variada en la que en un mismo lugar se pueden encontrar actividades asociadas al turismo de playa, ecológico y de investigación, así como la creciente participación del turismo médico.

BIBLIOGRAFÍA

- Barrientos S. y Dolan C. (2003) A Gendered Value Chain Approach to Codes of Conduct in African Horticulture, *World Development*, Vol.31, No. 9.
- Banco Central de Costa Rica (BCCR). Base de datos. San José, Costa Rica.
- Fitter R. y R. Kaplinsky. (2001) Who Gains from Product Rents as the Coffee Market becomes more Differentiated: A Value-Chain Analysis, en: Gereffi G. y R. Kaplinsky (eds) *The value of value chains: Spreading the gains from globalisation*, in: *IDS Bulletin* 32.
- Instituto Nacional de Estadística y Censo (INEC). Base de datos. San José, Costa Rica.
- Joseph Stiglitz. (2002). *El Malestar en la globalización*. Madrid: Taurus.
- Ministerio de Economía Industria y Comercio (MEIC). Base de datos. San José, Costa Rica.
- Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica (MIDEPLAN). *Informe Anual de Cumplimiento de Metas PND 2011-2014*. Marzo 2012. San José, Costa Rica.
- Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica (MIDEPLAN). *Plan Nacional de Desarrollo 2011-2014*. Diciembre 2010. San José, Costa Rica.
- Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación (MICIT). *Plan Nacional de Ciencia, Investigación e Innovación 2011-2014*. Abril 2011. San José, Costa Rica.
- Pelupessy W. (2000) Research meeting. "The global commodity chain approach as an analytical tool in development economics". Development Research Institute (IVO), Tilburg University.
- Pelupessy W. (2001) *Market Failures in Global Coffee Chains*. Conference: *The Future of Perennial Crops*. Yamoussoukro, Ivory Coast, November 4-9.

ABSTRACT

the Costa Rican business sector does not escape the negative or positive effects that this process can generate, is therefore that a whole series of sectoral policies have been developed and development strategies to strengthen the participation of enterprises in the market, because that process brings with it a series of benefits and harms to the various economic actors on the one hand consumers are able to have access to a greater variety of products and services, different quality and price and producers can place their products in different markets at the local, national and international level.

Keywords: imaginary, development, globalization

RESUMO

Visão geral do setor empresarial da Costa Rica não escape efeitos negativos ou positivos que este processo pode gerar, é, portanto, que desenvolveram uma série de políticas sectoriais e estratégias de desenvolvimento para fortalecer a participação das empresas no mercado, porque esse processo traz com uma série de benefícios e prejudica a vários agentes económicos por um lado, os consumidores são capazes de ter acesso a uma variedade maior de produtos e serviços, qualidade e preço e diferentes produtores podem colocar seus produtos em diferentes mercados a nível local, nacional e internacional.

Palavras-chave: imaginário, desenvolvimento, globalização

O Ordenamento Estatal e a Organização Religiosa em uma Favela Carioca

João Marcus Figueiredo Assis - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

RESUMO

Nossa pesquisa abordou os efeitos de tentativas de ordenamento e controle sobre o “caos” urbano nas favelas ou a partir delas, uma vez que essas são entendidas ou projetadas por diversas instâncias como espaços de desordem, caos e violência associados à pobreza. A primeira experiência de ordenamento que queremos destacar é a inserção de elementos religiosos nessas áreas consideradas marginais a partir de fins dos anos de 1970. Trata-se dos movimentos de inserção de religiosos e religiosas católicas em meios populares. A segunda é recente e diz respeito à interferência direta do Estado nas favelas por meio das “Unidades de Polícia Pacificadora” (UPPs) em seu intento de pacificação da população.

Palavras-Chaves: Ordem, Rio de Janeiro, Organização Religiosa

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa abordou os efeitos de tentativas de ordenamento e controle sobre o “caos” urbano nas favelas ou a partir delas, uma vez que essas são entendidas ou projetadas por diversas instâncias como espaços de desordem, caos e violência associados à pobreza. A primeira experiência de ordenamento que queremos destacar é a inserção de elementos religiosos nessas áreas consideradas marginais a partir de fins dos anos de 1970. Trata-se dos movimentos de inserção de religiosos e religiosas católicas em meios populares. A segunda é recente e diz respeito à interferência direta do Estado nas favelas por meio das “Unidades de Polícia Pacificadora” (UPPs) em seu intento de pacificação da população. A inserção em meios populares parte de iniciativas coletivas e individuais de religiosos para a promoção de ações sociais e religiosas em áreas consideradas como marginalizadas. Não há, necessariamente, um programa formal ou um projeto institucional definido, enquanto no segundo caso, trata-se de uma política estatal para contenção da violência. Refere-se, este último, a políticas de segurança projetadas pelo Estado do Rio de Janeiro pelo governador Sérgio Cabral.

Ambas, a nosso ver, constituem formas de intervenção externas em áreas consideradas degradadas. Cada qual intenta contribuir para um ordenamento a partir de lógicas que lhes são próprias, ou seja, o ordenamento a partir de uma cosmologia religiosa ou da força de policiamento das ações individuais e coletivas dos moradores dessa área.

A inserção em meios populares é uma experiência católica fortemente disseminada, em especial nos anos 1970 e 1980, e diz respeito à mudança de elementos da Vida Religiosa Consagrada (VRC) para os meios populares. O marco dessa experiência foi a renovação proposta pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), combinado com a relevante corrente teológica que se afirma nos anos de 1970, a Teologia da Libertação¹.

Tal inserção pretendeu levar a cabo o projeto do que foi categorizado como “opção preferencial pelos pobres”, tematizada como uma opção radical de vida a partir do Evangelho. Entretanto, nossa intenção de pesquisa não visa abordar a temática pela via da Vida Religiosa, mas sim suas motivações e implicações sociais. Buscamos compreender a inserção como projeto que carrega as projeções religiosas de seus representantes, assim como os projetos religiosos a serem imputados aos moradores locais. Nesse sentido, devemos estar atentos para o projeto que acompanha a inserção, derivado das construções mentais e ideológicas sobre o pobre, a marginalidade e uma consciência de missão.

Visamos compreender em que tipo de missão sócio-religiosa se constitui a inserção, as propostas de organização popular, o estabelecimento de rupturas com a Vida Religiosa tradicional que marcaria sua especificidade, construindo assim estratégias narrativas de convencimento junto à população com a qual convive.

Sobre as UPPs, há um vasto material e percebemos de antemão que o esforço maior foi selecionar, dentre essas inúmeras produções intelectuais, midiáticas (re)produzidas no contato cotidiano, o que efetivamente direcionaria nossa abordagem.

As UPPs foram iniciadas no primeiro período do governo Sérgio Cabral no Estado do Rio de Janeiro.² O primeiro morro a ser ocupado pela UPP foi a favela do Morro Santa Marta, localizada em Botafogo, zona sul da cidade, no dia 19 de dezembro de 2008. A tônica do discurso oficial apresentado, por exemplo, no site das UPPs é a de que por meio delas se traduz um “conceito” de polícia de paz. Tal terminologia é constantemente reforçada. Hoje, tal presença nessas áreas efetua modificações em relação ao comportamento não só de seus

moradores, mas também o posicionamento dos moradores das áreas vizinhas e promove um tipo de aproximação, o que, em nossos pressupostos, não ocorre sem novas ou renovadas tensões.

Nosso intuito é buscar observar como tais formas de inscrições efetuadas por agentes externos (religiosos inseridos e UPPs) nessas áreas promovem mudanças, conflitos, reconfigurações espaciais e sociais. De certa forma interessa-nos como essas presenças retomam velhas discussões ou iniciam novos debates sobre o espaço urbano em sua complexidade.

Como metodologia privilegiada em nossa pesquisa, utilizamos a etnografia com a finalidade de abordar o cotidiano de religiosas inseridas nos meios populares, como forma de entendimento das interações entre os agentes religiosos e a população local e as formas de justificação e convencimento sobre as propostas religiosas para esses espaços periféricos da presença sócio-política e religiosa. Tal metodologia possibilitou também compreender como a presença dessas religiosas e suas interrelações culturais com os moradores locais em suas movimentações cotidianas alteram, por um lado, a consciência sobre o universo tomado como profano e, por outro, as noções de sagrado advindas da formação e ideologias religiosas. Nossa investida empírica ocorreu em uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro.

POLÍCIA E RELIGIÃO NO COTIDIANO DA FAVELA

Imprescindível para essa análise é o entendimento da experiência pessoal dessas religiosas na favela vizinha à qual residi durante o período de um ano. Apesar do afastamento involuntário pelo período intermitente de aproximadamente cinco anos, elas convivem com os moradores locais há mais de trinta e três anos. Dessas duas irmãs, uma delas fez-se presente desde o início da inserção.

Devido a tal presença durante esse período de tempo consideravelmente longo, é que destacamos a relevância de suas considerações sobre as intervenções externas estatais, em especial as recentes intervenções via Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Elas já observaram inúmeras intervenções estatais municipais e estaduais, assim como as tentativas de trabalho ou cooptação por parte de grupos e de políticos da cidade. Sua presença, em certa medida acaba se confundindo com o cotidiano dos moradores.

Identificaremos tais irmãs por um modelo simbólico religioso, o alfa e o ômega (A, W), ou seja, o *início* e o *fim*, designados à presença

escatológica da divindade junto à realidade humana. Portanto, as identificaremos pelas letras A e Z.

As Irmãs A. e Z. são provenientes de um estado da região sul do Brasil. Duas senhoras com mais de 70 anos de idade. Ir. Z encontra-se com 75 anos. Demonstram ser bastante dinâmicas e envolvidas com diversas atividades, apesar de suas fragilidades físicas e problemas de saúde. Ambas possuem uma formação religiosa bastante acurada, pertencendo a famílias de tradição eminentemente católica. A irmã Z. é a única religiosa da família enquanto a Ir. A. possui irmãos e irmãs que pertencem à vida religiosa e à vida sacerdotal. Um questionamento que ouvi diversas vezes de algumas de suas Irmãs de Congregação e mesmo de alguns leigos é como essas duas pessoas, com formação esmerada, com certa fragilidade física, vindas de famílias de posses, se aventuraram a morar em um ambiente perigoso e insalubre como a favela.

Justamente esse aspecto da fragilidade é que chama a atenção das pessoas. Como conseguem conviver em um ambiente moralmente fragmentado, é o que muitos comentam, em um misto de admiração e repulsa por sua opção. Em sua narrativa, Ir. Z. aponta para a chave da questão. Ela identifica-se como uma mulher persistente quando narra sua ida para o convento, aos vinte anos, a contragosto do pai: “Deus sempre colocou ao meu lado pessoas muito boas, muito tranquilas, colegas! Que sempre me ajudaram a equilibrar. Porque eu sou assim... tiro e queda, decido logo, intuitiva, e aí também me queimo bastante, mas eu ajo do jeito que acho que tenho que fazer”.

A motivação principal da presença dessas irmãs na favela foi a mudança crucial na estrutura eclesial católica conhecida como Concílio Vaticano II (CV-II), ocorrido entre os anos de 1962 a 1965. Tal evento provocou mudanças radicais na estrutura católica e, principalmente no contato com questões da sociedade moderna, antes descartadas ou negligenciadas como irrelevantes para a atuação católica no mundo.

Ir. Z. destaca que houve uma confluência de interesses em sua ida para a favela. Nos anos de 1970, a Igreja Católica intensificou sua investida no que foi denominada “opção preferencial pelos pobres e pelos jovens”. Alguns documentos pós-conciliares, voltaram-se para a difusão das ideias do Vaticano II e suas implementações nos diversos âmbitos da Igreja Católica. Dentre esses documentos, os mais relevantes foram os documentos de Medellín (1968) e de Puebla (1979), os quais deram contornos mais claros à opção pelos pobres e pelos jovens. Tais

documentos estavam sendo amplamente estudados nesse período por vários agentes religiosos (bispos, padres, religiosos/as, leigos/as) em vista à modificação ou adaptações das ações pastorais da Igreja Católica nos países latino-americanos. Estavam também sendo estudados pela Congregação das Irmãs em questão.

No período de estudos desses documentos, as Irmãs receberam um convite para trabalhar na favela atendida pela escola. O então pároco da localidade onde elas moravam foi ao Colégio atendido por elas para verificar a possibilidade de alguma irmã desenvolver um trabalho catequético. O convite foi avaliado e, prontamente aceito. Ir. Z. Foi uma das primeiras a se dispor. No calor dos estudos e do envolvimento com as questões sociais propostas pelos documentos, decidiram então que só aceitariam o convite se pudessem residir no local. A religiosa que já havia investido em duas formações em nível superior, que foi professora em diversos colégios e diretora em vários outros iniciava um novo trabalho, ao qual dispensaria as próximas décadas de sua dedicação à Vida Religiosa.

Uma interrogação me surgiu ouvindo a narrativa das Irmãs sobre sua atuação junto aos moradores. Como religiosas motivadas pela opção preferencial pelos pobres e pela Teologia da Libertação, eu esperava ver aparecer em suas narrativas projetos e ações de organização popular para reivindicação de direitos, de serviços públicos, mobilização para passeatas, discursos inflamados sobre revoluções urbanas. Ao contrário, embora algumas dessas questões não estivessem completamente ausentes, não foi tal quadro que surgiu. Pela fala das Irmãs, o projeto de inserção foi efetuado pelo compartilhamento do cotidiano com os moradores.

O trabalho desenvolvido por elas primou pelo acompanhamento educativo das crianças, expectativa relacionada com a proposta de sua Congregação. Hoje propõem o acompanhamento das famílias como um todo e não somente das crianças. Essa também é uma proposição básica da Congregação. No início, tentaram uma organização burocrática dos problemas das pessoas. Motivadas pela ansiedade do conhecimento sobre a realidade, começaram a elaborar e preencher fichas sobre as pessoas, suas famílias e principais problemas a serem resolvidos. Aos poucos foram abandonando essa prática. Talvez o abandono de tal metodologia se deva ao fato de começarem a dominar o conhecimento sobre o espaço e as ações ali desenvolvidas.

O que chama a atenção nos relatos apresentados pelas Irmãs é que eles prescindem de teoria e se atêm a experiências diretas e concretas. Constantemente indicam exemplos tirados do conhecimento cotidiano. Há sempre os nomes ou, pelo menos, os detalhes físicos, traços psicológicos dos moradores ou a localização de sua residência. Tal atitude que fixa o cotidiano, as pequenas atitudes, os detalhes dos acontecimentos, parece apresentar, psicologicamente, que tais Irmãs são pessoas práticas. Entretanto, tentando perceber por outra perspectiva, as narrativas apresentam também pessoas que pautam os projetos de inserção no acompanhamento de casos pessoais, talvez quase com o mesmo empenho ou maior, do que se ocupam de causas coletivas. Pode ser que isso indique uma indiferenciação de perspectivas nesse sentido.

Por outro lado, quando Ir. Z. apresenta a polícia e sua atuação no morro, tal aproximação direcionada a nomes, fisionomias, etc., desaparece. Em seus relatos, os policiais não “aparecem”, como os moradores, com rostos ou com proximidade por parte das religiosas. Quando os policiais surgem em suas narrativas, estão comumente em situação conflituosa com os moradores, ou tentando se aproximar delas como meio de aceitação por parte dos moradores. Tal diferenciação nesse tratamento discursivo possibilita perceber os canais de comunicação e de aceitação, assim como as opções de relacionamento dessas Irmãs. O que transparece é a visão sobre a dignidade humana e o respeito, pensamentos voltados para a perspectiva cristã.

Nesse sentido os projetos das religiosas atende à linguagem do respeito, conforme apresenta Dominique Vidal (2003). A exigência do respeito faz parte das exigências do brasileiro pobre residente das grandes cidades. Tal exigência transcende os fatores meramente econômicos, pois passa antes pelo reconhecimento. Segundo ele,

[...] para o cidadão pobre, o sentimento de pertencer à humanidade é muito mais importante que a redução da desigualdade social. Esse homem quase nunca condena a desigualdade social em si, mas sim o modo pelo qual, na vida cotidiana, os membros das camadas médias e superiores o fazem sentir-se socialmente inferior, seja nos espaços públicos ou no trabalho. (VIDAL, 2003, p. 267)

Conforme o pensamento desse autor é necessário não só a instituição da justiça social, mas que essa sociedade não humilhe seus cidadãos.

Lembrar a condição de inferior provoca o sentimento de humilhação. Em sua pesquisa, dentre as atitudes que surgem sobre a injustiça social, está a brutalidade policial. A humilhação aparece como a recusa de formas específicas de vida pelas quais se exprime a humanidade. No relato das Irmãs, a autoridade policial aparece constantemente como brutalidade, desrespeito, ou simples desconsideração para com os moradores da favela. Mesmo no cumprimento do dever em nome do Estado, a ação policial não atende completamente as exigências de respeito.

Podemos perceber que, mesmo hoje a partir da ação da Polícia Pacificadora, a favela deve se submeter às determinações do Estado. Este representa a fala autorizada sobre aquela população. Embora diversos movimentos sociais que surgiram das lutas por moradia nas cidades avancem em projetos reivindicatórios e participativos, a favela ainda é entendida como “caso de polícia”. E a “solução” apresentada hoje pelo Estado do Rio de Janeiro é a entrada das UPPs. É necessário, entretanto, um remodelamento das representações sobre a polícia de um modo geral. Um relevante trabalho de convencimento vem sendo apresentado, sobretudo pelas relações imagéticas do público com a polícia pacificadora.

Como programa de governo para a segurança pública para a cidade do Rio de Janeiro (projetando-se para o Estado e servindo de modelo para outros estados e outros países), as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) ganham notoriedade internacional devido à propagação de sua eficácia³. Entretanto, apesar da propagada eficiente intervenção estatal via polícia nos morros cariocas, faz-se necessário um outro tipo de convencimento, à população em geral e aos moradores desses morros especificamente, de que a polícia pacificadora se diferencia do coletivo policial como um todo, por representar não a extorsão, a violência contra o cidadão, a corrupção, mas a paz.

Em imagens veiculadas em diversos meios, a representação da polícia passa a ser positivada em vários aspectos. O primeiro deles é a reconfiguração dos espaços favelados, sendo que a ação desses policiais modificaria o ambiente, melhorando as condições de vida dos moradores, o acesso a serviços públicos e a investimentos na área social, de profissionalização.

Outro elemento relevante a ser destacado são as ações de aproximação da polícia em relação aos moradores. A ocupação pressupõe a expulsão dos traficantes ou, na visão de alguns, um mero desarmamento do

tráfico, uma vez que há fortes indícios de que diversos traficantes continuam na favela, inclusive com a permanência camuflada (e consentida?) de suas atividades. Por outro lado, pressupõe ainda o convencimento sobre suas intenções quanto à melhoria de vida da população. São planejamentos de abordagem da população em vista de um convívio harmonioso, de aceitação da presença policial. As crianças são alvos iniciais dessa estratégia de aproximação.

Outras formas de apresentar esse “projeto de paz” é a supremacia da polícia no enfrentamento dos traficantes. O Bope (Batalhão de Operações Especiais), que ficou imortalizado no filme “Tropa de Elite” e sua sequência, “Tropa de Elite 2”, é a equipe responsável por preparar o espaço para a entrada das UPPs. Ela efetua a expulsão do tráfico para, posteriormente se instalarem as unidades pacificadoras. Entretanto, percebemos uma diferenciação na apresentação dessas polícias. O Bope aparece como uma força efetiva, um poder de expulsão, enquanto a UPP aparece como uma força de agregação, de encaminhamento para o apaziguamento. Por fim, outro recorte a ser identificado é o dos meios próprios de divulgação e manutenção oficial do convencimento. Isso se dá pela permanência de um site oficial de notícias do governo do Estado do Rio de Janeiro sobre as UPPs, o “UPP Repórter”, que tem como chamada imediata e vinculada ao nome do site, a frase “abrace essa ideia!”, referenciando ao caráter amigável, espontâneo, aproximativo da polícia pacificadora.

ORDENAMENTO POLICIAL E RELIGIOSO NA FAVELA

A entrada da Igreja Católica em meios populares antecede os anos de 1970 e os documentos pós-conciliares. Juntamente com o Estado, a Igreja percebia na favela a desagregação social, cultural e moral a ser restaurada. A favela, desde os anos de 1920 aparece publicamente como problema, exigindo projetos governamentais para seu ordenamento.

Uma primeira ideia é a de que a repressão e o controle devem ser utilizados para a correção dos desvios oriundos da degradação física e moral dos moradores da favela. A outra é a de que só a repressão policial garante o controle daquela população, a qual poderia se insurgir a qualquer momento. Essas ideias remetem para as preocupações que podem ser observadas nos textos de Dodsworth e de Lacerda (PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro, 2005). Embora

demonstrem isso de modos diferentes, a preocupação com uma realidade que pode se alastrar, contaminar, contagiar, é evidente. Há um perigo que deve ser contido ou, pelo menos, ordenado para não se voltar como algo prejudicial ao “restante da cidade”.⁴

Segundo Victor Valla (1986), o discurso de Lacerda apresenta diferenciações em relação aos discursos proferidos anteriormente por outras autoridades públicas. Seriam motivadas pelo processo de redemocratização após o período de ditadura varguista e pelo trabalho realizado pela Fundação Leão XIII, organismo ligado à Igreja Católica. Conforme Valla, o discurso e a ação autoritária não cabiam mais em uma situação de investimento democrático. Partes do projeto da Fundação Leão XIII, ao serem comparadas com o texto de autoria de Carlos Lacerda se aproximam consideravelmente. Portanto, o autor em foco afirma essa aproximação seria ocasionada por uma tendência que, naquele período se fazia evidenciar, um novo posicionamento frente às favelas.

Ao discorrer sobre as representações em torno da população das favelas projetadas nos discursos das autoridades públicas, em especial contrapostas aos projetos da Fundação Leão XIII e de Lacerda com “A Batalha do Rio”, Valla ressalta as preocupações com os perigos que pudessem advir daquele espaço e daquela população, tal qual o simbolismo do contágio como apresentamos acima. Nesse discurso, as soluções para o “problema da favela” eram apontadas com uma relevante carga de autoritarismo. Propunham um refreamento do aumento populacional para aquelas áreas, barreiras à entrada de novos indivíduos e, principalmente, a ideia de que a solução estava na extinção daquelas moradias, as quais fazem proliferar as doenças. “De um modo geral, pode-se afirmar que todas as doenças incidem com gravidade e percentagem maiores na favela. É óbvio justificá-lo com os fatores da desnutrição, promiscuidade, falta de higiene e desintegração social do ambiente.” (VALLA, 1986). Portanto, a favela, por si só representa, nesses discursos, tudo o que deve ser extirpado da vida social urbana.

Entretanto, Valla aponta que, escamoteados pelo discurso higienista, encontram-se os interesses de configuração de uma cidade apropriada para a elite da época, como podemos dizer que ainda o é para nós hoje. O interesse para com o problema da favela é menos para com os “faveleiros”, na designação de Dodsworth, do que para com o bem estar dos que não se encontram na favela. O que realmente estava em jogo naquele período era o bom andamento do processo de

acumulação capitalista, o processo industrial das cidades em curso. A favela é vista naquilo que menos perturba a ordem social promovida pelas elites, e mesmo no que obscurece a visibilidade de tal ordem, a desorganização promovida pela habitação popular, pela autoconstrução das casas da favela. Por outro lado, o processo capitalista e industrial que promove a desigualdade de renda, de acesso a serviços públicos e, principalmente à moradia, não salta aos olhos, aos discursos e aos projetos estatais.

Valla (op. cit., 1986) aponta aspectos interessantes sobre o projeto de Dodsworth dos Parques Proletários. Seu funcionamento visava, nas palavras do prefeito “(...) a recuperação do indivíduo, deformado pela promiscuidade macabra da favela.” (PREFEITURA, 2005, p.5). Portanto, retomando Victor Valla, o Estado via como sua missão promover uma ação educativa em vista de sua recuperação. Tal ação estava alicerçada principalmente no controle sobre as ações dessa população. Para tal, nos Parques Proletários deveriam estar presentes a Igreja, o Posto Policial e a Escola. Todos esses com a função de implementação de uma nova perspectiva ideológica na vida dos assistidos. A seguir, apresentamos a descrição da estrutura de um Parque Proletário identificada por Leeds e Leeds.

Todos os moradores tinham carteiras de identificação que apresentavam à noite nos portões guardados que eram fechados às 22 horas. Toda noite, às nove, o administrador (um agente externo) dava um ‘chá’ (‘chá’ das nove) quando ele falava num microfone aos moradores sobre acontecimentos do dia e aproveitava a oportunidade para lições ‘morais’ que eram necessárias. (LEEDS e LEEDS, citados por VALLA, 1986, p. 39).

Interessante observar que o registro civil também fazia parte do discurso de Lacerda, assim como a ideia de uma degradação física e moral daquela população, a ser combatida e solucionada. O registro civil é uma forma de controle do cidadão pelo Estado. Pode ser vista, por um lado, como uma forma de existência civil, e por consequência, necessária à participação social e política, mas também pode ser vista como uma forma de controle burocrático. Ambos os projetos aqui identificados partem do pressuposto da necessidade de registros da população, ou seja, constituição de dados estatísticos (registro documentais) sobre aqueles moradores e suas condições, uma vez que se

propõe a diferenciação entre os bons e os maus cidadãos. De qualquer forma a ideia de uma população não só atingida, uma vez que Lacerda indica a falta de capacidade do governo para fazer com que eles tenham sua casa própria em “condições dignas”, mas que simboliza a desumanização do povo brasileiro como um todo, a parcela a ser resgatada, encima da qual deve repousar nossa bondade e amor. A problemática da favela, portanto, exige como resposta uma atitude “cristã”.

A presença da religião, nesse aspecto, não só ideológico, mas também físico interessa-nos pessoalmente. Tendo em vista o enfoque da vinculação da religião com os movimentos sociais, é interessante entender a presença da Igreja Católica em meios considerados periféricos. A assistência à população da favela corresponde à representação de um espaço degradado. As relações humanas seriam como que condições internas consequentes de condições externas. Por isso a mudança de espaço é fundamental para a mudança moral. Mesmo que o projeto imediato não seja deixar a favela, como no caso de Lacerda, o indivíduo deve se distanciar do espaço degradado pela melhoria nas condições de vida. Deve ainda se distanciar moralmente por intermédio de instituições que permitam implementar em suas consciências um modelo de vida que o torne apto a conviver com o restante da humanidade. A Escola e a Igreja apresentam tal modelo. Instituições tradicionalmente vinculadas à concretização e permanência do poder do Estado, gerando comportamentos modelares de cidadão, de filhos, pais, família. Tal modelo cívico-cristão, uma vez assumido ou, ao menos exposto pelo indivíduo o torna aceitável ao convívio e abre as portas para os relacionamentos sociais amplos. É preciso, portanto, como projeto estatal, remodelar o comportamento da população das favelas.

EFICÁCIA RELIGIOSA E EFICÁCIA POLICIAL

A eficácia do trabalho desenvolvido há aproximadamente 32 anos naquela favela, por nossas entrevistadas, Irmãs A. e Z., remete à ideia de uma incongruência comparado às intervenções estatais. Relembro aqui o que apontamos no início, em relação ao meu estranhamento sobre o sentimento de ausência de um discurso ou uma prática mais afinada com ideais radicais revolucionários presentes no imaginário sobre a Teologia da Libertação, queremos traçar algumas considerações sobre as informações por elas passadas a nós.

Inicialmente, nas diversas falas de moradores daquela favela, conhecidos das Irmãs, a UPP tem modificado positivamente suas vidas e seu cotidiano. Há uma nova ordem que não existia há décadas. Hoje é possível receber as visitas e parentes de outros bairros ou localidades, sem receio. Segundo a fala das Irmãs, as pessoas aparentam estar mais calmas e tranquilas. Relembro aqui a pesquisa de Victor Valla (2006) sobre a relevância dos agentes comunitários de saúde para a vida da população. Segundo ele, tais agentes comunitários se diferenciam dos demais agentes de saúde e, em especial do médico, pois compartilham do cotidiano dos assistidos. Pode-se pensar no contrário da “medicalização” promovida por médicos que não compreendem as adversidades pelas quais passam os moradores, como a falta de dinheiro, as brigas entre vizinhos, as dificuldades com os filhos, as noites mal dormidas devido aos tiroteios ou à música dos bailes em alto volume. O distanciamento de tal realidade levaria a tratar o paciente isolado de seu contexto.

O próprio discurso das Irmãs demonstra aprovação das modificações trazidas pelas UPPs. Durante algum tempo de nossa pesquisa entendemos tal aceitação como um problema para com nossas exigências de uma visão crítica por parte das religiosas. Um aprofundamento da questão nos conduziu para uma percepção menos simplista de seu posicionamento. Os papéis do Estado e o delas estava definido por atribuições de tarefas distintas. Ao Estado cabem determinadas funções que se dirigem à organização pública em seus vários aspectos e consequências. Portanto, a manutenção da ordem e da segurança dos cidadãos é uma atribuição do Estado e visa possibilitar que os acontecimentos se desenvolvam de maneira ordenada e os serviços urbanos sejam executados. Dessa forma, nada deveria ser mais corriqueiro do que as ações nesse sentido.

Podemos compreender essa diferenciação de papéis entre Estado e religião tomando como base o paradigma da dádiva como apresentado por Marcel Mauss, mais especificamente no estudo proposto por Alain Caillé (1998). O texto de Alain Caillé sobre o holismo e o individualismo metodológicos expõe as condições do pensamento contemporâneo do entendimento sobre as ações humanas. Segundo o autor, há uma lacuna deixada por essas duas formas analíticas que só pode ser ultrapassada pelo paradigma da dádiva de Marcel Mauss. Na verdade seu texto realiza uma defesa dessa forma do pensar antropológico sobre as relações humanas.

O autor apresenta as dificuldades relativas tanto ao individualismo quanto ao holismo pelas ideias desenvolvidas por pensadores vinculados à Antropologia, tais como Durkheim. Segundo Caillé, nenhuma dessas formas consegue, em última instância, chegar às motivações fundamentais das ações humanas. O que faz com que o indivíduo desenvolva suas ações individual ou coletivamente. O que faz com que concorram coletivamente para determinados fins ou desempenhem essas atividades isolados (individualizados) dos demais seres humanos. Explicações recorrentes advêm do pensamento utilitarista, o qual, para o autor em foco, é insuficiente como possibilidade de resposta.

Na sua visão somente o paradigma da dádiva e sua dinâmica pode resolver a questão. O ser humano não agiria pura e simplesmente impulsionado pelos benefícios advindos das relações com outros seres humanos. É evidente que a necessidade e o desejo de obter algum benefício também se encontram presentes na dinâmica da dádiva, porém de forma diferente. Tais benefícios encontram-se fundamentados menos no lucro financeiro do que na satisfação da realização do ciclo próprio do paradigma da dádiva: dar, receber, retribuir.

Se lembrarmos das proposições de Mauss, o objeto carrega em si o “espírito da coisa dada” e só a conclusão do ciclo faz com que a coisa retorne ao seu senhor. O que Caillé parece estar ressaltando é essa dinâmica que foge aos moldes do utilitarismo recorrente nos pensamentos holísticos ou individualistas das explicações sobre as ações humanas. Segundo o autor,

[...] os interesses estritamente econômicos ou materiais são secundários em relação ao que se poderia chamar de interesses de forma ou de apresentação de si (*Selbstdarstellung*), que os interesses estritamente econômicos ou materiais são secundários em relação aos interesses de glória ou fama, dir-se-ia ainda há pouco tempo atrás (CAILLÉ, 1998, p. 11)

Portanto, pela exposição do autor, a questão não é a inexistência de interesses, mas a redução da condição de interesse ao retorno econômico ou de privilégios. Haveria, dessa forma, uma simplificação no pensamento utilitarista. As proposições do paradigma da dádiva, por outro lado, identificam um posicionamento anti-utilitarista.

A inovação identificada por Caillé é que, no pensamento de Mauss, a dinâmica tríplice e inseparável da dádiva (dar-receber-retribuir) apresenta

uma realidade que, embora contraditória, não é oposta. Embora a dinâmica só se realize nos encaminhamentos dos três momentos, a obrigação (de retribuir) encontra-se vinculada à liberdade. Assim, há uma abertura ou uma ampliação nas possibilidades das relações humanas em torno da dádiva. As tensões sociais, dessa forma, podem ser solucionadas pela possibilidade da liberdade.

A dádiva, portanto, não conduziria estritamente ao fechamento da obrigatoriedade, mas também possibilitaria a abertura da liberdade. Na verdade, parece haver um equilíbrio entre a obrigatoriedade e a liberdade e o interesse e o desinteresse. Haveria, nessa dinâmica a compreensão das possibilidades de equilíbrio entre rivalidade e colaboração, entre disputas e cooperação. Nesse sentido é que o paradigma da dádiva pode ser entendido como um elemento explicativo das relações humanas que complementa as proposições do individualismo e do holismo.

A atuação dessas religiosas se distancia da do Estado, de modo especial, embora não único, pela perspectiva da dádiva. Entre a ação “interessada” das políticas públicas e as ações humanísticas religiosas haveria uma considerável diferença.

As ações religiosas contribuem para constituir uma rede de relações e de ajuda mútua (MARIZ, 1991). Essa rede não substitui, mas ultrapassa a rede familiar e de vizinhança, uma vez que amplia geográfica e socialmente as possibilidades de enfrentamento da pobreza e da sobrevivência. Produzem três tipos de estratégia: material, política e cultural.

No primeiro caso, conduzem à constituição de geração de recursos, produção de novos empregos e à criação de grupos de ajuda mútua. No segundo, visam à instituição ou participação em movimentos sociais e organizações políticas diversas, assim como, aparentemente de forma contrária, a constituição de práticas de clientelismo, marcadas, especialmente pela troca de votos e favores. Por fim, o terceiro tipo de estratégia atua no subjetivo, a partir de constituição ou reafirmação de valores, da implementação ou reforço da moral e da motivação individual.

De forma diferenciada a atuação das Irmãs tende a produzir ou a reforçar tais laços de solidariedade. Quanto ao Estado garantir a segurança, isso não aparece nas narrativas como problema, mas como obrigação. A partir daí as ações dessas Irmãs e de outros grupos podem se intensificar e amplificar. Isso não acontece somente no interior das práticas católicas, mas também em consonância com agentes de outras

denominações cristãs. Elas contam o caso de uma senhora que necessita de assistência na medição diária de sua pressão arterial e no controle de seus remédios. As Irmãs dividem esse trabalho cotidiano com outra pessoa de pertencimento evangélico.

Outro caso interessante é o de um rapaz que foi capturado pela polícia, após ter sido ferido em um confronto. Contaram que os moradores, sejam parentes, amigos ou vizinhos, se agruparam para acompanhar os policiais para evitar que houvesse qualquer abuso, violência ou mesmo a morte do rapaz. Elas também fizeram parte desse grupo e contaram que a mobilização surtiu efeito. Há ainda a tentativa de fazer com que os moradores acompanhem e controlem as ações dos presidentes da Associação de Moradores e mesmo o incentivo para que esses desenvolvam ações de melhoria no morro, e que também prestem contas de sua gestão.

Esse conjunto de relatos e outros que não expusemos aqui, ajudam a compreendermos a ordem por baixo do caos proclamado muitas vezes pela imprensa e por determinados meios oficiais governamentais. Nossa argumentação segue em torno dessa temática. A política de segurança pública por intermédio das UPPs é uma forma não somente de controle do tráfico, mas entendemos fazer parte de uma retomada constante do controle sobre a situação da organização cotidiana de moradores. Uma das críticas às UPPs é de que elas intervêm no processo de formação de lideranças locais. O capitão da corporação apareceria como um líder supralocal.

Por esses relatos, podemos perceber que a Polícia Pacificadora ou outras políticas públicas para a favela, são entendidas pelas Irmãs como necessárias e mais ainda como obrigação do Estado. Por outro lado, as ações individuais ou coletivas no morro nunca deixaram de existir. Os moradores, apesar e para além das políticas públicas, desenvolvem táticas e estratégias cotidianas de suplantação da pobreza, do abandono e da humilhação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entrevistados, tanto os moradores quanto as Irmãs, encontram na Polícia Pacificadora talvez não uma solução, pois ao mesmo tempo em que apresentam em sua presença uma positividade, persistem em uma desconfiança, evidente ou camuflada, para com sua eficácia (simbólica,

material e temporal). A lembrança dos megaeventos é constantemente articulada quando se pensa na motivação governamental para a implantação das UPPs e a preocupação estatal para com a favela.

O reforço da atuação policial, mesmo que de forma “pacificada”, remete ao encobrimento de uma forma renovada de descarte da participação popular. Na concepção política corrente das elites, tanto dos períodos de Dodsworth quanto de Lacerda, assim como podemos pensar nas concepções atuais, o residente da favela é incluído no bojo do problema, sem fazer parte ativa na solução. Os projetos eram (e ainda parecem ser) pensados, planejados e executados para os moradores, mesmo sem o seu consentimento. Mais do que isso, o que parece importar é o convencimento da opinião pública. Uma vez convencida, a execução parece independe da vontade dos moradores.

Em suas narrativas, as Irmãs deixam claro que compreendem a diferenciação de posições e atitudes. Seu posicionamento não é ingênuo como superficialmente possa parecer. Sua proposta visa atingir diretamente os moradores, no convívio diário. Como afirmam, seu projeto é a partilha da vida dos moradores em tudo o que for possível. Aceitaram até, deliberadamente, fazer parte de um processo migratório implementado como projeto do governo municipal. Segundo elas, moradores de áreas consideradas de risco estão sendo cadastrados para serem transferidos para outra área da cidade. Elas também se cadastraram. Visam, portanto, compartilhar o nível mais íntimo das relações sociais e pessoais.

O Estado via UPPs, por outro lado, parece não ultrapassar a construção superficial do contato com os moradores. Do que percebemos, sua atuação não atinge o convívio, as expectativas, ansiedades e motivações mais íntimas dos moradores. Embora apareçam como formas de intervenção externa naquela localidade, as percepções sobre o Estado e sobre as religiosas apontam para um abismo de proporções significativas.

NOTAS

- ¹ Teologia iniciada pelos padres Gustavo Gutierrez no Peru e pelo Frei Franciscano Leonardo Boff no Brasil. Propunha uma reflexão teológica auxiliada significativamente pelas abordagens históricas, sociológicas, antropológicas e psicológicas. Foi correntemente acusada de se filiar ao pensamento marxista.
- ² As informações que se seguem foram retiradas do site UPP Repórter, site oficial das UPPs do Rio de Janeiro <<http://upprj.com/wp/>>.
- ³ Em site oficial são apresentadas notícias em jornais de outros países sobre a ação das UPPs. Confira no site <<http://upprj.com/wp/>>

- ⁴ Para melhor compreensão das ideias aqui apresentadas, queremos destacar que os textos em análise foram produzidos por duas autoridades políticas, por um lado Henrique Dodsworth, o qual, entre outros cargos, foi interventor no Distrito Federal, então o Rio de Janeiro, indicado por Getúlio Vargas. Por outro lado, Carlos Lacerda, jornalista e político, opositor a Getúlio. As séries de textos foram selecionadas por tratarem especificamente sobre as favelas do Rio de Janeiro e os projetos dos dois para essa “problemática” urbana.

REFERÊNCIAS

- CAILLÉ, Allain. Nem Holismo nem Individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 13, n.38. São Paulo. Out. 1998.
- MARIZ, Cecília Loreto. A Religião e o Enfrentamento da Pobreza no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 33, out. 1991.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. **Favelas cariocas, um tema comum a Dodsworth e Lacerda**. Coleção Estudos da Cidade. Rio Estudos n.144. Jan. de 2005.
- UPP Repórter <http://upprj.com/wp/>
- VALLA, Victor Vincent (Org.). **Educação e Favela**. Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis,RJ: Vozes, 1986.
- VALLA, Victor, GUIMARÃES, Maria Beatriz. A busca da saúde integral por meio do trabalho pastoral e dos agentes comunitários numa favela do Rio de Janeiro. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**. Porto Alegre, ano 8, n.8, p.139-154, out de 2006.
- VIDAL, Dominique. A Linguagem do Respeito. A experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Democracias Modernas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 46, n.2, 2003, pp. 265-287.

ABSTRACT

Our research approached the effect of order attempts and control on the “urban chaos” in the slum quarters or from them, a time that these are understood or projected for diverse instances as spaces of clutter, chaos and violence associates to the poverty. The first experience of order that we want to detach is the insertion of religious elements in these considered areas delinquents from ends of the years of 1970. One is about the religious movements of insertion of and religious catholics in popular ways. Second it is recent and it says respect to the direct interference of the State in the slum quarters by means of the “Units of Policy Peacemaker” (UPPs) in its intention of pacification of the population.

Key-Words: Order, Rio de Janeiro, Religious Organization

RESUMEN

Nuestra investigación acercó al efecto de las tentativas y del control de la orden en el “caos urbano” en los cuartos de los tugurios o de ellos, una época que éstos están entendidos o proyectados para los casos diversos como espacios de los asociados del alboroto, del caos y de la violencia a la pobreza. La primera experiencia de la orden que deseamos separar es la inserción de elementos religiosos en éstos los delincuentes considerados de las áreas de los finales de los años de 1970. Uno está sobre los movimientos religiosos de la inserción de y de católicos religiosos de maneras populares. Es en segundo lugar reciente y dice respecto a la interferencia directa del estado en los cuartos de los tugurios por medio de las “unidades del pacificador de la política” (UPPs) en su intención del pacification de la población.

Palabras-Claves: Orden, Río De Janeiro, organización religiosa

Novas Tecnologias em Patologia Clínica

José Firmino — Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Ricardo Brito de Oliveira Junior- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O laboratório clínico tem por função as análises na patologia clínica. Os profissionais nele alocados têm como objetivo fornecer subsídios laboratoriais aos médicos para que executem as seguintes ações: - confirmar ou não determinado diagnóstico; - elaborar diretrizes para a conduta; - determinar a realização de novos exames; - estabelecer prognósticos; - detectar patologias (ou afecções ou doenças) pela triagem e monitorar a terapêutica.

Palavras-Chaves: Patologia Clínica, Laboratório, Técnica Laboratorial

1. INTRODUÇÃO

1.1 CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES PRINCIPAIS DO LABORATÓRIO CLÍNICO

O laboratório clínico tem por função as análises na patologia clínica. Os profissionais nele alocados têm como objetivo fornecer subsídios laboratoriais aos médicos para que executem as seguintes ações: - confirmar ou não determinado diagnóstico; - elaborar diretrizes para a conduta; - determinar a realização de novos exames; - estabelecer prognósticos; - detectar patologias (ou afecções ou doenças) pela triagem e monitorar a terapêutica.

A eficácia do laboratório clínico é obtida por meio do sistema da garantia da qualidade. Exige o máximo empenho dos seus colaboradores, seguindo os critérios estabelecidos pelas sociedades científicas, para obtenção da Acreditação. Esta, por meio do programa de educação continuada, proporciona benefícios aos pacientes e melhor capacitação do quadro de pessoal do laboratório. Também irá gerar uma cooperação mútua entre os profissionais envolvidos nos procedimentos do dia-a-dia, de maneira eficaz, eficiente e econômica. Embora a exatidão e a precisão tenham sido sempre pré-requisitos para um bom serviço de laboratório clínico, a rapidez/prontidão ou tempo de liberação de um resultado laboratorial claro, é igualmente decisivo para a excelência geral do serviço a ser prestado aos seus usuários.

Automação é o resultado dos avanços na tecnologia que levaram ao desenvolvimento de equipamentos de laboratórios mecanizados em interface com equipamentos e programas computadorizados como suporte (Felder, 1990). O emprego da automação pode aumentar a produtividade, reduzir a exposição ao risco biológico, reduzir os custos operacionais, potencializar o tempo de liberação e oferecer um nível de consistência dos procedimentos. Estudos realizados buscando definir a operacionalização dos processos laboratoriais, afirmam que, entre 50% a 70% do tempo consumido no laboratório para análise de uma amostra, é dedicado a manipular e alíquotar este material biológico. (Schoeny, 1991).

1.2. EQUIPAMENTOS DO LABORATÓRIO CLÍNICO

Grande parte deste tempo, aproximadamente 70% a 80% envolve tarefas manuais repetitivas (Mountain, 1999). Os equipamentos modernos do laboratório clínico incluem:

- dispositivos de varredura
- estações de pipetagem
- estações de transferência de amostras/alíquotas.

A implementação dos sistemas automatizados compreendendo alta tecnologia computadorizada de liberação das amostras e um sistema de processamento melhora a produtividade em até 66%, permitindo maior capacidade de volume, reduzindo o tempo de liberação em dois terços e o número de funcionários em tempo integral (Mountain, 1999). Este último aspecto é crítico para o sucesso da funcionabilidade de um laboratório clínico automatizado, em razão dos maiores gastos da sua estrutura envolverem o quadro de pessoal, compreendendo entre 50% a 60% do orçamento anual (Smythe, 1997).

O mundo da ciência laboratorial clínica está sempre em mudança e traz desafios maravilhosos. Como sabem os educadores e os profissionais de medicina laboratorial, as maiores tarefas são manter atualizados os avanços tecnológicos, as novas patologias e os padrões da prática laboratoriais revisados. Os alunos devem acompanhar o desenvolvimento nestas áreas. Embora o conhecimento crescente traga grandes consequências, a educação também deve orientar e incentivar a aprendizagem automotivada e promover a curiosidade.

A disponibilidade de instrumentos automatizados permite que os laboratórios clínicos processem maior número de testes sem aumento

comparável de funcionários. A evolução da automação no laboratório clínico chegou ao patamar da automação na indústria manufatureira, progredindo da automação fixa, em que um instrumento realiza sozinha uma tarefa repetitiva, para a automação programável, que permite que um instrumento desempenhe várias tarefas diferentes. A automação inteligente também foi acrescentada em alguns instrumentos ou sistemas, permitindo que eles se automonitorem e que respondam de forma apropriada às condições variáveis.

Um benefício da automação é a redução na variabilidade dos resultados e nos erros das análises via eliminação das tarefas que são repetitivas e monótonas para a maioria dos profissionais do laboratório clínico. O aperfeiçoamento da reprodutibilidade obtido com a automação levou a uma melhora significativa na qualidade dos testes laboratoriais.

Muitos laboratórios pequenos agora se consolidaram em entidades maiores e mais eficientes em resposta às tendências do mercado no que diz respeito à redução de custos. O impulso para automatizar esses laboratórios de grande porte abriu novas portas na automação laboratorial. A automação não é mais simplesmente usada para auxiliar o técnico laboratorista na realização do teste, mas ela agora inclui processamentos e transportes de amostras, injeções de amostras em analisadores automáticos e avaliação dos resultados dos testes realizados. Acreditamos que a automação dessas funções adicionais seja crucial para a prosperidade futura do laboratório.

2. HISTÓRICO DA PATOLOGIA CLÍNICA

A patologia clínica tem seu marco histórico inicial por cerca de 1.550 a.C. de forma empírica que era predominante na época com a filosofia. Relatos históricos dizem que 4.000 A.C. a urinálise já era praticada (de forma empírica) pelos egípcios e mesopotâmicos. Existem três profissões no mundo que sempre existiram desde sua criação que são: 1) Engenharia, no qual sempre foi feito construções para morada, caça, transporte, etc; 2) Direito, pois sempre havia uma lei local que os indivíduos deviam cumprir, essa lei pode ser espiritual ou não; 3) Medicina, onde sempre que ocorria alguma lesão visível (cortes, queimaduras, mordidas, perfurações, etc.), pessoas supostamente “preparadas” para determinada situação, tratavam o paciente de forma empírica, como havia também as parteiras. Quando algo de errado ocorria com a saúde do indivíduo de forma não visível como um corte, ou uma queimadura, mas sim uma

doença metabólica, alguns povos acreditavam que o doente estava possuído por demônios ou algo parecido, cujo objetivo desta crença, era dar explicação publica do que estava acontecendo com o indivíduo.

Iremos relatar um pouco da história evolutiva enfatizando o Hemograma, a Bioquímica e Urinálise, pois no mundo contemporâneo são os exames mais solicitados na medicina laboratorial, lembrando que a urinálise no passado e em algumas literaturas atuais faz parte do conhecimento da bioquímica clínica.

A patologia clínica propriamente dita tem seu início por uma curiosidade em uma endocrinopatia chamada Diabete, onde o paciente tinha uma poliúria e esta não tinha uma causa visível. Os supostos médicos da época achavam que a patologia ocorria na urina do paciente e começaram a fazer uma análise empírica obrigando os escravos a beberem a urina do paciente e estes, após beberem a urina relatavam que a mesma possuía um sabor adocicado. Os médicos observaram então que, na maioria dos pacientes com poliúria, a urina possuía sabor adocicado, passando a chamar este fenômeno de Diabetes Mellitus que quer dizer cachoeira de mel. Com o passar do tempo, os médicos foram observando que em alguns pacientes com poliúria, a urina não possuía sabor adocicado, a mesma possuía sabor semelhante à água, dando o nome a esta doença de Diabetes Insipidus que significa cachoeira sem sabor.

O exame de urina é uma das formas mais antigas de diagnóstico (4.000 A.C.). Cerca de 400 A.C., Hipócrates fez o primeiro relato racional das observações da urina. Por volta do séc. XVII, a uroscopia foi usada fraudulentamente por charlatães que prediziam todo tipo de doença e também eventos futuros. Por mais de 500 anos pinturas renascentistas retrataram médicos inspecionando frascos de urina chamados na época de balaustres, como em um quadro clássico de Sir Samuel Luke Fildes de 1884 que fica localizado em Tatte Gallery, Londres. Paracelsus (1493-1541) utilizou seus conhecimentos de alquimia para adicionar uma dimensão química à análise de urina. Atualmente a urina é um dos líquidos biológico mais utilizado na maioria dos propósitos diagnósticos. A urinálise foi introduzida na prática clínica pela primeira vez em Paris no ano de 1837 por François Rayer e Eugene N. Vigla. Em 1920, Thomas Addis implanta o hemocitômetro na urinálise para realizar a contagem de hemácias e leucócitos, conhecida até hoje como contagem de Addis.

No passado, o conceito de bioquímico cabia ao profissional que realizava um repertório vasto de testes laboratoriais. Este conceito foi dado em 1907 pelo professor emérito de biologia da universidade de Harvard Otto Folin. Entre 1904 e 1922, Folin desenvolveu métodos analíticos quantitativos para várias pesquisas de vários elementos na urina, incluindo ureia, amônia, creatinina, ácido úrico, ácido de azoto total, fósforo, cloreto, sulfato total e acidez. Ele tentou também dosar estes elementos no sangue e com isso introduziu o método de Jaffe para dosagem da creatinina. Folin também mostrou o efeito das drogas uricosúricas em sangue e a hiperuricemia na artrite gotosa, introduziu o método colorimétrico para dosagem da epinefrina e publicou os primeiros valores de referência para os metabólitos nitrogenados não proteicos e proteínas totais no sangue. Folin também é responsável por estabelecer a relação dos metabólitos nitrogenados não proteicos com a função renal. O reagente Cicalteu Folin, entre outros desenvolvidos por Folin, ainda é usado até hoje para certas determinações proteicas.

Quando se observa o breve histórico na patologia clínica, começamos a dar conta na evolução dos métodos e da automação, ressaltando desde os métodos obsoletos aos métodos mais atualizados. Como estamos exemplificando com a urinálise, lembramos que o exame de urina no laboratório clínico durava horas, no qual cada método era feito individualmente com reagentes apropriados para cada pesquisa. Relacionando o exame de urina obsoleto com o atual pelo método da tira reativa, observamos a análise química da urina que hoje dura cerca de 2 minutos e no método obsoleto durava em torno de 2 horas. A análise química da urina era feita por métodos como de Benedict para glicose, Robert para proteínas, Rothera para corpos cetônicos, Erlich para urobilinogênio, Fouchet para bilirrubina, Joahnensen para hemoglobina, entre outros. Atualmente, estes métodos foram substituídos pelo método da tira reativa que é impregnada pelo processo de química seca (produzida no início para utilização do médico em seu próprio consultório ou na beira do leito) que libera os resultados pelo princípio da refletância. A tira reativa é utilizada somente nos laboratórios de pequeno porte com número pequeno de amostras na rotina diária. Os laboratórios de grande porte já possuem automação que permite realizar o exame dos Elementos Anormais e Sedimentoscopia urinária - EAS, no qual o profissional só realiza o cadastramento da amostra, enquanto o

aparelho automatizado realiza todas as fases da urinálise que são: exame físico, exame químico e sedimentoscopia.

A análise bioquímica do sangue era semelhante ao da urina (muito demorado em relação aos métodos) em que para cada análise era realizado um método diferente como, por exemplo, métodos da ortoluidina, glicose-oxidase e hexoquinase para glicose, método de Huang para o colesterol total, método de Soloni para triacilglicerol, método de biureto para proteínas totais, método do verde de bromocresol para albumina, método de Owen para creatinina, método da diacetilmonoxima para ureia, método de Caraway para ácido úrico e amilase, método de Vogel e Zieve para lipase, e assim por diante. A automação bioquímica chegou com ótima aceitação dos laboratórios, onde a análise era manual, passou a ser semi-automatizada e hoje é totalmente automatizada por aparelhos que realizam até 800 testes por hora.

Ao longo destes anos, o laboratório clínico vem mostrando a crescente evolução deste importante segmento na área de diagnóstico clínico laboratorial.

Em 1900, H.G. Hopinks descobriu o triptofano; Otto Folin torna-se o primeiro bioquímico clínico integral nos Estados Unidos da América.

Em 1902, Dubosq introduziu o colorímetro visual no laboratório clínico pela primeira vez.

No ano de 1904, Christian Bohr descobre a relação recíproca entre o pH e o teor de oxigênio da hemoglobina, até hoje conhecido como efeito Bohr.

A imunodifusão foi descoberta em 1905 por HJ Bechtold, utilizada até hoje.

Todd e Sanford publicaram a primeira edição do jornal Diagnóstico por métodos laboratoriais em 1908.

A descoberta acidental da penicilina por Sir Alexander Fleming em 1928, foi fundamental para iniciar a era do antibiótico. No mesmo ano, GN Papanicolau, relatou pela primeira vez a capacidade de reconhecer alterações celulares que viriam a serem malignas, iniciando desta forma os estudos que originaram a citologia clínica.

A microscopia fluorescente foi descoberta em 1911 por Oskar Heimstadt.

No ano de 1916, Sigbahn desenvolve a espectrometria por raios-X e PA Kohler desenvolve colorímetro nefelômetro. Na mesma década em 1919 FW Aston desenvolve o espectrógrafo de massa (assim chamado por ele).

O primeiro método de laboratório clínico para dosagem de fósforo foi estabelecido em 1920 no mesmo ano em que a punção venosa tornou-se generalizada para fins diagnósticos. No ano seguinte foi estabelecido um método para dosagem sérica de magnésio. Cinco anos mais tarde, Arne Tiselius desenvolve a eletroforese de proteínas e no mesmo ano, Theodor Svedberg determinou o peso molecular da hemoglobina pelo método da ultracentrifugação.

Em 1929 Folin acrescenta o famoso filtro de luz no colorímetro, até hoje utilizado no foto colorímetro. Esse filtro é uma das diferenças entre o fotocolorímetro e o espectrofotômetro.

No ano de 1930, Kay desenvolveu o primeiro método para detecção de fosfatase alcalina sérica no laboratório clínico.

Cherry e Crandall desenvolveram o primeiro método de análise da lipase no laboratório clínico em 1932. Dois anos após iniciou-se a comercialização do microscópio eletrônico.

Em 1935, Beckman introduz o primeiro medidor de pH no laboratório clínico.

1937 é o marco do primeiro banco de sangue hospitalar, que foi estabelecido no Cook County Hospital em Chicago.

A dosagem da amilase urinária e sanguínea veio em 1938 com Somogyi aplicando ao laboratório clínico e no mesmo ano foi desenvolvido o primeiro ensaio de fosfatase ácida no laboratório clínico por Gutman. No ano anterior, Conway e Cook desenvolveram o método de análise para amônia sanguínea no laboratório clínico.

A década de 40 também foi marcante para a bioquímica clínica com a evolução da automação, onde o colorímetro visual foi substituído pelo fotocolorímetro elétrico. Continuando na década de 40, especificamente em 1941, Papanicolau e Trau provaram a importância da análise do esfregaço vaginal e cervical para o diagnóstico clínico. No mesmo ano, AJP Martin e RLM Synge conseguem separar aminoácidos e peptídeos por meio da cromatografia. Em 1943, a penicilina foi utilizada com sucesso na terapia.

A refratometria de proteínas foi aplicada no laboratório por William Sunderman em 1944. S. Borgstrom desenvolveu o teste de tempo de coagulação de sangue total um ano após.

O comércio laboratorial começa a se desenvolver em 1946 com a vacutainer introduzindo os tubos a vácuo para realização da coleta sanguínea que foi produzido pela Becton Dickinson Co. e no mesmo

ano, Arne Tiselius separa proteínas por cromatografia. Na década de 40 também houve fundações importantes como a Associação Americana de Química Clínica em 1948.

As dosagens bioquímicas deram um importante salto na década de 50. A imunoeletroforese foi descoberta em 1952 por MD Poulik; Kuby desenvolveu o método de análise da creatinina utilizando a enzima fosfoquinase em 1954, no mesmo ano em que foi descoberto o espectrofotômetro de massa atômica por Walsh. 1955 foi um ano de grandes descobertas como o desenvolvimento do método para análise do lactato sérico por Wroblewski e Ladue, desenvolvimento do método para análise da aspartato aminotransferase por Karmen, Leonard Skegges desenvolveu o conceito de diálise de fluxo contínuo em ligação com o tratamento de doença renal e para finalizar o ano, Severo Ochoa sintetiza RNA. Continuando na década de 50, em 1956, Wroblewski e Ladue desenvolveram o método de análise sérico para alanina aminotransferase e reconheceram a sua maior especificidade para hepatopatias em comparação com aspartato aminotransferase. Em 1956, J. Edwards estabelece um protocolo de triagem pré-natal para doenças genéticas. Van Handel e Zilversmit desenvolveram um método químico direto para determinação do triacilglicerol.

3. PATOLOGIA CLÍNICA NO HUPE

No final dos anos setenta, iniciou-se no Laboratório Central e de Urgências do então Hospital das Clínicas da UERJ, hoje Hospital Universitário Pedro Ernesto, um verdadeiro movimento de aprimoramento técnico, docente e assistencial na Patologia Clínica, visando integrar este serviço, com a Faculdade de Ciências Médicas – FCM, através do Departamento de Patologia e Laboratórios – DPL. Para isto, foi convidado um médico patologista clínico professor da FCM, para reestruturar estes laboratórios. Inicialmente, foram revistas todas as técnicas utilizadas, algumas substituídas, e as demais aprimoradas. Este era o primeiro passo que se dava, de forma até mesmo involuntária para se implantar o sistema de qualidade, até então muito pouco conhecido e ainda em fase de desenvolvimento. Isto contribuiu de grande forma, para que a assistência laboratorial prestada tanto aos ambulatórios do HUPE, quanto nas enfermarias e demais setores de pacientes internados fossem beneficiados tanto na qualidade dos exames realizados, quanto no tempo de execução e entrega dos resultados aos respectivos

solicitantes. Com isto, o Serviço do Laboratório Central e de Urgências do HUPE como assim ficou conhecido, passou a ter visibilidade externa, além de respeitado por todos os segmentos da patologia clínica no Rio de Janeiro.

Era início das conquistas tecnológicas nos laboratórios clínicos, com a chegada dos aparelhos automatizados. Continuando este trabalho inovador, foi instalado o primeiro aparelho automatizado de grande porte no setor de bioquímica, agilizando a rotina laboratorial, sendo uma grande novidade no Rio de Janeiro. Recebemos muitas visitas de profissionais de outros laboratórios do serviço público e também dos grandes laboratórios da iniciativa privada, e até mesmo de fora do Rio de Janeiro. Estava selada a implantação técnica da mais moderna tecnologia do momento, que iria beneficiar a formação de pessoal na área das análises clínicas e patologia clínica. Este Serviço passou a ser referencia tanto na parte técnica, como na formação de profissionais desta área. Em razão de todas estas conquistas, foram formados vários médicos residentes em patologia clínica, através do programa nacional de residência médica, assim como farmacêutico-bioquímicos, biólogos, biomédicos e técnicos de patologia clínica, os quais eram facilmente absorvidos tanto pelo serviço público, quanto pelos laboratórios particulares. Os cursos profissionalizantes foram sem dúvida, um dos grandes beneficiados, pois era oferecido estágio supervisionado com carga horária que variava entre quatrocentas e oitenta a seiscentas horas. Foi dada grande contribuição nos programas de educação continuada e, sobretudo, na melhoria da qualidade da formação em todos os níveis dos profissionais desta área. Era oferecido ao curso médico da FCM / UERJ, disciplina eletiva de bioquímica clínica e estágio com o objetivo de inserir o aluno na prática da coleta de material biológico destinado à realização de exames, os conceitos básicos e fundamentos da realização dos exames e a interpretação dos mesmos, através da correlação clínica-laboratorial.

Paralelas a toda estas mudanças inovadoras, já existia na Faculdade de Ciências Médicas, e em varias outras do Centro Biomédico, os professores pesquisadores que realizavam seus estudos experimentais utilizando o Laboratório Central como assim ficou conhecido, para a realização dos experimentos na parte laboratorial, tanto na pesquisa clínica como na pesquisa experimental. Entretanto, isto trouxe muitas dificuldades e até mesmo prejuízos em determinadas situações, pois não havia um suporte

técnico preparado para esta finalidade. Cabe ressaltar que o objetivo principal era o compromisso com a assistência médica ao paciente, e não com a pesquisa. A falta de aparelhos destinados a esta função, a falta de material de consumo suficiente para realizar todos os exames de um determinado projeto de pesquisa, a padronização de metodologias e a falta de pessoal com envolvimento e conscientização, eram os principais motivos para que esta importante atividade acadêmica tivesse serias dificuldades.

3.1. O LABORATÓRIO DE LÍPIDES – LABLIP

No final da década de oitenta e durante toda a década de noventa, dada à insistência dos pesquisadores e consciente da importância da pesquisa na produção científica na UERJ, o Laboratório Central não mediu esforços para continuar colaborando com a realização dos exames solicitados dos mais diversos trabalhos realizados para a pesquisa. Porém, não havia condições adequadas que permitisse o pleno atendimento aos anseios da comunidade científica da UERJ. Desta realidade, surgiu no início dos anos dois mil, um projeto para a criação de um Laboratório Clínico voltado exclusivamente para a pesquisa clínica e experimental. Através de um convênio da UERJ com a Secretaria de Ensino Superior SESU, do Ministério da Cultura, foram angariados recursos para criação do Laboratório de Lípidos – LabLip. Este laboratório deu início a suas atividades em abril de 2006, apresentando a seguinte produção científica.

A informatização e interfaceamento (descrito abaixo) do LabLip, da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ, que é um laboratório voltado exclusivamente para a pesquisa clínica e experimental, tem por objetivo prover a comunidade científica que utiliza este serviço, de agilidade nos seus processos, confiabilidade e registro dos resultados laboratoriais possibilitando a produção científica com base de dados gerados pelo seu sistema. Podemos descrever em linhas gerais, as etapas de análise dos exames: Utilizamos um sistema onde as amostras dos participantes voluntários, dos pacientes e dos animais de experimento, são cadastradas e os exames solicitados para cada projeto, são processados em todas as suas etapas no LabLip. Após o registro inicial dos dados, este sistema imprime todas as etiquetas de código de barras que irão identificar os materiais biológicos de forma clara e segura. A partir desta etapa, o sistema em ação está apto a realizar a programação dos equipamentos laboratoriais. Esta programação se dá, na maioria das vezes, através de

uma porta serial cujo protocolo de comunicação é fornecido pelo fabricante do equipamento laboratorial. Após esta etapa podemos ver os exames solicitados para cada amostra programada no aparelho sem nenhuma intervenção humana neste processo.

A etapa da análise dos exames propriamente dita realizada pelos equipamentos laboratorial, geram resultados para os diversos exames solicitados.

Na sequência em que cada um dos exames vai ficando pronto, o equipamento disponibiliza os resultados através da porta serial e o sistema fica encarregado de resgatá-los e repassá-los ao sistema laboratorial. Este processo é totalmente automatizado, excluindo qualquer possibilidade de erro entre os resultados produzidos pelo equipamento e os registros armazenados pelo sistema.

Após a disponibilização dos resultados na base de dados, este possibilita o envio para os pesquisadores, para que os mesmos utilizem as informações das análises realizadas em cada projeto.

Para que todo este processo esteja funcionando de acordo com a expectativa do sistema da qualidade, implantamos os seguintes serviços: Instalação e configuração do servidor de banco de dados e das estações de trabalho, treinamento da equipe laboratorial responsável pela operação dos sistemas, realização da interface dos seguintes equipamentos: aparelho analisador automático de microplacas para Imunologia e Hormônios, aparelho analisador para Bioquímica, aparelho analisador de eletrólitos, contador de células automatizado para Hematologia e aparelho automatizado para determinação dos fatores da Coagulação.

Como principais resultados desta importante ferramenta, podemos destacar:

Construção de um banco de dados: O armazenamento dos dados de forma ordenada em um banco de dados possibilitará a construção de uma base científica para as pesquisas clínicas e experimentais, permitindo aos pesquisadores, utilizarem estes resultados de maneira mais eficiente.

Introdução da tecnologia de código de barras: Esta tecnologia permite uma automatização dos processos ganhando em eficiência e eliminando o fator erro nas identificações das amostras, além de ser condição fundamental para o processo de interfaceamento.

Aumento da produtividade: Com a automatização das tarefas, o processo torna-se muito mais ágil, refletindo na redução do tempo de

entrega de laudos, contribuindo para aumentar o índice de satisfação dos pesquisadores e a produtividade do laboratório.

Redução do nível de erros na digitação dos laudos: Uma vez que as tarefas são automatizadas, o nível de erros de digitação é reduzido à zero, contribuindo para os programas de qualidade nacional através do Programa Nacional de Controle de Qualidade – PNCQ, da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas – SBAC, e internacional através do Programa de Evaluacion Externa de La Calidad - PREVCAL, Barcelona - Espanha, praticados pelo LabLip.

4. CONCEITOS BÁSICOS DAS TÉCNICAS UTILIZADAS NO LABORATÓRIO CLÍNICO

Muitas determinações realizadas em um laboratório clínico baseiam-se em medições de energia radiante emitida, transmitida, absorvida, dispersa ou refletida sob condições controladas. As principais técnicas serão descritas a seguir de forma resumida.

4.1. FOTOMETRIA E ESPECTROFOTOMETRIA:

A fotometria é a medida da intensidade luminosa ou a quantidade de luminosidade incidente em uma superfície. A espectrofotometria é a medida da intensidade da luz em comprimentos de ondas selecionados. O termo medida fotométrica foi originalmente definido como o processo utilizado para medir a intensidade de luz independente do comprimento de onda. Os instrumentos modernos, no entanto, isolam uma faixa estreita do comprimento de onda do espectro para as medições. Aqueles que utilizam filtros para este fim são referidos como fotômetros de filtro, enquanto aqueles que utilizam prismas ou grades são chamados espectrofotômetros. A principal utilidade analítica dos fotômetros de filtro ou espectrofotômetros é o isolamento e a utilização de regiões discretas do espectro para fins de medição.

4.2. FOTOMETRIA DE REFLEXÃO:

Na fotometria de reflexão, a luz difundida incide em uma mistura de reação localizada em um carreador e a luz refletida é medida. Alternativamente, o carreador é iluminado e a mistura de reação gera uma luz refletida difusa, que é medida. A intensidade da luz refletida a partir do reagente carreador é comparada com a intensidade da luz refletida de uma superfície de referência. Em virtude de a intensidade

da luz refletida não ser linear em relação à concentração da substância analisada, a equação de Kubelka-Munk ou a transformação de Clapper-Willians são comumente utilizadas para converter os dados de um formato linear. Os componentes eletroópticos utilizados na fotometria de reflexão são essencialmente os mesmos exigidos para a fotometria de absorbância. A fotometria de reflexão é utilizada para medidas em sistemas químicos com película seca.

4.3. ESPECTROFOTOMETRIA DE ABSORÇÃO ATÔMICA:

A espectrofotometria de absorção atômica é amplamente utilizada no laboratório clínico tanto para diagnóstico como para pesquisas para medir diversos analíticos, dentre eles, o sódio, potássio, cálcio, magnésio, fósforo, zinco, lítio, chumbo, cobre e alumínio. A espectrofotometria de absorção atômica é uma técnica de emissão em que um elemento na amostra é excitado e a energia radiante, obtida ao longo do processo, é medida enquanto o elemento retorna ao nível energético mais baixo. No entanto, o elemento não é apreciavelmente excitado pela chama, mas é meramente dissociado das respectivas ligações químicas (atomizado) e transferido para o estado não excitado ou fundamental (átomo neutro). Assim, o átomo está em um nível de energia baixo e é capaz de absorver radiação em largura de banda muito estreita, correspondente à própria linha espectral. A lâmpada de catodo oco com o catodo constituído do material a ser analisado, é utilizada para produzir um comprimento de onda de luz específico do material. Dessa forma, se o catodo é composto de sódio, a luz de sódio, predominantemente de 589 nm, será emitida pela lâmpada. Quando a luz da lâmpada de catodo oco penetra na chama, parte dessas é absorvida pelos átomos no estado fundamental, resultando em uma redução líquida de intensidade dos raios na chama. Este processo é designado absorção atômica.

Em geral, esse método é aproximadamente 100 vezes mais sensível que o método

da fotometria de chama. A troca no laboratório clínico do fotômetro de chama pela espectrofotometria de absorção atômica ocorreu em função da maior especificidade e sensibilidade e também por causa da biossegurança que proibiu a utilização de botijão de gás no laboratório clínico.

4.4. BECOMES THE FIR(IN ITS MODERN SENSE) IN THE USFLUORIMETRIA:

A fluorescência ocorre quando uma molécula absorve luz em um comprimento de onda e reemite essa luz em comprimento de onda maior. Um átomo ou molécula que apresenta fluorescência é considerado um fluoróforo. A fluorometria é definida como a medição da fluorescência da luz emitida. A análise fluorimétrica é um método muito sensível e amplamente utilizado em análises quantitativas na bioquímica clínica.

4.5. FOSFORIMETRIA:

É a medição da fosforescência, um tipo de luminescência produzida por certas substâncias após a absorção de energia radiante ou outros tipos de energia. A fosforescência distingue-se da fluorescência na medida em que continua presente mesmo após o desaparecimento da radiação. O tempo de decaimento de emissão de luz da fosforescência é mais longo que o tempo de decaimento de emissão da fluorescência. Tempos de decaimento são expressos em intervalos de várias ordens de grandeza e variam de acordo com a molécula e as características da solução. A fosforescência apresenta maior alteração no comprimento de onda da luz emitida que a fluorescência.

4.6. LUMINOMETRIA:

A quimioluminescência, bioluminescência e eletroquimioluminescência são tipos de luminescência nos quais o evento excitatório é provocado por uma reação química, bioquímica ou eletroquímica, e não por fotoiluminação. Instrumentos para medir esse tipo de emissão de luz são conhecidos, genericamente, como luminômetros.

O evento físico emissão de luz na quimioluminescência, bioluminescência e eletroquimioluminescência é semelhante aquele da fluorescência, na medida em que ocorre a partir de um estado excitado singlete, e a luz é emitida quando o elétron retorna ao estado fundamental.

4.7. QUIMIOLUMINESCÊNCIA E BIOLUMINESCÊNCIA:

A quimioluminescência é a emissão de luz quando um elétron retorna de um nível excitado ou superior de energia a um nível energético mais baixo. O evento excitatório é causado por uma reação química e envolve

a oxidação de um composto orgânico, como luminol, isoluminol, ésteres de acridina ou luciferina, com o auxílio de um oxidante, como peróxido de hidrogênio, hipoclorito ou oxigênio. A luz é emitida a partir de um produto excitado, formado pela reação de oxidação. Estas reações ocorrem na presença de catalisadores, tais como enzimas (fosfatase alcalina, peroxidase, etc.), íons metálicos ou de metais complexos e hemina.

A bioluminescência é uma forma especial de quimioluminescência encontrada em sistemas biológicos. Na bioluminescência, uma enzima ou uma fotoproteína aumenta a eficiência da reação de luminescência. A luciferase e a aquorina são dois exemplos desses catalisadores biológicos. O rendimento quântico (total de fótons emitidos por moléculas reativas totais) é de cerca de 0,1% a 10% para quimioluminescência e de 10% a 30% para a bioluminescência.

Os ensaios de quimioluminescência são ultra-sensíveis (limites de detecção de atomo a zeptomole), apresentando uma faixa dinâmica ampla. Eles são agora frequentemente utilizados em imunoenensaio automatizado e em ensaios envolvendo sonda de DNA.

4.8. ELETROQUIMIOLUMINESCÊNCIA:

A eletroquimioluminescência difere da quimioluminescência porque as espécies reativas que produzem quimioluminescência são geradas eletroquimicamente, por precursores estáveis, na superfície de um eletrodo. O quelato tris (bipiridil) rutênio é o marcador de eletroquimioluminescência mais comumente utilizado e a eletroquimioluminescência é gerada, em um eletrodo, a partir de um tipo de reação de oxidação-redução com tripropilamina. Este quelato é muito estável e relativamente pequeno e tem sido utilizado para marcar haptenos ou grandes moléculas (proteínas ou oligonucleotídeos). O processo de eletroquimioluminescência tem sido utilizado em ensaios imunológicos e de ácidos nucleicos. A vantagem desse processo consiste na preparação simples, na alta estabilidade dos reagentes em uma grande sensibilidade. A utilização desse processo proporciona limites de detecção de 200 fmol/L e uma escala dinâmica, que se estende por seis ordens de magnitude.

4.9. NEFELOMETRIA E TURBIDIMETRIA:

A dispersão da luz é um fenômeno físico resultante da interação da luz com partículas em solução. Nefelometria e turbidimetria são técnicas

analíticas utilizadas para medir luz dispersa. Medição de luz dispersa é aplicada a imunoenaios de proteínas específicas e haptenos.

A dispersão da luz ocorre quando a energia radiante atravessando uma solução colide elasticamente com uma molécula, o que resulta no espalhamento da luz por todas as direções. Ao contrário da emissão de fluorescência, o comprimento de onda da luz dispersa é o mesmo que o da luz incidente.

Fatores que influenciam na dispersão da luz incluem o efeito do tamanho da partícula, a dependência do comprimento de onda, à distância de observação, o efeito de polarização da luz incidente, a concentração das partículas e a massa molecular das partículas.

A turbidez diminui a intensidade do feixe de luz incidente, enquanto este passa por uma solução contendo partículas. A medida desta diminuição de intensidade é chamada turbidimetria que é análoga à absorbância da espectroscopia.

A turbidimetria é utilizada para medir a intensidade da luz dispersa. Fotômetros ou espectrofotômetros são frequentemente utilizados como turbidímetros, uma vez que medidas turbidimétricas são facilmente executáveis nesses equipamentos, exigindo pouca otimização. A principal preocupação relacionada às medidas turbidimétricas é a relação entre o sinal e ruído de fundo. Sistemas fotométricos com ruído eletroóptico no intervalo de 0,0002 unidade de absorbância ou inferiores são úteis para medições de turbidez.

A nefelometria é definida como a detecção de energia da luz dispersa ou refletida em direção a um detector que não se encontra na trajetória direta da luz transmitida. Nefelômetros comumente medem luz dispersa em ângulo reto em relação à luz incidente. Alguns nefelômetros são projetados para medir a luz dispersa em ângulos diferentes de 90°, para aproveitar o aumento na intensidade para frente causada pela dispersão da luz por partículas maiores.

Os fluorímetros são frequentemente utilizados para executar medições nefelométricas. No entanto, a dependência angular da intensidade de dispersão resultou na concepção de nefelômetros especiais.

4.10. POTENCIOMETRIA:

Sensores potenciométricos são amplamente utilizados na clínica para medir pH, PCO₂ e eletrólitos em sangue total, soro, plasma e urina e como transdutores para o desenvolvimento de biossensores de metabólitos de interesse clínico.

Potenciometria é a medida de diferença de potencial elétrico entre dois eletrodos (semicélulas), em uma célula eletroquímica. Este tipo de célula eletroquímica galvânica consiste em dois eletrodos (elétron ou condutores metálicos), que estão conectados por uma solução eletrolítica que conduz íons. Um eletrodo, ou semicélula consistem em um único condutor metálico, que está em contato com uma solução de eletrólito. Os condutores de íon consistem em uma ou mais fases que estão em contato direto uns com os outros ou separados por membrana permeáveis unicamente a ânions ou cátions específicos. Uma das soluções de eletrólito é a amostra contendo os analitos a serem medidos. Esta solução pode ser substituída por uma solução de referência adequada para fins de calibração.

4.11. ELETRODO SELETIVO PARA ÍONS:

Os potenciais de membrana são gerados pela permeabilidade de certos tipos de membranas a ânions ou cátions selecionados. Essas membranas são utilizadas para fabricar eletrodos seletivos para íons, que seletivamente interagem com uma única espécie iônica. O potencial produzido na interface da solução membrana-amostra é proporcional ao logaritmo da atividade iônica ou concentração do íon em questão. Medidas com eletrodo seletivo são simples, muitas vezes rápidas, não destrutivas e aplicáveis a uma vasta gama de concentrações. Este aparelho chegou ao laboratório de forma inteligente para substituir o fotômetro de chama.

A membrana seletiva para os íons é a parte mais importante de um eletrodo seletivo, uma vez que controla a seletividade do eletrodo. As membranas seletivas para íons tipicamente consistem em material de vidro, cristalino ou polimérico. A composição química da membrana é concebida para alcançar uma ótima qualidade de permeabilidade seletiva para um íon de interesse. Na prática, outros íons exibem interações limitadas com as faces da membrana e irão apresentar certo grau de interferência para a determinação de um íon. Na prática clínica laboratorial, se a interferência excede um valor aceitável, uma correção é necessária.

4.12. CONDUTOMETRIA:

É uma técnica eletroquímica utilizada para determinar a quantidade de um analito presente em uma mistura, medindo o efeito dele sobre a

condutividade elétrica da mistura. Essa é a medida da capacidade dos íons em solução de transportar corrente sob a influência de uma diferença de potencial. Em uma célula condutométrica, o potencial é aplicado entre dois eletrodos metálicos inertes. No laboratório clínico, a condutometria é frequentemente utilizada para medir o hematócrito.

Os eritrócitos agem como insufladores elétricos graças à composição da membrana lipídica. Este fenômeno foi inicialmente utilizado na década de 1940 para medir o hematócrito por condutividade e atualmente é utilizado para medir o hematócrito em instrumentos multianalíticos para análises clínicas. Além disso, geralmente concentrações de sódio e potássio também são medidas em conjugação com o hematócrito, em sistemas concebidos para o laboratório clínico.

Medidas do hematócrito baseadas em condutividade são limitadas, pois várias situações podem levar ao erro da análise e liberação de um falso resultado. No entanto, a medida eletroquímica de hematócrito em conjugação com os gases do sangue e eletrólitos permanece em utilização, principalmente, em função da simplicidade e conveniência, apesar de algumas limitações.

Outra aplicação clínica de grande importância na evolução do laboratório clínico envolvendo a condutância é a contagem eletrônica de células sanguíneas em suspensão. Denominada “princípio Coulter”, baseia-se no fato de que a condutividade de células sanguíneas é inferior à da solução salina utilizada como meio de suspensão. A suspensão de células é forçada através de um tubo com pequeno orifício. Dois eletrodos são colocados em ambas às extremidades do tubo e uma corrente constante é estabelecida entre os eletrodos. Cada vez que uma célula passa através dos orifícios, a resistência aumenta isto causa uma mudança na diferença de potencial elétrico entre os eletrodos. Os pulsos são então amplificados e contados.

4.13. ELETROFORESE:

Eletroforese é um termo abrangente que se refere à migração de partículas ou solutos carregados em um meio líquido sob a influência de um campo elétrico. Iontoforese é um termo similar, mas se aplica somente à migração de íons pequenos. Eletroforese de zona é a técnica mais utilizada nos dias atuais em análises clínicas. Nesta técnica, as moléculas carregadas migram em zonas, normalmente em um meio de suporte poroso, com um gel de agarose, após a amostra ter sido misturada

a uma solução tampão. É gerado um eletroferograma, uma representação de zonas proteicas, cada uma finamente separada das zonas vizinhas, sobre o material de suporte. As zonas de proteína são visualizadas quando o meio de suporte é corado com um corante específico para proteína, o meio é então seco, e as zonas são quantificadas em um densitômetro. O meio de suporte é seco e mantido como um registro permanente.

4.14. CROMATOGRAFIA

A cromatografia é utilizada no laboratório clínico para separar e quantificar vários analitos clínicos relevantes como a hemoglobina glicada (muito utilizada para acompanhamento do paciente diabético).

A cromatografia é um método físico de separação no qual os componentes a serem separados são distribuídos entre duas fases: uma delas é estacionária, enquanto a outra se movimenta em uma direção definida (móvel).

A fase estacionária pode ser um sólido, um gel ou um líquido. Se for líquido, pode ser distribuído sobre um suporte sólido. Esse suporte sólido pode ou não contribuir para o processo de preparação.

A fase móvel pode ser gás ou líquido que se infiltra através ou ao longo do leito estacionário numa direção definida.

Cromatografia de fase reversa é um tipo de cromatografia de participação líquida na qual a fase móvel é significativamente mais polar do que a fase estacionária. Já a cromatografia de partição é um modo de cromatografia no qual a separação é baseada, principalmente, nas diferenças entre as solubilidades dos componentes da amostra na fase estacionária (cromatografia em fase gasosa) ou nas diferenças entre as solubilidades dos componentes nas fases móvel e estacionária (cromatografia líquida). Na cromatografia em colunas, é realizada uma técnica de separação na qual o leito estacionário está dentro de um tubo. Na cromatografia gasosa temos uma coluna no qual a fase móvel é um gás. Acrescentando a cromatografia de fase gasosa, temos a cromatografia de fase gasosa com espectrometria de massa, que é um processo analítico que usa a cromatografia em fase gasosa acoplada a um espectrômetro de massa.

A cromatografia líquida é uma forma de cromatografia de coluna na qual a fase móvel é um líquido. Existem dois tipos de cromatografia líquida que são: cromatografia líquida de alta eficiência (HPLC) e

cromatografia líquida com espectrometria de massa, esta primeira é muito utilizada no laboratório de análises clínicas atualmente, ela é um tipo de cromatografia líquida que usa uma eficiente coluna contendo pequenas partículas de fase estacionária. Já a segunda exerce um processo analítico que usa um cromatógrafo líquido acoplado a um espectrômetro de massa.

Cromatografia planar é uma técnica de separação na qual a fase estacionária é um papel ou uma camada de partículas sólidas dispersas em um suporte (cromatografia em camada fina).

Um dos tipos de cromatografia mais utilizados na prática laboratorial analítica no passado é a cromatografia de troca iônica, que é um tipo de cromatografia em que a separação é baseada, principalmente nas diferenças das afinidades de troca de íons dos componentes da amostra.

4.15. SENSORES QUÍMICOS ÓPTICOS:

Um “optodo” é um sensor óptico utilizado em instrumentos analíticos para medir pH, gases sanguíneos e íons. Optodos apresentam certas vantagens sobre eletrodos, incluindo a facilidade de miniaturização, menos rumor eletrônico, estabilidade em longo prazo utilizando medidas do tipo radiométricas em múltiplos comprimentos de onda e não exige um eletrodo de referência em separado. Estas vantagens promoveram o desenvolvimento da tecnologia de sensores ópticos inicialmente para concepção de sensores intravasculares de gases sanguíneos. No entanto, os mesmos princípios básicos de sensoriamento foram utilizados na instrumentação da bioquímica clínica projetada para medidas, in vitro, mais clássicas em amostras distintas. Nesses sistemas, a luz é transmitida para o local de sensoriamento, e a partir dele, quer seja por fibras ópticas ou simplesmente pelo posicionamento adequado das fontes luminosas, filtros e fotodetectores para acompanhar a absorbância, fluorescência ou fosforescência.

5. EVOLUÇÃO TÉCNICA NA PRÁTICA LABORATORIAL

A hematologia também sofreu grande avanço na tecnologia automotiva, onde no passado uma das vidrarias mais utilizadas na hematologia era a câmara de Neubauer conhecida também como hemocitômetro. O setor de hematologia é o mais solicitado no laboratório clínico pelos médicos, seguida bem de perto pelos setores de urinálise e bioquímica.

A câmara de Neubauer é utilizada até os dias atuais, sendo que prevalece na contagem celular dos líquidos biológicos, levando-se em conta que a automatização na hematologia levou a diminuição de seu uso.

A Câmara de Neubauer, também conhecida como **hemocitômetro**, é uma lâmina grossa de uso microscópico, com formato retangular e normalmente de vidro, com uma depressão no centro, utilizada para fazer contagem de células por unidade de volume de uma suspensão. Podem ser contadas as células sanguíneas, tais como hemácias e leucócitos, assim como células oriundas de outros procedimentos invasivos para investigação de determinadas patologias.

Os procedimentos para contagem de células incluem três etapas: diluição do material biológico, amostragem da suspensão diluída em um volume determinado e contagem das células nesse volume. Para a contagem de hemácias deve-se realizar uma diluição 1:200 do sangue total num líquido diluído chamado Hayem, que permite a conservação dessas células. Já na contagem de leucócitos, é feita uma diluição 1:20 com o líquido de Turk, que tem a propriedade de lisar as hemácias, conservando os leucócitos. Na diluição para a contagem de plaquetas deve-se utilizar o líquido de Rees.

A câmara de Neubauer deve ser preenchida corretamente, sem que haja transbordamento de líquido para os sulcos e nem passagem para o outro retículo. Após seu enchimento, não se pode tocar a lâmina, pois isso causaria o arrastamento das células. Este instrumento possui dois retículos separados por um sulco. Cada retículo possui quatro quadrados grandes (área A), divididos em 16 quadrados médios, utilizados para a contagem de leucócitos. Ao centro, o retículo possui 25 quadrados médios, representados pela letra C. Cada quadrado desses possui ainda 16 quadrados pequenos, nessa região é feita a contagem de hemácias e leucócitos. A Pipeta de Thoma é utilizada na realização das diluições necessárias à Câmara de Neubauer.

Para a dosagem da hemoglobina, utilizamos a pipeta de Sahli na qual aspiramos o sangue total até a marca de $20\mu\text{L}$ e mistura-se com 5ml de solução de Drabkin em um tubo de ensaio. Após homogeneizar o tubo, esperamos 10 minutos para fazer a leitura em espectrofotômetro (540 nm) previamente zerado com o branco reativo (Líquido de Drabkin).

becomes the first fullA urinálise também merece destaque em sua evolução na automação, pois como citado no breve histórico da patologia clínica, um exame de urina que durava cerca de 2h para ser realizado em

tempo bem reduzido, atualmente existe uma vasta automação permitindo com que este procedimento seja realizado em poucos minutos.

Os equipamentos automatizados para realização de exames de urina e outros fluidos corporais podem ser automatizados ou semiautomáticos. Praticamente todos os fabricantes de tiras reagentes desenvolveram seus próprios instrumentos. Alguns fabricantes também desenvolveram sistemas automatizados para realização de análises microscópicas de urina e/ou fluidos corporais.

Importantes achados do sedimento urinário podem passar sem a atenção devida quando protocolos laboratoriais direcionam os profissionais a não realizarem exames microscópicos em casos de obtenção de resultados negativos com o uso de fitas reativas. As tiras reagentes de uso corrente não dispõem de indicadores químicos que detectem cristais, células tubulares epiteliais, parasitas e leveduras. Esses achados nem sempre apresentam outras alterações que indiquem a necessidade da realização de uma sedimentoscopia. Além disso, substâncias interferentes ainda têm papel no mascaramento ocasional da presença de células de interesse clínico. A automação da etapa de microscopia do exame de urina não só auxilia na detecção de sedimentos inesperados, como permite a padronização da identificação e da quantificação do sedimento urinário. As eliminações de imprecisões no controle manual da duração de reações e na subjetividade visual na interpretação do padrão de cores dos reagentes tornam o exame de urina mais confiável e menos dependente do profissional que o realiza. Com a implantação da automação, um exame de urina completo pode ser realizado em tempo equivalente àquele necessário para realizar apenas a análise química.

Inúmeras marcas de sistemas automatizados de urinálise encontram-se atualmente disponíveis. As possibilidades atuais de escolha incluem os leitores de tiras reativas, leitores semiautomáticos de tiras reativas, analisadores de química urinária totalmente automáticos, analisadores automáticos de sedimento urinário e analisadores de urina totalmente automáticos, com capacidade de realizar ambas, análises químicas e do sedimento.

Aos instrumentos semiautomatizados requerem a imersão manual da tira reagente na urina, seguida da colocação da amostra no equipamento. A identificação da amostra é realizada antes da coleta. Instrumentos que realizam a leitura automática da tira reagente usam espécimes identificados com códigos de barras. Embora a coleta da amostra seja automática, os

tubos devem ainda ser abertos antes de sua colocação nesses equipamentos. Analisadores automáticos de sedimento urinário empregam sistemas similares de identificação por código de barras e das necessidades de manejo da amostra. Os leitores de tiras reagentes e os analisadores de sedimento podem utilizados em conjunto para um exame de urina completamente automatizado.

6. INTERFACEAMENTO NO LABORATÓRIO CLÍNICO (IN ITS MODERN SENSE)

Acompanhando a evolução tecnológica no campo da Patologia Clínica, surgiu uma ferramenta importantíssima, que veio contemplar todas as fases dos procedimentos laboratoriais, trazendo valores de excelência aos sistemas da qualidade interno e externo (CQI e CQE) . O interfaceamento, é utilizado no primeiro instante em que as amostras são recebidas e cadastradas na recepção onde são identificadas com etiquetas de código de barras antes de qualquer manipulação do material. Em seguida, após a identificação de todo o material biológico, as amostras são encaminhadas a área técnica, que confirma eletronicamente o recebimento das mesmas.

Este procedimento permite a identificação, em cada etapa do processo, do operador, data e hora da operação e o material manipulado.

As análises das amostras são realizadas com a integração entre o sistema de análise e o sistema de interface com os equipamentos laboratoriais que confere ao processo de diagnóstico um nível de segurança fundamental para garantirmos a qualidade, confiabilidade e eficiência necessária aos resultados obtidos em cada análise.

As interfaces são baseadas em tecnologia de código de barras para fazer a integração entre o sistema de análise e os equipamentos laboratoriais. O sistema trabalha com os tubos primários identificados com etiqueta de código de barra no ato do recebimento das amostras. Este procedimento evita troca de amostras além de eliminar a necessidade de aliquotar (fracionar) material com identificação manual.

O corpo técnico do laboratório clínico, não intervém com o equipamento para programá-lo e principalmente para transcrever os resultados para as planilhas de trabalho. Todo o processo de programação dos equipamentos e obtenção dos resultados é eletrônico e sem intervenção dos funcionários do laboratório.

Após obtenção do resultado no sistema de análise, é feita a liberação eletrônica do laudo que é impresso, entregue ou enviado ao solicitante.

As informações dos resultados não são manipuladas, todos os resultados são extraídos do banco de dados garantindo consistência e segurança. Como todos os resultados estão armazenados em um banco de dados de forma estruturada, outro diferencial importante é que esta base de dados poderá ser posteriormente utilizada para consulta e cruzamento de dados. Esta ferramenta vem auxiliar o laboratório clínico no sistema da qualidade, evitando erros que possam comprometer a credibilidade e envolvimento em possíveis ações punitivas.

7. FUTURO DA PATOLOGIA CLÍNICA

Este progresso segue em quatro direções, a saber:

- 1) diagnóstico por patologia molecular (reação em cadeia da polimerase [PCR], sondas de DNA, polimorfismo de comprimento de fragmentos de restrição [RFLP], ensaios baseados em sequência, testes genéticos) (Inhorn, 1994);
- 2) testes rápidos que são os testes no local de atendimento (Friedman, 1994; Wilkinson, 1997);
- 3) automação por meio da ampliação da informática e da robótica (O' Bryan, 1994, 1998);
- 4) telemedicina. As técnicas moleculares fornecem sensibilidade extraordinária para a detecção precoce e mais precisa das doenças, assim reduzindo a morbidade e os custos por meio do melhor monitoramento do paciente.

A capacidade de oferecer aos pacientes exames mais confiáveis propicia informações críticas de maneira diligente e conveniente. Os avanços na tecnologia incluem computadores menores e mais rápidos, redução no tamanho do equipamento técnico e maior capacidade de processamento das amostras. A união do computador com o laboratório clínico por meio da biotecnologia disponível adicionará a resolução genômica, proteômica, etc. aos cuidados com o paciente. Isso acarreta maiores informações aos serviços de saúde que poderão diagnosticar tratar e monitorar o paciente de maneira mais adequada. O apoio do laboratório clínico em transplantes de tecidos e órgãos já é de fundamental importância para o controle da doença.

8. COMENTÁRIOS FINAIS:

Como vimos ao longo da história da humanidade, a curiosidade sempre aliada à procura pelo bem estar do homem, buscou recursos

embora primitivos para beneficiar a saúde. Com a Patologia clínica, não foi diferente. Este importante segmento da ciência, teve grande evolução tecnológica e de inovação, contribuindo de forma muito crescente no auxílio a investigação clínica. Isto vem proporcionando diagnóstico e melhor conhecimento das patologias que sempre perseguiram o homem durante sua existência. Portanto, hoje contamos com os mais modernos e eficazes sistemas de automação que fazem a diferença no cenário da medicina laboratorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GOLD EBOOK – UERJ

1. AKAN, O. A. *et al.* Evaluation of preanalytic errors in clinical laboratory practice. *Lab Medicine*, v. 37, n. 8, p. 478-80, 2006.
2. ARTE Inglesa na Medicina. Disponível em: <www.allposters.com.br>; acessado em 12/05/2012.
3. BERLITZ, F. A.; HAUSSEN, M. L. Seis sigmas no laboratório clínico: impacto na gestão de performance analítica dos processos técnicos. *JBPML*, v. 41, n. 5, p. 301-12, 2005.
4. COLLEGE OF AMERICAN PATHOLOGISTS (CAP). Disponível em: <www.cap.org> acessado em 12/05/2012.
5. FELDER RA, Boyd JC, Margrey K, ET AL: Robotics in the medical laboratory. *Clin Chem* 1990; 36: 1534-1543.
6. FRIEDMAN BA: The laboratory information float, time-based competition, and point-of-care testing. *Clin Lab Manage Rev* 1994; 8:509-514
7. GORE MG, Ed. Spectrophotometry and spectrofluorimetry: a practical approach, 2nd Ed. London: Oxford University Press, 200: 1-368.
8. INHORN SL: Molecular genetic testing. *Clin Lab Manage Rev* 1994; 8: 492-498.
9. MARKIN, R. S.; WHALEN, S. A. Laboratory automation: trajectory, technology and tactics. *Clin Chem*, v. 46, n. 5, p. 764-71, 2000.
10. MELANSON, S. E. F. *et al.* Selecting automation for the clinical chemistry laboratory. *Arch Pathol Lab Med*, v. 131, p. 1063-9, 2007.
11. MICHAEL, R.L.; CHISTENSEN, S. Ten trends that highlights rapid changes in health care & laboratory medicine. Dark Daily Report, 2008.
12. MOUNTAIN PJ: Science Advancing Health, personal communication. MDS Laboratory Services, 1999.

13. NOVIS, D. A.; KONSTANTAKOS, G. Reducing errors in the practice of pathology and laboratory medicine. *Am J Clin Pathol*, v. 126, Suppl., p. S30-S35, 2006.
14. O'BRYAN D: Robotics: A way to link the "island of automation" Clin Manage Rev 1994; 8:446-460.
15. O'BRYAN D: Total vs modular lab automation. Adv Admin Lab 1998; 7:26-33.
16. OOSTERHUIS, W. P. *et al.* Evidence-based guidelines in laboratory medicine: principles and methods. *Clin Chem*, v. 50, n. 5, p. 806-18, 2004.
17. PATRICK CW. Clinical flow cytometry. MLO 2002; 34: 10-16. Ziegler MM, Baldwin TO, eds. Bioluminescence and Chemiluminescence, Part C. Methods in Enzymology, vol 305. San Diego: Academic Press, 200: 1-732.
18. PECK-PALMER, O. M. Total lab automation takes teamwork. Med. Lab. Observer. 2009. Disponível em: <www.mlo-online.com> acessado em 12/05/2012.
19. SAPHIRO HM. Practical flow cytometry, 4th ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2003: 576 pp.
20. SCHOENY DE, Rollheiser JJ: The automated analytical laboratory: Introduction of a new approach to laboratory robotics. Am Lab 1991; September, 42-47.
21. SMYTHE MH: Automation: Triumph or trap? Clin Lab Manage Rev 1997; 11: 360-364.
22. SOCIEDADE Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial (SBPC/ML). Disponível em: <<http://www.sbpc.org.br>> . Acessado em 12/05/2012.
23. SPEAR, S. J. Fixing healthcare from the inside. *Harvard Business Review*, v. 83, n. 9, p. 78-91, 2005.
24. WILKINSON DS: The role of technology in the clinical laboratory of the future. Clin Lab Manage Rev 1997; 11:322-330.
25. WORLD ASSOCIATION of Societies of Pathology and Laboratory Medicine (WASPALM). Disponível em: <www.waspalm.org> acessado em 12/05/2012.
26. YOUNG, D. Laboratory automation: smart strategies and practical applications. *Clin Chem*, v. 46, n. 5, p. 740-5, 2000.

RESUMEN

El laboratorio clínico tiene para la función los análisis en la patología clínica. Los profesionales en él colocaron tienen como objetivo para proveer subsidios de los laboratoriais a los doctores de modo que ejecuten las acciones siguientes: - para confirmar o diagnóstico no definitiva; - para elaborar líneas de la dirección para el comportamiento; - para determinar la realización de nuevas examinaciones; - para establecer pronósticos; - para detectar patologías (o afecções o enfermedades) para la selección y supervisar el terapéutico

Palabras-Claves: Patología clínica, laboratorio, técnica de Laboratorial.

SUMMARY

The clinical laboratory has for function the analyses in the clinical pathology. The professionals in it placed have as objective to supply laboratory subsidies to the doctors so that they execute the following actions: - to confirm or not definitive diagnosis; - to elaborate lines of direction for the behavior; - to determine the accomplishment of new examinations; - to establish prognostics; - to detect pathologist (or afecções or illnesses) for the selection and to monitor the therapeutical one.

Key-Words: Clinical pathology, Laboratory, Laboratorial Technique.



Las Reformas Institucionales: El Gran Desafío del Nuevo Perfil del Estado Latinoamericano

José G. Vargas-Hernández - Centro Universitario de Ciencias Económico Administrativas Universidad de Guadalajara

RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo analizar el agravamiento de los problemas de la administración y las políticas públicas en el Estado latinoamericano para delinear las posibles soluciones. Posteriormente se analiza el impacto de las reformas de la segunda generación: La reforma institucional del Estado y el desarrollo de las instituciones, implantación y fortalecimiento de mecanismos de gobernabilidad.

Palabras clave: Administración pública, Estado latinoamericano, políticas públicas, reforma del Estado, sociedad civil.

INTRODUCCIÓN

América Latina renació a la democracia en la década de los ochenta (Feldman, 2001). Los principales desafíos a que se enfrentan las democracias emergentes latinoamericanas son el crecimiento económico sostenido y la consolidación de una gobernabilidad democrática que se encuentra amenazada y pone en riesgo las instituciones políticas.

En las últimas tres décadas los países de América Latina y el Caribe están pasando por una etapa de profundas transformaciones económicas, políticas y sociales, mediante la orientación de una política económica que persigue el libre mercado y la consolidación de un sistema democrático. La estructura social y política de cada uno de los países latinoamericanos influye en el desarrollo y los resultados de los cambios implementados, tomando en cuenta que dichas estructuras todavía mantienen fuertes debilidades y confrontan serios obstáculos. El papel que las fuerzas sociales han jugado como actores del cambio son cuestionables, puesto que el modelo neoliberal ha implantado la política económica desde la cúspide de las decisiones entre las alianzas y coaliciones políticas que acuerdan las transiciones.

LOS GRANDES DESAFÍOS DE AMÉRICA LATINA

La aplicación de las reformas estructurales y de estabilización macroeconómica ha dejado como saldos un incremento de los niveles de pobreza, de la desigualdad en la distribución del ingreso, mayor nivel de injusticia social, incremento de la violencia y mayor ingobernabilidad. Los grandes desafíos para el desarrollo de América Latina son la eliminación de las barreras que constituyen los altos niveles de desigualdad socioeconómica y la pobreza, así como fortalecer a la endeble democracia participativa. Se puede hipotetizar que existe una correlación entre la implementación del modelo económico neoliberal y la ampliación de la brecha de las desigualdades económicas y sociales en Latinoamérica. Tanto el crecimiento de la desigualdad, como la promoción de una democracia representativa que degeneró en una democracia delegativa o limitada (O'Donnell, 1994), la cual concentra el poder en la presidencia y el recurso a decretos ejecutivos para gobernar, son características distintivas del actual modelo de desarrollo implantado en Latinoamérica. O'Donnell (1996) denomina como poliarquías informalmente institucionalizadas a aquellos países latinoamericanos con deficiente aplicación del Estado de Derecho que dificulta la gestión de la gobernabilidad democrática.

En América Latina, argumentan Birdshall, Ross y Sabot (1996), la asociación entre un crecimiento lento y una elevada desigualdad, se debe en parte al hecho de que esa elevada desigualdad puede constituir en sí misma un obstáculo para el crecimiento". Con base en un estudio de casos de 10 países latinoamericanos Altimir (1994) concluye que "la nueva modalidad de funcionamiento y las nuevas reglas de política pública de estas economías puede implicar mayores desigualdades de ingresos. Berry (1997:27) argumenta que "La mayoría de los países Latinoamericanos que han introducido reformas económicas promercado (sic) en el curso de las últimas dos décadas han sufrido también serios incrementos en la desigualdad. Esta coincidencia sistemática en el tiempo de los dos eventos sugiere que las reformas han sido una de las causas del empeoramiento de la distribución".

LAS REFORMAS DE LA SEGUNDA GENERACIÓN

Las reformas de la segunda generación tienen como objetivo "profundizar, completar y corregir las insuficiencias de las reformas de

mercado de la 'primera generación' (Santiso, 2001,45). Las deficiencias en la implementación de la segunda generación de reformas tienen su origen en las debilidades del sistema institucional democrático, tales como la falta de legitimidad y credibilidad. La premisa fundamental de las reformas de la segunda generación es que el desarrollo de las instituciones del Estado es el requisito fundamental para consolidar la gobernabilidad de las democracias, lograr un crecimiento económico y desarrollo social sostenido, así como enfrentar el reto que representa lograr una mayor equidad y justicia social, es decir, reformar los modos de gobierno mediante el fortalecimiento de las instituciones democráticas. Así mismo, lo que las reformas deben perseguir en América Latina, es el compromiso político y social por la justicia en todas sus dimensiones.

Esta premisa descansa en un cambio de estrategia que tiene como finalidad que las instituciones asimilen las reformas y logren su sustentabilidad. Así, el diseño y puesta en práctica de las reformas de segunda generación requiere de un tipo de gobernabilidad diferente y bajo condiciones distintas, de tal manera que permitan la continuidad y profundización de las reformas de la primera generación. Los métodos y procedimientos empleados para impulsar la primera generación de reformas, limitan y obstaculizan la aplicación de la segunda generación. Así, la segunda generación de reformas pretende consolidar las reformas económicas mediante la reforma política centrada en modificar los métodos y modos de gobernar y en una reinención de las instituciones democráticas.

Las reformas económicas de la segunda generación contienen la promoción de programas de gobernabilidad y desarrollo de las instituciones democráticas a fin de acelerar la reforma del Estado y los procesos de democratización de su sistema político. Las propuestas de reforma y desarrollo de las instituciones del Estado van desde la revisión al sistema legal y de regulación de las instituciones económicas y la privatización, reforma al sistema financiero, reforma a los poderes judicial y legislativo, reforma fiscal, reforma laboral, reforma electoral, reformas a la administración pública, descentralización y federalización de las instituciones de gobierno, modernización de los partidos políticos, fortalecimiento de la gobernabilidad democrática, promoción de la participación ciudadana y de la sociedad civil, etc.

Los principios democráticos que deben guiar la acción gubernamental y el comportamiento político, de acuerdo con Santiso (2001) son la

inclusión y participación de ciudadanos de acuerdo a sus preferencias de representación en un sistema de partidos políticos, la responsabilidad política vertical y horizontal con capacidad de respuesta de las políticas públicas, rendición de cuentas (accountability) y transparencia de la acción pública, presencia de un Estado de Derecho y autonomía e independencia de los poderes. La deficiente rendición de cuentas horizontal del ejecutivo para otras agencias debilita la gobernabilidad democrática. En grandes rubros, la segunda generación de reformas comprende como acciones la reforma del estado, el desarrollo de las instituciones y la implantación de mecanismos que fortalezcan la gobernabilidad, mediante procesos que Lasagna (1999:3) denomina de “re-invencción de la política.” La reforma del sistema político es el punto central de la agenda de las reformas de la segunda generación.

A. LA REFORMA INSTITUCIONAL DEL ESTADO

La reforma institucional del Estado se propone lograr que los procesos institucionales del Estado y el diseño e implantación de sus políticas públicas sean responsivas a las demandas ciudadanas y que atiendan a la satisfacción de sus necesidades. Más que una reforma del Estado, lo que las condiciones del entorno económico, político y social exigen es la reinvencción o refundación del Estado con nuevas capacidades y funciones para la promoción y regulación de un nuevo modelo de desarrollo. La preocupación por lograr la gobernabilidad de un complejo de relaciones sociales y económicas en una economía de mercado, requiere de un marco de instituciones democráticas que garanticen los procesos de desarrollo. Así entonces, la reforma del Estado persigue la profundización de los procesos de democratización de las instituciones.

La gobernabilidad se refiere a la habilidad para gobernar, a la capacidad de procesar y aplicar institucionalmente decisiones políticas sin violentar el marco del derecho y en un contexto de legitimidad democrática, según los conceptos de Altman (2001). Gobernabilidad es el ejercicio de la autoridad económica, política y administrativa para administrar los asuntos de un país en todos los niveles. Comprende los mecanismos, procesos e instituciones a través de los cuales los ciudadanos y los grupos articulan sus intereses, ejercitan sus derechos jurídicos, cumplen sus obligaciones y median sus intereses (PNUD, 1997:2).

Las relaciones existentes entre gobernabilidad democrática y desarrollo económico son estrechas. La gobernabilidad democrática es la capacidad

que tienen los gobiernos par el ejercicio del “poder político democrático de forma continua en condiciones de legitimidad” (Castro, 2000, 53). La reforma institucional del Estado en los países latinoamericanos es ya el requisito prioritario para consolidar la gobernabilidad democrática y sustentar el desarrollo económico, tal como lo señala Lasagna (1999): la reforma del Estado quedará hipotecada en caso de no impulsar cambios sustantivos en la gobernabilidad democrática que tiendan a hacerlo más transparente, eficaz, inclusivo y legítimo. Cambios que deberían tender a mejorar la capacidad de gobernar en un marco de mayor responsabilidad, eficiencia y legitimidad de la acción gubernamental. Ciurlizza (2000) argumenta que la reconfiguración de las instituciones del Estado y la necesidad de darle (o restablecerle) suficientes herramientas para convertirse en una poderosa fuerza de regulación. Este nuevo elemento puede ser llamado un ajuste político. Este ajuste particular está diseñado para reconstruir el Estado en orden a fortalecer sus capacidades y cumplir el rol requerido en una economía de mercado. Sin embargo, darle al Estado suficientes elementos para cumplir con su nuevo deber supone aumentar significativamente su rol y esto puede entrar precisamente en contradicción con una sociedad de mercado. El Estado debe orientar su función principal a la promoción del desarrollo mediante mecanismos de regulación de la gobernabilidad de los mercados y la propia limitación que le impone el concepto de “Estado mínimo”.

La nueva generación de reformas institucionales va dirigida a la ejecución y evaluación de mecanismos innovadores de participación comunitaria y de relaciones de cooperación intergubernamental. La reforma del Estado debe establecer mecanismos de mayor equidad territorial mediante compromisos de solidaridad federalizada para lograr un mejor equilibrio entre los gobiernos locales y los Estados nacionales. El espacio territorial local es el privilegiado para las decisiones públicas, pero este espacio necesita ser conceptualizado bajo una nueva dimensión territorial que considere al espacio geopolítico como una respuesta concreta a los desafíos de la globalización, la democratización de la gobernabilidad y para la promoción del desarrollo social. Esto hace necesario el fortalecimiento de las instituciones del municipio para la promoción directa del desarrollo de las comunidades locales. Los municipalistas reconocen que El municipio debe constituir una verdadera democracia de proximidad, de participación de todos los ciudadanos en la gestión de los asuntos públicos, de reforzamiento de las identidades

colectivas integradas (DHIAL, 2001). El centro de las reformas es la política, orientada a modificar los modos de hacer política mediante el desarrollo de las instituciones de gobernabilidad democrática. La reforma política pretende otorgar y garantizar la autonomía e independencia de los poderes y de los órganos electorales, así como también modificar los modos de hacer política de los partidos políticos y otros actores políticos y sociales, a efecto de promover la correcta aplicación y continuidad de las políticas públicas.

Hasta ahora, los procesos de democratización en Latinoamérica son el resultado de la mezcla de intereses de grupos que constituyen alianzas para la defensa propia. El modelo democrático exige cambios de comportamiento en las expresiones del Estado, los partidos políticos y la sociedad civil como elementos complementarios y no en la lógica de juegos de suma cero. Sin embargo, ante la pérdida de credibilidad de los partidos, los ciudadanos actúan a través de las organizaciones no gubernamentales. Con la terciarización de la economía, sindicatos y partidos políticos requieren de una mayor vinculación con los demás sectores sociales bajo acuerdos que están centrados en programas de incentivos. Ciurlizza (2000) formula como hipótesis de que el establecimiento de alianzas políticas es un elemento crucial para garantizar la estabilización económica dentro de las premisas neoliberales. Así, las políticas que se formulan dentro de los patrones neoliberales sobreviven mejor bajo el establecimiento de alianzas que producen los acuerdos políticos para estabilizar la economía y consolidar las reformas orientadas al libre mercado y a los procesos de democratización. Sin embargo, paralelamente a las instituciones creadas por las reformas inducidas por las legislaciones, se conforman también las instituciones informales, y se establece una mezcla de formas y procedimientos políticos tradicionales con formas y procedimientos más acordes a las políticas de libre mercado.

Tanto la formulación como la puesta en práctica de estas reformas institucionales se llevan a cabo en procesos de transición inducidos desde arriba que tienden a consolidar el Estado de Derecho, el cual se significa cuando las normas formales se vuelven públicas y predecibles por la aplicación de mecanismos transparentes. Los grupos de presión formados por estructuras asociativas clientelares y corporativistas para la representación de sus propios intereses mediante el empleo eficiente de sus propios recursos para cabildar y ejercer influencia para lograr la

satisfacción de sus demandas. Los movimientos de ciudadanos y sociales se encuentran al margen de la consolidación de estos procesos de transición y en todo caso las movilizaciones resisten y presionan para exigir una mayor participación por parte de los diferentes actores, en ambientes cargados de conflictos, que ponen en evidencia la falta de una gobernabilidad democrática. La incapacidad de las instituciones democráticas para asumir y procesar democráticamente el conflicto, dice Prats (2001), constituye un elemento común de la crisis de gobernabilidad. Esta crisis de gobernabilidad es el resultado de la incapacidad para coexistir que tienen las partes en conflicto. La teoría de la resolución de conflictos se fundamenta en procesos de negociación, a veces dolorosos, que implican empatar intereses entre las partes, a costa de conceder ciertos beneficios para alcanzar otros. En el mejor de los casos, estos movimientos legitiman las reformas impuestas por las elites económicas y políticas.

A pesar de que partidos políticos han experimentado pocos cambios organizacionales, sus funciones tradicionales se han modificado en parte debido a las dinámicas de cambio poblacionales y a la creciente influencia de los medios de comunicación. Los procesos de democratización interna de los partidos políticos son graduales pero muy lentos. Por lo tanto, no resulta arriesgado argumentar que los partidos políticos en Latinoamérica se encuentran en crisis. Cualesquiera que hayan sido los cambios ocurridos, fueron el resultado de un desplazamiento de los viejos partidos por los nuevos partidos que desempeñaron nuevas funciones en formas diferentes (Coppedge, 2000). Las dos principales razones por la falta de cambio de los partidos se deben a la continuidad de la reproducción de su cultura organizacional y a los pocos incentivos que tienen para adaptarse a los aspectos de su vida organizacional. Los partidos políticos se encuentran en una lucha fuerte para sobrevivir, y solo tienen entre sus opciones: hacer los cambios necesarios mediante reformas estatutarias y comportamentales o estructurar nuevas formaciones políticas con nuevos proyectos. Los partidos nacionalistas revolucionarios practicaron el clientelismo rampante y el corporativismo a través de organizaciones estructuradas para atraer y movilizar a los diferentes sectores sociales. El clientelismo y el corporativismo siguen siendo elementos de una cultura política que moldea el comportamiento de muchos sistemas políticos de América Latina. Pero también, una cultura política democrática construida sobre sólidos cimientos de los

partidos políticos ha normalizado la democracia de países que se desviaron con gobiernos militares, como el caso de Chile y Uruguay.

Por lo tanto, el clientelismo y el corporativismo todavía en tiempos de la aplicación de las políticas económicas neoliberales, siguen siendo instrumentos poderosos de apoyo a las decisiones gubernamentales. Además, el modelo cultural de América Latina se acerca más a un simbolismo dramático proveniente del barroco, más que del racionalismo ilustrado. Este simbolismo dramático se manifiesta más en una “racionalidad sapiencial” que enfatiza las imágenes, representaciones dramáticas y ritos y apela a la sensibilidad de acuerdo a Larraín, citado por Blacarte (2001). Coppedge (2000) argumenta que mientras que la pobreza y las desigualdades profundas plaguen la sociedad latinoamericana, el clientelismo continuará siendo el instrumento para la movilización de las masas. Los partidos con una base sólida de apoyo encontraron que es costoso electoralmente gobernar y electoralmente beneficioso estar en la oposición. Los partidos que se resisten al cambio pierden el apoyo de la ciudadanía y son reemplazados en el poder por otros partidos, como sucedió en el caso del PRI en México que contaba con una base sólida de apoyo. Los partidos emergentes tienden a reaccionar contra algún partido mayor que no pudo adaptarse a los cambios y que por lo tanto tienden a ser opositores en algunos aspectos. La mayoría de los partidos ganadores ideológicamente se establecieron en la derecha o en el centro-derecha.

B. DESARROLLO DE LAS INSTITUCIONES

El desarrollo institucional tiene por objetivo facilitar los cambios de estructuras, procesos, tecnologías, comportamientos de las instituciones mediante el diseño e implantación de estrategias que logren el equilibrio mediante la absorción de la incertidumbre y simplifiquen la complejidad del entorno político, económico y social, a efecto de lograr altas tasas de crecimiento económico, desarrollo social y mejorar la gobernabilidad del sistema. Las instituciones se definen como el conjunto de reglas formales e informales compartidas por una comunidad que estructuran las diferentes formas de interacciones (North, 1990).

La reforma a las instituciones se ha centrado en cambios estructurales y financieros y en reajustes administrativos de las organizaciones que transforman la economía, la política y lo social. La modernización de la administración pública latinoamericana apura la transición de la cultura

burocrática del Estado a una cultura de tipo gerencial en el Estado. Sin embargo, no existe una agenda precisa que establezca los fundamentos para el diseño y la implantación de la reforma institucional del Estado. La falta de este cuerpo teórico ha llevado a aceptar como válido el modelo de la efectividad gerencial del Estado en la administración pública. El Estado burocrático patrimonialista y autoritario está en tensión con su entorno y no da respuesta a una sobrecarga de demandas sin que pierda sus características, capacidades y funciones. Prats Catalá (2001) argumenta que para la urgencia de la reforma administrativa para el desarrollo latinoamericano es la creación de verdaderas burocracias capaces de asumir eficazmente las funciones exclusivas del Estado en un marco de seguridad jurídica y que para un mejor desempeño de dichas funciones, el sistema de gestión más racional es la administración burocrática, aunque redescubierta y reinventada, es decir, con una estructura organizacional responsiva a las contingencias y cambios económicos, políticos y sociales internos y del entorno internacional.

Más que la implantación de un modelo de Nueva Gerencia Pública, lo que se requiere en la administración pública es la construcción o reinención de un modelo burocrático que responda a los cambios y exigencias del entorno. El diseño de las nuevas instituciones tiene que tomar en cuenta los resultados anteriores y las condiciones de incertidumbre del nuevo ambiente competitivo del mercado. La creación de nuevas instituciones es parte de trasplantes legales que se orientan a marcar las nuevas políticas y estrategias en las cuales los diferentes actores deben involucrarse. El diseño institucional tiene que fundamentarse en las restricciones, arreglos y negociaciones que establecen los diferentes agentes económicos, así como en los procesos electorales que definen las preferencias de las políticas públicas. La condición de trasplante limita sus resultados. Parte esencial de la agenda de Reforma institucional del Estado es la gestión y desarrollo de los recursos humanos a través de políticas orientadas a sustentar los cambios. Estos cambios tienen por objetivo mejorar las condiciones y la calidad del personal, así como la evaluación de su desempeño para proporcionar los programas de incentivos adecuados. De acuerdo con la tesis básica de Prats (2001), para el aseguramiento de los bienes públicos se exige la superación de los aspectos patrimoniales y clientelares que siguen impregnando la mayoría de nuestras administraciones públicas. Dicha superación debe hacerse mediante la construcción decidida pero progresiva de verdaderas

burocracias modernas, configuradas conforme el sistema de mérito, dotado de autonomía técnica bajo la dirección política de los gobiernos, sujeto al imperio de la ley, transparente, accesible, receptivo y responsable. Así, la reforma a la administración pública debe superar la concepción de obtención de eficiencia y capacidad para alentar la aplicación de mecanismos de responsabilidad, rendición de cuentas y transparencia de las funciones y actividades del gobierno.

IMPLANTACIÓN Y FORTALECIMIENTO DE MECANISMOS DE GOVERNABILIDAD.

Los mecanismos de gobernabilidad de las instituciones democráticas son la participación ciudadana, la responsabilidad y rendición de cuentas (accountability) de los funcionarios, la transparencia y efectividad de las acciones de gobierno, entre otras. En los gobiernos por decreto, estos mecanismos han sido débiles, lo cual ha repercutido negativamente en la gobernabilidad democrática. Así por otra parte, una creciente participación ciudadana en la política se encuentra limitada por el poco avance que ha tenido la ciudadanía civil y social, lo que no ha permitido el desarrollo de una ciudadanía completa asumida por un pacto que delimite responsabilidades y obligaciones dentro de un Estado de Derecho.

La gobernabilidad en Latinoamérica, de acuerdo con Costafreda (2000) denota que el desafío democrático trasciende la mera conquista de la libertad política, al exigir la construcción de una legitimidad y de unas capacidades de gobierno suficientes para cambiar el modelo de desarrollo. En el uso consciente de gobernabilidad democrática, lo específico de las democracias latinoamericanas, dice, consiste en que no expresan meros cambios de régimen político dentro de un mismo modelo de desarrollo, sino cambios de régimen político para impulsar el cambio del modelo de desarrollo, e decir, la construcción sistémica de la democracia, el mercado y la equidad.

DISCUSIÓN: HACIA UN NUEVO PERFIL DEL ESTADO LATINOAMERICANO

El modelo proteccionista del Estado benefactor y el modelo del Estado neoliberal o de libre mercado están agotados y la socialdemocracia se apresta a proponer la reconciliación entre los anteriores en el modelo de la “tercera vía” para la nación cosmopolita, una nación activa, construida sobre un significado diferente al del Estado nacional. Destacados neoliberales están retomando concepciones más

intervencionistas del Estado. El mejor acercamiento es una amalgama de instituciones de mercado y de Estado. El hecho de que los individuos actúen solos en un mercado no regulado no necesariamente logran maximizar la satisfacción de sus preferencias, aunque tampoco sugiere que el gobierno mejorará o empeorará las situaciones mediante instituciones legales. A pesar de ciertos avances en los procesos de democratización, sin embargo, hay que reconocer que la democracia, como forma de vida política, no se ha consolidado en Latinoamérica y que por lo contrario, existe el peligro latente de retrocesos.

En los procesos de consolidación democrática, las reglas del juego político se institucionalizan. La institucionalización y racionalización de conceptos prevalecientes hasta convertirse en mitos racionalizados, son fuentes de la estructura formal de las organizaciones. La institucionalización puede prescribir normativamente ciertas respuestas o adaptaciones a las nuevas condiciones manteniendo el status quo institucional, a pesar de que las organizaciones no se adhieren perpetuamente a las instituciones. Un Estado democrático aplica con legitimidad el monopolio de la fuerza con una relativa independencia de los intereses socioeconómicos de tal forma que facilita y apoya la participación social y protege el ejercicio de los derechos civiles, políticos y económicos. El Estado de Derecho de un país es el creador de un conjunto de incentivos que inciden en el desarrollo económico a través de un marco institucional para el control y la accountability del poder público. En la promoción de la equidad, por ejemplo, el Estado acepta e institucionaliza las diferencias. La equidad es el eslabón perdido entre el crecimiento y la reducción de la pobreza. La función del Estado está en la elaboración de programas de combate a la pobreza y en el desarrollo de una red de instituciones y de relaciones que faciliten dichos programas.

A partir de estos hechos, lo importante es formular e implantar estrategias para que las instituciones del gobierno combatan la pobreza y reduzcan la brecha de la distribución inequitativa del ingreso. Las naciones-estados Latinoamericanos, organizaciones y administradores son actores que responden a los retos de las instituciones existentes. El incremento del gasto del Estado de Bienestar es influido por las normas constitucionales y por arreglos institucionales que resultan más en sistemas donde hay tendencias de votación mayoritaria que tiende a proteger a ciertos grupos más que en sistemas donde hay más proporcionalidad en las votaciones.

La reforma institucional del Estado Latinoamericano debe vincularse con las formas de gobierno y organizaciones de poderes públicos democráticos. La reforma del Estado debe fortalecer los gobiernos para realizar prácticas más efectivas de coordinación, comunicación, flexibilidad y participación, que tienden a la eficiencia adaptativa pública y privada, promueve el aprendizaje social para la formulación e implantación de políticas públicas que garantizan un mejor desempeño del crecimiento económico y desarrollo social. Por lo tanto, la reforma del Estado debe partir de una visión de su papel en el nuevo modelo de desarrollo. Se propone la formación de un Estado ampliado como una esfera o espacio de acción donde concurren y colaboren en forma sostenida las instituciones de las esferas del Estado y la sociedad civil para impulsar proyectos que sean comunes, sin que ninguna pierda su identidad, la cual se manifiesta y se expresa en las diferentes instancias espaciales.

El Estado resulta ser una entidad económica y política demasiado grande para ser local y demasiado pequeña para ser global. Para atender las diferencias locales, bajo un enfoque de federalismo, el Estado debe formular e implementar políticas diferenciales que consideren sistemas de incentivos a los comportamientos de los actores sociales y políticos para desactivar la relación perversa existente entre la clase política y el clientelismo y operen como articuladores del desarrollo económico social local. La ampliación de la participación de los gobiernos locales en la solución de sus propios problemas, requiere de estructuras político burocráticas diferentes a las actualmente adoptadas por el Estado nación, por lo que será necesaria su transformación para adaptarse a desempeñar un nuevo papel. Los cambios en la política social tienen un impacto desigual en los papeles y responsabilidades del Estado en los diferentes sectores y un impacto moderado en el éxito en el fortalecimiento de la capacidad de administración social de los gobiernos locales. El papel del Estado democrático entra en conflicto con el capitalismo postindustrial globalizador entre los procesos de mercantilización y desmercantilización de la política social. El surgimiento del Estado pos nacional evoluciona el concepto de nación como el invento moderno que legitima el dominio de un pueblo politizado sobre un territorio determinado. La ciudadanía ha estado alcanzando nuevos espacios de participación frente al Estado en las últimas décadas, pero además emergen nuevos actores sociales que se reconocen en su ser ciudadano conscientes para involucrarse como agentes en el nuevo sistema social en prácticas concretas de participación

ciudadana que puede ser distributiva, relacional y representacional. El buen gobierno propicia beneficios que facilitan la participación ciudadana, mantienen la estabilidad política, garantizan la transparencia y la existencia de un estado de derecho que crea confianza entre los ciudadanos.

Una ciudadanía activa en el ejercicio de sus derechos políticos, civiles y sociales y un Estado de Derecho legitimado son requisitos de un sistema democrático. La naturaleza del poder político que expresa el Estado se delimita en función del grado de legitimidad alcanzado por la participación ciudadana. La ciudadanía ha estado alcanzando nuevos espacios de participación frente al Estado en las últimas décadas, pero además emergen nuevos actores sociales que se reconocen en su ser ciudadano conscientes para involucrarse como agentes en el nuevo sistema social en prácticas concretas de participación ciudadana que puede ser distributiva, relacional y representacional. El reconocimiento de los derechos de los ciudadanos en un Estado de Derecho y un sistema democrático, constituyen la base de los procesos de descentralización y el control social. La ciudadanía tiene que participar en la gestión de los servicios públicos para legitimar las acciones de un Estado ágil, con un gobierno que integración y equilibrio social y que atiende a las demandas sociales. El Estado de Derecho sustentable en una democracia radical se define como el ideal en el que la ley se aplica igualmente a todos los individuos, es decir en forma de isonomía que incluye a gobernantes y gobernados por igual. En la agenda del Estado de Derecho, quedan por resolverse algunas cuestiones importantes, entre las que se destacan, la diversidad de legalidades que coexisten en un mismo territorio y cuyos marcos comunes pueden ser el fundamento para una más avanzada, la institucionalidad informal que sustituye o coexiste con la formal y contribuye al debilitamiento de las instituciones. Los límites de la legalidad no son los mimos de lo legítimo.

La reforma política implica la reforma del Estado y la reforma de las instituciones de gobernabilidad. De hecho, los contenidos de un pacto de gobernabilidad deben quedar trazados en la agenda de la reforma del Estado, de tal forma que vincule la gobernabilidad con la democracia en la transición del Estado, que aliente la participación ciudadana como base de los procesos de democratización. La mayor parte de las actividades económicas pueden estar representadas como procesos continuos con transiciones de Estados a Estados en los cuales los agentes pueden afectar

el curso de las transiciones, y la aprobación de algunos agentes se requiere para las transiciones. El orden político tiene como principios la relación que existe entre los fines legítimos del gobierno y los derechos de los ciudadanos, establecimiento de límites a la toma de decisiones gubernamentales, la relevancia de decisiones políticas sobre derechos que son ampliamente y valiosamente aceptados da lugar a mayores niveles de captura de rentas. Una reducción en la relevancia de las decisiones políticas permite al Estado la creación de compromisos más creíbles, esenciales para mantener los derechos políticos.

Finalmente, el nuevo modelo de gestión pública requiere que los procesos de formulación e implementación de las políticas públicas están estrechamente vinculados con las capacidades del Estado y sus contribuciones al logro de la gobernabilidad democrática.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, D. 2001. "Crisis de gobernabilidad democrática: orígenes y mapa de Lectura", *Revista*. Edición Especial No. 8/9 Mayo 2001.
- ALTIMIR, O. 1994. "Distribución del ingreso e incidencia de la pobreza a lo largo del ajuste." *Revista de la CEPAL*, No. 52, abril.
- BERRY, A. 1997. "The income distribution threat in Latin America." *Latin American Research Review*, Vol. 32, No.2.
- CASTRO, J. 2000. "Crisis y gobernabilidad: perspectivas para las reformas de segunda generación", *contribuciones*. (2000), No. 4, páginas 7-20.
- CIURLIZZA, J. 2000. *El ajuste político de América Latina*, <http://www.cajpe.org.pe>.
- COPPEDGE, M. 2000. *Latin American parties: Political darwinism in the lost decade*, University of Notre Dame. <http://www.nd.edu/~mcoppedg/crd/ifdssept.htm>.
- COSTAFREDA, A. 2000. "Gobernabilidad y reforma del Estado: un nuevo estado para un nuevo modelo de desarrollo", *Colección de reseñas, Biblioteca de Ideas, Instituto Internacional de Gobernabilidad*, <http://www.iigov.org/iigov/pnud/bilbiote/resenas/resena0009.htm>
- DHIAL. 2001. "Los desafíos del gobierno local en América Latina: Una nota en apoyo a la Declaración de Baeza. Documento confeccionado con motivo del V Congreso Iberoamericano de Municipalistas", *Magazine No. 20*, Agosto del 2001, Biblioteca de Ideas, Instituto Internacional de Gobernabilidad.

http://www.iigov.org/iigov/pnud/bilbiote/dhial/dhial20/dhial20_02.htm.

FELDMAN, E. 2001. "La evolución de la reflexión politológica sobre la democratización: del cambio de régimen a la arquitectura institucional de governance y la gobernabilidad", *Revista Edición Especial* No. 8/9 Mayo 2001.

http://www.iigov.org/iigov/pnud/bilbiote/revista/revista_8_9/docs/revis8_11.htm

LASAGNA, M. 1999. *La reforma política para el desarrollo institucional en América Latina*

Barcelona: Instituto Internacional de Gobernabilidad.

NORTH, D.C. 1990. *Institutional change and economic performance*, Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

O'DONNELL, G. 1996. "Illusions about consolidation". *Journal of democracy*. Vol. 7 (April, 1996), número 2, p. 34-51.

O'DONNELL, G. 1994. "Delegative democracy", *Journal of Democracy*. Vol. 5, No. 1 páginas 55-69.

PRATS CATALÁ, J. 2001. "Reinventar la burocracia y construir la nueva gerencia pública", *Biblioteca de Ideas, Instituto Internacional de Gobernabilidad*. <http://www.iigov.org/iigov/pnud/bilbiote/documentos/docu0063.htm>

PNUD 1997. "Governance for sustainable human development". Nueva York: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, MDGD-BPP, UNDP Policy Document. 1997.

SANTISO, C. 2001. "Gobernabilidad democrática y reformas económicas de segunda generación en América Latina", *Desafíos de un Desarrollo Humano, Instituto Internacional de Gobernabilidad. Edición Especial* No. 8/9 Mayo 2001. http://www.iigov.org/iigov/pnud/bibliote/revista8_9/docs/rev8-10.html.

ABSTRACT

This paper has the aim to analyze the aggravating of problems in public administration and policies in the Latin American State to draw the possible solutions. Later it is analyzed the impact of second generation reforms: The institutional State reform and institutional development, implementing and strengthening of governance mechanisms.

Key words: Public Management, Latin American State, public policies, state reforms, civil society.

RESUMO

Este trabalho visa analisar o agravamento dos problemas de gestão e políticas públicas do estado latino-americano para delinear as possíveis soluções. Mais tarde, discute o impacto das reformas de segunda geração: a reforma institucional do Estado e o desenvolvimento das instituições, a criação e fortalecimento dos mecanismos de governança.

Palavras-chave: administração pública, estado latino-americano, políticas públicas, reforma da sociedade civil, estado.

O Catolicismo Colonial e o seu Impacto na Religiosidade Brasileira Contemporânea

Renata Siuda-Ambroziak - CESLA — Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Varsóvia, Polônia

RESUMO

O artigo trata dos traços característicos do catolicismo colonial lusitano no Brasil, de sua herança e consequências visíveis na religiosidade brasileira de hoje. Voltando à época do patronato real português e do monopólio - apenas teórico - da Igreja católica no Brasil, a autora tenta explicar como o panorama religioso extremamente rico já nos tempos coloniais começou a se desenvolver de uma maneira expressiva desde o primeiro encontro das culturas.

Palavras-chaves: religião, catolicismo, sincretismo

A religião é um dos principais fenômenos culturais que fornecem, tanto aos indivíduos como à toda sociedade, modelos de procedimento, valores e normas. No entanto, pensar em religião como fenômeno que poderia existir independentemente de concretas sociedades “*não tem maior sentido, pois “a religião nada faz sozinha por si mesma. Não possui meios próprios de ação”* (Beckford 2006:25) – ela se expressa tanto nos sentimentos, emoções, imaginações e símbolos, como também nas práticas diárias, na organização e nas interações, contudo, sempre em referência ao contexto social e cultural, no qual se apresenta, fortemente integrada com todos os seus elementos.

Na história do Brasil, desde o início da colonização e criação dos fundamentos da sociedade e da cultura brasileiras, a religião jogou um papel fundamental - a colônia portuguesa na América foi, por mais de três séculos, palco da luta da Igreja pelo ‘governo das almas’, e, ao mesmo tempo, de coexistência de muitas influências culturais, que se sobrepuseram e se interpenetraram, criando uma qualidade completamente nova e surpreendente na forma da original religiosidade brasileira. Em grande medida foram a abertura e a heterogeneidade da esfera religiosa colonial apesar da dominação formal do catolicismo

lusitano, que deixaram as religiões e as igrejas no Brasil sofrer, no decorrer de séculos, constantes influências culturais e transformações, manifestando assim cada vez mais traços de caráter nacional brasileiro e tornando-se parte autêntica e fundamental da ‘alma’ brasileira. Graças a essas diferentes influências, a brasilidade, manifestando-se ainda principalmente através de sua medula central cristã relacionada com a civilização do Ocidente, já está em grande proporção modificada pelos fenômenos do ‘choque das culturas’ e por elementos ‘estranhos’ que se sobrepuseram no processo de incessante mestiçagem, transformados *in situ* e absorvidos sistematicamente pela citada medula. A aproximação dos processos de formação dessa religiosidade brasileira sincrética já no período colonial, com particular consideração dos fatores (tais como: tipo de colonização, existência de irmandades, característica da Inquisição portuguesa, diversificação regional do Brasil, inerentes tendências sincréticas e ecléticas da sociedade colonial, religiosidade ‘doméstica’ das fazendas, ‘relaxamento’ doutrinário da Igreja colonial) que em maior grau pesaram na abertura e na adaptação inculturalizadora do catolicismo lusitano às condições latino-americanas, constitui o objetivo deste artigo.

Desde quando o descobridor da parte portuguesa da América, Pedro Álvares Cabral, ordenou em 1500 à sua tripulação levar à terra uma cruz, a cristandade, mais estritamente – o catolicismo, esteve constantemente presente na história da nova colônia, cujo primeiro nome, inclusive, foi “Terra da Santa Cruz”. Entretanto, para os portugueses, a colonização significava, de acordo com o direito de patronato¹ atribuído à Coroa, simultânea expansão mercantil-territorial e difusão da fé católica, contudo, com indubitável acento racional no primeiro desses dois elementos: “*o eixo em torno do qual girava o processo de cristianização era a atividade comercial*”, enquanto a religião unicamente era em grande medida o instrumento que possibilitava a legitimação do projeto colonial (Azzi 1987:33). Benassar e Marin (2000: 117) avaliam mais enfaticamente a atitude da Coroa face à obrigação da evangelização, lembrando a carta enviada pelo Rei João III ao primeiro governador-geral, na qual mencionava que o motivo básico da colonização do Brasil era a vontade da propagação da fé: escrevem que isso era simplesmente mentira. Argumento constitui o fato que o Brasil permaneceu ‘uma terra missionária’ inclusive já após a conquista da independência e os ingressos oriundos do dízimo cobrado pela Coroa durante séculos eram destinados a fins completamente outros do que a criação de dioceses ou paróquias.²

A colonização portuguesa tinha assim características sobretudo de império comercial voltado antes para lucros rápidos e elevados do reinado do que a assunção dos custos de propagação da fé: isso é atestado, por exemplo, pela aversão da Coroa em manter o clero, que tinha de procurar protetores ricos e ficar sob seu sustento como ‘*capelães familiares do catolicismo doméstico*’ (Matos, 2005: 104-105). A vida religiosa fátua na colônia era dominada principalmente pelas grandes famílias da aristocracia latifundiária e seus latifúndios autosuficientes, isolados um do outro, que ‘patrocinavam’ os representantes coloniais da Igreja.

O rei de Portugal, pelo menos nas questões referentes à evangelização - antes *reigned but not ruled*, deixando-a com prazer às ordens missionárias, aliás pouco numerosas (principalmente aos jesuítas, denominados ‘missionários da Coroa’, cujos objetivos, como traduz Matos (2005:88-89), era não só a evangelização dos indígenas, mas também, para o que vale chamar a atenção - a reevangelização dos próprios colonizadores), como igualmente a pessoas seculares - às muito fortes e bem organizadas irmandades³, às vezes, como recorda Wagley (1963: 238-239), ameaçando inclusive as fracas estruturas eclesiásticas e possuindo influências bem mais evidentes na coletividade local do que os padres ou missionários. As irmandades popularizavam sobretudo a religiosidade portuguesa medieval, que já naquele tempo constituía um efeito colorido da coexistência multissecular de pelo menos três grandes religiões na Península Ibérica: cristianismo, judaísmo e islamismo.

Abrangendo, inicialmente em separado, grupos sociais e étnicos da colônia, as irmandades eram assim responsáveis também no Brasil pela criação dos rituais e orações em diversas intenções, distantes da pureza teológica ou ortodoxia, com fortes elementos de magia, promovendo o culto de intermediários e intercessores para cada necessidade e ocasião, sincretizando panteões dos santos e divindades, bem como criando entre eles e os mortais comuns um laço quase que familiar (o chamado *santo parentesco* ou *santa parentela*), predestinando de maneira específica a colônia portuguesa ao desenvolvimento permanente dos sincretismos religiosos, e mais amplamente - culturais. As irmandades preenchiam também o papel de importante elemento de coesão social, promovendo a solidariedade mútua entre os seus membros, assegurando ajuda indispensável aos necessitados, suavizando de modo fundamental os efeitos da escravidão e ajudando seus membros no alcance do prestígio social através dos postos e dignidades nelas exercidos (Scarano, 1976:

147). A atitude positiva das autoridades frente à criação das mesmas traduz em grande medida a possibilidade da substituição fatural pelas irmandades do clero colonial, ineficazmente pouco numeroso, e desagravar, assim, a Coroa quanto a assunção dos custos de sua sustentação (com a preservação do direito à cobrança do dízimo para fins de evangelização).

As irmandades continuaram assim nas terras brasileiras o processo iniciado na Península Ibérica de criação de sincretismos locais e de doutrinas ‘heréticas’, para fins de combate aos quais a Igreja criou, entre outras, a Inquisição (em Portugal em 1536). Devia ela, naturalmente, sufocar os rudimentos da heresia também na parte portuguesa das Américas, mas, em comparação com a espanhola, gozava antes da opinião de compreensiva e liberal, o que se manifestava, por exemplo, no tratamento relativamente suave dos ‘heréticos’, e, inclusive, na sua deportação pela Coroa justamente para o Brasil. Como sublinha Gorenstein (2006), os inquisidores portugueses surgiam na colônia unicamente com visitas oficiais, sendo que frequentemente nem davam início a investigações contra as pessoas, face as quais existiam sérias suspeitas ou provas de heresia, sobretudo por causa do seu ‘parco’ estado de posse, isto é, falta de possibilidade de confiscação de bens, mas também – simplesmente fraca densidade populacional da colônia. Como explica Casanova (2005: 197): “*nesse sentido, os dois traços característicos do catolicismo brasileiro – presença fraca institucional da Igreja na sociedade brasileira e propagação dinâmica de diversas formas quase-católicas de religiosidade popular fora do controle do clero tinham suas origens históricas na realidade colonial brasileira*”.

A colonização (e a evangelização) da parte portuguesa do Novo Mundo prosseguia então de forma não sistemática e não harmônica, dependente em grande medida da geografia física do já então enorme território, cujas diversas regiões diferenciavam-se não só quanto ao clima e conformação do terreno, mas também quanto ao modelo de assentamento, desenvolvimento econômico e, obviamente, cultura local religiosa. Como observa Fernandes (1994: 42), a diversificação regional tão forte pesou, desde o início, no caráter policentrista do Brasil enfraquecendo, em período posterior, fundamentalmente os formais centros católicos da religiosidade (por exemplo, o famoso santuário de Aparecida do Norte). O catolicismo brasileiro em cada região concentrava-se em torno de outros símbolos religiosos, caracterizava-se por outras influências culturais e sincretistas, bem como possuía seus próprios

santuários regionais, cujo significado e influências eram inabaláveis para os moradores. Esse regionalismo religioso sobrepunha-se, segundo Fernandes (1994: 106), a um verdadeiro abismo entre as doutrinas oficiais institucionalizadas e as práticas cotidianas e fatuais dos adeptos – inclusive o culto da ‘Rainha do Brasil’ (o título atribuído formalmente em 1930 pelo Papa Pio XI à Nossa Senhora da Aparecida) desde o início propagado de cima pela hierarquia da Igreja, ficou sem transmissão direta com a consciência dos fiéis, que são afeitos sobretudo a seus santos locais (nesse, Marias de muitas denominações, cuja intercessão é procurada com maior frequência).

O fato de que no Brasil o povo e o clero não necessariamente rezam da mesma forma ante as mesmas imagens (Fernandes 1994: 108) passou a ser, de modo inevitável, característica da religiosidade brasileira já desde o início da colonização. Isso aconteceu não somente pelo mencionado ‘regionalismo religioso’ ou inegável importância das irmandades, mas também graças aos sucessivos encontros (ou choques) das culturas, visto que, já o primeiro deles muito rapidamente transformou a fascinação mútua e cooperação inicial dos dois mundos e civilizações (européia e indígena) que se confrontaram em forte (também trágica nos resultados) disputa pelo poder, pelas mulheres e pelas terras. O encanto pela ingenuidade, pela beleza física, bem como pela possibilidade da conversão eficaz das tribos brasileiras, frente à urgente necessidade da obtenção de força de trabalho escrava, cedeu rapidamente à convicção da inferioridade natural dos indígenas face aos portugueses, vistos já então não tanto como ‘anjos ingênuos’, mas antes como irremediáveis bárbaros (que devem ser civilizados pela força, pela subjugação, submissão e conversão ao cristianismo), pautando-se por instintos e impulsos animais (canibalismo e poligamia).

O interesse econômico e a sugerida necessidade de ‘civilizar’ os indígenas à semelhança dos colonizadores prevaleceram, dessa forma, à evangelização pacífica, sendo que tal procedimento facilitava a dispersão da população nativa: os indígenas brasileiros não criaram, como escreve Kula (1988: 9), qualquer organização que pudesse, embora vencida, constituir uma base estável da colonização portuguesa. Os portugueses não tiveram, assim, como fizeram os espanhóis, de destruir com fervor as estruturas imperiais multisseculares de poder das grandes dinastias, ou contrapor-se a potentes ideologias estrangeiras, destruindo templos, exterminando castas de sacerdotes e queimando livros sagrados. Não

existia inicialmente no Brasil qualquer grande pressão, resultante de causas militares ou ideológicas, no sentido de uma rápida e eficaz negação dos modelos culturais de então, não apresentando assim uma resistência organizada e decidida das tribos indígenas. Os portugueses propagavam sua evangelização como objetivo que justificava a política de colonização, sendo que a implementação do sistema escravagista, imposto por fins econômicos e pela falta notória de força de trabalho, era acompanhada todo o tempo pela casuística religiosa: em muitas situações somente dessa forma, como se assegurava, os pagãos podiam ser batizados e salvos.

Mas, ao mesmo tempo, de acordo com a tradição dos antecessores, os indígenas continuavam realizando os rituais que lhe eram conhecidos, adaptados um pouco aos requisitos da nova religião, e adorando velhas divindades de modo conforme com a liturgia da Igreja que sofria lenta ‘americanização’, o que os primeiros missionários condenavam formalmente de sua parte, mas por serem pouco numerosos, com frequência absorvidos pela parte organizacional e material da criação dos rudimentos da Igreja, assim como, o que sublinham Bennassar e Marín (2000: 132-134), infelizmente, também por litígios entre as ordens⁴, liberalmente permitiam tais práticas, crendo que, mais cedo ou mais tarde, desapareceriam na nova terra. Assim surgiram situações nas quais a fé na existência das divindades indígenas, os presságios e magia coexistiam pacificamente com a fé em Jesus Salvador – aliás, típicas quando, face à decomposição das estruturas tradicionais de certa cultura, absorvidos são os elementos que a interpenetram, facilitando a preservação ou reconstrução de uma visão de mundo e o enfrentamento de uma situação de crise, sendo que os princípios da nova religião, não tanto substitutiva, mas sobrepondo-se e coexistindo com a tradicional, “*são pelos nativos interpretados de acordo com os próprios modelos culturais*” (Szyjewski 2001: 550).

Os sincretismos religiosos iniciais eram fortalecidos adicionalmente por sérios problemas referentes às possibilidades de tradução do texto do Evangelho e dos princípios da fé para as línguas indígenas, falta de correspondentes noções nas línguas e na cultura dos povos evangelizados, bem como a aparência das semelhanças doutrinárias dotadas de teor completamente outro que no cristianismo: “*O problema não é portanto que a Nossa Senhora tenha a face negra ou indígena, ou esteja vestida com tradicional saia de capim (no que concordavam as autoridades pós-Concílio), mas que a noção de Cristo*

como Filho de Deus, amado pelo Padre Nosso continha uma série de sentidos culturais ocidentais internos, intraduzíveis para outras línguas por falta de noções semelhantes” (Szyjewski 2001: 544). Isso levou rapidamente a uma paralelização religiosa, baseada na filiação simultânea à Igreja e aos cultos tradicionais locais, sem necessidade da escolha de uma das opções aparentemente excludentes, bem como no surgimento de um sincretismo dualista, que se assenta na confissão pelos brasileiros de duas religiões, em aparência completamente distintas, mas no ver dos adeptos perfeitamente complementares (por exemplo, do catolicismo e de religiões nativistas e, posteriormente, de descendência africana). Desse modo, algumas características das crenças, mitos e rituais nativos permaneceram até hoje, em resultado da progressiva mestiçagem cultural e étnica, na religiosidade dos brasileiros, embora, com certeza, considerando o grande número de tribos e sua dispersão, caracterizavam-se no espaço de séculos por uma grande quantidade e riqueza de formas originais de expressividade. Talvez justamente a situação da ‘sujeição’ relativamente suave e rápida dos indígenas brasileiros do litoral⁵ às influências da cultura portuguesa, possibilitou, de forma perversa, a sobrevivência de importantes elementos das religiões indígenas no imaginário social, preservando inclusive, contemporaneamente, sua influência na percepção das questões relacionadas com a religiosidade no Brasil.

O número de indígenas que violentamente diminuiu nas primeiras décadas da colonização, bem como daí resultantes suas influências culturais (incluindo as religiosas), foram pelos portugueses, com relativa rapidez, equilibrados pelo tráfico de escravos africanos, o qual deveria assegurar até a abolição as necessidades completas de força de trabalho, sobretudo insaciáveis, nesse aspecto, da parte das plantações de cana de açúcar do Nordeste: justamente suas necessidades fizeram com que a sorte das tribos indígenas do litoral tenha terminado rapidamente em extermínio, e, posteriormente, essa mesma sorte partilharam, por séculos sucessivos, milhões de escravos africanos, cujo trabalho escravo permitia aos ‘barões do açúcar’ brasileiros conquistar homéricas fortunas. Como explana Kula (1988: 27), inclusive os representantes da Igreja católica na América, “os quais tão fortemente atuaram contra a escravidão dos indígenas, não inventaram outra coisa para a sua salvação do que importar os negros. Esses pelo menos morriam mais lentamente, e além disso obtinham chance da salvação eterna pelo ingresso - até mesmo formal - na Igreja”.⁶ Realmente, os africanos revelaram-se muito mais resistentes, fortes e imunes às doenças trazidas

pelos europeus, enquanto o mundo das plantações tornou-se a matriz da organização social, com a sua divisão – unicamente de forma aparente culturalmente dicotômica – na casa grande e senzala. Apesar dessa divisão, fato inquestionável tornou-se a rápida e progressiva mestiçagem na colônia e a enorme influência que os escravos africanos exerceram na criação da sociedade brasileira e na modificação de sua ‘medula’ lusitana. Como afirmam Freyre (1985) e Pilaszewicz (2000: 335), eles tiveram uma participação absolutamente excepcional na propagação tanto das crenças africanas, como também na criação dos sincretismos completamente novos: isso ficou muito popular pelas babás e amas negras, que ao criaram os filhos dos seus senhores “*cantavam-lhes para dormir canções africanas, distraíam e adormeciam com lendas, contos de fada e histórias míticas do África Negra*”. A cultura africana penetrava sutilmente a vida dos portugueses católicos pela permanente e próxima presença dos escravos e por seus serviços, fazendo com que o catolicismo das plantações se tornasse ainda mais aberto para as influências e ‘sincretizantemente despreocupado’.

Freyre (1985) descreveu esse “*cristianismo familiar doméstico*” como relações entre o Céu e a Terra fundamentadas na “*confiança familiar*”, e inclusive na específica fraternização com Deus e com os santos, que, à semelhança dos deuses africanos, ‘viviam’ entre as pessoas sob a forma de estatuetas nos pequenos altares domésticos, eram membros da ramificada parentela, tinham suas fraquezas e falhas (inclusive a existência sagrada e a existência moral eram duas questões diversas, pois os santos sincretizados comportavam-se frequentemente pelo menos impudicamente, e inclusive imoralmente do ponto de vista cristão), exigiam oferendas preferidas e concretas com o fim da realização dos pedidos feitos, mas também, no caso de sua não realização, sofriam diferentes castigos (oscilando entre a retirada do panteão doméstico, através do ‘roubo’ dirigido da estatueta, que milagrosamente se reencontrava após a realização dos pedidos feitos a dado santo e solenemente retornava a seu lugar, até a danificação ou completa destruição da estatueta de dado santo ‘inútil’). De acordo com o princípio tradicional da reciprocidade, exercia-se sobre os ‘intermediários’ nas relações pessoas - Deus uma forte pressão com o fim de obter resultados concretos, por exemplo, durante as secas eram expostas estatuetas de santos nos telhados a pleno sol, durante aguaceiros – para ação do vento e da chuva, de acordo com os princípios do ‘contrato’ aceito, que devia ser cumprido por ambas as partes. Esse tipo de ‘intimidade’ dos brasileiros com a esfera do *sacrum* possibilitava o

culto “*folgado e livre*” (Malinowski 2011: 262), a ausência de ortodoxia, rigor e as necessidades da fé dogmática, bem como a popularidade dos pequenos altares e capelas domésticos.

No entanto, ao mesmo tempo, os africanos no Brasil participavam obrigatoriamente em todas as celebrações e práticas religiosas de seus senhores, pois o catolicismo era imposto de cima e não adotado por conversões voluntárias. De uma parte, em relação com a dominação formal surgia uma resistência interna dos potenciais adeptos, para os quais a única possibilidade de preservação das raízes culturais africanas era justamente a religião dos antecessores; de outra, face à coação em condição de completa dependência, inevitáveis tornavam-se fortes tendências sincréticas e ecléticas. Através das mesmas, os africanos conseguiam, ‘se equilibrando’ nas bordas dos dois mundos religiosos – oficial e proibido, preservar durante séculos suas crenças étnicas familiares, ‘escondendo’ sob as figuras dos santos católicos todo o panteão das divindades, e tentando, assim como inicialmente faziam-no os indígenas, através de antigos rituais e oferendas, captar para si igualmente a sua benevolência. Assim justamente surgiram os cultos afro-cristãos, desenvolvidos entre e pelos escravos e seus descendentes, demonstrando não só grande vitalidade no Brasil, mas também enorme força de atração, modificados em resultado da influência do catolicismo, das culturas indígenas locais e da própria diferenciação tribal dos africanos nas condições da escravatura.

As religiões afro-brasileiras, sendo uma emanção específica do ecletismo brasileiro da época da colonização, surgiram então lá onde pelo menos teoricamente todos os escravos foram anexados à Igreja católica através do batismo forçado, e responderam à constante demanda social de religião de caráter espiritista-extatista-escapista, a qual o catolicismo não podia satisfazer. Certamente, considerando sua função de específica ‘válvula de segurança social’, tal demanda não diminuiu inclusive após a abolição: em seu resultado a maioria dos ex-escravos deixou em verdade as plantações, mas permaneceu na parte inferior da ‘escada social’, e, segundo Pilaszewicz (2000: 118), foram essas religiões que possibilitaram aos participantes a transpor as fronteiras definidas pelas normas da cultura e da sociedade brasileiras, em geral de forma compensatória, isto é, contrária à posição social ocupada pelos adeptos, descarregando desse modo os estresses e as tensões, bem como possibilitaram a conciliação no dia a dia com o baixo status social. Tal

forma constituíram também os movimentos milenaristas originários das profundas camadas da religiosidade do sertão brasileiro, onde surgiram os quilombos, conformando suas próprias e sincréticas religiões com base em todos os cultos africanos e indígenas acessivos, bem como no catolicismo rural do interior.

Os fenômenos maciços desse tipo de sincretização religiosa no Brasil eram com certeza facilitados tanto pela herança cultural indígena como africana, que desde o início aceitavam a ampliação do panteão de divindades e o seu ‘intercâmbio’. Especialmente os mitos africanos de tradição oral sofriam no Brasil – no contato com as culturas nativa e lusitana – constante evolução, não possuindo rígidos dogmas, teologia elaborada, nem pais-fundadores, bem como se diferenciando dependentemente do grupo étnico, o que não deixava muito lugar para doutrina ou ortodoxia. As religiões africanas sempre foram também mais sentidas e vivenciadas do que verbalizadas, sendo que uma de suas fundamentais características era também o princípio do acoplamento da durabilidade da afeição a certas divindades com sua eficácia: as suas influências foram motivo da ‘abertura religiosa’ dos brasileiros configurada no período colonial, sua capacidade à integração de novos elementos culturais e práticas de outras religiões, bem como habilidade de passagem do culto de uma divindade para outra, dos rituais de uma fé para outra, como inclusive da sua arriscada ligação entre si, permitindo a conciliação de diversos aspectos das religiões africanas com os dogmas do cristianismo, identificação de Deus com Olorum, Satã com Exu, dos anjos e santos com as divindades intermediárias dos Orixás.

Como se pode observar, tanto as influências e o significado das culturas indígenas como africanas são difíceis de superestimação e indiscutíveis na configuração, no período colonial, da atmosfera de profundo sincretismo, que fortemente age também hoje em dia sobre o cristianismo brasileiro, desde o início em coexistência permanente com outras religiões da colônia. No entanto, sobretudo o próprio catolicismo lusitano, decisivo para o desenvolvimento da religiosidade brasileira, era livre de excessivo formalismo e relativamente elástico, se permitindo a absorver outros elementos estranhos, bem como a adaptá-los às necessidades dos adeptos na América brasileira. Numa sociedade, onde a terra foi durante longo período a base da economia e determinante da posição social, o cristianismo tomou igualmente uma forma ‘rural’

e simples, que se manifestava particularmente no nível da religião popular e sincrética, com tradições locais que lhe eram próprias.

Esse específico ‘relaxamento’ doutrinário do catolicismo colonial brasileiro podia ser, como observa Wagley (1963: 233), motivo do fato de que grande parte dos brasileiros se definiam como católicos não só por causa de sua fé, mas antes pela tradição na qual foram criados, sendo que sua filiação formal não se traduzia frequentemente no estilo de vida, nos valores e moralidades confessados: nas igrejas não só se dançava e se divertia muito, mas também se flertava, o clero possuía suas famílias, sendo que seus representantes mostravam muita tolerância face aos costumes da época, bem como rapidamente se submetiam aos ecletismos religiosos que se formavam nas grandes propriedades escravagistas. A posse de concubina-escrava tornou-se praticamente regra nas propriedades, sendo que frequentemente a isso não se opunham também os representantes da Igreja: sobre a situação da permissividade geral quanto à tolerância pelo clero das ‘fraquezas do corpo’ lembram inúmeras vezes Bennassar e Marin (2000: 125, 142), sendo que Kolankiewicz (2007:152) pensa que da melhor maneira isso seja atestado pelas populares expressões brasileiras: ‘sensual como padre de Pernambuco’ ou ‘feliz como filho de padre’.⁷

Aliás, possuindo capela própria com padre próprio, que frequentemente era também membro da família, as fazendas eram completamente autosuficientes igualmente no sentido da prestação de ‘serviços pastorais’ (Wagley 1963: 35): permanecendo sob o sustento de seu patrão, o padre concedia sacramentos e perdoava praticamente ‘a pedido’. O catolicismo multicultural brasileiro nascido na plantação da cana de açúcar, não tinha assim desde o início muito em comum com a ortodoxia, era idealmente adaptado às necessidades cotidianas e à moralidade dos plantadores (certamente distante dos ideais cristãos), bastante “*ingênuo e espontaneamente infantil*” (Azevedo 1950: 121), bem mais fortemente dependente de uma concreta família e de sua chefia do que da autoridade da Coroa, que não chegava absolutamente às grandes propriedades. Era uma religiosidade no estilo proverbial: *muito Deus, pouco padre, muito céu e pouca igreja, muita prece e pouca missa*, na qual a crueldade do sistema escravagista misturava-se com a celebração religiosa autêntica, bem como com sentimento da interpenetração específica dos mundos divino e humano já na terra. Isso não mudou após a implantação do império (1822), o que atestam as opiniões do primeiro núncio apostólico

no Brasil, que escreveu que a religiosidade brasileira manifesta-se sobretudo na música e nos fogos de artifício, enquanto os eventos que ocorriam pela ocasião de diversas festas nas igrejas caracterizavam-se decididamente por uma grande dose de permissividade e frivolidade, as quais permitia o próprio clero, ligando perfeitamente a ignorância com o desmoralizante relaxamento dos costumes (Accioly 1949: 240).

Parece que, com toda sua criatividade religiosa, diversidade e a imensidão territorial, o Brasil formou, no entanto, desde o início da colonização, uma unidade cultural, apesar dos brasileiros serem extremamente diversificados quanto à aparência, descendência, filiação de classe, estado de posse e estilo de vida; a sociedade brasileira permaneceu surpreendentemente coesa com forte sentimento de ‘raiz’ e ‘brasilidade’ cultural comuns. Sobre esse paradoxo da ‘unidade na diversidade’ brasileira escreve, entre outros, Malinowski (2011: 11-12), considerando que “*o Brasil é um país que apesar do enorme território (e com isso mesmo diversificação geográfica), apesar da genealogia cultural multiétnica, apesar das muito visíveis camadas sociais, por fim, apesar dos longos períodos de impasses políticos, conseguiu, paradoxalmente, alcançar três grandes objetivos: primeiro, criar e manter a posição de hegemonia regional; segundo, preservar, apesar da divisão em estados parcialmente autônomos, a unidade estatal de todo o território; e, terceiro, criar uma esfera original de comunidade simbólica de identificação*”, bem visível também na esfera religiosa. Apesar da dominação de vários séculos e do monopólio formal do catolicismo, uma regra não escrita era e continua a ser no Brasil a aceitação do pluralismo, da tolerância e da popularidade da religiosidade popular especificamente ‘cordial’. Dessa maneira, o paradoxo brasileiro da ‘unidade na diversidade’, manifesta-se não tanto nas estruturas políticas, como, em maior grau, precisamente na cultura brasileira e origina-se justamente dos tempos coloniais: os reis portugueses, como já marquei, governaram o Brasil de modo bem mais livre e tolerante que os espanhóis na sua parte da América. Apesar da existência da lei do patronato, o poder secular no Brasil colonial não esteve nunca pronto a dedicar o dízimo cobrado pelo tesouro real para fins religiosos e a um forte engajamento na execução do monopólio católico formal para a fé. A Igreja ‘pagava’ por isso com a falta contínua de infraestrutura diocesana bem como a permanente atividade e presença na Igreja do laicato, sem o qual seria difícil de imaginar a sobrevivência das influências do catolicismo bem como de sua forte sincretização na sociedade brasileira. Justamente da tradição da autogestão e da autonomia seculares (embora às vezes talvez moderadas ou um tanto aparentes) tenha se originado, posteriormente, a

decidida resistência social face à Igreja católica das elites (teologia da libertação), bem como a grande influência exercida pelo laicato contemporâneo em suas atividades (incluindo também a permanente tensão, embora construtiva, entre o clero e os fiéis engajados na defesa dessa autonomia, sobre o que escreve, entre outras, Brandão 1980).

Os colonizadores portugueses, não tendo muita ‘vontade institucional’, forças e recursos (inclusive sobretudo gente) para ocupar e explorar um território tão enorme, deixaram assim à colônia uma liberdade cultural relativamente grande, inclusive religiosa, embora, claro, desde o início, fator forte de unificação fosse (e fatualmente assim aconteceu) o catolicismo popular lusitano, tolerante e liberal (apesar da existência da Inquisição, aliás excepcionalmente suave), aberto para interferências sincréticas e não se ressentindo da necessidade de ortodoxias teológico-doutrinárias. Desde o início da colonização, a Igreja começou igualmente a absorver, querendo ou não, práticas africanas e indígenas, bem como sincretizar não oficialmente divindades locais em seu panteão de santos, ampliado com os *santos populares*. Daí, como explana Walendziak (2009: 246), a interpenetração constante e generalizada, bem como a união de elementos de diferentes religiões num sistema eclético (embora formalmente de caráter assimétrico, relacionado com a dominação dos católicos-colonizadores, assim como o fato de que o catolicismo fosse nos territórios colonizados uma religião oficial). Sobretudo os escravos africanos e seus descendentes – formalmente católicos, mas informalmente também adeptos dos cultos africanos sincretizados, exerceram desde o início uma grande influência na criação do complexo panorama religioso do Brasil contemporâneo, sendo que sua herança continua a constituir traço fundamental da religiosidade heterodoxa, que se baseia na ausência de sentidas contradições face à filiação a diferentes cultos. No entanto, ela resulta, em grande medida, dessa tradicional tolerância do catolicismo brasileiro colonial, que ligou os cultos africanos e as crenças indígenas, absorvendo-os para seu mundo.

Assim, a excepcionalidade brasileira na esfera da religião baseava-se desde o início da colonização na preservação, apesar dos existentes contrastes regionais, culturais e sociais, desse ‘fundamento’ cristão unificador, dado que a fatual multiplicidade das opções religiosas existentes não atrapalhava, inclusive no contexto da evangelização, a busca de seus pontos comuns e semelhanças, facilitando a incorporação, na raiz cultural do catolicismo lusitano popular, de elementos de outras

religiões. Os colonizadores portugueses ‘consumiram’ as influências culturais estrangeiras e, ‘as tendo digerido’, criaram algo completamente diferente, já tipicamente brasileiro. Principalmente esse catolicismo sincretizado e fortemente diversificado, plástico e não ortodoxo, pôde constituir um dos mais importantes fatores que influíram no surgimento da unidade brasileira na diversidade - sobretudo no período da colonização e da lenta configuração da sociedade brasileira constituiu importante elemento unificador e garantidor do surgimento da raiz cultural, se bem unicamente pela coexistência pacífica e informal com outras formas de religião, embora algumas tenham permanecido frente a ela numa relação pelo menos antagônica (Wagley 1963: 233).

Assim, mesmo que o amplo panorama religioso do Brasil se tornava, no decorrer dos seguintes séculos da colonização, cada vez mais ‘harmonicamente diversificado’ (Fernandes 1994:121), essa ‘harmonia’ assentava-se não tanto na tendência à uniformização, mas antes manifestava-se na manutenção de um específico equilíbrio religioso pulsante, com a preservação de forte base cristã central e cultural. Desse modo, embora o Brasil contemporâneo seja ainda formalmente - segundo as estatísticas (IBGE) - um país predominantemente católico, em sua decidida maioria continua a ser simplesmente impregnado de surpreendentes sincretismos e seja, continuamente, definido pelo Vaticano, como há séculos, como ‘terreno missionário’, pleno de ‘heresias’ locais, de inventividade religiosa e antagonismos culturais surpreendentemente coexistentes entre si. Eis porque, como convence Fernandes (1994: 121), não é fácil apresentar uma imagem coerente da cultura brasileira, cujos deuses têm faces diferentes e se comunicam em línguas diversas, sendo que a maioria dos brasileiros possuem habilidade de ‘saltar de um código religioso para outro’, assegurando elevada mobilidade religiosa, capacidade de operar a heterogeneidade das fés acessíveis, da criação de raras combinações e inacreditável inventividade religiosa. A religiosidade dos brasileiros constitui por isso, presentemente, uma coletânea infindável de possíveis ligações, embora com frequência paradoxais, nas quais é decididamente mais fácil encontrar simbiose doutrinal e progressivo ecletismo do que ‘guerra de deuses’. Entretanto, devemos nos lembrar que esse mesmo catolicismo brasileiro que configura o Brasil há séculos não foi nunca uma religião coesa, sendo que sob a influência da multiplicidade de outras doutrinas, sua homogeneidade sofreu adicional e incessante aprofundamento já, como mostramos, nos

tempos coloniais. Isso faz com que nenhuma resposta a perguntas referentes a religião no contexto brasileiro possa ser realmente simples ou exata: entretanto, vale a pena lembrar-se que, como explica Murphy (em: Bronk 2009: 431), “*a existência mesma da religião é uma valiosa recordação de que existem limites, que não podem ser ultrapassados pelo esclarecimento acadêmico*”, embora não signifiquem absolutamente que o que se encontra além deles “*não seja importante (ou não exista)*”.

NOTAS:

- ¹ A lei do patronato (*ius patronatus*) baseava-se no reconhecimento pelo Vaticano do poder político, econômico e espiritual dos reis ibéricos nos territórios descobertos, sob ameaça de excomunhão para cada um que negasse tal lei. Em troca, os reis tinham a obrigação de difundir a fé cristã nos terrenos colonizados, instituir estruturas eclesiásticas, participar na gestão dos bens eclesiásticos e cobrar dízimos (Dussel 1989).
- ² Bennisar e Marin (2000: 118-19) sublinham o fato de que a primeira diocese surgiu a mais de meio século após a descoberta do Brasil, em Salvador da Bahia (1551), enquanto pela segunda (no Rio de Janeiro), teve-se de esperar mais de cem anos. Isso pode ser explicado, em certa medida, pela aversão do clero português em assumir ‘cargos’ eclesiásticos além-oceano: os bispos rejeitavam nomeações nas colônias ou, ao aceitá-las, simplesmente lá não apareciam. Dessa forma, o arcebispado na Bahia existiu apenas formalmente durante toda a segunda metade do século XVII, o bispado no Rio por mais de 15 anos, o bispado do Pará – 28 anos, e o bispado no Maranhão – 88 anos.
- ³ Irmandades: as irmandades de pessoas seculares que tinham como fim promover o catolicismo através da divulgação do culto de concreto Santo pela organização de procissões coloridas de rua, comemoração estrondosa de festas religiosas em sua devoção, desenvolvimento do culto da ‘intermediação’ e construção de capelas.
- ⁴ Os autores sublinham sobretudo a escala dos conflitos dos jesuítas com os franciscanos, que foram a tal ponto agravados que o rei emitiu em 1693 um decreto de separação das terras missionárias, nas quais cada uma das ordens conduziriam atividades missionárias em separado. Tal situação, como firma Milkowski (1999), não constituía uma especificidade da parte portuguesa do Novo Mundo – problemas ocorriam com frequência, por exemplo, na Nova Espanha de então, e não se limitavam absolutamente a embates orais entre os representantes das diversas ordens missionárias.
- ⁵ Vale lembrar que tinham igualmente lugar sangrentas rebeliões organizadas pelos indígenas: em 1712, os indígenas mataram brutalmente um dos grandes latifundiários que maltratavam os indígenas escravos, após o que a revolta se espalhou praticamente por toda a região Nordeste. Outro método de resistência, embora mais pacífico, constituíam os movimentos messiânicos indígenas, nos quais os indígenas (com frequência mulheres) identificados com o Cristo Salvador cristão profetizavam o fim da civilização do homem branco (Matos 2005: 66).
- ⁶ Vale no entanto remarcar que embora no Brasil a escravidão dos africanos era aprovada pelos representantes da Igreja como método de difusão da fé (os escravos chegavam já batizados, e no seu proprietário pesava a obrigação de sua sucessiva evangelização), o papado expressou-se várias vezes contra a escravidão e o tráfico da ‘mercadoria viva’: pela primeira vez o fez Pio II em 1462, mais tarde Paulo III em 1537, Gregório XVI em 1839. No entanto, no Brasil inclusive as ordens e o clero secular utilizavam a força de trabalho escrava, enquanto os adversários da escravidão e seus críticos foram calados por um longo período.

- ⁷ Bennassar e Marin (2000: 142) evocam os princípios – em vigor na sociedade colonial – de castigo do clero por concubinação somente no caso de ‘reincidência’ (mais do que três vezes), e pela demasiada popularidade de relações íntimas encetadas entre os confessores e confessantes.

BIBLIOGRAFIA:

- ACCIOLY, H.** *Os primeiros núncios no Brasil*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- AZEVEDO de, F.** *Brazilian Culture. An Introduction to the Study of Culture in Brazil*. New York: Macmillan, 1950.
- AZZI, R.** *A cristandade colonial: um projeto autoritário*. São Paulo: Paulus, 1987.
- BECKFORD, J.** *Teoria społeczna a religia*. Kraków: Nomos, 2006.
- BENNASSAR, B., R. MARIN.** *História do Brasil*. Lisboa: Teorema, 2000.
- BRANDÃO, C.** *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CASANOVA, J.** *Religie publiczne w nowoczesnym świecie*. Kraków: Nomos, 2005.
- DUSSEL, H.D.** *História da Igreja Latino-Americana*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- FERNANDES, R.C.** *Romarias da Paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FREYRE, G.** *Panowie i niewolnicy*. Warszawa: PIW, 1985.
- GORENSTEIN, L.** „A terceira visita do Santo Ofício às partes do Brasil” w: *A inquisição em cheque: temas, controversias, estudos de caso*. Vainfas R., B. Feitler, L. Lage (red.). Rio de Janeiro: UERJ, 2006, p. 25-31.
- KOLANKIEWICZ, L.** *Samba z bogami. Opowieść antropologiczna*. Warszawa: Wydawnictwo KR, 2007.
- KULA, M.** *Historia Brazylii*. Wrocław: Ossolineum, 1987.
- MALINOWSKI, M.** *W poszukiwaniu brazylijskości. Główny nurt brazylijskiej myśli społecznej w XX wieku*. Warszawa: CESLA, 2011.
- MATOS, H.C.J.** *Nossa história. 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2003 (v.I).
- MIŁKOWSKI, T.** *Indianie i zakonnicy. Studia z dziejów Kościoła w kolonialnej Ameryce Łacińskiej*. Warszawa: CESLA, 1999.
- PIŁASZEWICZ, S.** *Religie Afryki*. Warszawa: UW, 2000.
- SCARANO, J.** *Devoção e escravidão: a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito diamantino no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1976.

SZYJEWSKI, A. *Etnologia religii*. Kraków: Wyd. Nomos, 2001.

WAGLEY, Ch. *An Introduction to Brazil*. New York, London: Columbia University Press, 1963.

WALENDZIAK, T. „Synkretyzm religijny” w: Gawrycki, M.F. (red.). *Dzieje kultury latynoamerykańskiej*. Warszawa: Wyd. Naukowe PWN, 2009, p. 246-256.

RESUMEN

El artículo trata con los rasgos de colonial lusitano del catolicismo en Brasil, su herencia y consecuencias visibles sobre la religiosidad brasileña de hoy. Volviendo a la época del patrocinio real portugués y sólo monopolio teórica la Iglesia Católica en Brasil, el autor intenta explicar cómo los religiosos del paisaje ha extremadamente ricos en tiempos de la colonia comenzó a desarrollar un significativamente desde el primer encuentro de culturas.

Palabras claves: sincretismo, religión, catolicismo

ABSTRACT

The article deals with the traits of colonial Catholicism lusitano in Brazil, his inheritance and visible consequences on Brazilian religiosity of today. Going back to the time of the Portuguese royal patronage and monopoly-only theoretical-the Catholic Church in Brazil, the author tries to explain how the religious landscape has extremely rich in colonial times began to develop a significantly since the first encounter of cultures.

Keywords: religion, Catholicism, syncretism



Russian Diaspora: Formation, Identity and Assimilation

(This research is supported by a grant of the President of the Russian Federation: project reference MD-2107.2011.6)

Sergey V. Ryazantsev - Dr., Professor, Head of Center of Social Demography and Economic Sociology. Institute for Social-Political Research of the Russian Academy of Sciences, Moscow
Elena E. Pismennaya - Dr., Professor, Senior researcher of Center of Social Demography and Economic Sociology. Institute for Social-Political Research of the Russian Academy of Sciences, Moscow

ABSTRACT

Modern diasporas are not just historically dispersed peoples, united by common ethno-cultural roots, maintaining real or imaginary ties with their historic homelands. Modern diasporas should be viewed as strategically vital trans-national networks with remarkable social, political and economic potential. The Russian diaspora of today has formed in unique historical circumstances, as the consequence of the break-up of the Soviet Union, the formation of new nation-states in its place, and a massive wave of emigration from this area since the early 1990s. This paper will examine the global nature of the contemporary Russian diaspora, both in the West and in the Far East. Focusing on the example of the USA, Finland, Cyprus, Japan and Korea, it will examine the statistical size of this diaspora, its ambiguous ethno-cultural composition, its patterns of integration and assimilation, its forms of diasporic self-organisation and support, and, finally, the creation of diaspora-based business, professional, socio-cultural and educational networks. Furthermore, this paper will look at how these diasporic groups represent the Russian Federation abroad and the role that they increasingly play in Russian diplomacy and foreign policy.

INTRODUCTION

The notion of Diaspora traditionally originates from the history of the Jewish people, in the context of which it was conceptualised as in many ways a unique phenomenon. However, over the centuries, as ethnic-based migration and population dispersal became widespread and

very diverse, the term Diaspora started to be applied broadly and loosely to numerous other ethnic groups, whose predicament could be modelled on the Jewish experience of dispersal, even if sometimes only remotely so. In this paper, I am interested in the formation of a new kind of Diaspora, typical of the twenty-first century, a Diaspora that is understood not simply as part of a nation living abroad, having common mental, cultural and historical roots and striving to maintain various types of links with its historic native land, but rather as a vibrant trans-national network, which, in the new context of a global economy and twenty-first-century technology, is developing into a trans-national structure with remarkable social, cultural, political and economic potential.

At the beginning of 1990s the size of the Russian Diaspora beyond the CIS-states and the Baltic states was about 2 million persons. They lived primarily in the USA (about a half of this Diaspora), in Israel and Germany (300,000 persons respectively), as well as in Latin America (about 150,000) and Canada (around 100,000), with the rest spread elsewhere. This Diaspora had formed through migration both before and after the 1917 revolutions as well as through several more recent migration waves during the Soviet period.

The break-up of the Soviet Union and the creation of newly independent states have vastly increased the size of the Russian Diaspora, which expanded further through more active emigration from Russia and the other FSU states over the past fifteen years or so. Currently the size of the Russian Diaspora (Russians living outside the borders of the Russian Federation) exceeded 25 million persons, which, in terms of size, is second only to the Chinese Diaspora. And yet, according to the Russian Ministry of Foreign Affairs, only 1.5 million Russian citizens are registered with the Russian Consulates as permanently residing in a foreign country. This, however, is a considerable underestimate, arguable only 10% of the overall number of Russian citizens actually living abroad.

The Russian Diaspora in the USA. A large Russian Diaspora is currently settled in the United States of America. However, the data available on this country must take into account the way in which the USA collect information about the country's ethnic composition. The principal feature of US migration statistics is that labour migrants are granted only non-immigration visas, and are treated as staying in country

temporarily, which means that, as a rule, they are not properly accounted for in immigration statistics. The US census does, however, include data useful to the analysis of the country's ethnic composition, and these include place of birth, language use, and ethnic identity itself.

According to the 2000 US census, 706,000 persons included in it said that they spoke Russian. Approximately 2.6 million of American citizens, or one percent of country's population, declared themselves ethnically Russian (US Census Bureau, 2004). In the 1990 census 2.9 million persons declared their ethnicity as 'Russian', while approximately 390,000 persons named the place of their birth as USSR. There is nothing surprising in the reduction of 'Russians' in the USA between the 1990 and 2000 census, because after a certain period of life in the USA many peoples start to consider themselves 'American'. According to the immigration estimates of the US Census Bureau, about 460,000 persons born in Russia lived in the USA in 1994, while, by 2003, this figure went up to approximately 544,000 persons. Thus, over this period, the Russian Diaspora had, in fact, increased on account of direct immigration by about 154,000 persons.

The largest contingent of Russians (39%) lives in the North-East of the USA. Here the largest community is concentrated in New York – about 300,000 persons (Vanichkin: www.rusedina.org). It is understood that since 1991, the Russian community in New York has practically doubled, its rate of growth reaching 190% (this is high, but still slower than the growth of many other migrant communities (e.g. immigrants from Mexico, Bangladesh, Pakistan etc.). Brighton Beach in Brooklyn is considered to be the district with the most compact settlement of immigrants from Russia.

Approximately a quarter of Russians live and work on the West Coast, with the largest communities in San Francisco, Los Angeles and Seattle. Highly-skilled Russian migrants (mainly scientists and IT specialists) are concentrated in the Silicon Valley. Accordingly to the data of the US Census Bureau there are some US towns where the proportion of Russians in the overall size of the population is particularly large. For example, in Peaceful Valley (Washington State) and Concordia (New Jersey) over 22% of inhabitants declared themselves Russian by origin (Vanichkin: www.rusedina.org). Approximately 19% of US Russians live in the South (mainly in Miami) and 17% in the Midwest (mainly in Detroit).

According to Russian statistics, between 1994 and 2004 only approximately 14,300 persons went to the USA from Russia with labour contracts. This suggests that approximately only 4% left to work abroad legally. It is impossible to keep track of the number of Russian labour migrants in the US in any detail based on data published there. However, according to OECD information, approximately 17,000 Russians were admitted to the US in 1997 alone. This suggests that Russian data on labour migration to the USA is a considerable underestimate. Such gross disproportions are confirmed by IOM estimates, according to which about 130,000 highly-skilled Russian specialists are working in USA (IOM, 2002). This, of course, is just a 'drop in the sea' of the overall American labour market, in which in 2003 about 21.6 million persons worked. Russia is by no means a considerable supplier of foreign labour force into the USA, when compared to 6.5 million Mexicans (who occupy the 1st place) or even the 322,000 Colombians (who occupy the 15th place) (OECD, 2005). The majority of Russians working in the US are employed in the computer industry and the service sector. In cases where labour migrants work in their own profession, they are often employed by compatriots who had settled in the US earlier.

There are, of course, also plenty of Russian students, trainees or scholars on various exchange programmes, who end up working in the US in some form or another, while even some tourists may be added to the number of those who have legally entered the US for purposes of employment. Many of these work illegally, of course, because their visas have expired. Our own estimate of the size of the 'new' section of the Russian Diaspora, which would include those who have migrated in the past 10-15 years, is about 300,000 persons. A large proportion of this new Diaspora stays in regular contact with their Motherland.

The Russian Diaspora in Europe. Russian labour migrants are present in many countries of Western Europe. In Germany about 3 million persons consider Russian to be their native language, while as many as 40 million understand or speak at least some Russian (immigrants from NIS-countries or East Germans, who learned Russian at school in Soviet times). In 1998 there were about 50,000 persons in Germany with former Soviet or NIS-countries citizenship. According to German data, in 2002 approximately 156,000 German citizens were born in Russia. Yet ethnically the Russian Diaspora in Germany is diverse and

represented by Germans, Russians, Jews, and representatives of Caucasus peoples (Kudryatz: www.rusedina.org). According to official Russian statistics, only about 25,000 persons (or 7% of the total flow of labour migrants from Russia) left to work in Germany between 1994 and 2004. According to IOM data, approximately 50,000 Russian experts and IT specialists work in Germany (IOM, 2002). About 75,000-100,000 persons currently living in Germany could be viewed as part of the 'new' Russian Diaspora.

At the beginning of 1990s in the Russian Diaspora in Great Britain was split between the super rich and the down-and-outs who looked for any work they could get. Many of the former purchased expensive real estate in fashionable London districts, costing several million pounds sterling. Their high investments in the British economy (emblematic of which is Roman Abramovich's purchase of Chelsea football club) are proving to be considerable. Over time, however, the composition of Russian migration to the UK has changed and at present the representative majority belongs to the middle class, who have entered Britain either on temporary jobs or hoping to acquire a permanent residence, while there is also a sizable number of students sent specially to study in British schools and universities. According to the Russian Embassy in the UK data, there are at present about 100,000 ethnic Russians living in London and its suburbs (Nalbaldyan Z., 2005). According to other estimates, there are about 150,000-200,000 of Russian-speakers in London (www.bbcussian.com), and these figures tend to include all the Russians/Russian-speakers from different migrant waves. Russians form only a small proportion of large numbers of labour migrants from Central and Eastern Europe who are coming to work in Great Britain legally or otherwise, with particularly large numbers coming from Poland, while among Russian-speakers there are large numbers of Ukrainians and Lithuanians. According to Russian statistics 25,500 persons (over 7% of the total flow of labour migrants from Russia) went to Britain for employment between 1994 and 2004, although this is again a substantial underestimate and the total estimate for the 'new' Russian Diaspora is around 100,000.

Another example of Russians in Europe would be Finland. In 1994 there were approximately 24,800 persons living in Finland who were born in Russia, while in 2002 this number went up to 36,300. Russians are the most numerous group of foreigners in Finland the number of

Russian labour migrants in Finland has been rising steadily: 9,700 in 1995; 20,600 in 2000, 22,700 in 2001, 24,300 in 2002. Russians constitute 90% of immigrants to the East of Finland and represent a crucial injection of labour in areas around the towns of Lappeenranta, Imatra and Tokhmavri, where Russian is heard more and more often and where one finds notice boards in Cyrillic. According to Finnish census data there were only about 8,800 Russians of working age living in Finland in 2000. Officially the rate of unemployment among them was considered particularly high (about 48%) (Statistics Finland, 2003). The number of labour migrants who entered Finland legally from Russia is only 139 persons between 2002 and 2004, according to Russian statistics. The going estimate for the 'new' Russian Diaspora in Finland is below 25,000.

A much larger Russian Diaspora has formed in Cyprus. The island attracts Russians in many ways – to rest, settle, place capital investments, or work. Approximately 30,000 immigrants from the former USSR live in Cyprus permanently. Ethnically these include Russians, Ukrainians, Greeks as well as representatives of other ethnic groups. This Diaspora formed over the last ten-fifteen years thanks to close economic, cultural and political links, which had developed already in Soviet times, when Soviet ships were being in Cyprus and when extensive political links were maintained between the Communist Parties of the two states. It is not by coincidence that many former Soviet Party officials ended up in Cyprus after the break of the USSR. The Russian Diaspora is concentrated mainly in Limasol town on south-eastern shore of the island, which has been dubbed 'little Russia'. Over time parts of the Russian elite also found it beneficial to settle in Cyprus. In the 1990s rich Russians placed investments, opened businesses, and purchased real estate here, partly thanks to a favourable taxation regime and partly thanks to its convenient geographic location, suitable for conducting business with partners from the Middle East, Southern Europe and North Africa. At present, many of these businessmen live and work a half of their time in Russia and the rest of time in Cyprus, while their families live on the island permanently. About 21,000 Russian companies are officially registered in Cyprus, which brings about 3 billion dollars to the Cypriot economy. Conversely, Cyprus occupies second place in terms of foreign investments into Russian economy, and this is practically all due to the Russian Diaspora investments returning back to the

Motherland. Indeed, Russian business migration to Cyprus has been supported by both Russia and Cyprus, in part through a visa-free regime between the two countries. This has also led to the opening of Russian banks, shops, restaurants and schools on the island. About 140,000 Russian tourists come here annually. All of this has increased demand for Russian-speaking personnel as well (jurists, domestic workers, teachers, etc.). According to Russian statistics data about 75,000 persons (one fifth of Russian labour migrants) have gone to work to Cyprus between 1994 and 2004. However, when Cyprus was about to join the EU its migration and taxation policies had to change. From 30 Sep 2003 it abolished the visa-free regime with Russia although some simplified visa procedures are in place for Russians with work-permits who can stay in Cyprus for 90 days. Cyprus also had to stop its off-shore investment banking. All of this is likely considerably to reduce the flow of migration and business relations between Russia and Cyprus, although the Cypriot government is doing its best to obey by EU rules, while at the same time keeping the flow of Russian capital through the island as high as possible.

The Russian Diaspora in Asia. Many Russian regions, especially those in the Far East, send labour migrants to the countries of the Asia-Pacific region. More than 6,000 Russian citizens were registered as living and working in Japan in 2002, despite the fact that the Japanese labour market is overcrowded and that it is generally difficult to find work there. The main regions of Russian settlement here are Tokyo (about 1,400 persons), Kanagawa (500 persons), Hokkaido (500 persons), Niigata (200 persons) and Osaka (200 persons). Many Russians work in Japanese seaports, serving Russian ships. Most Russian women are employed in the entertainment industry for which Japan grants special visas. Japan is also very popular among Russian businessmen, who buy here second-hand cars very cheaply for resale in Russia. A particularly large number of cars imported from Japan may be seen in the streets of Vladivostok. About 10,000 persons out of approximately 32,000 Russians who visited Japan in 2002 were businessmen. About 16,500 Russians entered Japan legally to work between 1994 and 2002. Russian labour migration to Japan can be estimated at around 8-10,000.

About 3,000 Russians are working legally in the Republic of Korea. According to Russian statistics approximately 5,000 Russians were living there in 2000. Since that time their number has undoubtedly increased,

but neither the Russian Embassy nor the Korean authorities have any precise data. Russians mainly live in the capital Seoul and the port of Pusan. Pusan has a Russian quarter dubbed 'Texas'. These are mainly immigrants from the Primorsky and Khabarovsk regions, who came to Korea for temporary work but ended up staying there for longer. The majority of Russians are employed in low-paid jobs and harmful chemical industries or the entertainment sector. Korean businessmen tend to recruit Russian women for work as waitresses, and many of them work as prostitutes. In 2001 the Russian Embassy in South Korea published data, according to which nearly 5,000 Russian women were employed in bars and brothels. In addition to this Korea depends on foreigners especially in science and technology. Accordingly to a survey of private firms and scientific centres, conducted by Korean Industrial Technologies Association, foreigners work in 10% of them, with their numbers increasing rapidly. Russian specialists, many of them renowned experts, are the largest contingent of highly-skilled specialists in science and technology employed in Korea and tend to be especially respected there (Kutachov: www.rusedina.org). Recently, South Korean authorities are keen to expand its recruitment of specialists from Russia beyond the chemical industry to include spheres such as nuclear energy and aeronautics. One must also not forget the significant number of Russian Koreans-repatriates left the Russian Far East as part of an official programme for the repatriation of Sakhalin Koreans. These ethnic Koreans speak Russian well and tend to gravitate towards Russian districts, where they work in trade or as interpreters.

As regards the Middle East, between 5,000 and 25,000 Russians live and work permanently in the United Arab Emirates (UAE). All attempts by the Russian Consulate there to register compatriots have proved unsuccessful. There are no parts of the country where Russians would live in compact settlements. Enterprising Russians found their place in the trade sector, especially in Dubai. Approximately 80-90% of Russians have their own business, especially in Dubai. Many are former *chelnoks* who in the early 1990s realised that it was more profitable to act as mediators between Russian businessmen and residents of the UAE than to transport goods to Russia. The trade of fabrics, spare parts, and domestic appliances was especially developed to begin with, but slackened with time. Those Russians who could adapt to the developing needs of the Russian market (for example, by moving to building materials in

the period when Russia was experiencing a construction boom) continued to trade very well. Conditions for running a business in UAE have been close to ideal, with hardly any taxes and low customs duties. The downside is that in UAE foreign citizens have very limited rights and often find it difficult to prolong their work visas, or to own land and real estate.

CONCLUSIONS

A new Russian Diaspora is forming in unique conditions, which have to do with the consequences of the break-up of the Soviet Union as well as large waves of global economic emigration from Russia ever since. The new Russian Diaspora is made up of people with a variety of migration motivations, including permanent resettlement, labour migration, academic migration, marriage, etc. Nowadays the largest parts of this new Russian Diaspora live in the USA, Germany, Israel, Great Britain and elsewhere.

This Russian Diaspora is not ethnically homogenous but includes representatives of various ethnic groups: Russians, Jews, Tatars, Chechens and representatives of many other peoples. They themselves are often referred to simply as 'Russians', although some statistics group them as them as 'migrants from the former USSR', while in certain countries there are special categories, such as the 'Russian Germans' in Germany.

The new Russian Diaspora show a propensity for quick and successful adaptation to the host countries, esp. since many of them have a higher than average level of education. This also leads to a quick assimilation, at least in some countries, such as the USA, where many migrants start to consider themselves Americans. On the whole this new Diaspora shows little inclination for consolidation in specific areas of compact settlement as used to be the case in some of the earlier émigré waves (although there are some partial exceptions). There is however a growing number of nongovernmental Diaspora organizations that bring this Diaspora together according to various social, cultural and economic interests, providing support in helping new migrants adapt to their host country.

The new Russian Diaspora performs important social and economic functions ensuring global collaboration in spheres of business, trade, science, culture, education, and social support. Diaspora is particularly important in advertising Russian culture and the Russian language in

their host countries. In many countries it provides support in realms such as sport, art, science and education. All of this impacts on the formation of a positive image of Russia abroad. The Russian Diaspora also shows great potential for collaboration with Russia itself, which is why Russian state policy towards its Diaspora has great importance. For a long time official state policy towards compatriots of both the USSR and Russia has been practically absent, and sometimes sought deliberately to isolate itself from it. It was only in 1994 that the State Commission on Compatriots' Issues was established and in 1999 that the Federal Law of the Russian Federation towards Compatriots was passed. In 2006 the State Programme for the Support of Voluntary Migration of Compatriots to the Russian Federation was passed. There is now a special Committee on Compatriots' Issues in the State Duma. There are also several mechanisms for supporting compatriots on the regional level. For example, the Moscow Government awards special scholarships to compatriot students from the CIS and the Baltic States who wish to studying in Moscow universities. However, further work needs to be done on strengthening state measures for assisting in Diaspora consolidation and supporting its collaboration with Russia in a whole variety of spheres, especially business, cultural and educational. Many other countries in the worlds are developing similar policies towards their Diasporas and their experience ought to be useful for Russia too.

BIBLIOGRAPHY

1. Akaha, T., Vassilieva, A. (2002) The Russian presence in Japan: Case studies in Hokkaido and Nigata, Human flows across national borders in Northeast Asia: Seminar Proceedings, United Nations University, Tokio
2. Kudryatz, E. Russian-speaking Germany (www.rusedina.org)
3. Kutachov, V. Is Korean science Russian? (www.rusedina.org)
4. Lee, J.H. (2002) A Review of Data on Trafficking in the Republic of Korea, IOM, Geneva
5. Nabaldyan, Z. (2005) If he had brought patrons?, Labour (136)
6. Statistical Finland (2003) Population Census 2000, Helsinki
7. Vanichkin, P. Over 2,6 million of Americans consider themselves to be Russians (www.rusedina.org)

RESUMO

Diásporas modernas não são apenas historicamente dispersos povos, Unidos por raízes etno-culturais comuns, mantendo laços de reais ou imaginários com suas pátrias históricos. Diásporas modernas devem ser vistas como estrategicamente vitais redes transnacionais com notável potencial social, político e econômico. Diáspora russa de hoje tem formado em únicas circunstâncias históricas, como a consequência do desmembramento da União Soviética, a formação de novos Estados-nação em seu lugar e uma enorme onda de emigração desta área desde a década de 1990. Este artigo irá examinar a natureza global da diáspora russa contemporânea, no oeste e no Extremo Oriente. Focando o exemplo dos EUA, Finlândia, Chipre, Japão e Coreia, examinará o tamanho estatístico desta diáspora, sua composição etno-cultura ambígua, seus padrões de integração e assimilação, suas formas de auto-organização diaspórica e apoio e, finalmente, a criação de negócios baseados em diáspora, profissionais, sócio-culturais e educacionais de redes. Além disso, este artigo vai olhar para como esses grupos diaspóricos representam a Federação Russa no estrangeiro e o papel que desempenham cada vez mais na política externa e diplomacia russa.

RESUMEN

Diásporas modernas no son sólo históricamente dispersos pueblos, Unidos por raíces etno-culturales común, mantener vínculos reales o imaginarias con su patria histórica. Diásporas modernas deben considerarse estratégicamente vitales redes transnacionales con notable potencial social, político y económico. La diáspora rusa de hoy ha formado en circunstancias generales históricos únicos, como consecuencia de la desintegración de la Unión Soviética, la formación de los Estados-nación nuevo en su lugar y una masiva ola de emigración de esta área desde principios de los noventa. Este artículo examinará la naturaleza global de la diáspora rusa contemporánea tanto en el Lejano Oriente como en Occidente. Centrándose en el ejemplo de los Estados Unidos, Finlandia, Chipre, Japón y Corea, examinará el tamaño estadístico de esta diáspora, su composición etno-cultural ambigua, sus patrones de integración y asimilación, sus formas de auto-organización diaspórica y apoyo y, por último, la creación de negocios basados en la diáspora, redes profesionales, socio-culturales y educativas. Además, este artículo examinará cómo estos grupos diáspora representan la Federación de Rusia en el extranjero y el papel que juegan cada vez más en la política exterior y de la diplomacia rusa.



Al Margen del Orden: Anotaciones sobre Bandoleros y Cine

Silvia Oroz - Universidade Pontifícia Católica do Rio De Janeiro (Puc). Universidade Estácio de Sá (Unesa)

RESUMEN

Los Bandoleros Latino Americanos generaron tal desorden entre finales del siglo XIX hasta los años 50 del siglo pasado, que hasta hoy funcionan en el imaginario popular. La imagen está produciendo una revolución en las formas de estar en el mundo. Ambos, metafóricamente, enfrentan la autoridad. Mientras los bandoleros lo hacen con el poder constituido, la imagen lo hace con los saberes conocidos.

*“A grandes intervalos en la historia se transforma
al mismo tiempo que el modo de existencia, el
modo de percepción de las sociedades humanas”*
Walter Benjamin

Si la civilización como concepto cultural es un sistema de valores con una función económica y política precisa, son múltiples las formas de civilizaciones posibles. Claro que estamos hablando en teoría pues vivimos en una civilización que quiere ser la única y verdadera. Y quien no se adapta a la “civilización” hegemónica se transforma en criminal, delincuente, y por lo tanto castigable. De ahí el BANDOLERO como contradiscurso de los estados nacionales en formación, porque el “marginal” no representa los valores aceptados, él es la encarnación de valores periféricos, “subvalores”; y dichos estados relacionados al eurocentrismo se encargan muy bien de alimentar la no aceptación. En realidad el rol que desempeñaban “los fuera de la ley” es el de los valores rurales que se oponían a los de la ciudad. Esto en un continente que hasta los años 60 fue semi-rural y semi-analfabeto. Lo rural representaba la dicotomía pureza-barbarie; mientras que lo urbano contaminación-progreso. El primero era lo conocido; el otro, lo nuevo.

Lo familiar se adjetiva con tranquilidad; lo reciente con incertidumbre. Y esa fue la metáfora de toda la modernidad latinoamericana que en los filmes mudos se sintetiza maravillosamente bien. Toda expresión muda encierra ese conflicto. Así LA BORRACHERA DEL TANGO- Edmo Cominetti, 1928-; EL TREN FANTASMA -Gabriel García Moreno, 1927-; YO PERDI MI CORAZON EM LIMA-Alberto Santana, 1933-; BRAZA DORMIDA -Humberto Mauro, 1928-; etc., son un buen exponente de ello.

Occidente, o mejor, la civilización que nos sustentó a partir del raciocinio socrático, es considerada la única heredera de una única verdad y siempre rechaza las imágenes. Por que nuestra civilización descalifica las imágenes? Porque toda imagen se construye en la oralidad, y para el espanto del iluminismo francés la América Latina entro en la modernidad sin abandonar la oralidad, sin traumas ni lesiones graves. Nuestra civilización vive una coyuntura contradictoria; por un lado dio al mundo las técnicas de la imagen y su reproducción, y por otro demuestra una desconfianza endémica por la imagen pues esta es constructora de una nueva subjetividad. Es por ella que pasan transformaciones profundas del saber que hasta hoy nos cuesta aprehender, aceptar, conocer.

El bandolero es un personaje típico de la vida latinoamericana, esta en la historia y la cultura popular. Desde el período colonial la división de la tierra fue un proceso irregular y nada transparente. Hubo quienes recibieron sus tierras con los títulos según el orden; y hubo quienes la ocuparon de facto. De tal modo en el campo había muchos hombres sin tierra y muchos “ocupantes” que poco a poco fueron desalojados y muchas veces quedaban al margen de la ley. El desorden estaba instalado. Hasta bien entrados los años 40 del siglo pasado casi todos los países latinoamericanos tenían tipificado el delito de vagancia., esto desde los tiempos posteriores a la colonia. A medida que avanzaba el latifundio y se desarrollaban las formas de defensa de la propiedad, se considero al margen de la ley a todos los que desobedecieran el nuevo orden de cosas. Si durante un tiempo ocupar tierras y poblarlas sin autorización no era crimen, llegó un momento en que lo fue. Si antes cualquier persona podía matar una res por cuestiones de hambre ahora era combatido. Se tipificó el delito de vagancia en las campanas y se dictaron leyes para obligar a cada hombre a vender su fuerza de trabajo. Una de las respuestas sociales a este orden de cosas fue el bandolerismo. O sea: aceptar la posición de fuera de la ley. La trasgresión. Aun en las

regiones montañosas el bandolero era un hombre a caballo, lo que le daba una movilidad y agilidad interesante. Muchas veces encontró franco apoyo en los sectores populares y rápidamente los bandoleros se hicieron famosos y fueron recogidas sus hazañas por la cultura popular. No olvidemos que uno de los tópicos mas importantes de la cultura popular es la aventura, y de eso estaba repleta la cultura popular de esos “personajes”. El bandolerismo creó dificultades para la instalación de las estructuras de poder exigidas por la nueva coyuntura de expansión económica y crecimiento, así como para los intereses de los terratenientes. Por eso el desorden social generado y sus protagonistas fueron cruelmente perseguidos. Los bandidos rurales argentinos tuvieron un homenaje en 2001, cuando el músico de rock Leon Gieco les compuso una música cuyo estribillo dice:

Bandidos rurales, difícil atraparlos
Jinetes rebeldes por vientos salvajes
Bandidos populares, difícil atraparlos
Igual que alambrear estrellas en tierra de nadie.

Buen ejemplo de como “los lugares de memoria”, en el sentido que les da el historiador Pierre Nora, se instalan en hechos memorables de origen sociocultural, que acaban por dar sentido definido a esos lugares. También encontramos que Raymond William habla de “lo residual y lo emergente” y Bakhtin lo formula refiriéndose a las múltiples épocas “enterradas” intertextualmente en cualquier obra.

La cultura popular, por lo tanto el cine, es ordenadora de conocimiento, y el período mudo comenzó esa organización pues se trataba de trazar metáforas de la experiencia humana. Sin descontar que la percepción visual inaugura una nueva forma de ver, que será quebrada solo a partir de 1955, cuando los movimientos de desconstrucción cinematográficos, como la “nouvelle vague” o el nuevo cine latinoamericano aparecen como los renovadores del lenguaje, por tanto de UNA NUEVA FORMA DE VER. Concentrándonos en los primordios del cine tenemos una planificación que construye una forma de ver y percibir el mundo. Por lo tanto los albores de la planificación clásica, aquella que fue estructurada por Griffith: plano general, plano y contraplano ya están, rudimentalmente, haciendo su esfuerzo en mudar la percepción. Griffith y el resto de los cineastas del mundo occidental,

empapados del espíritu del montaje clásico instalaron un saber, formas de leer. Empieza el trabajo de una nueva percepción. “La emergencia de un nuevo paradigma del pensamiento rehace las relaciones entre el orden de lo discursivo (la lógica) y de lo visible (la forma), de la inteligibilidad y la sensibilidad. Y agrega Barbero: “Hablar del pensamiento visual resulta aun demasiado chocante a los racionalistas y ascéticos oídos que todavía ordenan el campo de la educación. Los prejuicios son tantos y tan hondos que tornan sospechosa y llena de malentendidos cualquier empresa de cuestionamiento y replanteamiento. Confundiendo de un lado con la mentalidad mercantil del una imagen vale mas que mil palabras, y del otro con les identificaciones primarias y las proyecciones irracionales, las manipulaciones consumistas y la simulación política, el mundo de la imagen se situaría en les antípodas de la producción de conocimiento, esto es en el espacio y tiempo de la diversión y el espectáculo”. (Martin Barbero, J. HEREDANDO EL FUTURO. PENSAR LA EDUCACION DESDE LA COMUNICACION. Em Revista NOMADAS. Fundación Universidad Central, Colombia, febrero 1997.)

En el JUAN MOREIRA mudo – Dir. JUAN QUEIROLO, 1924- hay una fantástica pista para entender esta “desorganización visual” y social. Aquí el desglose del principio del filme:

Plano que dice: LAUTARO FILMS;

Fondo títulos: EL ULTIMO CENTAURO. LA EPOPEYA DEL GAUCHO JUAN MOREIRA

Plano general de campo

Letrero que explica quien es el Moreira, y al final dice:

“soy el gaucho que retruca

.....

El perseguido del juez”.

1-PM: del gaucho Moreira

2-P.G: del caserío

3-P.M: de dos casas y el niño Gury que desde atrás se acerca a cámara.

4-P.M.: el niño prepara el mate y observa algo a lo lejos.

5-P.G: viene alguien a caballo

6-PM: de Sardetti, el hombre a caballo.

7- PG: del hombre desensillando el caballo y el Gury mirando. Va dentro del rancho.

8-PG Corto: el niño dice que “ya viene”

9-PG: aparece Moreira

10- PM: los dos hombres toman mate sentados y el visitante dice que precisa un préstamo.

En el mismo plano los hombres conversan sobre las condiciones del préstamo, positivas para el Gury. Al final del dialogo Moreira se levanta y va a buscar el dinero dentro del rancho.

11-PG: donde entra Moreira. El otro se levanta, cobra el dinero y se abrazan. Sardetti va hacia el caballo. Se despiden. Moreira de espaldas a cámara dice no debió prestarle el dinero.

12- P.M. corto de Moreira de frente a cámara. A lo lejos se ve a Sardetti yéndose. Moreira dice que ya esta hecho. El mismo plano con el hombre a lo lejos y cierra con IRIS.

En la planificación de esta escena esta claro como funcionan los planos cinematográficos, en una tentativa de organizar un montaje. Estos no son del mismo tamaño, y más aun, cada vez que muda el plano lo hace el tamaño del mismo. Sin descontar que el plano mas cercano y primer plano introdujo una modalidad de percepción visual que si era usual en la historia de la pintura retratista y fotografía, no lo era en la vida cotidiana –dominada por el plano medio y el general-. Esa percepción es la de la intimidad y de la cercanía física común en relaciones interpersonales . Este carácter excepcional del primer plano hizo que el cine realizase encuadres, o modos de seleccionar el espacio plástico, que no tenían precedente en la historia de la pintura y fotografía. En ese sentido vale la pena recordar lo dicho por los hombres de la industria americana, que mostrar a la gente sin sus cuerpos parecería que están nadando. Por ejemplo, en el filme mudo del Moreira hay un plano modelo de esto. Cuando el gaucho y el padre de su futura mujer están a caballo y ella viene, caminando, al encuentro de los hombres. Después de aceptar ser la esposa del Moreira hay un iris, donde se ve las manos de los novios intercambiando pañuelos, una costumbre rural argentina. Otro ejemplo: cuando hay un iris y en un plano bien cercano la mujer

del Moreira, el hijito en los brazos, se despiden de este que está saliendo a caballo. Esta mudanza de forma de ver es una revolución. En una entrevista hecha en Cuba, en 1989, los últimos espectadores vivos del cine mudo explicaban el desconcierto e inquietud que los diferentes tamaños de plano provocaba, más que la seducción del espectáculo era más fuerte que la incomodidad. (entrevista realizada por S. Oroz en 1989, La Habana) En esa misma escena del filme ocurren narrativamente dos hechos importantes. Después que el Moreira presta dinero al “amigo” dice que no debió prestárselo. Un mal presentimiento lo acosa y perturba, lo que abre la gran pista para entender las contra lecturas de la imagen, pues con esa observación acabase con la llamada ingenuidad del personaje, que dice “Lo hecho, hecho está”. Y estos contramensajes dramático-visuales fueron los responsables de que las clases populares lean con mayor amplitud y simplicidad que las elites los mismos. Ellas dominan la oralidad, por lo tanto la imagen.

La otra cuestión narrativa en el filme es la adaptación cinematográfica de Gury, que en el filme es un niño pero era el perro del gaucho según la historia oral. NO OLVIDEMOS QUE NIÑO Y PERRO SON FUNDAMENTALES EN LAS HISTORIAS POPULARES. Es importante señalar también que el tiempo de los espectadores de la época era diferente. En el mudo se proyectaba a 16 cuadros por segundo, por lo que la percepción del tiempo para el espectador era mucho más lenta. En la serie de las mismas entrevistas en Cuba era interesante como los espectadores hacían hincapié en las pistas de contra lectura del filme. Para ellos esa lectura, percibiendo los matices era común. Aquí volvemos a la cuestión “Es contra toda esa larga y pesada carga de sospechas y descalificaciones que se abre paso una mirada nueva que, de un lado rescata la imagen como lugar de una estratégica batalla cultural, y de otro descubre la envergadura de su mediación cognitiva en la lógica tanto del pensar científico como técnico”. (MARTÍN BARBERO, J. Ibi Oficio de Cartografo Bogota Ed. Fondo de Cultura Económica). Walter Benjamin dice: “A grandes intervalos en la historia se transforma al mismo tiempo que el modo de existencia, el modo de percepción de las sociedades humanas”. (Benjamin, W. Em, *Ecrits Français. Colección Bibliothèque des idées*, Paris, 1991). En otras palabras, las transformaciones sociales y los descubrimientos técnicos construyen la historia. O dicho de otra forma estamos sujetos a las transformaciones sociales y las mudanzas técnicas.

Volviendo al Moreira vale decir que es una novela de Eduardo Gutierrez, de 1880, una pieza clave en la literatura romántica hispanoamericana, inspirada en una crónica policial. El mismo autor en 1884 la adaptó para ser representada en el circo. Y en 1886, el gran actor José Podestá la readaptó y formó parte del repertorio de su compañía hasta los años 1940. Dijimos que la construcción de tipos, personajes, narrativas, son importantísimas en el cine mudo. Y este ya plasmo la vida de, por ejemplo, el gaucho Juan Moreira, que tiene tres versiones cinematográficas. La primera, de Enrique Queirolo, 1923; la segunda. De Cosimi, 1936; la tercera de José Moglia Barth, 1948; y la cuarta que asume sin pudores el mito del gaucho perseguido y fue uno de los éxitos de público mayores del cine Argentino, es de Leonardo Favio, 1973. Otro acosado es Bairoleto. También argentinos y de ascendencia italiana. Los avatares de sus vidas darían una trama digna del mejor melodrama. Es por amor que ambos gauchos se tornan marginales, en un buen ejemplo de trama con personalización de la historia. Juan Moreira se casa por un loco amor con “la Vicenta” y ahí comienzan sus problemas con la justicia; Bairoleto por amor a Dora también se torna perseguido. Otros nombres: Gato Negro, El tigre de Quequen, Juan Cuello. Juan Moreira funda la institución del teatro nacional popular: el héroe de la violencia, una verdadera ofrenda cultural al orden. El Moreira “encarna también el escándalo de la existencia, en la cultura popular (en un momento de unificación política y jurídica) y quiero marcar esto, de la existencia de otra justicia por mano propia, arraigada y legitimada en la lengua misma, en el canto. Una cultura oral tiene su recitador en el cantor.” (Ludmer J. *Las Culturas de Fin de Siglo en América Latina*. Rosario. Beatriz Viterbo Editora. 1997). Hasta Rubén Darío dice “ese bárbaro folletín espeluznante, esa confusión de la leyenda y de la historia nacional en una escritura desenfadada y a la criolla, forman, en lo copioso de la obra, la señal de una época en nuestras letras. Esa literatura gaucha es lo único que hasta hoy puede atraer la curiosidad de Europa...” (Ludmer, J. *Juan Moreira* Rosario. Beatriz Viterbo Editora. 2000.)

Ese héroe popular es un escándalo porque significa enfrentamiento con las posiciones sociales y legales. No olvidemos que el filme de Leonardo Favio fue leído durante su estreno en los años 70, según la violencia y el desorden político que había en el país en 1973. En esa coyuntura el Moreira pasó a ser un héroe o un bandido para los

contemporáneos de esa fecha. Según Josefina Ludmer el personaje “representa un modo masivo de la violencia popular, la justicia por mano propia y su destino final, y también representa la violencia estatal y política, que la dirige. Juan Moreira puede leerse, en todos los escándalos, debates y transmutaciones, como una teoría de la violencia popular, de la violencia política y de la violencia del estado al mismo tiempo”. (Ludmer, J. Juan Moreira Rosario. Beatriz Viterbo Editora. 2000.). Es de notar que el Moreira, según cuenta la historia oral, cuando era transmitido como radioteatro –un solo aparato de radio para muchas personas–, y a la dueña del radio no le gustaba como iban las cosas, apagaba el aparato y modificaba la historia. También cuenta la historia oral que en muchos circos, donde se daba la representación del gaucho perseguido, si estaba en la platea alguien de la policía era apedreado. Y no olvidemos algo emblemático en el filme de favio: al morir el Moreira la imagen congela. El gaucho resucita, de algún modo, en la cultura popular representada por las plateas de aquellos años que se ponían de pie y aplaudían cuando la imagen se detiene. Esas plateas eran compuestas, mayoritariamente, por jóvenes de 20 y 30 años, para los cuales Moreira representaba los deseos sociales de esa época. Es de señalar que en el teatro El Colonial, de Buenos Aires, alrededor de 1994 hubo una puesta en escena en que la mujer del Moreira es muerta, y el hijo desaparece. Otros tiempos y otra interpretación según el comportamiento histórico. También el poeta Nestor Perlongher, en 1987, hace su versión sexual del gaucho injusticiado. Como vemos el mito del Moreira permanece en los distintos contextos históricos.

Todas estas cuestiones de leyendas populares y cine mudo nos llevan a las categorías de formación de una cultura nacional, “un foco de imágenes y mitos fundadores que posibilitara a la gente sentirse perteneciendo a una comunidad. El papel de la radio en toda América Latina y, del cine después en países como México, Argentina o Brasil fue decisivo en la formación de un sentimiento nacional. Los medios se transformaron en voceros de la interpelación que desde el estado convertía a las masas en pueblo y al pueblo en Nación”. (Martín Barbero, J. Telenovela y Melodrama. Colombia. Universidad de Calí. Calí. 1985.) Con el cine comienza una nueva existencia: la de nuevos modos de simbolización y ritualización del lazo social que comienza a entrelazarse con el futuro. El desorden social y visual estaba caminando a pasos agigantados. Ese desorden más tiene a ver con elasticidad cultural que

aunque se asemeja a una falta de forma, es mas bien la apertura a muy diversas formas... Nuestra civilización es dicotómica, se deja seducir por la imagen y sus técnicas, al mismo tiempo que descalifica el desorden que provocan. Dice Umberto Eco “El oficio mas difícil es siempre el de “moralista cultural”. El moralista cultural es aquel que, con indudable inteligencia, identifica la aparición de nuevos fenómenos éticos, sociológicos y estéticos; pero una vez hecho esto, se sustrae a la empresa mas peligrosa de ponerse a analizar estos fenómenos y tratar de descubrir sus causas, los efectos a largo plazo, las particularidades de funcionamiento; y prefiere entonces, con la misma inteligente perspicacia, estigmatizarlos a la luz de un pretendido “humanismo” y situarlos entre los aspectos negativos de una sociedad”(Eco, U. Umberto Eco, Apocalípticos e Integrados. Barcelona, Lumen 1986). Si es cierto lo que los Lumiere dijeron de su invención que no tendría futuro, y teniendo en cuenta lo que fue rechazado el sonido cuando llego al cine vemos que las palabras de Eco mucho tienen que ver en esa dirección.

Comunicar por la imagen va a estimular necesariamente un tipo de expectativa específica y diferente que la de un mensaje verbal. Pero la imagen hace mucho más que eso. Ella no es mero soporte, ella es protagonista también. Mas la imagen vista de esa forma es una “afrenta” a la autoridad de los saberes del canon. Con el cine se hicieron visibles experiencias culturales que estaban fuera de ese status de cosas, nuevas formas de relacionarse con la realidad, una nueva manera de estar en el mundo que contiene elementos deshierarquizadores y permiten un conocimiento mayor del idioma de la imagen desordenando el orden de saberes conocidos y asimilados, que parecen los únicos. Los bandoleros acaban con la falsa dicotomía civilización-barbarie e instalan una complejidad mayor en el análisis. Y como señala Benjamin: “el cine con la dinamita de sus decimas de segundo hizo saltar el mundo carcelario de nuestros bares, nuestras oficinas y viviendas, nuestras estaciones y fabricas, que parecían aprisionados sin esperanza. Y ahora emprendemos, entre sus dispersos escombros, viajes de aventura” (Benjamin, Walter. Discursos interrumpidos, Taurus, 1982, Madrid). Dice Barbero sobre el asunto “el des-orden en la cultura que introduce la experiencia audiovisual atenta hondamente contra el tipo de representación y de saber en que estuvo basada la autoridad” (Barbero, J. Martín y G. Rey. Los Ejercicios del ver. Gedida, 1999, Barcelona).

En Argentina aun hoy el imaginario contiene a los bandoleros y los legitima. En ese sentido hicieron y continúan haciendo, de tiempos en tiempos, un desorden social reactualizado, con la ritualidad del pasado.

RESUMO

Visão geral de bandidos América Latina geraram confusão entre o final do século XIX até os anos 50 do século passado, que hoje funcionam no imaginário popular. A imagem está causando uma revolução nas formas de ser no mundo. Ambos metaforicamente, perante a autoridade. Enquanto os bandidos fazem com o poder constituído, a imagem faz isso com o conhecimento conhecido.

Ventajas y Desventajas de los Instrumentos de Evaluación de Impacto Ambiental en Costa Rica

Elaboración MBA. Tania Alfaro Ledezma. Secretaria Técnica Nacional Ambiental. (SETENA).

RESUMEN

Costa Rica ha adoptando instrumentos legales y técnicos para la evaluación de impacto ambiental, obligando a que las actividades, obras o proyectos a impulsar cumplan con los lineamientos. Algunos desarrolladores consideran el proceso un obstáculo al desarrollo del país y realizan actividades al margen de la ley, por lo tanto surgen las siguientes interrogantes: ¿el sistema de evaluación de impacto ambiental del país es ágil y simplificado?, ¿el sistema responde a las demandas de la competitividad y el desarrollo sostenible?.

Palabras clave: desarrollo sostenible, evaluación de impacto ambiental, viabilidad.

1. ANTECEDENTES DE LA EVALUACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL EN COSTA RICA

Costa Rica fue el primer país de la región Centroamericana en incorporar la Evaluación de Impacto Ambiental dentro de su legislación y lo hizo para una actividad de alto impacto ambiental, como lo fue la minería. Es así como el Código de Minería Ley No. 6797 que data de 1982, en sus artículos 105 y 106, ya regulaba el tema, enfocado a las actividades de exploración y explotación de recursos mineros.

“Los primeros Estudios de Impacto Ambiental (EsIA) vinculados a proyectos mineros fueron presentados a la Dirección de Geología, Minas e Hidrocarburos hacia el año 1984. En virtud de esto, se registró que las primeras comisiones de impacto ambiental iniciaron actividad desde ese mismo año.”¹

En esas épocas el proceso de revisión de los EsIA estaba a cargo de una “Comisión de Impacto Ambiental”, que funcionaba como un organismo gubernamental de control que operaba muy cerca de la Dirección de Geología, Minas e Hidrocarburos, en el seno de lo que, a partir de cierto momento, fue el Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas (MIRENEM). “Las primeras Comisiones ambientales

en EIA fueron objeto de un proceso evolutivo durante el período que abarca su surgimiento hasta la promulgación de la Ley Orgánica del Ambiente (sic) en Costa Rica (1984-1995). No obstante, siempre se caracterizaron por consistir en un equipo multidisciplinario de profesionales provenientes, casi en su totalidad de instituciones del Estado”.²

Durante el tiempo de operación de esta Comisión, su principal trabajo estuvo concentrado en la revisión de Estudios de Impacto Ambiental de proyectos de exploración y explotación mineros. Hacia principios de los años noventas, debido a la promulgación de otras leyes que exigían el requisito de EIA a otras actividades (Ley de Generación Eléctrica Autónoma o Paralela³ y Ley de Vida Silvestre⁴, entre otros), ese proceso “el de revisión de los EsIA”, ya no se limitaba únicamente a la minería.⁵

A inicios de 1993, el Ministerio de Recursos Naturales, Energía y Minas (MIRENEM) promulgó un decreto ejecutivo mediante el cual creaba la Comisión Interinstitucional de Evaluación y Control de Estudios de Impacto Ambiental (CIDECEIA) de Costa Rica. Con este paso, esta Comisión sale del ámbito de la Dirección de Geología y Minas, y pasa a conformar la base de lo que más tarde será la SETENA.⁶ Esta Comisión tuvo una existencia corta, pues en 1994 el MIRENEM promulgó un nuevo decreto transformando a la CIDECEIA en la Comisión Nacional de Evaluación de Impacto Ambiental (CONEIA).⁷

Posteriormente, en noviembre de 1995, con la entrada en vigor de la Ley Orgánica del Ambiente, No. 7554, la Evaluación de Impacto Ambiental se convirtió en un requisito ineludible para toda actividad, obra o proyecto que alterara o destruyera elementos del ambiente o generaran residuos, materiales tóxicos o peligrosos y su aprobación previa por parte de la Secretaría Técnica Nacional Ambiental (SETENA), sería requisito indispensable para iniciar las actividades, obras o proyectos. Las leyes y los reglamentos indicarían cuales actividades, obras o proyectos requerirían la Evaluación de Impacto Ambiental.⁸

2. PROCESO DE EVALUACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL

En Costa Rica el proceso de evaluación de impacto ambiental (EIA) es un procedimiento administrativo científico - técnico que permite identificar y predecir cuáles efectos ejercerá sobre el ambiente, una actividad, obra o proyecto, cuantificándolos y ponderándolos para establecer medidas de compensación ó mitigación ambiental según cada

caso. El Reglamento General sobre los Procedimientos de Evaluación de Impacto Ambiental, Decreto Ejecutivo N° 31849-MINAE-S-MOPT-MAG-MEIC de 28 de junio del 2004, es donde se definen los requisitos y procedimientos generales por los cuales se determina la viabilidad (licencia) ambiental a las actividades, obras o proyectos nuevos, que por ley o reglamento, se han determinado que pueden alterar o destruir elementos del ambiente o generar residuos, materiales tóxicos o peligrosos; así como, las medidas de prevención, mitigación y compensación, que dependiendo de su impacto en el ambiente, deben ser implementadas por el desarrollador.

El trámite de la Evaluación de Impacto Ambiental (EIA) debe haberse completado y aprobado de previo al inicio de actividades del proyecto, obra o actividad. En la Sección I – A de el decreto en mención se indica que en el Anexo 1 del mismo se citan las actividades, obras o proyectos para los cuales existe una ley específica que ordena el cumplimiento del trámite. En el Anexo No. 2 de este reglamento se presenta la categorización general de las actividades, obras o proyectos, según su IAP (impacto ambiental potencial), así como la metodología utilizada para su elaboración.

A partir del Artículo 9 se detalla el contenido de cada uno de los instrumentos D1 y D2, el D1, deberá ser utilizado por las actividades, obras o proyectos de categoría de alto y moderado IAP (A, B1 y B2 sin plan regulador aprobado por SETENA). El D2 deberá ser presentado por el desarrollador de las actividades, obras o proyectos categorizados como de bajo IAP (C y B₂ con plan regulador aprobado por SETENA).

Este Decreto Ejecutivo N° 31849-MINAE- S-MOPT-MAG-MEIC, estableció en su transitorio uno que la Secretaría Técnica Nacional Ambiental contaba con un plazo de tres meses a partir de su publicación, para promulgar el Manual de Instrumentos Técnicos del Proceso de Evaluación de Impacto Ambiental -Manual de EIA-, o los Manuales específicos para los artículos que así lo requieran. Por lo que a través del Decreto Ejecutivo N° 32079-MINAE-, del 2004 y el Decreto Ejecutivo N° 32712-MINAE-, del 2005, se proceden a establecer los Documentos Técnico D2 y D1 respectivamente, con sus Instructivos y Código de Buenas Prácticas Ambientales.

Adicionalmente, retomando el Decreto Ejecutivo N° 31849-MINAE, se incorporo en su Capítulo VII la Evaluación Ambiental Estratégica, en el Artículo 62. Se define el – Objetivo y alcance de ésta evaluación:

Esta evaluación “...tiene como objetivo integrar la variable de impacto ambiental a la planificación del desarrollo económico del país. Se aplica a los planes, programas y políticas de desarrollo nacional, regional y local; generados en municipios, cuencas hidrográficas y regiones específicas; y cuyo fin sea el planeamiento del uso del suelo, el desarrollo de infraestructura (urbana, vial, portuaria, comunicaciones, energética, turística y agrícola, entre otros), o bien el aprovechamiento de los recursos naturales (minería, energía, hidrocarburos, agua, flora y fauna)”.

Para dar cumplimiento a éste objetivo la SETENA publicó en el diario oficial La Gaceta el Decreto Ejecutivo N° 32967-MINAE, en el 2006 en él se dan las modificaciones necesarias para los ajustes de la Evaluación de Impacto Ambiental en función de la Evaluación Ambiental Estratégica.

Por tanto la SETENA, por medio de su Manual estableció “los instrumentos y los procedimientos para que dicha variable ambiental sea integrada a los planes reguladores o planes o programas de ordenamiento del uso del suelo, aplicable, tanto a aquellos que se encuentren en elaboración o se elaborarán en el futuro, como a aquellos ya aprobados, que todavía no cuenten con la viabilidad ambiental”.

Otra de las Evaluaciones es la **Evaluación de Efectos Acumulativos (EEA)**: La herramienta es definida por el RGEIA como “el proceso científico-técnico de análisis y evaluación de los cambios ambientales acumulativos, originados por la suma sistemática de los efectos de actividades, obras o proyectos desarrolladas dentro de un área geográfica definida, como una cuenca o subcuenca hidrográfica”. Se refiere a aquellas evaluaciones promovidas por la SETENA, en coordinación con otras autoridades del Estado (descentralizadas y centralizadas) y en particular con las universidades y entes académicos, a fin de que se cuente, a mediano y largo plazo, con información sobre la situación de las cuencas y subcuencas hidrográficas, con el fin de incorporar esta información en los planes de uso de sus recursos naturales y de desarrollo urbano, industrial y agropecuario.

Estudio de Diagnóstico Ambiental (EDA)⁹: El EDA es un instrumento de evaluación ambiental similar a un Estudio de Impacto Ambiental (EsIA), pero en vez de basarse en predicciones se basa en

muestreos y mediciones, efectuados por un equipo evaluador en una actividad, obra o proyecto que se encuentra construida y en funcionamiento, la cual no cuenta con una licencia ambiental y cuyo propietario (desarrollador), está interesado en obtenerla. El EDA tiene dos objetivos: i. Identificar y cuantificar los impactos negativos significativos y riesgos que una actividad, obra o proyecto está ocasionando sobre el medio ambiente y la población, y ii. Definir y establecer las medidas necesarias para prevenir, atenuar o compensar dichos impactos negativos significativos originados en la construcción y funcionamiento de la actividad, para lo cual deberá proponer el correspondiente Programa de Adecuación Ambiental (PAA) así como el Programa de Contingencia y Prevención de Accidentes (PCPA).

Posterior a la publicación del Decreto Ejecutivo N° 32079-MINAE-, del 2004 y el Decreto Ejecutivo N° 32712-MINAE-, del 2005, La Secretaría Técnica Nacional Ambiental promulgo el Manual de Instrumentos Técnicos del Proceso de Evaluación de Impacto Ambiental -Manual de EIA-, Decreto Ejecutivo N° 32966 en el 2006, con el objetivo de garantizar que se implementen los mecanismos necesarios para velar porque los trámites y los requisitos de control y regulación de las actividades económicas no impidan, entorpezcan, el mercado interno y cumplan con las exigencias necesarias para proteger la salud humana, animal o vegetal, la seguridad y el ambiente. Este manual ésta compuesto por la Guía -Estudios de Impacto Ambiental y Pronósticos- Plan de Gestión Ambiental, Valoración de los Impactos Ambientales y Términos de Referencia.

A como se indica en el Decreto Ejecutivo citado **anexo 1, la Guía General para la Elaboración de Instrumentos de Evaluación de Impacto Ambiental (Guía de EIA)**, es una orientación básica de referencia para el equipo consultor responsable de la elaboración del instrumento de Evaluación de Impacto Ambiental (EIA) que se desee confeccionar. Esto por cuanto serán las características del espacio geográfico y del proyecto, obra o actividad que se pretende desarrollar las que determinen la aplicabilidad de los temas de la Guía de EIA y la profundidad que requiere el instrumento de evaluación de impacto ambiental que se va a elaborar. Este mismo principio, también es utilizado por la SETENA para evaluar los Instrumentos de EIA.

El anexo 2, Instructivo para la valoración de impactos ambientales, presenta la metodología a aplicar para valorar impactos ambientales, el

equipo consultor ambiental que preparara un instrumento de evaluación ambiental deberá como mínimo aplicar la metodología sin detrimento de utilizar otra metodología de valoración como complemento, debidamente justificada y explicada en detalle. La metodología propuesta establece la denominada Matriz de Importancia de Impacto Ambiental (MIIA), utilizada por la SETENA desde el año 1997, según su Resolución 588 - 1997.

ANEXO 3, PROCEDIMIENTO Y TÉRMINOS DE REFERENCIA (TER) PARA LA ELABORACIÓN DE OTROS INSTRUMENTOS DE EVALUACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL DE PROYECTOS, OBRAS O ACTIVIDADES QUE PRESENTAN EL D-1 ANTE LA SETENA

DECLARACIÓN JURADA DE COMPROMISOS AMBIENTALES (DJCA)

Realizada la revisión del D-1 por la SETENA, si el valor Significancia de Impacto Ambiental (SIA) ajustado es inferior a los 300 puntos, el proyecto obra o actividad deberá cumplir con la presentación de una Declaratoria de Impacto Ambiental (DJCA).

Para la elaboración de la DJCA se deberá cumplir con el formato que la SETENA estableció vía reglamentaria. Como parte de la misma se incluirá el compromiso de cumplir con la regulación ambiental vigente en el país, el Código de Buenas Prácticas Ambientales, los protocolos ambientales incluidos como parte del D-1 y además deberá indicarse con claridad que se conocen las sanciones que por incumplimiento de los compromisos ambientales establece la legislación vigente.

PRONÓSTICO – PLAN DE GESTIÓN AMBIENTAL (P-PGA)

Una vez realizada la revisión del D-1 por la SETENA, si el valor Significancia de Impacto Ambiental (SIA) ajustado es inferior a los 1000 puntos, pero superior a 300, el proyecto obra o actividad deberá cumplir con la presentación de un Pronóstico – Plan de Gestión Ambiental (P-PGA).

Para la elaboración del P-PGA se deberá cumplir con los Términos de Referencia señalados como parte de la Tabla N° 1 del Decreto Ejecutivo en mención. Estos han sido elaborados con los principios técnicos y científicos de la evaluación de impacto ambiental, se han tomado en cuenta los temas ambientales incluidos y evaluados en el D-

1, de forma tal que el P-PGA complemente los mismos a fin de disponer de un instrumento integral y proporcional a la condición de significancia de impacto ambiental del proyecto, obra o actividad sujeta a evaluación.

ESTUDIOS DE IMPACTO AMBIENTAL (ESIA)

En el caso de haber realizada la revisión del D-1 por la SETENA, si el valor SIA ajustado supera los 1000 puntos, el proyecto, obra o actividad deberá cumplir con la presentación de un Estudio de Impacto Ambiental (EsIA). Que para su elaboración se deberá cumplir con los Términos de Referencia señalados en la Tabla N° 2 del Decreto Ejecutivo. En dichos términos de referencia, elaborados según la lógica de la Guía General de EIA y de los principios señalado.

ESTABLECIMIENTO DE TÉRMINOS DE REFERENCIA PARA LAS ESIA

En caso de los D-1 que no hayan presentado como complemento a los mismos el P-PGA o el EsIA según sea el caso, y en virtud de que su valor final de SIA ajustado implique el requerimiento de un instrumento de evaluación ambiental más profundo, la SETENA deberá fijar los términos de referencia para la elaboración de los mismos. Para efectuar dicha acción, la SETENA luego de realizar la Evaluación Ambiental Inicial de la actividad, obra o proyecto, y tratándose de las actividades, obras o proyectos de la Lista Taxativa del Anexo 2 del Reglamento General de EIA, utilizará los contenidos temáticos señalados en las tablas 1 y 2 de ese documento según corresponda.

Una vez presentados éstos instrumentos a la SETENA por parte del consultor o desarrollador a lo interno de la institución el proceso de EIA aplica el procedimiento, según se indica en la Resolución N°2627-2009 del 06 de noviembre.

3. MODERNIZACIÓN Y ADAPTACIÓN DEL SISTEMA DE EVALUACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL.

Guías Ambientales: El Reglamento para la Elaboración, Revisión y Oficialización de las Guías Ambientales de Buenas Prácticas Productivas y Desempeño Ecoeficiente,¹⁰ en su artículo 3 referente al alcance de las Guías ambientales señala, que la Guía Ambiental es una herramienta de uso voluntario, que orienta y dirige al desarrollador de un proyecto, obra o actividad, o bien a un operador de una actividad u obra en

ejecución, y a su equipo asesor (diseñador, constructor, legal, financiero y ambiental) sobre la integración de la dimensión ambiental desde las fases más tempranas del ciclo del proyecto, de forma tal que se logre un diseño, construcción y ejecución del proyecto, obra o actividad planteada en armonía con el ambiente. Además, estas guías ambientales se constituyen en la base técnica para la agilización y mejora del proceso de evaluación y control del impacto ambiental, ya que le permiten al desarrollador reducir la significancia de impacto ambiental de su actividad, obra o proyecto, complementando la aplicación de un instrumento de Evaluación de Impacto Ambiental más simple, con lo cual la aplicación de esta guía se torna obligatoria y deberá en forma expresa el desarrollador, señalar su compromiso de adherirse a ella, durante la ejecución y operación del proyecto, obra u actividad, y convertirse entonces en parte de sus compromisos ambientales dentro de dicho proceso de evaluación, y a la vez ser la herramienta técnica para la auditoría y control ambiental por parte de la SETENA.¹¹

Es así como, la instauración de la Evaluación Ambiental Inicial (EAI), la previsión de un sistema de ventanilla única, la puesta en aplicación de los formularios ambientales D1 y D2, así como también los cambios experimentados en la categorización de las actividades, obras y proyectos con la correspondiente introducción de la variable de ordenamiento territorial, son consecuencia de la influencia de la cooperación técnica que ha recibido el sistema de EIA de Costa Rica, reflejándose en los cambios experimentados dentro del RGEIA (DE-31849-2004 y sus posteriores reformas) así como respecto a la promulgación de los Decretos Ejecutivos DE-32079-2004, DE-32712-2005 y DE-32966 que desarrollan este tipo de instrumentos.

4. VENTAJAS Y DESVENTAJAS DE LA APLICACIÓN DE LOS INSTRUMENTOS DE EVALUACIÓN DE IMPACTO AMBIENTAL.

VENTAJAS

1. La aplicación de los instrumentos agiliza y simplifica el sistema de evaluación de impacto ambiental del país, respondiendo a los lineamientos del Gobierno en materia de competitividad y desarrollo sostenible.

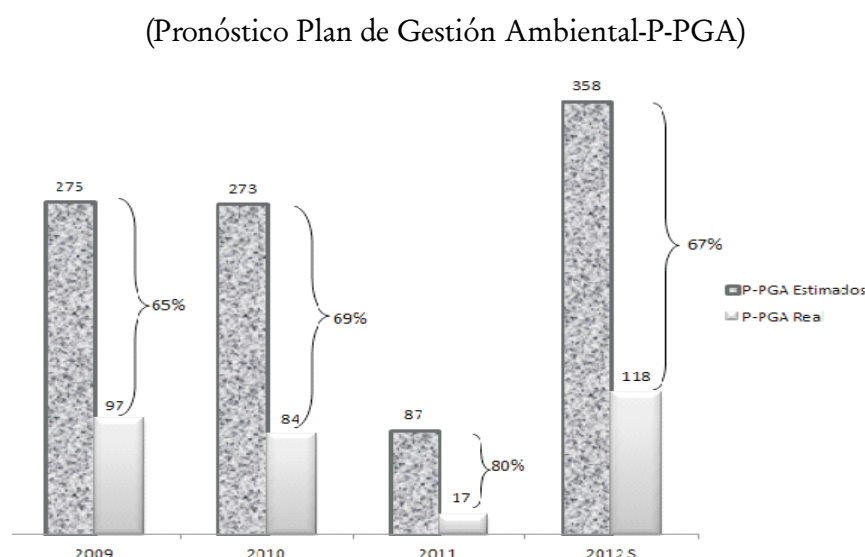
Considerando el año base como el 2009 posterior a la aprobación de los instrumentos, los consultores empezaron a implementar el uso del formulario D1 con la adición de instrumentos complementarios como la Declaración Jurada de Compromisos Ambientales (DJCA), Pronóstico-Plan de Gestión Ambiental (P-PGA) o el Estudio de Impacto Ambiental (EsIA), de acuerdo a la calificación final (significancia) obtenida, lo que agiliza el tiempo del proceso y simplifica la evaluación del instrumento.

Otro instrumento de gestión ambiental como se ha indicado en apartados anteriores es la guía de la construcción o infraestructura que se encuentra oficializada (Acuerdo 06, sesión 87-2008 – SETENA), por lo que al completarse el formulario D1 para un proyecto del sector construcción, se puede llegar a bajar la calificación final (significancia) de tal manera, que se presenta una DJCA (instrumento mucho más ágil y barato), comprometiéndose a cumplir con las medidas ambientales de la guía, en lugar de tener que presentar un P-PGA (instrumento mucho más complejo).

Desde la divulgación del Decreto Ejecutivo No 34522 (del 26 de marzo del 2008), ésta guía se constituyó en la base técnica para la agilización y mejora del proceso de evaluación y control del impacto ambiental, ya que le permite al desarrollador reducir la significancia ambiental de su actividad, obra o proyecto, y sustituir la aplicación de un instrumento de Evaluación de Impacto Ambiental más complejo (P-PGA) por otro más simple (DJCA) que complementa la guía, con lo cual su aplicación se torna obligatoria, durante la ejecución, operación y seguimiento del proyecto.

Luego de que la guía de construcción fuera aprobada el número de evaluaciones de alto impacto han venido disminuyendo como se detalla en el Grafico 1, se muestra la estimación del instrumento de moderado impacto P-PGAs que se hubieran tenido que recibir de no haberse aprobado la guía de la construcción que permitió bajar la significancia y sustituir el P-PGA por DJCA.

GRAFICO 1. DISMINUCIÓN DEL NÚMERO DEL INSTRUMENTO DE MODERADO IMPACTO



Fuente: Bases de datos del departamento de evaluación ambiental, SETENA.

El haber aprobado éste instrumento permitió una mayor agilidad al simplificarse el instrumento tanto para la SETENA como para los desarrolladores, los proyectos que más ingresan han sido del sector de telecomunicaciones e infraestructura.

2. El Sistema de Evaluación del Impacto Ambiental Costarricense busca estar fortalecido ante los sectores del país cada vez más competitivos.

Al igual que se cuenta con instrumentos técnicos - legales de agilización citados anteriormente, existen instrumentos de fortalecimiento para la evaluación de impacto ambiental, específicamente el uso de las tecnologías a través de los Sistemas de Información, en donde la SETENA ha venido realizando importantes esfuerzos en la consecución de estos recursos para lograr en el futuro la digitalización de muchos de los procesos realizados en la evaluación de los proyectos.

Actualmente, la SETENA cuenta con un sistema de seguimiento de las principales actividades realizadas en el proceso de evaluación de cada

uno de los proyectos, lo cual ha sido posible gracias a una política de Estado tendiente a la digitalización del mismo mediante la iniciativa de Gobierno Digital, la cual ha permitido cobrar consciencia sobre la necesidad de buscar más y mejores instrumentos que faciliten y agilicen el proceso ante la ciudadanía.

El gobierno de la República ha establecido dentro de sus procedimientos el “Gobierno Digital” (<http://www.gobiernofacil.go.cr/gobiernodigital/index.html>), constituyendo parte del proceso de modernización del Estado costarricense. La Estrategia de Gobierno Digital tiene por objeto contribuir, mediante el aprovechamiento de las Tecnologías Digitales, a la construcción de un Estado más eficiente, más transparente, más participativo y que preste mejores servicios a los ciudadanos y las empresas, lo cual redundará en un sector productivo más competitivo, una administración pública moderna y una comunidad más informada y con mejores instrumentos para la participación.

Como se mencionó, la SETENA ha logrado la implementación del sistema de expediente digital (EDI) como base para una futura digitalización de los documentos, buscando inicialmente la documentación del proceso realizado en cada proyecto mediante un sistema automatizado, en donde el administrado (usuario) puede acceder a la información del estado de su proyecto (expediente administrativo) a través de la Internet (<http://www.setena.go.cr/extranet-setena>). Así mismo, permite a los funcionarios evaluadores de la Institución poder dar un mejor seguimiento de los proyectos que están a su cargo y poder identificar los procesos pendientes de ejecutar para cada uno de ellos.

Importante mencionar la colaboración de cooperación internacional para la puesta en marcha de este sistema, el cual ha sido implementado en varios países de la región y que adicionalmente integró una herramienta para que los evaluadores puedan visualizar geográficamente la zona en donde se pretende desarrollar los proyectos, es decir una herramienta SIG (Sistema Información Geográfica) de fácil manejo y comprensión; en donde el evaluador puede identificar los principales riesgos que podrían ocasionar problemas al ambiente en el transcurso del desarrollo del proyecto. Esta herramienta fue nombrada por la SETENA como GEDI, la cual tiene almacenada información de capas geográficas que utiliza el sistema para dar alertas sobre los principales riesgos cercanos al proyecto y que permite con una mayor rapidez, el poder concentrar la evaluación detallada en estos parámetros. Esta

herramienta tecnológica es de acceso interno para los funcionarios de la SETENA a través del link <http://arccgis.setena.go.cr/nepa/login.aspx>, en donde cada uno de ellos se identifica y define los parámetros de evaluación deseados para cada proyecto en particular.

La iniciativa para propiciar la digitalización de los procedimientos institucionales, con miras a poner en funcionamiento el expediente digital de evaluación de impacto ambiental, el cual se perfilo como una facilidad tecnológica que permite ventajas tanto institucionales como a los usuarios de los servicios de la SETENA, algunas tan concretas como la celeridad en la tramitación de las solicitudes de viabilidad ambiental, mejora en los tiempos de respuesta, disminución en el consumo de papel el cual es producido utilizando biomasa proveniente de recursos forestales escasos cuya conservación debe fomentar esta Secretaría, y ahorro directo en economía de escala a los usuarios (desarrolladores y consultores ambientales), en la medida que las solicitudes que se tramiten mediante este sistema, pueden ser visualizadas de manera remota mediante el uso de Internet, accedando al Sitio Web de la SETENA, sin tener que desplazarse al área metropolitana de San José; hacen que el Sistema genere muchas expectativas a futuro sobre la meta del Gobierno Digital para el tema de cero papel y la incorporación futura de la firma digital dentro del proceso.

3. En el proceso de evaluación de impacto ambiental se utilizan varios métodos para analizar los impactos ambientales, dado que su selección es trascendental en el resultado de la evaluación.
4. El Sistema de Evaluación de Impacto Ambiental del país integro el proceso de Evaluación Ambiental Estratégica, Decreto Ejecutivo número 32967-MINAE- 2006, ésta tiene como objetivo integrar la variable de impacto ambiental a la planificación de los planes, programas y políticas de desarrollo nacional, regional y local; generados en municipios, cuencas hidrográficas y regiones específicas, cuyo fin sea el planeamiento del uso del suelo, el desarrollo de infraestructura (urbana, vial, portuaria, comunicaciones, energética, turística y agrícola, entre otros).
5. Los instrumentos de evaluación de impacto ambiental del país cuentan con mecanismos de participación pública.

DESVENTAJAS

1. La aplicación de los instrumentos requiere de actualizaciones periódicas según los lineamientos legales y políticos lo que encarece su mantenimiento e implementación y su actualización no se ha venido realizando como se debiera.
2. A pesar de contar con mecanismos de participación pública es difícil a la hora de crear los instrumento de evaluación obtener los criterios de consulta técnicos en el momento óptimo lo que limita su gestión idónea.
3. La Evaluación de Impacto Ambiental del país incluye el instrumento de Evaluación de Impacto Ambiental Estratégica en él se detallan los procedimientos técnicos para incorporar la variable ambiental en los planes de ordenamiento territorial, sean éstos de nivel local, subregional, regional o nacional. Se ha identificado la necesidad de que se segreguen los estudios necesarios para cada uno de los diferentes niveles de planificación, donde el nivel de detalle de los mismos dependería de estos niveles de planificación.
4. Un estudio de nivel local deben consultar las mismas fuentes de datos que los estudios de niveles superiores, esto en vista de que la cartografía disponible en el país es limitada en diversidad de escalas, por ejemplo, un plan maestro debe consultar el mapa oficial de suelos a escala 1:200.000, el plan regional consulta exactamente la misma fuente en vista de que es el único disponible.
5. Carencia de inducción, a los municipios: para obtener la viabilidad ambiental aplicando el instrumento de evaluación ambiental estratégica se deben presentar tres documentos: índices de fragilidad ambiental, análisis de alcance ambiental y reglamento de desarrollo sostenible. Sin embargo se ha mal interpretado por parte de los consultores aduciendo que el documento necesario es el relativo a IFAs lo que ha inducido a error a los proponentes a contratar únicamente éste estudio, encareciendo costos cuando se dan cuenta que requieren contratar dos estudios más.
6. A pesar de que los instrumentos descritos en los diferentes decretos contienen procedimientos que reúne contenidos mínimos que deben ser tomados en cuenta, han sido considerados como “una receta” de la que no se pueden salirse los consultores.

5. CONSIDERACIONES

1. Los métodos utilizados en los diversos instrumentos combinan elementos cuantitativos y cualitativos bajo parámetros específicos de aplicación, lo que hace que se puedan tomar medidas correctivas ajustadas a una situación dada. Contribuyendo al uso eficiente de los recursos públicos y privados puesto que se busca evitar destinar recursos de acciones correctivas posteriores.
2. Se evidencia por ejemplo en el caso de la guía de la construcción que si puede llegar a bajar la calificación final (significancia) del número de entradas de proyectos al Sistema de EIA en el corto y mediano plazo, utilizándolas como instrumentos de gestión ambiental, lo que es un precedente para la SETENA analizar la aprobación de otras guías en la reglamentación institucional.
3. A nivel de Política de País uno de los principal desafíos de la agenda de desarrollo debería ser la proyección del ordenamiento territorial, haciendo una integración entre la inversión estatal y las acciones institucionales. Lo que hace importante la coordinación entre el gobierno central y el local.

6. CITAS.

- ¹ Aguilar, G, Evaluación de Impacto Ambiental para Centroamérica. Los países en acción, La Serie, Tomo 2 (ed.), UICN, Oficina Regional para Mesoamérica, San José, Costa Rica, 2002, p. 9.
- ² Idem.
- ³ Ley número 7200 del 28 de setiembre de 1990 exigió EsIA para centrales eléctricas de limitada capacidad mayores o iguales a veinte mil kilovatios (20.000 KW).
- ⁴ Mediante el Decreto Ejecutivo 21597 del año 1992, se reglamentó la presentación y evaluación de Estudios de Impacto Ambiental para actividades, obras o proyectos a desarrollarse dentro Refugios de Vida Silvestre.
- ⁵ Astorga, A. Los diez años de la SETENA: Evaluación de desempeño y perspectiva futuras, Duodécimo Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible 2006, accesible en: http://www.estadonacion.or.cr/Info2006/Ponencias/armonia/Diez_annos_SETENA.pdf.
- ⁶ “Esta Comisión incluye la participación, en el proceso de toma de decisiones, de diversas instituciones del Estado. Además, vía decreto ejecutivo, establece el procedimiento de EIA para una serie de actividades para las cuales no había una exigencia específica de presentar EIA por medio de una ley sectorial”. Astorga, A. *Los diez años de la SETENA: Evaluación de desempeño y perspectiva futuras*, Duodécimo Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible, accesible en: http://www.estadonacion.or.cr/Info2006/Ponencias/armonia/Diez_annos_SETENA.pdf.
- ⁷ Véase la Ley Orgánica del Ambiente de Costa Rica, No. 7554, Artículo 17.
- ⁸ La herramienta de la Evaluación de Diagnóstico Ambiental no se encuentra regulada expresamente en el RGEIA, y ha sido implementada mediante la Resolución N° 02286-2009-SETENA de las 08 horas 10 minutos del 25 de setiembre del 2009.

⁹ El Decreto Ejecutivo N° 34522 del 26 de marzo del 2008, publicado en La Gaceta 115 del 16 de junio de 2008.

¹⁰ Por medio del Acuerdo N° 06 de la Comisión Plenaria, adoptado en la sesión ordinaria N° 087-2008-SETENA se oficializó la Guía Ambiental para la Construcción.

7. BIBLIOGRAFIA

Aguilar, G, Evaluación de Impacto Ambiental para Centroamérica. Los países en acción, La Serie, Tomo 2 (ed.), UICN, Oficina Regional para Mesoamérica, San José, Costa Rica, 2002.

Astorga, A. Los diez años de la SETENA: Evaluación de desempeño y perspectiva futuras.

Duodécimo Informe Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible 2006.

Comisión Centroamericana de Ambiente y Desarrollo (CCAD) y Unión Mundial para la naturaleza (UICN). Instrumentos para la agilización, armonización y modernización de los sistemas de EIA en CA”.

Plan Nacional de Desarrollo “María Teresa Obregón Zamora” 2011-2014. Gobierno de Costa Rica, MIDEPLAN,- San José, C.R, 2010.

Plan Nacional de Desarrollo “Monseñor Víctor Manuel Sanabria Martínez” 2002-2006. Gobierno de Costa Rica, MIDEPLAN,- San José, C.R, 2001.

Retos y perspectivas de la política ambiental nacional. Hacia una gestión pública ambiental responsable, Lineamientos estratégicos para el Plan Nacional de Desarrollo 2002 -2006, resumen, MINAE, sin fecha, documento de trabajo.

Ley Orgánica del Ambiente de Costa Rica, No. 7554. Asamblea Legislativa de República de Costa Rica, 1995.

Ley N° 7200. Autoriza La Generación Eléctrica Autónoma o Paralela. 1990.

Ley No. 6797. Código de Minería. Asamblea Legislativa de República de Costa Rica, 1982.

ABSTRACT

Costa Rica has taken legal and technical tools for the evaluation of environmental impact, forcing the activity, works or projects to promote meet the guidelines. Some developers consider the process an obstacle to the development of the country and performing activities on the fringes of the law, therefore the following questions arise: the environmental impact of the country assessment system is agile and simplified?, does the system respond to the demands of competitiveness and sustainable development?.

Key words: sustainable development, environmental impact, feasibility assessment.

RESUMO

Costa Rica adotou instrumentos legais e técnicos para a avaliação do impacto ambiental, obrigando que as atividade, trabalhos ou projetos cumpram diretrizes. Alguns desenvolvedores consideram o processo um obstáculo ao desenvolvimento do país e as atividades fora da lei, , portanto, surgem as seguintes questões: a avaliação do impacto ambiental do país é ágil e simplificado?, o sistema responde às exigências de competitividade e desenvolvimento sustentável?.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, impacto ambiental, avaliação de viabilidade.

O Pensamento Mestiço em Serge Gruzinski — notas para reflexão

Thiago Bastos Souza/UERJ

RESUMO

Este trabalho remete a conjuntura historiográfica em que notamos uma grande aproximação entre a história e a antropologia e a produção de muitos estudos culturalistas. Independente da posição teórica ou historiográfica, este livro traz para o imenso mar de debates que são os estudos sobre a América Colonial uma profusão de questões que nos fazem refletir sobre a rápida, conturbada e seguramente inapreensível passagem do século XV para o XVI, período no qual costumamos dizer que reside a passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

O conhecido livro de Serge Gruzinski, “A Passagem do Século: 1480-1520”, é um ponto de confluência para o qual este historiador francês direciona suas principais ideias - mais conhecidas como “A Colonização do Imaginário” e o “Pensamento Mestiço” - sobre a América e o México Colonial.

Como muitos outros importantes estudos que tratam da história da América, e foram produzidos nos anos 1990, esse livro faz parte de uma conjuntura historiográfica em que notamos uma grande aproximação entre a história e a antropologia e a produção de muitos estudos culturalistas.

Contudo, independente da posição teórica ou historiográfica, este livro traz para o imenso mar de debates que são os estudos sobre a América Colonial uma profusão de questões que nos fazem refletir sobre a rápida, conturbada e seguramente inapreensível passagem do século XV para o XVI, período no qual costumamos dizer que reside a passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

Contudo, quais são os limiares dessa passagem? O que é ser moderno? O que é ser um homem do medievo, ou diante do Novo Mundo que está prestes a eclodir? Essas perguntas seriam inerentes a esse contexto histórico ou seriam projeções feitas pelo historiador (partindo da

contemporaneidade) sobre o passado, para que ele possa delimitar um pouco melhor os seus objetos e questões?

Essas questões, evidentemente difíceis de serem respondidas, nos remetem a um interessante questionamento apresentado por Le Goff: “(...) Como disse Alphonse Allais: o homem de 1492 sabia, ao deitar-se para dormir no dia 31 de dezembro na noite da Idade Média, que acordaria no dia seguinte, 1º de janeiro de 1493, na manhã do renascimento?”¹

É nos moldes dessa inquietante pergunta que Gruzinski nos apresenta uma temporalidade também inquietante, e o que faz desta algo curioso e inapreensível é a forma como um novo elemento, o Novo Mundo, ou, em um dado momento, América, é inserido pelos europeus nos circuitos do mundo como parte de sua história.

Muitas escolhas e contatos que desencadearão largos eventos históricos são feitas nesses rápidos quarenta anos, do Império Mexica ao Império Inca, passando pelo porto de Lisboa e Sevilla e chegando a possessões portuguesas na África e na Ásia.

Neste período assistimos à formação do que hoje chamamos Estado Moderno. Não é difícil encontrar sinagogas ou mesquitas pela península Ibérica². Colombo chega a novas terras, e esse evento iria redimensionar significativamente as relações sociais (ao menos na Península Ibérica). A idéia de uma possível Cruzada para Jerusalém ainda não desapareceu da ordem do dia (ou pelo menos é isso que Colombo nos faz acreditar com as suas cartas)³ e os homens passam, agora, a circular por um mundo que teve seus limites estendidos e sua forma completamente alterada, ou seja, mesmo sem saber, irão integrar uma totalidade e fazer com ela se comunique.

Porém o que chama nossa atenção é que a Península Ibérica, de certa forma a Europa ocidental, nessa temporalidade, compõe (fazendo aqui uma referência a Koselleck) um determinado *estado de coisas*⁴, suas relações sociais, isto é, sua forma política, sua capacidade econômica, suas referências do passado servem para dar conta de um determinado grupo ou de um determinado corpo de relações de sociabilidade.

O advento da chegada de Colombo ao Novo Mundo, o de Cabral ao local que se chamará Brasil e a empreitada de outros navegantes pelo globo irão revelar que o *estado de coisas* é muito maior e diverso do que se podia imaginar, ou seja, os conceitos e os referenciais existentes, os pré-requisitos e as *chaves conceituais*⁵ passam a não ser suficientes ou a

apresentar muitas limitações para se compreender e conseguir ver o que se está descobrindo.

O mundo passa a ser populoso demais. Os 25 milhões só na região do México atual serão certamente algo assustador e irão, mesmo que de forma tímida, proporcionar a participação de um elemento, ou de uma variante, que, independente da situação vivida pelo mundo, seja ele medieval ou moderno, em crise ou em expansão, será capaz de constituir um denominador, ou uma amarra comum, para os eventos díspares, mas que, de certa forma, se entrelaçam. Esse será o cristianismo. Como lembrará muito bem Gruzinski⁶, o cristianismo é mais que uma religião, é um elemento político que, por meio da conversão irá inserir um traço ou uma matriz comum (independente de ser conflituosa) nas várias zonas que compõem o Novo Mundo.

Entretanto, por mais empolgante e atraente que seja a narrativa de fatos épicos em que possamos nos envolver e que essa passagem de séculos possa nos fornecer, Gruzinski tem o cuidado de nos levar a uma importante reflexão: a forma como esses eventos são apresentados, de certa maneira, é parte da forma como o europeu encadeia, viabiliza e normatiza uma determinada forma de se contar e apresentar a história. O descobrimento do Novo Mundo, a “construção”, ou invenção da América, como lembra O’Gorman⁷, pode ser valorada ou mensurada da mesma maneira e com a mesma intensidade para os europeus e para as sociedades do Novo Mundo?

Assim Gruzinski irá nos contestar:

(...) O ano 1500 marcou de fato para a Europa e para América um salto para uma outra época?

Será que podemos continuar a crer que uma mudança de século no Ocidente teria necessariamente um significado e um alcance para todas as sociedades do planeta?

No entanto, mesmo sabendo que durante milênios a América e a Europa seguiram trajetórias radicalmente diferentes, um velho eurocentrismo ainda nos leva a imaginar o passado pelo prisma do Velho Mundo que estenderia a qualquer preço as histórias dos outros no leito do procusto da história da Europa e do cristianismo. Os descobrimentos europeus só têm sentido para os europeus, e as terras e os povos que os europeus passam a conhecer jamais brotam do nada.

Em 1500 faz oito anos que há presença européia no Caribe: uma primeira tentativa de colonização sobre a qual ninguém na época podia imaginar que seria o prelúdio da conquista e da ocidentalização de todo um continente, e até, na realidade uma das primeiras etapas da globalização. Por mais que a história do mundo não se reduza à da Europa e a da expansão européia, e por mais que a história da América não se limite ao extermínio das populações indígenas, o que então se passava nessa parte do mundo era, e continua a ser hoje, exemplar em muitos aspectos. (...) ⁸

Gruzinski nos responde e nos faz voltar ao início do nosso texto, quando brevemente indagamos se a nossa noção de modernidade, realmente construída por meio do prisma europeu, não é também a projeção de convencionalidades contemporâneas que o historiador lança sobre passado.

O fato é que sua reflexão, além de nos mostrar que a América é um ponto de inflexão na história da Europa (e que o contrário não necessariamente é viável, isto é, a chegada dos europeus pode não ter tido a mesma importância para as sociedades tradicionais), nos faz debruçar sobre dois conceitos vigentes em seu pensamento, que certamente são instrumentos importantíssimos para pensarmos as configurações da América Contemporânea: as noções de globalização e ocidentalização.

Esses conceitos, que são apresentados em “A Colonização do Imaginário” e desenvolvidos de forma muito interessante em “O Pensamento Mestiço”, também estão presentes em “A Passagem do Século:1480-1520” e nos permitem uma observação da chegada dos europeus à América muito além dos conceitos e processos de Conquista e Colonização.

Se atualmente costumamos considerar a globalização como uma separação entre poder e política, no contexto colonial americano ela será visivelmente um conector que irá fazer com que o mundo se conheça, por meio de diretrizes ou empreitadas comuns. Através dos Espanhóis o México e o Peru irão se conhecer e, apesar da impossibilidade de se estar em todos os locais ao mesmo tempo, durante a união Ibérica, no reinado de Felipe II, por exemplo, os espanhóis e suas normativas estarão por toda a América e, passando pela Nova Espanha e pelas Filipinas, abraçarão o mundo.

Essa apresentação do mundo por meio da figura do colonizador, católico, evangelizador, representante do monarca, possibilitará a tentativa de transposições pelo Atlântico, ou seja, desencadeará o que Gruzinski chama de Ocidentalização. A sociedade colonial se estrutura em função de suas realidades, regionalidades, mas os moldes da velha Espanha irão fazer com que os modelos de catedrais ibéricas, as formas de administração, controle e comércio sejam implantadas no Novo Mundo, oscilando sempre entre o dar certo e o improvável.

O Mundo da Virada de séculos será paulatinamente um mundo globalizado, pois, de certa forma, denominadores comuns são difundidos pelo mundo, o que possibilitará um remoto reconhecimento das partes diante da totalidade. Assim Gruzinski comenta: “Em 1500, ainda estamos longe bem longe de uma economia mundial. No limiar do século XVI, a globalização corresponde ao fato de setores do mundo que se ignoravam ou não se freqüentavam diretamente serem postos em contado uns com os outros. (...)”⁹

Os habitantes da Península Ibérica terão, então, o “mérito” de fazer com que o mundo se mova, porém, como salienta nosso autor, o processo de ocidentalização, certamente interessante e talvez nunca visto, será, sem sombra de dúvida, doloroso para os povos do Novo Mundo, pois estes terão sua matriz sociocultural significativamente transformada pela chegada do Europeu.

Na passagem dos séculos, os eventos são concomitantes e datas, como lembra Bosi¹⁰, são apenas pontas de *iceberg* e, debaixo das pontas, existem famílias, sociedades, conflitos e transformações. Onde reside o desafio da globalização?

Seguindo as diretrizes de Gruzinski (muito bem explicitadas também em “O Pensamento Mestiço”), a América contemporânea reside sob a égide da mestiçagem, sendo inviável pensar os desafio latinoamericanos longe da mesclas e de algumas historicidades importadas.

Pensar a massa cósmica que chamamos Américas significa transitar entre o passado colonial e os problemas sociais contemporâneos, tendo a mestiçagem como principal ponto de referência.

Gruzinski nos concede uma chave ou um instrumento para analisarmos a história da América.

“(...) Sem que se devam esquecer os horrores da colonização e os estragos causados pela ocidentalização, a mestiçagem dos

seres e das culturas será incontestavelmente uma das heranças mais preciosas e mais duradouras que nos terá transmitido a passagem do século XV para o XVI.”¹¹

NOTAS

- ¹ LE GOFF, J. **A Longa Idade Média**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005
- ² Um bom exemplo talvez seja a catedral da cidade de Córdoba, um templo cristão que foi erigido, ou literalmente mesclado, sobre a arquitetura árabe.
- ³ Gruzinski lembra que em 1506 o rei português Dom Manuel aceita participar do projeto de uma possível Cruzada, orquestrada pelo Cardeal Cisneros, do qual participam Fernando o Católico, da Espanha e Henrique VII, da Inglaterra.
- ⁴ KOSELLECK, R. **Futuro Passado. Contribuição a Semântica dos Tempos**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2006.
- ⁵ SAHLINS, M D. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- ⁶ GRUZINSKI, S. Las imágenes, los imaginarios y la occidentalización. In: CARMAGNANI, M., HERNÁNDEZ, A., ROMANO, R. (Coord.). **Para una Historia de América**. México: FCE, El Colegio de México, Vol. I. Las Estructuras, 1999
- ⁷ O’GORMAM, E. **A Invenção da América**. São Paulo. UNESP, 1992.
- ⁸ GRUZINSKI, S. **A Passagem do Século: 1480 – 1520. As Origens da Globalização**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999 (AQUI PRECISA SÓ COLOCAR A PÁGINA) “De um Século a outro” é o nome do tópico do livro. Certamente são muito poucas páginas
- ⁹ GRUZINSKI, S..Idem. P: 97,98
- ¹⁰ BOSI, A. O Tempo e os Tempos. In: Novaes, A. (org). **Tempo e História**. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.
- ¹¹ GRUZINSKI. S. Idem P: 109

BIBLIOGRAFIA:

BOSI, Alfredo. O Tempo e os Tempos. In: Novaes, Adauto. (org). **Tempo e História**. São Paulo. Companhia das Letras, 1992

GRUZINSKI, Serge. A Colonização do Imaginário. Sociedades Indígenas e Ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI – XVIII. São Paulo. Companhia das Letras, 2003

GRUZINSKI, Serge. **A Passagem do Século: 1480 – 1520. As Origens da Globalização**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999

GRUZINSKI, Serge. Las imágenes, los imaginarios y la occidentalización. In: CARMAGNANI, M., HERNÁNDEZ, A., ROMANO, R. (Coord.). **Para una Historia de América**. México: FCE, El Colegio de México, Vol. I. Las Estructuras, 1999

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo. Companhia das Letras, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição a Semântica dos Tempos**. Rio de Janeiro. 2006

LE GOFF, Jacques. **A Longa Idade Média**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005

O’GORMAM, Edmundo. **A Invenção da América**. São Paulo. UNESP, 1992.

SAHLINS, Marshall D. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

ABSTRACT

This work refers to historiographical context in which we noticed a major rapprochement between history and anthropology, and the production of many studies culturalists. Regardless of the theoretical position or historiographical, this book brings the immense sea of debates that are studies in Colonial America a multitude of issues that make us reflect on the speedy, elusive and troubled transition from the 15th century to the 16TH CENTURY, a period in which we say that is the passage from the middle ages to the modern age.

RESUMEN

Este trabajo se refiere al contexto historiográfico en el que notamos un mayor acercamiento entre historia y antropología y la producción de muchos de los culturalistas estudios. Independientemente de la posición teórica o historiográfico, este libro trae el inmenso mar de debates que son estudios en la América Colonial multitud de cuestiones que nos hacen reflexionar sobre la transición rápida, difícil y conflictiva desde el siglo XV al siglo XVI, un periodo en el que decimos que es el paso de la edad media a la edad moderna.



México en Busqueda de su Modelo Socioeconómico

Vershinina Irina - Instituto de Latinoamérica de Academia de Ciencias de Rusia

RESUMO

México tem especial interesse para um pesquisador russo devido à semelhança de muitos processos que ocorreram em nossos países ao longo das últimas três décadas. O artigo analisa as mudanças nos padrões de desenvolvimento no México, a natureza e as consequências das políticas neoliberais e da reação da sociedade mexicana, ele faz uma comparação com a realidade russa.

México para un investigador ruso, en mi opinión, tiene interés especial. Esto se debe al hecho de que en su experiencia con mayor claridad se manifestaron los éxitos y fracasos asociados con la búsqueda de su propia trayectoria histórica y su propio modelo de desarrollo socio-económico. Por otro lado, en el pasado, nuestros países resolvieron en mucho problemas similares, aunque sobre la base de los modelos diferentes.

México y Rusia fueron los primeros países en los cuales en el siglo 20 tuvieron lugar las revoluciones sociales. Sin fijarse en cómo se caracterizaron estas revoluciones mencionamos lo común que les había precedido: el desarrollo económico, cuyo carácter en gran medida se determinaba desde afuera y tenía el carácter periférico, la modernización que se llevaba a cabo desde arriba, y todo esto en el fondo de los problemas sociales que se agravaban cada vez más. Lo común en ambas revoluciones fue también que éstas engendraron el Estado de nuevo tipo y que las bases de la política económica que estaba en el fundamento del desarrollo mexicano hasta los principios de los años 80 y Rusia hasta los 90, fueron sentadas en el período revolucionario.

Y en ambos países el período que sucedió a estos acontecimientos se caracterizó por las transformaciones muy profundas en la economía, política y campo social.

En los años 90 Rusia abandonó su camino socialista y negó a su propio modelo de desarrollo, y ahora junto con México se encuentra

en el espacio de capitalismo periférico. Y los problemas, que México tarataba de resolver en su tiempo, se volvieron palpitantes para Rusia. Además, nuestros países se vieron enfrentados de cara a nuevos retos ligados con la globalización del espacio mundial. Los problemas que engendran esos retos, respuestas a éstos y el carácter de su resolución son muy similares.

Sin embargo, tanto en México como en Rusia, la experiencia de cada uno es poco estudiada, son poco analizados los fracasos, las causas de la pérdida de posiciones de nuestros países tanto en la economía mundial como en la política. Y aquí tenemos en cuenta no es simple descripción de los procesos económicos que tratan de presentar como objetivos y por lo tanto supuestamente no dependientes de la voluntad de la gente, no la “obsesión” por las cifras que son un reflejo de la coyuntura económica, no el recurso a los problemas de vida cotidiana sino el análisis profundo que se refiere a alguna metafísica de existencia de cada pueblo, el comprender su orientación axiológica y tradiciones que tienen gran impacto en el comportamiento económico y por supuesto en su percepción de la política económica estatal.

Este modo de analizar la experiencia de nuestros países, parece particular, de los países que entraron en la etapa actual de desarrollo mundial desde dos lados diametralmente contrarios (opuestos), nos da oportunidad comprender y confirmar las leyes generales del modelo de desarrollo capitalista. Más aún el análisis comparativo de nuestros modelos de desarrollo en diferentes etapas históricas nos permite comprender lo que fue correcto o equivocado en ellos, a qué fuerza y a qué energía se debe este desarrollo, y que, al fin y al cabo, está en la base del éxito de todo desarrollo - aspiraciones materiales de un ser humano o las “ideas”.

La experiencia histórica de México, así como de Rusia, es una búsqueda constante dolorosa de su vía, de la formación de su identidad, y al mismo tiempo el fuerte impacto del factor externo en el desarrollo y, como consecuencia, recurso constante a las fuerzas externas para resolver sus problemas internos.

La Revolución Mexicana de 1910-1917 marcó el comienzo de una época determinada en la historia del país que con todas sus diferencias en la política social y económica de los gobiernos en diferentes etapas que correspondía a uno u otro modelo y en la influencia externa, tenía algo en común – se llevaba a cabo la modernización del país, que tenía por objeto el encontrar su lugar en el mundo sin renunciar a la soberanía.

Los distintos gobiernos en las diferentes etapas, según su modo de comprender, resolvían problemas del desarrollo económico. Y el participante activo en éste fue el Estado mexicano sin cuya actividad, y ya no lo rechaza nadie, habrían sido imposibles éxitos económicos, especialmente la industrialización, así como la implementación y realización de los programas sociales. “Las características de estos períodos [los regímenes posrevolucionarios que van de 1920-1982] es que el diseño del modelo de país, aún dentro de un capitalismo periférico, tuvo un enfoque social derivado de los planteamientos de la Revolución de 1910” (Núñez Rodríguez Carlos J., 2011:13).

Este tipo de política interna de los gobiernos postrevolucionarios encontró su reflejo en la política exterior con el papel activo de México en la arena política, donde el país defendía el derecho a su camino y su visión de un orden mundial justo. Esto lo convirtió en uno de los líderes entre los países en desarrollo y de la lucha por el nuevo orden económico mundial.

Por el carácter de la política económica, yo dividiría esta época en dos períodos, a cada cual correspondió el modelo determinado: desarrollo “afuera” basado en la exportación agro-primaria (desde el fin del siglo XIX y hasta aproximadamente los años 60 del siglo pasado), y desarrollo “adentro” cuya base fue la industrialización por sustitución de importaciones (desde los 60 hasta el comienzo de los 80).

Para nosotros el más interés tiene el segundo período durante el cual se realizó la industrialización por sustitución de importaciones. Este período, según mi opinión, resultó ser el de más trascendencia en toda la historia de desarrollo mexicano (así como de otros países latinoamericanos), porque no sólo convirtió México del país agrícola en el industrial-agrario, sino también porque fue el modelo propio al que había dado la vida la concienciación de hacer cambios económicos y de apartarse del viejo modelo de desarrollo “afuera” basado en la exportación de materias primas y productos agrícolas y el que fue lanzado en la situación externa muy favorable. Al mismo tiempo este modelo recibió su argumentación científica con las ideas de escuela estructuralista de Prebisch¹. Comenzandola el país estaba lleno de esperanzas para el futuro, de tener las posibilidades de recuperar la economía, crear empleos y elevar el nivel de vida.

En México este período se caracterizó por el desarrollo rápido basado en el crecimiento de la industria orientada en primer lugar al mercado

interno, por los cambios estructurales correspondientes en la economía y, como me parece, por el entusiasmo común en la sociedad ligado con las expectativas de que el desarrollo económico tuviera impacto positivo incluso en la situación social. En el desarrollo, primeramente de la industria, se hizo hincapié en los factores internos entre los cuales estaban el capital nacional, recursos naturales, población y, por supuesto, el Estado mexicano.

Los fundamentos del Estado como un participante activo del proceso de desarrollo fueron sentados en el primer plan sexenal aprobado durante la presidencia de Lázaro Cárdenas (1934-1940). “Este proyecto ubicaba al Estado como un agente económico central y las reformas son concebidas como producto de una gestión estatal deliberada que solo podía culminar exitosamente si se apoyaba en la movilización popular”. (De la Peña Sergio, Aguirre Teresa, 2006:290).

Con todos los costes y defectos de este modelo los cambios estructurales en la economía se iban acompañando de crecimiento de la producción interna lo que encontró su reflejo en el crecimiento continuo del PIB que durante los años 1940-1970 fue el 6,5% al año (José Flores Salgado, 2010:67). Esto tuvo un impacto positivo en reducir la dependencia del país respecto a las importaciones cuya participación en la oferta interna total de bienes y servicios disminuyó durante este período más de 2 veces (de 49 a 21%) (Ibidem.)

Este período se caracterizó por la formación del empresariado nacional y el aumento de su papel en el desarrollo económico, y, en particular industrial, del país. “Durante este período, por primera vez en la historia de la industria en México, los agentes de la industrialización se encuentran dentro del país mismo, y la innovación tecnológica se lleva a cabo bajo el impulso de empresarios nacionales, alentados no sólo por las condiciones favorables de mercado sino también por la existencia de estructuras que apoyan el crecimiento y por valores sociales cada vez más modernos” (Derossi F., 1977:18). Justamente a este período corresponde el surgimiento y desarrollo de nuevas formas de organización económica de las empresas nacionales, en particular de los grupos industriales y financiero-industriales. Se podía decir que el capital privado nacional junto con el Estado venía convirtiéndose en el sujeto principal del proceso de desarrollo económico. La actividad de las empresas nacionales influía en aumentar el uso de los insumos nacionales, los grupos industriales locales realizaban los proyectos de investigación y

desarrollo, elaboraban programas de formación de mano de obra calificada. Hacia 1978 la participación de grupos privados nacionales, que estaban entre las primeras 100 empresas industriales, en la producción industrial fue el 12,1% (en 1973 — 6,3%) mientras que a las ET les correspondía el 8,4% (6,8%) (Economía mexicana, 1981, N3:26). Las empresas nacionales actuaron no sólo en las industrias tradicionales sino también en las nuevas para aquel entonces — electrónica, farmacéutica, producción de fibras sintéticas, maquinaria.

En gran medida a la estabilidad relativa del país y a sus logros económicos ayudó la cohesión de la sociedad a base de las ideas de “nacionalismo revolucionario” y participación conjunta en el desarrollo de el Estado, trabajadores y empresarios. Y esto a su vez fue garantizado por la estructura política existente cuya característica principal fue el monopolio de un partido — PRI

Esta época terminó en los años 80 cuando México, al abandonar el modelo anterior, comenzó a implementar política neoliberal que por primera vez había sido aplicada por R. Reagan en los EE.UU. y M. Thatcher en Inglaterra que trataron de combatir la crisis de los años 70. En México Miguel de la Madrid, que llegó a la presidencia en 1982, para resolver los problemas heredados del gobierno de José López Portillo, también empezó a utilizar las herramientas de política neoliberal: la liberalización económica, desregulación y descentralización; el papel especial se dio a la privatización de las empresas estatales.

Esa política la continuó y profundizó el siguiente presidente, Carlos Salinas de Gortari, que en el gobierno de la Madrid fue el ministro de Planificación y Presupuesto. Justamente con su nombre asocian la etapa neoliberal de desarrollo.

Su llegada a la presidencia de México coincidió con los cambios en el escenario político mundial. Entre ellos fue la Perestroika en la Unión Soviética que para muchos resultó ser el testimonio de la posible democratización de la estructura política en los países con sistema autoritario unipartidista. Y también el colapso de la URSS que, sin duda alguna, influyó en consolidar ideas neoliberales en una serie de países latinoamericanos. Este colapso, por un lado, debilitó las posiciones y la influencia de la izquierda, y por otro, dio lugar a hablar de que ya no hay alternativa al capitalismo como un modelo universal de desarrollo mundial, y, de este modo, facilitó y reforzó la percepción del neoliberalismo como un nuevo pensamiento económico avanzado en el

fondo de dificultades y problemas aparecidos durante la industrialización vía sustitución de importaciones. Para más señas, la desaparición de la Unión Soviética significó el fin del mundo bipolar y el inicio de una nueva fase de globalización cuya base ideológica se hizo neoliberalismo.

El gobierno de Salinas de Gortari, elaboró el plan de modernización muy ambicioso cuyo núcleo debían ser las transformaciones en la economía realizadas por el equipo de jóvenes economistas-tecnócratas³. Pero también se previeron las reformas políticas orientadas a democratizar la vida política y liquidar el monopolio de un partido, al reforzar la legitimidad del proceso electoral y modernizar el sistema partidario. Sin embargo al observar el carácter de las reformas políticas podemos ver que éstas en gran medida fueron determinadas por las necesidades de nueva política económica y estuvieron orientadas a apartar del poder a la vieja guardia de PRI que se oponía al nuevo rumbo en la economía, a ampliar la base social de las reformas económicas, así como crear su marco jurídico.

Los expertos destacaban que con Salinas por primera vez desde la formación del PRI los tecnócratas con su extremo economicismo triunfaban “sobre la ideología y política tan bien representados por los diez mandatarios anteriores...” (CIDOB, 2011).

Los resultados electorales muy dudosos que tuvieron cuestionada la legitimidad del presidente electo, el reforzamiento de la oposición izquierda, el desacuerdo de la élite tradicional y los líderes sindicales relacionados con ésta con la nueva política económica en gran medida influyeron en el carácter selectivo del proceso de democratización política. El último favoreció a la oposición que apoyaba la política económica neoliberal salinista.

La llegada de Salinas de Gortari al poder y su política afectó mucho la unidad del gobernante Partido Revolucionario Institucional, agudizó la lucha política interna que desde entonces se es una parte integrante de la vida mexicana. Es sintomático que en México, al igual que en la Unión Soviética, el iniciador de los cambios radicales se hubiera hecho una parte del partido gobernante. Y, como en la Unión Soviética, las reformas significaron la modernización no sólo de la economía, sino fueron un intento de modernizar la sociedad tradicional. La política de Salinas, por analogía con la Perestroika de Gorbachov, fue llamada por los mediáticos Salinostroika. Pero, según la opinión de una serie de autores, el gobierno salinista llevó a cabo la Perestroika pero sin Glasnost (*catarina.udlap.mx/u_dl.../capitulo7.pdf*).

La Salinostroika mexicana, igual la Perestroika en Rusia, según mi opinión, dio camino a los precesos destructivos en el país porque se realizó sin tener en cuenta la estructura económica y política establecida para aquel momento cuyas integridad y estabilidad se basaban sobre las ideas de “nacionalismo revolucionario” y la unidad (por lo menos aparente) de un partido gobernante. El desmantelamiento brusco de este “armazón” en el ambiente de las transformaciones neoliberales llevó a la escisión de la sociedad, el menoscabo de las autoridades por parte de la población y el agravamiento de las contradicciones económicas y conflictos sociales.

Los lineamientos principales de las reformas económicas fueron la moratoria a la reforma agraria y al reparto de tierras entre las comunidades campesinas (ejidos⁴), la continuación de la privatización de empresas estatales, liberalización del comercio exterior y la apertura de la economía frente los mercados globales. El momento culminante fue la firma en 1993 del tratado de libre comercio con Estados Unidos y Canadá (TLCAN⁵).

Y si en el período de industrialización por sustitución de importaciones el desarrollo industrial había sido centrado en el mercado nacional, ahora la tarea fue la producción de productos industriales, especialmente manufactureros, para la exportación. La nueva política en el desarrollo hizo hincapié en las fuentes externas entre las cuales el papel principal atribuía a las empresas transnacionales. Las empresas nacionales debían convertirse en un eslabón de sus cadenas productivas. Esto significó cambios radicales en la política económica del Estado y la revisión de su papel en la economía. De hecho “el objetivo de esa política interna del Estado neoliberal es llevar a cabo la globalización de los procesos productivos” (Alonso José A., 2006:84). De conformidad con esto se llevaron a cabo las reformas que desmantelaron todo el sistema anterior de protección de los productores nacionales. En primer lugar, ellas tuvieron por fin la liberalización del comercio exterior, del sector financiero, la privatización de empresas estatales, la desregulación de los mercados.

La apertura máxima de México frente los mercados mundiales se hizo, parece, la piedra angular de la política neoliberal realizada por los gobiernos de la Madrid y Salinas de Gortari. Esta política, como me parece, se convirtió en un tipo de obsesión para las autoridades del país, haciendo de la élite gobernante los fanáticos del capitalismo de mercado.

En ella veían la resolución de todos los problemas, poniendo en la mira la estabilización de la situación macroeconómica y dejando para más adelante los problemas de desarrollo y desigualdad social. Con eso absolutamente no se tomaba en cuenta que la estructura de producción formada en aquel momento no permitiría que el país compitiera con éxito en los mercados mundiales.

La liberalización del comercio exterior desde los años 80 fue paso principal en la “apertura” de la economía mexicana. Se redujeron significativamente o se eliminaron las limitaciones arancelarias y permisos previos para las importaciones. En 2008 el 98.5% de las fracciones de importación ya no estaba sometido al régimen de permiso previo. Al mismo tiempo y para ese año, el promedio ponderado de los aranceles fue sólo 0.95% (Salgado José Flores, 2010:74). Con eso México se convirtió en una de las economías más abiertas del mundo.

Al mismo tiempo, para diversificar al máximo las relaciones comerciales exteriores México siguió el camino de firmar los acuerdos bilaterales: hacia el fin de los 90, firmó 12 tratados de libre comercio con 44 países y 23 Acuerdos Para la Promoción y Protección Recíproca de las inversiones (Martínez Cortés Ignacio, 2010:95). Hay una sensación que al abrir la economía y liberar el comercio exterior, el gobierno mexicano comenzó considerar el número de acuerdos comerciales firmados como el criterio principal para evaluar el desarrollo exitoso, la diversificación de relaciones económicas externas y la creciente importancia del país como exportador. Sin embargo, se puede estar de acuerdo con Martínez Cortés Ignacio que cree que los acuerdos y tratados dichos son el desafío serio para el país, su economía y productores nacionales que se enfrentarán en sus mercados a una competencia de bienes y servicios extranjeros a ultranza (Ibid., p. 98).

El segundo lineamiento de la nueva política fue la desregulación económica y la política de Estado mínimo que en general estaba en consonancia con los dogmas de doctrina neoliberal. Esto significó que el Estado se inhibe de resolver los problemas sociales y económicos más complicados que desde este momento están en competencia del mercado. La esfera social se considera entonces como una carga superflua sobre el presupuesto; en la política el Estado deja de ser el juez superior y mediador en conciliar los conflictos en la sociedad y se pone al lado de los “propietarios eficientes” a los cuales pertenece una pequeña parte de la sociedad. El Estado deja de ser el responsable del desarrollo del país,

deja de ser un poseedor de los ideales comunes y se convierte en un gerente del territorio que actúa en los intereses del gran capital privado, extranjero y nacional.

La nueva política respecto al Estado marcó el fuerte descenso en el número de empresas estatales y paraestatales: entre 1983 y 2008 éste bajó de 1155 a 211 (Arellanes Jiménez Paulino, 2010:75). El Estado asumió las deudas de las empresas para entregarlas “limpias”, según las exigencias de los compradores privados, y el precio a veces era hasta 65% debajo de su valor real. Para fines de 1986 el gobierno de Miguel de la Madrid vendió 660 empresas estatales y paraestatales (es decir, el 57% del total) y en sólo el 35% de su precio real (Núñez Rodríguez Carlos J., p. 17).

El gobierno de Salinas continuó el proceso de privatización. A este período corresponde la venta de las empresas estatales más grandes — TELMEX (telefonía), Altos Hornos de México (siderurgia), así como las empresas químicas, comunicaciones, líneas aéreas, redes hoteleras y la banca.

Todo lo dicho significó la negación a realizar una política independiente y las esperanzas de que el capital privado, especialmente el extranjero, sobre todo las empresas transnacionales, ayudara a resolver los problemas económicos clave del país - creación de empleos, desarrollo de nuevas tecnologías, déficit de recursos financieros y, en consecuencia, el de pagos y comercial. Esto condujo a adoptar las leyes que eliminaron las últimas barreras para el capital extranjero. El flujo promedio anual de inversión extranjera directa al país subió de 3,64 mil millones de dólares en 1988-1993 a 12,42 y 21,74 mil millones en los periodos de 1994-2000 y 2001-2008, respectivamente (Ibid., p. 79). Sin embargo, reconociendo algunos efectos positivos del capital extranjero en la economía, creemos que éste no puede ser visto como el factor a largo plazo que pueda ayudar a que se alcancen los objetivos nacionales de desarrollo. Los inversores extranjeros actúan no conforme a los intereses del país receptor, en nuestro caso, de México, sino conforme a sus propios intereses cuyo objetivo es maximizar beneficios.

El ingreso de México al NAFTA y la creciente inserción en la economía mundial, acompañada de aprobar las leyes muy liberales respecto a la inversión extranjera, llevó a que las grandes empresas extranjeras comenzaron a construir en el país las plantas que participaban en una etapa determinada del proceso productivo exportando después productos fabricados a otros países (o subcontrataban para estos objetivos las empresas

nacionales). En primer lugar estamos hablando de las empresas estadounidenses y así llamadas maquiladoras. Estas empresas supuestamente mexicanas son nada más que eslabones en el proceso de producción global lo que no contribuye a su integración nacional. Más aún, podemos decir que este proceso intensificó su desintegración y significó aparecer una producción de enclave. En muchos años México no logró integrarlas en la economía local y aumentar significativamente el uso de los componentes nacionales. El aumento de las importaciones de insumos para las plantas de ensamblaje y maquiladoras no es compensado por las exportaciones con lo que el déficit comercial creció tanto en la industria manufacturera, como en toda la economía en total: el saldo comercial negativo promedio anual de la economía y de las manufacturas antes y después del inicio del TLCAN (1980-1993 y 1994-2006) pasó de 9 300 a 20 100 mdd, y de manera más contundente de 16 000 a 33 200 mdd, respectivamente (Ibid., p. 81).

Tratando de profundizar el proceso de integración en el mercado mundial, México hizo una apuesta en el petróleo, cuyos precios a comienzos del siglo XXI aumentaron considerablemente. El alza de los precios de petróleo en el mercado mundial influyó en el aumento de los ingresos de las exportaciones: sólo entre 2000 y 2005 éstos crecieron más de dos veces, de 327 mil millones de pesos a 777 mil millones (Moreno Rocío, 2006:11). Al igual que en Rusia, el petróleo en México se ha convertido en el principal producto de exportación, en la principal fuente de recursos para el presupuesto (los ingresos del petróleo en México forman cerca del 40% del presupuesto) (Ibidem). En la práctica esto resultó en el retorno al modelo de exportación primaria lo que afectó la estructura económica mexicana en la cual ahora se ven los rasgos de desindustrialización.

Pese a la crítica de la política petrolera en los años anteriores, la situación en el período neoliberal no sólo no cambió, sino se agravó. La diferencia consiste en que el petróleo fue desplazado de las exportaciones por la producción de maquiladoras. La porción del petróleo crudo en las exportaciones aumenta: en la primera década del siglo XXI ésta casi se duplicó (1999 – 6,5%, 2010 – 12%)⁶. Durante los últimos 15 años casi toda la exportación de hidrocarburos es el petróleo crudo cuya porción no baja menos de 83% (por el valor). Con eso la participación de los productos petroquímicos bajó casi 5 veces (del 2,9% en 1995 al 0,6% en 2010)⁷. Para comparar: en 1980 ella fue el

4,1%⁸. Y esto está ocurriendo en el ambiente de creciente importación de estos productos cuya participación en las importaciones nacionales en 2010 fue casi una vez y media más alta que en 1980 (7% contra 4,5%)⁹.

Cuando el Estado se va de la economía como el participante activo, los ingresos petroleros dejan de servir al desarrollo del país, ellos corrompen, crean la ilusión de abundancia financiera sin fin, privan a las autoridades estímulos para hacer ajustes económicos verdaderos.

Tal política se incierta muy bien en el principio neoliberal “menos Estado”. Y el Estado se hace menos: el Estado que defiende los intereses nacionales, el Estado que lucha por el desarrollo de verdad, el Estado-creador y no el mediador que trata de conciliar los intereses individuales muy distintos y a veces opuestos. Y a menudo resulta que tal Estado está al lado de los intereses privados, en primer lugar, extranjeros, perdiendo su soberanía económica y después política.

La apertura completa a las fuerzas externas en este mundo globalizado tiene consecuencias económicas acentuadas de que casi no se hace caso. A través de los medios de comunicación globales están imponiendo los modelos de consumo ajenos que no corresponden a los imperativos internos del proceso de acumulación. Está formando el modelo occidental de consumo desenfrenado que no coincide con las necesidades de desarrollo interno que requiere aumento de inversiones internas en diversos proyectos económicos.

Al evaluar el impacto de la política neoliberal más atención prestan a los indicadores económicos pero de los investigadores se escapan sus efectos para el estado social, ético-moral, y, si quieren, psicológico, de la sociedad que tiene su propio sistema de valores, sus tradiciones, su comprensión de lo debido y necesario. Y entonces surge la necesidad de otro enfoque: a primer plano sale la evaluación de la calidad de vida, la percepción por los mismos mexicanos de lo que está pasando y del futuro, de las autoridades y su papel en construir este futuro.

En este sentido es muy relevante la encuesta realizada por la revista Nexos en 2010 con motivo del 200 aniversario de la Independencia. Los datos de la encuesta indican que hay una fractura entre el mexicano y su país, ellos como si existieran por separado. El 69% de los encuestados dice que los individuos sí tienen rumbo y dirección, pero al mismo tiempo el 56% cree que México es como un barco a la deriva es decir reconocen que su país no tiene fines ni rumbo a dirigirse (NEXOS,

Febrero, 2010:9). Los temas relacionados con la economía son el principal problema del país para el 27% pero son la prioridad individual para el 49% (Ibidem).

Otra fractura es entre la sociedad y el gobierno (o la élite gobernante), en el que la mayoría de los mexicanos no confían. Y esta desconfianza se manifiesta más claramente en la división en el Nosotros (los pobres) y el Ellos (los ricos). Y el Nosotros es la personificación de cualquier persona que no pertenece a la élite, sobre todo política y gobernante. Sólo el 6% de los mexicanos confían en los personajes relacionados con la política: el presidente, los jueces, la policía, diputados, representantes de los partidos (Ibid., p. 29). En este ambiente de desconfianza la gente empieza a encerrarse en su familia, sólo en la cual encuentran consuelo y esperanza. En tales circunstancias existe un claro predominio de los intereses individuales sobre los colectivos: el 86% de los mexicanos tienen aspiraciones que sólo tienen que ver con el bienestar personal y familiar (Ibid., p. 20).

El país resultó fracturado por todas las estructuras: territorial, de sexos y edad, socioeconómica. Durante tres últimas décadas la conciencia de los mexicanos ha cambiado mucho. De ésta se va la noción de lo colectivo: del futuro común, destino común (colectivo), del sueño (idea) común (colectivo), capaz de reunir y canalizar los esfuerzos individuales en la energía creativa de la transformación de la realidad mexicana.

Según el historiador mexicano Enrique Semo, México vive «una época en que las élites dominantes están ocupadas en la deconstrucción de la obra y de la ideología de las revoluciones mexicanas: ¿soberanía, independencia, nacionalismo, política exterior independiente, reforma agraria, industrialización, Estado social con papel importante en la economía?» (Semo Enrique, 2010:15). Estas nociones principales vinculadas estrechamente con las conquistas revolucionarias son objeto de ataques e incluso de la negación. Con su consolidación y desarrollo no es relacionado el futuro de México. De hecho fue destruida la idea en que de una u otra medida estuvo basada la unidad de la sociedad. Según la élite, la salvación del país está en el mercado libre, el emprendedor individualista, la empresa eficaz, la competitividad, el equilibrio macroeconómico y la participación en el TLCAN... (Ibidem).

Como se señala en el ensayo, los retos frente a los cuales están los líderes del país son la formación del sueño común para todos los mexicanos, el sueño que pueda hacerse una base para armonizar las

aspiraciones individuales y colectivas, así como la determinación de la meta final a que debe ir el país y que corresponda a las aspiraciones de toda la nación.

Pero al igual que en Rusia, por parte del gobierno no hay ninguna reflexión sobre lo que viene pasando en el país durante tres últimas décadas. No se permite incluso pensar de que esto tal vez sea la consecuencia de la errónea política económica y social. Se refieren a la liberalización económica insuficiente, al impacto de los factores externos, incluyendo el juego de las fuerzas de mercado, en cuya acción no se puede interferir. Y ni siquiera hay intentos de analizar lo que está sucediendo tanto en México como fuera de ella, en un espacio globalizado de nuestro planeta, la parte del cual es el país. Pero sin tomarlo en consideración, sin darse cuenta de un lugar de México en el mundo, en la región, sin fijar la prioridad de relaciones y sin buscar los aliados verdaderos, sin comprender claramente sus intereses nacionales (no me refiero a los intereses de la élite gobernante sino a los intereses de todo el pueblo) están condenados al fracaso cualesquier intentos de cambiar la situación a lo mejor.

La política de últimos años no toma en consideración la estructura heterogénea de la sociedad mexicana que corresponde a la estructura heterogénea económica que sigue persistiendo hasta hoy día. En su tiempo Raul Prebisch señaló la heterogeneidad de la estructura productiva de los países de América Latina como uno de los factores que impedían el crecimiento económico y influían en la desigualdad en la sociedad latinoamericana. Pasó medio siglo pero México sigue enfrentando este problema. A pesar de la modernización en el país conviven los tiempos muy diferentes, “aquí la modernidad nunca se impone totalmente en los individuos ni en las estructuras sociales. La tradición sobrevive o, inexplicablemente, regresa con gran fuerza” (Semo Enrique, 2010:9). Es por eso el drama de México, así como de Rusia, consiste no en que el país “no había logrado copiar escrupulosamente el Occidente sino en que no (pude) quedarse por sí mismo, enfrentar los retos de nueva época en concordancia con su propia tradición”. (Iñáñigo Á.Ñ., 2002:109)¹⁰.

Por tanto, al elaborar cualquier política es imprescindible tener en cuenta esta característica de la sociedad - la diversidad y la fuerza de la tradición. Con eso se necesita tener el Estado responsable y nacionalmente orientado como una fuerza que es capaz de tomar en consideración este factor y lograr armonizar los intereses de todos los participantes del

proceso nacional de reproducción poniendo ante ellos el fin común (colectivo) que se base sobre la idea también común (colectiva).

NOTAS

- ¹ Raul Prebisch es un economista argentino, fundador de la escuela latinoamericana estructuralista. Consideró la heterogeneidad estructural el problema principal de las economías latinoamericanas donde junto a unos brotes de industria moderna, intensiva en capital y altamente productiva, y a algunas explotaciones agrarias orientadas hacia la exportación, coexiste un amplio sector de agricultura tradicional intensiva en mano de obra y cuya productividad es bastante reducida.
- ² PRI — Partido Revolucionario Institucional fue creado en 1929. Durante casi 70 años, a pesar de existir formalmente el sistema multipartidario, de hecho fue el único partido gobernante.
- ³ Salinas de Gortari llamó a su equipo el «grupo compacto». Casi todos fueron egresados de las Universidades prestigiosas de EE.UU.: Pedro Aspe — secretario de Hacienda (Instituto Tecnológico de Massachusetts), Manuel Camacho Solís — gobierno del Distrito Federal (Universidad de Princeton), Luis Donaldo Colosio — presidente del PRI, en 1992 ã. se hizo el secretario de Desarrollo Social (Universidad de Noroeste), Jaime José Serra Puche — secretario de Comercio (Universidad de Yale), Ernesto Zedillo — secretario de Programación y Presupuesto (Universidad de Yale), José Varía Cordoba Montoya — asesor personal de Salinas de Gortari (Universidad de Stanford). El mismo Gortari egresó la Universidad de Garvard.
- ⁴ En el artículo 27 de la Constitución fue hecha enmienda para abolir el marco jurídico de la reforma agraria que vino realizándose desde el gobierno de Cárdenas. Esto significó el fin del reparto de las tierras.
- ⁵ El Tratado entró en vigor en 1994.
- ⁶ Calculado por: Anuario Estadístico de los Estados Unidos Mexicanos. 2011. México., 2012. Cuadro 21.8.
- ⁷ Calculado por: Ibidem. Cuadro 21.9.
- ⁸ Calculado por: Anuario Estadístico de los Estados Unidos Mexicanos. 1980. México, 1982, p. 136-137.
- ⁹ Calculado por: Anuario Estadístico de los Estados Unidos Mexicanos. 1980, ñ. 139-140; 2011. Cuadro 21.5, 21.9.
- ¹⁰ Panarin Alexandr — filósofo ruso, politólogo — refirió estas palabras a los países de no-Occidente bajo los cuales entendía los países que no pertenecen a la civilización occidental, que, en su mayoría, son países en desarrollo. Tenemos todas las razones de poner México entre ellos dirigiendo a éste su texto.

REFERENCIAS

ALONSO José A. “Soberanía nacional y neoliberalismo en México: el nuevo sector manufacturero en Tlaxcala” — En: *Problemas del desarrollo*. México, 2006, N 145.

Anuario Estadístico de los Estados Unidos Mexicanos. 1980, 2011. México, 1980, 2012.

ARELLANES JIMÉNEZ Paulino. “México ante el mundo: una inserción

ЇАІАДЕІ А.Н. *Аїтааеуніа ннєòè÷анїта ідіаїнєдїааїєа*. І., 2002.

RESUMEN

México tiene interés especial para un investigador ruso lo que se debe a la similitud de muchos procesos que acontecieron en nuestros países en las últimas tres décadas. El artículo analiza el cambio en los modelos de desarrollo en México, el carácter y las consecuencias de la política neoliberal, así como la reacción de la sociedad mexicana a ésta; se hace un parangón con las realidades rusas.

Palabras clave: México, “nacionalismo revolucionario», la industrialización por sustitución de importaciones (ISI), Perestroika, Salinostroika, neoliberalismo.

ABSTRACT

In Mexico Russian investigators should see an object of special interest, for many processes that have been going in both countries during the last three decades are similar. In the present article author analyses the change of development models in Mexico, the nature and the consequences of the neoliberal policy and the reaction of Mexican society on it, also drawing parallels between Mexican and Russian realities.

Key words: Mexico, “revolutionary nationalism”, import-substituting industrialization (ISI), Perestroika, Salinostroika, neoliberalism.

Transiciones Postautoritarias: Logros y Desafíos

Zbigniew Iwanowski - Instituto de Latinoamérica de Academia de Ciencias de Rusia. Universidad Estatal Lomonósov de Moscú

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el pensamiento contemporáneo sobre la teoría de la democracia. El autor destaca la corriente institucional (formal) y el enfoque esencial que toma en consideración la solución de los problemas sociales más agudos. Se examinan el fenómeno de la democratización y sus etapas, la importancia de los factores externos en la modernización política. En la segunda parte del estudio se hace el hincapié en los resultados reales de la tercera ola de democratización en diversas regiones del mundo en globalización y se llega a la conclusión de que la mejora de la calidad de la democracia sólo es posible con el desarrollo sostenible, la solución de problemas sociales persistentes, la disminución de la polarización social, la formación de una numerosa clase media y los cambios en la cultura política de la población.

Palabras clave: teoría de la democracia, el proceso de democratización, los logros y los desafíos de las transiciones postautoritarias.

A partir de la así llamada tercera ola de democratización apareció una abundante bibliografía, dedicada al fenómeno de la democracia y del proceso de la democratización. Sin embargo, en la ciencia política contemporánea no se elaboró el concepto común de la democracia, las evaluaciones de resultados de las transformaciones democráticas también son diametralmente opuestas.

Numerosas definiciones de la democracia a grosso modo reflejan dos enfoques. A comienzos de la transición a la democracia predominaba el enfoque institucional. En su mayoría entre sus partidarios figuran politólogos norteamericanos (B.Geddes, L. Diamond, R.Dahl, J.M.Carey, S.M.Lipset, S.Mainwaring, À.Stepan, Ph. Schmitter, Ì.S.Shugart, etc.), o procedentes de otros países que trabajan en EE.UU. (À.Valenzuela, S.Valenzuela, À.Lijphart, J.Linz, G.Î'Donnell, À. Przeworski, G.Sartori y otros) que ya se convirtieron en los clásicos de la transitología¹. En sus obras se hace el hincapié en las cuestiones de procedimiento -

correspondencia a las normas constitucionales, principio de separación de poderes, derechos y libertades fundamentales, cambio regular del poder a través de las elecciones libres y alternativas, pluralismo político y sistema multipartidista, posibilidad de la oposición de llegar al poder, igualdad de derechos y deberes de los ciudadanos y su responsabilidad igual ante la ley.

Según el grado de la realización práctica de los principios declarados apareció un gran número de variedades de la democracia (“democracia con adjetivos”)² que pueden ser agrupados en tres grupos:

- democracia desarrollada (liberal, libre, consolidada, poliarquía, etc.) supone la transferencia del poder real exclusivamente a los actores políticos elegidos, el estricto control parlamentario sobre el poder ejecutivo, la independencia del sistema judicial, imprevisibles de antemano resultados de la votación, garantía los derechos de las minorías, amplia variedad de canales de expresión, una sociedad civil desarrollada, libertad de expresión y acceso ilimitado a las fuentes alternativas de información, igualdad política de todos los ciudadanos, protección de los derechos humanos y de las libertades individuales y colectivas, independencia de la vida privada de la injerencia arbitrarias tanto de las instituciones del Estado y como de las fuerzas organizadas antigubernamentales, etc.;

- democracia formal (restringida, parcialmente libre, no consolidada, dirigida, soberana, etc.) se reduce a la competencia por los votos del electorado y garantiza el mínimo de las libertades, por lo que la competitividad y la participación política tienen algún sentido, aunque en la mayoría de los casos el Estado no puede garantizar plenamente derechos y libertades declaradas;

- pseudo democracia (autoritaria, régimen híbrido, neoautoritarismo, etc.) tiene algunos elementos formales de la democracia, declara el pluralismo político, pero excluye la competencia electoral justa que podría provocar el cambio del poder.

A pesar del numeroso material empírico y estudios comparativos realizados los institucionalistas se concentraban en los rasgos comunes y prestaban poca atención a las particularidades nacionales y regionales del proceso de la democratización. Más tarde algunos investigadores, como, por ejemplo, el politólogo francés Henri Favre, acusaron a los transitólogos institucionalistas de “fundamentalismo democrático” y simplificación, porque su modelo de democracia liberal tenía poco que ver con las realidades históricas, culturales, sociales y económicas del

mundo en desarrollo³. El enfoque institucional ignoraba particularidades civilizatorias y la cultura política, que pueden debilitar o incluso reducir al cero los éxitos de la modernización política. En los países del tercer mundo, como señala acertadamente el investigador boliviano Hugo César Felipe Mansilla, las instituciones modernas tienen que convivir con las normas y reglas no escritas, con costumbres seculares y práctica política tradicional que se opone a todos los intentos modernizadores⁴.

Sin embargo, hay que señalar que a su vez las reformas democráticas han influido positivamente sobre la cultura política de la población. Como señalan conocidos politólogos latinoamericanos Daniel Sovatto y Marta Lagos, la población empieza a diferenciar la democracia como sistema y el apoyo a los actores políticos concretos. Los ciudadanos no quieren perder la democracia, pero tratan de deshacerse de malos gobernantes, la crítica principal se dirige contra las élites políticas existentes que no han podido hacer frente a los problemas existentes. El proceso de la madurez política se comprueba por el rechazo de la búsqueda de las soluciones simplistas, de los gobiernos autoritarios, de las revoluciones izquierdistas y de las viejas formas del populismo⁵.

A diferencia de los institucionalistas otra corriente de investigadores insiste en la necesidad del enfoque esencial que toma en consideración la dimensión humana de la democracia, ante todo, su componente social. En sus obras se hace la diferencia entre el crecimiento y el desarrollo, se trata de la necesidad de crear un sistema político capaz de asimilar y garantizar el progreso tecnológico, acelerar la reestructuración económica y la integración, garantizar la participación política de las masas, eliminar la violencia como método para resolver problemas políticos⁶. Se hace evidente, que la voluntad y la capacidad de liderazgo político y la ingeniería institucional son insuficientes para garantizar la estabilidad y el funcionamiento efectivo de la democracia, a largo plazo los factores socio-económicos pueden favorecer o frenar el desarrollo de las instituciones democráticas⁷.

P.e., los investigadores norteamericanos M. Gasiorowski y T. Power llegan a la conclusión que en los países del tercer mundo el mayor desafío a la consolidación democrática es un nivel bajo del desarrollo económico⁸. Los cálculos de Adam Przeworski confirman que en los países con altos ingresos *per cápita* los regímenes democráticos son bastante estables⁹. A su vez, el estudio del mexicano Gabriel de la Paz demuestra que la relación entre la situación financiera y la estabilidad de la

democracia no siempre es lineal. La situación en muchos países asiáticos y latinoamericanos confirma que la mayor amenaza para la democracia más que la pobreza es la distribución injusta de los ingresos. El alto nivel de la pobreza y de la polarización social impide el surgimiento de la clase media, los pobres y socialmente excluidos forman la base principal de los regímenes neopopulistas, cuyas reincidencias en las condiciones de debilidad y de descrédito de las instituciones políticas formales y de la marginalización social y política de numerosos segmentos de la población son inevitables¹⁰.

Algunos investigadores (Immanuel Wallerstein, Eric Hobsbawm, Randall Collins, Shmuel Eisenstadt, Charles Taylor y otros) rechazan tanto las teorías de la modernización, las búsquedas postestructuralistas y postmodernistas, como la matematización económica, generalizada en EE.UU. Uno de los representantes de esta tendencia, Charles Tilly, considera que la historia tiene muchas variantes y es poco predecible. Según su opinión, ninguna de las corrientes del pensamiento contemporáneo por separado puede dar una explicación razonable de las particularidades del desarrollo histórico en general y de los procesos democráticos en particular. Diferentes resultados y perspectivas de la democratización se explican por la presencia o ausencia de los centros rivales de poder, la influencia de los regímenes vecinos y la disponibilidad de recursos locales para asegurar las actividades estatales. El potencial más alto del Estado determina la predisposición del régimen a la democratización o a la dedemocratización¹¹. Tal enfoque, que pretende ser universal y no siempre con razón rechaza los estudios teóricos precedentes, en cierta medida, ayuda a superar algunos los estereotipos antiguos y nuevos, pero plantea una nueva serie de preguntas a las que el pensamiento social moderno por ahora no ha encontrado respuestas.

En la transitología moderna tampoco existe un enfoque común sobre el proceso de la democratización, sus fases y direcciones. Algunos investigadores, como, p.e., Scott Mainwaring, Guillermo O' Donnell, Philippe Schmitter, Samuel Valenzuela, diferencian la liberalización del régimen autoritario que se limita con la eliminación de ciertas restricciones para las actividades políticas y la ampliación de los derechos humanos y propiamente democratización - un proceso histórico complicado que se asocia con el establecimiento del régimen político cualitativamente nuevo, basado en la redistribución del poder de acuerdo a la voluntad popular, expresada en las elecciones libres y abiertas,

garantías de los todos los derechos y libertades. Otros autores, como, p.e., Larry Diamond, diferencian la liberalización, la transición, la consolidación y la profundización de la democracia¹².

Desde nuestro punto de vista, tiene mayor razón el enfoque más amplio, según el cual la democratización se define como una ampliación cualitativa del espacio democrático, un proceso generalizado, relacionado con cualquier cambio positivo del régimen político desde la liquidación del sistema autoritario anterior hasta la estabilización y el fortalecimiento de las nuevas democracias y su perfeccionamiento ulterior. En este planteamiento la liberalización del régimen autoritario anterior, la transición de la dictadura a la democracia, la consolidación de la democracia y el perfeccionamiento del régimen democrático ya fuerte y estable pueden considerarse como partes integrantes del único proceso. Entre estas etapas a menudo no existen fronteras visibles, los procesos pueden desarrollarse paralela o sucesivamente de acuerdo a la correlación de las fuerzas políticas y al grado de la solución de problemas que enfrenta cada país en particular. Tampoco se puede excluir procesos reversibles que provocan el deterioro de la calidad y la degradación de las nuevas democracias.

La mayoría de los estudiosos llega a la conclusión que de una u otra manera el período de la transición ya ha terminado, aunque sus resultados en diferentes regiones y países no son tan evidentes, ya que no todos los regímenes postautoritarios ni siquiera por índices formales pueden ser calificados como democráticos.

Para determinar el grado de consolidación del régimen político algunos investigadores (p.e., Samuel Huntington) se limitan con aspectos formales (doble transferencia del poder, imposibilidad de la revancha autoritaria y del derrocamiento del régimen constitucional) o la relacionan con el acuerdo de todos, o por lo menos, de la mayoría de los actores políticos de adherirse a las normas y procedimientos democráticos. (J. Higley, R. Gunther y otros). Por el contrario, el politólogo alemán Wilhelm Hofmeister cree que el proceso de la consolidación que comienza una vez terminada la “fase fundacional” no necesariamente alcanza un “estadio final”, porque siempre existe la posibilidad de que el desarrollo democrático sufra algún revés y porque aun las democracias más antiguas pueden verse expuestas a considerables presiones en caso de pérdida de eficacia y legitimidad del sistema y de sus principales actores¹³.

Muchos investigadores prominentes señalan con razón que la irreversibilidad de los procesos democráticos es una condición necesaria, pero no suficiente para consolidar la democracia. Así, Samuel Valenzuela subraya que una larga estancia en el poder del régimen democrático no siempre significa su consolidación¹⁴. Juan Linz destaca que se puede hablar de una democracia consolidada sólo cuando los principales actores, partidos políticos o grupos organizados, fuerzas o instituciones están convencidos de que se puede conquistar el poder exclusivamente por medios democráticos, y ninguno de ellos cuestiona las acciones de los líderes democráticamente elegidos. Según Larry Diamond la consolidación es el proceso, cuando la democracia es tan generalizada y profundamente arraigada en las mentes de los ciudadanos de que su colapso es completamente indeseable. Es inconcebible sin los cambios de comportamiento e institucionales que normalizan la política democrática y que la convierten en bastante definida y a veces incluso trivial¹⁵. Con tales enfoques se hace evidente que el proceso de consolidación puede llevar décadas, e incluso requerir un cambio generacional.

Menor atención en la ciencia política se presta al perfeccionamiento de sistemas políticos y al mejoramiento la eficacia del gobierno democrático, la transferencia de algunas de sus funciones a la sociedad civil, a la necesidad de la participación social más activa. Hasta cierto punto estos aspectos incluye el concepto de la profundización de la democracia, propuesto por Larry Diamond. A fin de cuentas la profundización de la democracia contribuye a la estabilidad política, sin embargo, su aplicación práctica, acompañada por la democratización de los partidos políticos y del gobierno local, el fortalecimiento de los poderes legislativo y judicial y de los movimientos sociales, nuevos poderes para los estratos con bajos ingresos, la lucha contra la corrupción y la violación de los derechos humanos, la subordinación de los militares al control civil suele crear conflictos y puede desestabilizar la situación¹⁶.

Un papel importante en el proceso de modernización política lo interpreta el problema de la gobernabilidad. Se trata de mejorar los mecanismos de interacción entre el Estado y la sociedad, la eliminación de las disparidades regionales, la aplicación de los principios del federalismo (en es sistema federal de gobierno), una combinación racional de las funciones reguladoras del gobierno central con la descentralización. La modernización política requiere repensar el papel del Estado, que

después de la privatización masiva, según G. O'Donnell, se hizo anémico y abandonó sus funciones sociales. Debido a los derechos civiles no realizados la sociedad civil también es apática y débil. La oposición, muy activa durante las dictaduras, debilitó significativamente su actividad en condiciones democráticas, sus intervenciones a menudo son desestabilizadoras y sus consignas demasiado radicales. En todo caso, en nuevas condiciones debe haber un Estado fuerte y una sociedad civil fuerte, el Estado debe ser amistoso y servir a la sociedad civil, y no viceversa.

El principal desafío en el ámbito socio-político consiste en ampliar la participación y fortalecer la democracia inclusiva, buscar el consenso nacional sobre la estrategia económica y el desarrollo de nuevas instituciones políticas, superar la atomización y la fragmentación social, involucrar a nuevos actores al proceso de toma de decisiones, activar la sociedad civil.

Un problema muy discutido es el papel de los factores externos en la modernización política. A pesar de ser demasiado categóricas, tienen cierta razón las afirmaciones de algunos teóricos antiglobalistas. P.e., el filósofo ruso Alexandr Panarin que definía la democracia como soberanía política del pueblo, señaló que ésta es incompatible con la lógica de la globalización, ya que en la era posmoderna los verdaderos centros de poder y de toma de decisiones no toman en cuenta los deseos del electorado local y aplican en práctica la estrategia concertada de los trusts internacionales, tanto económicos, como políticos¹⁷. (La presión de los actores internacionales se siente aun más en las condiciones de la crisis económica mundial). Por el contrario, Mikhail Illín escribe sobre la posibilidad de crear una organización política global, que puede reconstruirse y perfeccionarse por sí misma sobre la base de la experiencia de políticos reformistas, multiplicada por el conocimiento de los investigadores de las tendencias del desarrollo político a largo plazo¹⁸.

Por un lado, es innegable que el cambio en la posición de EE.UU. con respecto a los regímenes dictatoriales fue uno de los factores principales, y en algunos casos, primordiales que favoreció el proceso de la democratización y de la modernización política en general. A pesar de la complejidad de los problemas sociales y económicos existentes la posición de la comunidad internacional es esencial y en muchos casos no permite revertir el proceso de la democratización, y en cierta medida obstaculiza los intentos de establecer nuevos regímenes

autoritarios. Por otro lado, las tentativas de imponer regímenes democráticos de tipo occidental por fuerza, sin tener en cuenta la opinión de gran parte de la población y las particularidades de la cultura política nacional no dan resultados esperados. EE.UU. sigue tratando de desempeñar un papel hegemónico en el mundo, pero sus esfuerzos de influir en la política interna de uno u otro país no son iguales y no siempre exitosos. En cualquier caso, sin negar el papel de los factores externos en el proceso democrático, es preciso reconocer que siempre es decisiva la situación interna. EE.UU. y en menor grado la Unión Europea actúan de acuerdo a sus intereses pragmáticos. Como señala acertadamente el investigador estadounidense Thomas Carothers, reciben el apoyo las transformaciones democráticas en los países y regiones que corresponden a los intereses del Occidente desde el punto de vista de la economía o de la seguridad. Sin embargo, en muchos casos, por varias razones EE.UU. y Europa apoyaban a los gobernantes autoritarios y no ven ningún problema para seguir apoyándolos en el futuro o, por lo menos, tolerar su existencia¹⁹.

A partir de los mediados de la década de los 1990 comenzó a disipar la euforia inicial que se había apoderado no sólo de la comunidad política y científica, sino también de una parte considerable de la población que esperaba de los regímenes democráticos la solución de todos los problemas económicos, sociales, políticos y culturales existentes. Por otra parte, en varios casos por medio de las elecciones democráticas llegaron al poder líderes populistas de corte autoritaria que restringen los derechos de los ciudadanos y abusan de su poder, con mayor frecuencia se habla del deterioro de la calidad de la democracia. Al mismo tiempo, la incapacidad de la mayoría de los gobiernos de resolver a corto plazo los problemas sociales más agudos provoca la desestabilización y la formalidad de muchos regímenes democráticos. La crisis de representación y la pérdida de la influencia de los partidos políticos están encontrando expresión en la apatía política y electoral y en el abstencionismo. En las condiciones de la globalización la modernización económica que destruye de la sociedad tradicional tiene diferente velocidad, y sus consecuencias sociales son diferentes en cada caso concreto. La población, arrancada de la sociedad tradicional con bajo nivel de educación no siempre se moderniza y a menudo está condenada a la exclusión social debido a la erosión de los lazos sociales. La masa de los excluidos constituye una base social fértil para los partidos,

movimientos étnicos y religiosos extremistas, y en el menor grado corresponde a los principios democráticos.

Como resultado entre los politólogos prevalecen enfoques pesimistas. Así, F.Zakaria llegó a la conclusión de que una democratización rápida tiene la maldición de una democracia no liberal, E.Mansfield y J. Snyder declararon que los Estados en democratización en mayor grado están sometidos a los conflictos en comparación con las autocracias estables, en algunos países con ayuda de mecanismos democráticos llegaron al poder líderes populistas y autoritarios o extremistas, florece un nacionalismo feroz, tienen lugar numerosos conflictos y guerras civiles²⁰. Al analizar las experiencias negativas de las nuevas democracias, estos autores y sus seguidores propusieron el concepto de una democratización gradual (*democratic sequencing*). Según ellos, antes de iniciar la democratización de la sociedad hay que cumplir con ciertas condiciones previas, en primer lugar, garantizar el cumplimiento de las normas legales y buen funcionamiento de las instituciones públicas, y sólo después se puede insistir en la celebración de las elecciones y la implementación de otros elementos de la democracia. Esta idea fue apoyada con entusiasmo por los líderes de algunos países no democráticos que afirman que sus pueblos todavía no están maduros para la competencia política, y los propios dirigentes en el futuro tratarán de construir un Estado democrático²¹.

En nuestra opinión, son muy persuasivos los argumentos de T. Carothers, según el cual cualquier autocracia es esencialmente contraria tanto al desarrollo del Estado de derecho, como a la formación de las instituciones estatales. Aunque en la historia existían poderosos líderes autoritarios, impregnados con el espíritu de construcción de la nación que aceleraron el proceso de modernización, dictadores ilustrados son muy escasos, es más bien una excepción que una regla. A su vez, este investigador propone la construcción gradual de la democracia en condiciones concretas (aquí y ahora), y no aplazar el proceso para un tiempo indefinido y mucho menos negarlo en absoluto. Según T. Carothers, obstaculizan el éxito de la democracia bajo nivel de desarrollo económico; alta concentración de los recursos naturales y otras fuentes de riqueza nacional; diferente identidad social (sociedades heterogéneas con la división por principios étnicos, religiosos, tribales o de clan); ausencia de experiencia histórica del pluralismo político; entorno no democrático²².

La modernización política, en cierta medida, consiste en adaptar las instituciones políticas a las condiciones y tradiciones de las respectivas sociedades. Como resultado de la tercera ola de democratización en los países postautoritarios de Europa predominan repúblicas parlamentarias o presidenciales-parlamentarias con poder limitado o equilibrado del jefe de Estado (España es una monarquía parlamentaria que opera de acuerdo a los mismos principios). En América Latina algunos regímenes debido a poder constitucional (México, Perú), la práctica política (Bolivia), o ambos factores (Venezuela) con cierto grado de condicionalidad pueden ser definidos como repúblicas superpresidencialistas, la mayoría de los demás países están representados por el presidencialismo moderado (en Argentina y Perú existe el primer ministro, pero sus posibilidades de tomar decisiones propias son extremadamente limitadas.)

La gran mayoría de los países, surgidos en el espacio postsoviético, formalmente son semipresidencialistas, pero en la práctica en todos los casos se trata del superpresidencialismo: a pesar de la existencia formal de los elementos del semipresidencialismo no funciona el sistema de frenos y contrapesos, tampoco corresponden a las normas democráticas las formas de la transferencia de poder. El politólogo ruso Alexey Bogatúrov destaca cuatro modelos del cambio del poder: a través de las elecciones en combinación con la protestas civiles (Ucrania), “presidencia por el testamento” que parece al sistema de *dedaço* mexicano antes de 2000 (Rusia), el nombramiento del heredero real (Azerbaiyán), el golpe de Estado apoyado por las masas (Georgia)²³. Un nuevo contenido político adquirió el concepto “sucesor” que supone una transferencia hereditaria del poder (directa o indirecta). Fuera de estos modelos se colocan los estados de Asia Central y Bielorrusia, cuyos líderes son vitalicios.

Obviamente, los resultados prácticos del proceso de democratización y modernización política en general son distintos en diferentes países y regiones. El mayor éxito se logró en España, Grecia y Portugal, donde comenzó la tercera ola de democratización. En esta región ya se trata de una democracia consolidada, los riesgos del retorno al autoritarismo son mínimos. Al mismo tiempo, incluso en esta parte del mundo existe el problema de perfeccionar el sistema político, nuevos retos surgieron durante la crisis económica mundial que a su vez provoca las crisis políticas y en el caso de España estimula las tendencias separatistas. Los movimientos masivos de protesta, no característicos para los países del

primer mundo, han provocado la inestabilidad política. Es evidente que el modelo económico actual debe ser corregido dentro de los marcos de consenso y la solución aceptable de problemas existentes a través de mecanismos democráticos.

En América Latina son evidentes cambios positivos: se cumple con el calendario electoral, se mantiene (aunque limitada) la circulación de las élites, ocurre la descentralización del poder político, se institucionalizan sistemas partidistas, se cumple con mayor rigor la separación de las ramas del poder, se establece mayor control parlamentario sobre el ejecutivo que ha permitido destituir a varios jefes de Estado, se profesionaliza y se despolitiza el ejército, se crean instituciones electorales independientes, se introduce el voto electrónico que garantiza elecciones más transparentes, se perfecciona el poder judicial, etc. Al mismo tiempo en el escenario político esporádicamente aparecen las fuerzas armadas, es inestable la base social de los partidos políticos, se conservan el populismo y el clientelismo, aumenta la influencia del narcotráfico y de la corrupción y la criminalización de la sociedad en general, se erosionan sistemas de partidos que parecían estables, se polariza el electorado, la sociedad civil es débil, se usan los mecanismos democráticos para que lleguen al poder líderes populistas, etc. Un papel ambiguo lo desempeñan los movimientos sociales: frecuentemente sus acciones de protesta son irracionales y poco realistas, sus demandas contradicen a los intereses de otra parte de la población, o incluso a los intereses nacionales. Como resultado, el cambio cíclico de la democracia y del autoritarismo, característico para de la región, definitivamente no ha sido superado, lo que comprueban el golpe de Estado en Honduras, el intento de golpe policial en Ecuador y, según algunos analistas políticos, la destitución del presidente del Paraguay Fernando Lugo.

Una situación ambigua existe en los antiguos países socialistas, incluyendo el espacio postsoviético. El politólogo ruso Boris Makarenko hace el intento de crear su tipología desde el punto de vista del grado de consolidación de la democracia, utilizando los criterios propuestos por Samuel Huntington (el cambio doble de gobierno y la integridad de la nación). Dos primeros grupos forman 13 países que completaron con éxito (Polonia, Hungría, República Checa, Eslovenia, Eslovaquia y Lituania) o están a punto de completar la transición (Bulgaria, Croacia, Rumania, Albania, Macedonia, Estonia, Letonia). Mínima posibilidad de éxito existe en Bielorrusia, Azerbaiyán y Tayikistán, ha fracasado el

tránsito en Uzbekistán y Turkmenistán. En los demás países (Rusia, Ucrania, Moldavia, Serbia, Montenegro, Bosnia y Herzegovina, Armenia, Georgia, Kazajstán y Kirguistán) la posibilidad de la transición no se excluye²⁴.

Esta clasificación debe ser perfeccionada y necesita mayor cantidad de variables, pero uno puede estar de acuerdo con el autor que incluso en los dos primeros grupos no todos los problemas de modernización y democratización están resueltos con éxito, pero su solución ulterior ya se realizará en condiciones democráticas. En Europa Central y Oriental y en los países bálticos, la estabilidad política y la solución gradual de los problemas sociales son en gran medida apoyadas por el favorable entorno externo, en Letonia y Estonia los defectos de la democracia están relacionados con la discriminación política de la minoría rusa.

En los países de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) en la mayoría de los casos el conjunto de factores socioeconómicos y la cultura política tradicional dieron como resultado el establecimiento de regímenes personalistas que en diversos grados recurren a métodos autoritarios. Las llamadas “revoluciones florales o en color” en Georgia, Ucrania y Kirguistán provocaron el cambio de las élites políticas y la redistribución de la propiedad, pero hicieron poco o nada para promover la modernización política y profundizar los procesos democráticos, aunque la política en estos países es mucho más competitiva en comparación con los demás.

Las opiniones de la sociedad política sobre la situación en Rusia son bastante heterogéneas. El constitucionalista Mikhail A. Krasnov considera que en el país fueron creadas y actúan prácticamente todas las instituciones, características para las sociedades democráticas, en rasgos generales la economía es de mercado, pero el sistema político sigue siendo arcaico y reproduce el régimen del poder cesarista (personalista)²⁵. El politólogo Vladímir B. Pastukhov afirma que Rusia “ha probado el vestido de la democracia occidental, que no era de su talla”. La contradicción básica, en su opinión, se explica por el hecho de que la forma política de organización de la sociedad no corresponde a su organización cultural, social y económica, porque la nueva estructura política fue diseñada para la versión occidental de la religión cristiana y la burguesía y la clase media desarrolladas, lo que no existía en la Rusia de los años 1990²⁶.

Los partidarios del gobierno a su vez subrayan que la identidad nacional rusa se diferencia de los modelos occidentales, y determinan el

régimen político actual como democracia soberana (que corresponde esencialmente a la democracia dirigida o controlada con todas sus características fuertes y débiles).

Una de las peculiaridades del sistema político ruso, determinada por la Constitución de 1993, es el poder presidencial muy fuerte, desequilibrio de poderes a favor del jefe de Estado y la ausencia real del sistema de frenos y contrapesos. Consecuencias ambiguas para la modernización política tuvieron las reformas de la legislación electoral y partidista, en primer lugar, subida de la barrera electoral del 5 al 7%, sustitución del sistema mixto la elección de la Duma Estatal por el proporcional, abolición de la participación electoral mínima y del voto contra todos, prohibición de crear bloques y coaliciones electorales, formación de las listas de candidatos exclusivamente por partidos políticos registrados, requisitos más estrictos a la membresía de los partidos, introducción del mandato y del voto imperativo, numerosas razones para eliminar la participación de candidatos individuales y de las listas partidistas, control limitado de los observadores independientes nacionales y extranjeros ²⁷.

Entre otras deficiencias de la legislación y de la práctica electoral se mencionan restricción del derecho a la propaganda electoral negativa, imposibilidad de los miembros ordinarios del partido de influir sobre la formación de las listas partidistas, el fenómeno de así llamadas “locomotoras” (políticos populares que a menudo representan el poder ejecutivo, encabezan las listas, pero después de las elecciones no tienen ninguna intención de trabajar como diputados). En la situación política concreta reduce al mínimo la competitividad política el predominio del partido gobernante “Rusia Unida”, mientras que los demás partidos cumplen el papel secundario o participan como “spoilers” para debilitar a los partidos de oposición más grandes y erosionar el electorado. Muchos expertos nacionales y extranjeros hablan también del abuso del recurso administrativo, el control total del Estado sobre los medios de comunicación electrónicos y numerosos fraudes en el transcurso de las elecciones.

Son muy criticadas por la oposición las leyes, aprobadas durante la primera mitad del año 2012, sobre todo la ley sobre el aumento de sanciones penales por las infracciones en la organización de mítines y manifestaciones, sobre el status del agente extranjero de las organizaciones sociales que reciben ayuda financiera de otros países, sobre el retorno

del castigo por la calumnia y sobre el bloqueo de dominios y sitios en Internet, cuyo contenido se declara contrario a la ley y pueda causar daño a los niños y adolescentes.

Se considera positivo el restablecimiento de la elección directa de gobernadores, aunque se critica la introducción del filtro presidencial y de asamblea municipal para todos los candidatos y el nombramiento de casi todos los gobernadores antes de que la ley entre en vigor. Un efecto contradictorio para la estructura del sistema político puede tener nueva ley sobre partidos políticos, según la cual la membresía mínima se reduce de 40 mil a 500 personas y no es necesaria su presencia en la mitad de los sujetos de federación. Por un lado, la nueva ley amplió el espectro político y provocó la aparición masiva de nuevos actores políticos: entre el 2 de abril de 2012, cuando entraron en vigor las enmiendas mencionadas y el 1 de julio de 2012 se registraron 27 nuevos partidos y 180 están en la lista de espera²⁸. Por otro lado, en las condiciones actuales de alta barrera electoral es poco probable que alguno de ellos pueda entrar en la Duma Estatal, nuevos actores ayudan a dispersar el electorado opositor y a fortalecer las posiciones del partido dominante.

Para ser objetivo, hay que señalar que en una situación dada las reformas políticas de los últimos diez años pueden tener también consecuencias positivas o por lo menos, son neutrales: el renglón cancelado “contra todos” no figura en la legislación electoral de la mayoría absoluta de los países y puede ser compensado con boletines vacíos, en el caso de la importancia de elecciones la concurrencia de los votantes es bastante alta. La existencia de la mayoría parlamentaria abre posibilidades para formar el gobierno monocolor y evitar posibles conflictos entre los poderes legislativo y ejecutivo. La necesidad del voto imperativo y la prohibición de migrar de una fracción parlamentaria a otra se discute en varios países y aumenta la responsabilidad de los diputados y su independencia de la coyuntura política. El sistema de representación proporcional puede mejorar la actividad de los partidos políticos y en ciertas condiciones ampliar el pluralismo político. Hay que tomar en consideración la heterogeneidad del partido gobernante que aglutina a los partidarios de diferentes convicciones políticas.

La concentración del poder y baja competitividad política se explica no solo por las normas constitucionales y la popularidad relativamente alta del actual presidente, sino también por las peculiaridades de la cultura política que se caracteriza por el paternalismo, es decir, por el

patrocinio estatal muy fuerte y la política redistribuidora. Según los estudios sociológicos, entre los valores de los rusos predominan el bajísimo nivel de confianza en las instituciones políticas y baja confianza interpersonal, la pasividad, la apatía política, la orientación hacia el paternalismo estatal, la negativa de tomar la responsabilidad personal por su propio bienestar, al mismo tiempo las instituciones políticas que formalmente funcionan no representan la esfera del control institucionalizado sobre el poder estatal²⁹. Ciertos cambios en la conciencia pública surgieron después de las elecciones parlamentarias de 2011, cuando por primera vez en la última década se organizaron masivas manifestaciones y mítines de protesta que exigían elecciones libres y transparentes. Sin embargo, la oposición es muy heterogénea y no es capaz de elaborar exigencias comunes. Las perspectivas del movimiento de protesta todavía no se vislumbran, sólo se puede hablar de la erosión gradual del partido gobernante y de la necesidad de perfeccionar el modelo político y económico existente.

Muchas esperanzas de los partidarios de la democratización global estaban vinculadas con la primavera árabe que puso fin a los regímenes autoritarios, cuyos líderes habían mantenido el poder durante varias décadas. Sin embargo, por ahora hay muy poco terreno para el optimismo: una vez destituidos los líderes que representaban el “absolutismo ilustrado” y de alguna manera trataban de resolver problemas sociales y mantener la estabilidad, en vez de las democracias de tipo occidental pueden surgir regímenes fundamentalistas que acaben con todos los brotes de la democracia y provoquen la inestabilidad y el caos.

Desde el inicio de la tercera ola de democratización pasaron más de tres décadas. Cuando se evaporó la euforia inicial, se hizo evidente, como señalaron Philippe Schmitter y Terry Lynn Karl, que la democracia no necesariamente favorece el crecimiento económico, la paz social, la armonía política, el libre mercado o el “fin de la ideología”, menos razones hay para hablar del “fin de la historia”. Sin lugar a dudas, la presencia de algunos de los factores, mencionados arriba, puede facilitar la consolidación de la democracia, pero éstos no crean para ella condiciones necesarias ni son sus resultados inmediatos.³⁰ En la mayoría de los países postautoritarios las constituciones democráticas no establecieron automáticamente regímenes democráticos, las elecciones libres no garantizan gobiernos justos y eficaces, en algunos casos crece el crimen organizado y se conserva la inestabilidad, los gobiernos

democráticos en su mayoría no pudieron resolver agudos problemas sociales. Como resultado, una parte de la población, donde los regímenes autoritarios han sido menos represivos, siente nostalgia sobre “la estabilidad y el orden.” En tales condiciones muchos investigadores han detectado las primeras señales de una reversión de la tercera ola de democratización.

Sin embargo, a pesar de los problemas que experimentan los regímenes democráticos, no se puede afirmar que el péndulo político ha oscilado hacia el autoritarismo. La mayoría de la población todavía se adhiere a los valores democráticos y no está interesada en el retorno de los regímenes autoritarios. Gran importancia para prevenir el regreso al autoritarismo tiene la posición de la comunidad internacional.

Tomando nota de las deficiencias evidentes de regímenes democráticos existentes, la mala calidad de las nuevas democracias y la formalidad de muchos procesos que llevan el inconfundible sello del autoritarismo, no se puede negar el valor histórico de la democracia, que a pesar de todos sus defectos y dificultades va abriendo el camino, pero este proceso es lento y contradictorio. El mejoramiento de la calidad de la democracia sólo es posible con el crecimiento sostenible, solución de los problemas sociales más apremiantes, superación de polarización social y política de la sociedad, formación de numerosa clase media y cambios en la cultura política de la población.

NOTAS

- ¹ GEDDES, B. *Politician's Dilemma: Building State Capacity in Latin America*. Berkeley - Los Angeles - London, 1994; DAHL, R.A. *Democracy and its Critics*. New Haven - London, 1989; LIJPHART, A. *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in 21 Countries*. New Haven, 1984; LINZ, J., STEPAN, A. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Postcommunist Europe*. Baltimore, 1996; PRZEWORSKI, A. *Democracy and the Market. Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge, 1991; MAINWARING, S., O'DONNELL, G., VALENZUELA, S. (eds). *Issues on Democratic Consolidation*. Notre Dame, 1992; O'DONNELL, G., SCHMITTER, P.H., WHITEHEAD, L. *Transition from Authoritarian Rule*. Baltimore - London, 1986 - 1993; PRZEWORSKI, A. *Sustainable Democracy*. Cambridge - New York - Melbourne, 1995; SARTORI, G. *Parties and Party System. A Framework for Analysis*. Cambridge, 1976; SARTORI, G. *Teoría de la democracia*. Madrid, 1987; SARTORI, G. *Comparative Constitutional Engineering: an Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes*. New York, 1994; SHUGART, M.S., CAREY, J.M. *Presidents and Assemblies*. Cambridge, 1992; DIAMOND, L., LINZ, J., LIPSET, S.M. *Democracy in Developing Countries. Latin America*. Boulder, 1989, etc.
- ² Véase, p.e. COLLIER, D., LEVITSKI, S. *Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research*. Notre Dame, 1996.
- ³ FAVRE, H. *La democracia y sus fundamentalistas*. En: *Cuadernos americanos*. México, 2006, v.1, N 115.

- ⁴ MANSILLA, H.C.F. *Las carencias de la democracia actual y las limitaciones de las teorías de la transición*. En: *Revista de Ciencias Sociales*. Zulia, 2002, v.VIII, N 3, pp. 517, 519, 520.
- ⁵ *América Latina hoy*. 2002, v. 32, p.49.
- ⁶ Véase, p.e.: *Modernização política e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1990, p. 76, 120; JAGUARIBE, H. et al. *Brasil: reforma ou caos*. Rio de Janeiro, 1991, p. 303; *La democracia en América Latina*. México, 1995; etc.
- ⁷ DE LA PAZ, G. *Democracia y estrategias de desarrollo en América Latina y Asia Oriental durante la segunda mitad del siglo XX*. En: *Latinoamérica. Revista de estudios latinoamericanos*. México, 2004, N 39, p.10.
- ⁸ GASIOROWSKI, M., POWER, T. *The Structural Determinants of Democratic Consolidation*. In: *Comparative Political Studies*, 1998, v.31, N 6.
- ⁹ PRZEWORSKI, A. *Hermanas virtuosas: riqueza y democracia*. En: *Nexos*. México, 2002, N 298, p. 58.
- ¹⁰ DE LA PAZ, G. *Op.cit.*, pp. 24, 26, 27.
- ¹¹ ÔILLY, Ch. *Democracia*. Íoscú., 2007, pp. 29, 69, 239, etc. (en ruso).
- ¹² Véase: IWANOWSKI, Z.W. *Problemas y perspectivas de la consolidación de las nuevas democracias*. En: *América Latina*, 2000, ¹ 1, pp. 6-8 (en ruso).
- ¹³ HOFMEISTER, W., THESING, J. (eds). *Transformaciones de los sistemas políticos en América Latina*. Buenos Aires, 1995, p. 438.
- ¹⁴ MAINWARING, S., O'DONNELL, G., VALENZUELA, S. (eds). *Op. cit.*, p.59.
- ¹⁵ SUNG CHUL YANG (ed). *Democracy and Communism*. Seoul, 1995, p.162.
- ¹⁶ *Ibid*. P.162, 163.
- ¹⁷ PANARIN, A.S. *Seducción por el globalismo*. Íoscú., 2002, pp. 6-7 (en ruso).
- ¹⁸ GORBACHOV, M.S. et al. *Facetas de la globalización. Difíciles problemas del desarrollo contemporáneo*. Moscú, 2003, p. 248 (en ruso).
- ¹⁹ CAROTHERS, T. *Error de la teoría de la democracia gradual*. En: *Pro et Contra*, 2007, N1, p. 95 (en ruso).
- ²⁰ ZAKARIA, F. *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. New York, 2003; MANSFIELD, E., SNYDER, J. *Electing to Fight. Democratization and the Danger of War*. Cambridge, 2005, etc.
- ²¹ Véase : *Pro et Contra*, 2007, N1, pp. 85-87.
- ²² CAROTHERS, T. *Op. cit.*, pp. .86, 87, 93. 98-99.
- ²³ *Flanco sur de la CEI. Asia Central – Caspio – Cáucaso: energía y política*. Moscú, 2005, p. 15 (en ruso).
- ²⁴ www.politcom.ru/print.php?id=2025
- ²⁵ KRASNOV, M. *La constitución en nuestra vida*. En: *Pro et Nontra*, 2007, N4-5, p.36 (en ruso).
- ²⁶ PASTUKHOV, V.B. *El siglo oscuro. El postcomunismo como agujero negro de la historia rusa*. En: *Polis*, 2007, ¹³, p.32 (en ruso).
- ²⁷ Desde el punto de vista apologético los cambios legislativos se analizan en el trabajo: BORISOV I.B., ZASLAVSKI, S.E. *Partidos y elecciones*. Moscú, 2007, desde el punto de vista crítico – IVANCHENKO, A.V., LUBAREV, A.E. *Las elecciones rusas desde la “perestroika” hasta la democracia soberana*. Moscú, 2006 (en ruso).
- ²⁸ RIA Novosti, 19 de julio de 2012.
- ²⁹ Véase: PATRUSHEV S.V. (ed). *Politología institucional: el institucionalismo contemporáneo y la transformación política de Rusia*. Moscú, 2006, pp. 277, 517, etc.
- ³⁰ PRIDHAM, G. (ed). *Transitions to Democracy: Comparative Perspectives from Southern Europe, Latin America, and Eastern Europe*. Aldershot, 1995, p.15.

BIBLIOGRAFIA

- BATALOV E.Y. *Problema de la democracia en el pensamiento norteamericano del siglo XX*. Moscú, 2010 (en ruso).
- BORISOV I.B., ZASLAVSKI, S.E. *Partidos y elecciones*. Moscú, 2007.
- CAROTHERS, T. *Error de la teoría de la democracia gradual*. En: *Pro et contra*, 2007, N1. (en ruso).
- COLLIER, D., LEVITSKI, S. *Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research*. Notre Dame, 1996.
- CROUCH, C. *Post- democracy*. Moscow, 2010 (in Russian).
- CHUMAKOVA, M.L. (ed). *América Latina: pruebas para la democracia*. Moscú, 2009, v.1-2 (en ruso).
- DAHL, R.A. *Democracy and its Critics*. New Haven - London, 1989.
- DE LA PAZ, G. *Democracia y estrategias de desarrollo en América Latina y Asia Oriental durante la segunda mitad del siglo XX*. En: *Latinoamérica. Revista de estudios latinoamericanos*. México, 2004, N 39.
- DIAMOND, L, LINZ, J, LIPSET, S.M. *Democracy in Developing Countries*. Latin America. Boulder, 1989.
- FAVRE, H. *La democracia y sus fundamentalistas*. En: *Cuadernos americanos*. México, 2006, v.1, N 115. FENENKO, A.V. (ed.) *Conceptos y definiciones de la democracia*. Antología. Moscú, 2006 (en ruso).
- Flanco sur de la CEI. Asia Central – Caspio – Cáucaso: energía y política*. Moscú, 2005 (en ruso).
- GASIOROWSKI, M., POWER, T. *The Structural Determinants of Democratic Consolidation*. In: *Comparative Political Studies*. 1998, v..31, N 6.
- GEDDES, B. *Politician's Dilemma: Building State Capacity in Latin America*. Berkeley – Los Angeles – London, 1994.
- GORBACHOV, M.S. et al. *Facetas de la globalización. Difíciles problemas del desarrollo contemporáneo*. Moscú, 2003 (en ruso).
- HOFMEISTER, W., THESING, J. (eds). *Transformaciones de los sistemas políticos en América Latina*. Buenos Aires, 1995.
- IVANCHENKO, A.V., LUBAREV, A.E. *Las elecciones rusas desde la "perestroika" hasta la democracia soberana*. Moscú, 2006 (en ruso).
- IWANOWSKI, Z.W. *Problemas y perspectivas de la consolidación de las nuevas democracias*. En: *América Latina*, 2000, ¹ 1 (en ruso).
- JAGUARIBE, H. et al. *Brasil: reforma ou caos*. Rio de Janeiro, 1991.

KRASNOV, M. *La constitución en nuestra vida*. En: *Pro et Nontra*, 2007, N4-5 (en ruso).

La democracia en América Latina. México, 1995.

LIJPHART, A. *Democracies: Patterns of Majoritarian and Consensus Government in 21 Countries*. New Haven, 1984.

LINZ, J., STEPAN, A. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Postcommunist Europe*. Baltimore, 1996.

MACPHERSON, C.B. *The Life and Times of Liberal Democracy*. Moscow, 2010 (in Russian).

MAINWARING, S., O'DONNELL, G., VALENZUELA, S. (eds). *Issues on Democratic Consolidation*. Notre Dame, 1992.

MANSFIELD, E., SNYDER, J. *Electing to Fight. Democratization and the Danger of War*. Cambridge, 2005.

MANSILLA, H.C.F. *Las carencias de la democracia actual y las limitaciones de las teorías de la transición*. En: *Revista de Ciencias Sociales*. Zulia, 2002. v.VIII, N 3.

Modernização política e desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1990.

NEGRETTO, G. (ed). *Debatendo la reforma política. Claves del cambio institucional en México*. México, 2010.

O'DONNELL, G., SCHMITTER, P.H., WHITEHEAD, L. *Transition from Authoritarian Rule*. Baltimore – London, 1986 – 1993.

O'DONNELL, G., TULCHIN, J.S., VARAS, A., STUBITS, A. (eds.). *New Voices in the Study of Democracy in Latin America*. Washington, 2008.

PANARIN, A.S. *Seducción por el globalismo*. Moscú, 2002 (en ruso).

PASTUKHOV, V.B. *El siglo oscuro. El postcomunismo como agujero negro de la historia rusa*. En: *Polis*, 2007, 13 (en ruso).

PATRUSHEV S.V. (ed). *Politología institucional: el institucionalismo contemporáneo y la transformación política de Rusia*. Moscú, 2006.

PRIDHAM, G. (ed). *Transitions to Democracy: Comparative Perspectives from Southern Europe, Latin America, and Eastern Europe*. Aldershot, 1995.

PRZEWORSKI, A. *Democracy and the Market. Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge, 1991.

——— *Sustainable Democracy*. Cambridge – New York – Melbourne, 1995.

——— *Hermanas virtuosas: riqueza y democracia*. En: *Nexos*. México, 2002, N 298.

SALMIN, A.M. La democracia contemporánea. Moscú, 2009 (en ruso).

SARTORI, G. *Parties and Party System. A Framework for Analysis*. Cambridge, 1976.

————— *Teoría de la democracia*. Madrid, 1987.

————— *Comparative Constitutional Engineering: an Inquiry into Structures, Incentives and Outcomes*. New York, 1994.

SHUGART, M.S. , CAREY, J.M. *Presidents and Assemblies*. Cambridge, 1992.

STOUT, J. *Democracy and Tradition*. Moscow, 2009 (in Russian).

SUNG CHUL YANG (ed). *Democracy and Communism*. Seoul, 1995.

ÒILLY, Ch. *Democracia*. Moscú., 2007 (en ruso).

ZAKARIA, F. *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. New York, 2003.

ZOLO D. *Democracy and Complexity*. Moscow, 2010 (in Russian).

ABSTRACT

This study aims to analyze the contemporary thinking on the theory of democracy. The author highlights the institutional (formal) tendency and the essential point of view, which takes into consideration the solution of more acute social problems. He proposes to examine the phenomenon of democratization and its stages, so as the importance of external factors in the political modernization. The second part of the paper is dedicated to the actual results of the third wave of democratization in different regions of the world in globalization. The conclusion is that the improvement of the quality of democracy is possible only with sustainable development, solution of social problems, decreased social polarization, formation of a large middle class and the changes in the political culture of the population.

Keywords: theory of democracy, democratization process, achievements and challenges of post authoritarian transitions.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o pensamento contemporâneo sobre a teoria da democracia. O autor destaca a corrente institucionalista (formal) e o olhar essencial que supõe a solução dos problemas sociais mais agudos. Se propõe a analisar o fenômeno da democratização e suas etapas, a importância do fator externo na modernização política. Na segunda parte o estudo localiza nos resultados reais da terceira onda da democratização nas diferentes regiões do mundo em globalização e chega à conclusão que o melhoramento da qualidade da democracia só é possível com o desenvolvimento sustentável, solução dos problemas sociais, diminuição da polaridade social, formação de uma numerosa classe média e os câmbios na cultura política da população.

Palavras chave: teoria da democracia, processo da democratização, logros e desafios das transições postautoritarias.



Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras=chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitas no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.